

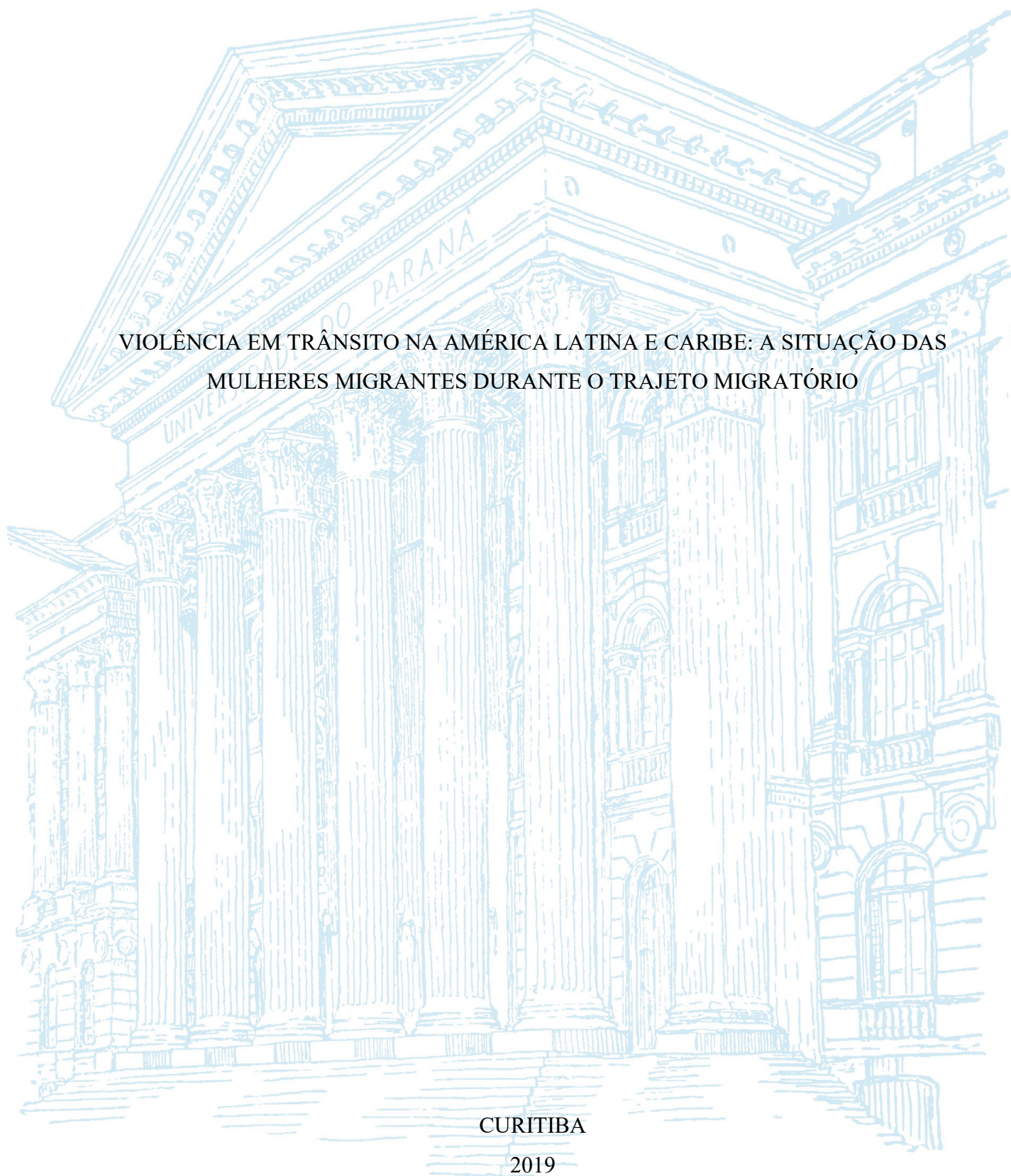
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA CASARIL

VIOLÊNCIA EM TRÂNSITO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A SITUAÇÃO DAS
MULHERES MIGRANTES DURANTE O TRAJETO MIGRATÓRIO

CURITIBA

2019



FERNANDA CASARIL

VIOLÊNCIA EM TRÂNSITO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A SITUAÇÃO DAS
MULHERES MIGRANTES DURANTE O TRAJETO MIGRATÓRIO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Direitos Humanos e Democracia. Linha de Pesquisa: Cidadania e Inclusão Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tatyana Scheila Friedrich.

CURITIBA

2019

C335v

Casaril, Fernanda

Violência em trânsito na América Latina e Caribe: a situação das mulheres migrantes durante o trajeto migratório / Fernanda Casaril; orientadora: Tatyana Scheila Friedrich. – Curitiba, 2019.

196 p.

Bibliografia: p. 182-196.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Migração. 2. Mulheres. 3. Violência contra a mulher.
I. Friedrich, Tatyana Scheila. II. Título.

CDU 347.156

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

ATA Nº28

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM DIREITO**

No dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove às 09:00 horas, na sala De Defesas - 317, PPGD - UFPR, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **FERNANDA CASARIL** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **VIOLENCIA EM TRÂNSITO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: a situação das mulheres migrantes durante o trajeto migratório**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: TATYANA SCHEILA FRIEDRICH (UFPR), LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA (UFPR), ANDREA REGINA DE MORAIS BENEDETTI (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, TATYANA SCHEILA FRIEDRICH, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 26 de Março de 2019.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA
Avaliador Interno (UFPR)

ANDREA REGINA DE MORAIS BENEDETTI
Avaliador Externo (UFPR)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **FERNANDA CASARIL** intitulada: **VIOLÊNCIA EM TRÂNSITO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: a situação das mulheres migrantes durante o trajeto migratório**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Março de 2019.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA
Avaliador Interno (UFPR)

ANDREA REGINA DE MORAIS BENEDETTI
Avaliador Externo (UFPR)



Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, à minha melhor amiga,
companheira e mãe, Ivanilde.
Obrigada por acreditar nos meus sonhos e não me deixar desistir, nunca.

AGRADECIMENTOS

Acredito que não conquistamos nada nesta vida sozinhos. Sempre têm pessoas que cruzam nossos caminhos e nos ajudam a alcançar nossos sonhos, até mesmo aqueles que parecem impossíveis. Então, nada mais justo do que eu tirar um momento, ainda que breve, e agradecer a algumas dessas pessoas que me ajudaram e me influenciaram nessa longa caminhada. Mas antes de tudo, queria agradecer a Deus por ter colocado essas pessoas na minha vida e também por ter permitido que eu completasse essa jornada.

Agradeço ao meu irmão. Lucas sem você eu não teria conseguido terminar este trabalho, literalmente. Você não faz ideia de como me ajudou! Sou eternamente grata por você ter vindo me ajudar quando eu mais precisei. Você é simplesmente uma das pessoas mais incríveis que já conheci. Tenho muita sorte de ter você como irmão! Te amo!

Mãe. Você é minha melhor amiga, meu porto seguro e minha heroína. Você acredita em mim mesmo quando eu não o faço. Você nunca me deixa desistir e é o meu maior exemplo de força e perseverança. Sem você eu nunca teria conseguido. Obrigada por tudo. Te amo!

Pedro. Obrigada pela compreensão, confiança, carinho e amor. Por estar ao meu lado em todos os momentos e por acreditar sempre em mim. Por transformar os momentos em que eu me encontrava desmotivada e por fazer parte da minha conquista, que na verdade não é somente minha, mas nossa. Te amo!

Angélica. Ao longo deste percurso dividimos angústias e alegrias. Passamos por tantas coisas juntas que você deixou de ser apenas uma colega e se tornou uma grande amiga. Sou grata por todos os momentos e sentimentos que compartilhamos e por ter você durante esta caminhada.

Dra. Luciane. Agradeço pela oportunidade que me deu e por tudo que aprendi durante esse tempo. Obrigada pela compreensão, pelas orientações e pela confiança. É um privilégio trabalhar para alguém que ama o que faz e que faz com todo amor e dedicação. Para mim você é uma inspiração.

Por fim, agradeço a pessoa que tornou tudo possível, professora Tatyana. Obrigada por ter me aceitado como orientanda, mesmo sem efetivamente me conhecer, e por ter confiado nas minhas ideias. Sou grata pela paciência, tolerância e atenção dispensadas na realização deste trabalho. Obrigada por ter me ajudado a transformar um sonho em realidade.

Emerjo...

Emerjo
de las profundidades Huelo a sangre y a sal
soy el océano
que se mueve crujiendo arrastrando
deseos
temores
visiones
entre los dedos

Soy un pantano humeante lleno
de sensuales animales viscosos
Soy el calor el agua el trueno
esta jungla prehistórica
este bosque tropical

Me hundo en lo desconocido No sé
a
dónde
regreso
al resurgir sólo experimento
la certeza triunfal de haber sobrevivido el viaje

Ana Maria Rodas, Guatemala.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a discussão dos abusos e violências sofridas pelas mulheres migrantes durante o trânsito migratório na região da América Latina e Caribe, contrapondo essas situações com a necessidade de dar efetividade à proteção já prevista em três instrumentos internacionais (Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e Convenção de Belém do Pará). A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva e foi aplicada com uma abordagem predominantemente qualitativa. Para averiguar e dar visibilidade às violações perpetradas contra as mulheres migrantes no trajeto migratório foi realizado levantamento na literatura especializada em migração feminina e violência de gênero, bem como pesquisa documental em algumas organizações internacionais que trabalham e dispõem de dados sobre essas questões. A partir dessa revisão bibliográfica e análise das informações e dados secundários, constatou-se, além da necessidade da migração ser trabalhada a partir de uma perspectiva de gênero, vez que as relações de gênero determinam e são determinadas por cada ciclo migratório, a invisibilidade e situação de vulnerabilidade a que as mulheres migrantes estão expostas durante o deslocamento, principalmente, quando se trata de migração forçada e irregular, atual cenário migratório da região da América Latina e Caribe. O resultado da pesquisa evidenciou a importância de destacar as violências sofridas pelas mulheres migrantes durante o trânsito, não como uma forma de revitimizá-las, mas como um modo de pressionar os Estados para substituir sua omissão por ações efetivas que respondam de forma eficiente às situações de violações de direitos humanos, propiciando, assim, a aplicação e acesso aos direitos já assegurados.

Palavras-chave: Migração. Mulheres. Violência. Trânsito. América Latina e Caribe.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the abuses and violence suffered by migrant women during migratory transit in the Latin American and Caribbean region, countering these situations with the need to give effect to the protection already provided for in three international instruments (2030 Agenda for the Sustainable Development, Global Pact for Safe, Ordained and Regular Migration and the Convention of Belém do Pará). The research methodology is characterized as descriptive and was applied with a predominantly qualitative approach. A survey was carried out in the specialized literature on female migration and gender violence, as well as documentary research in some international organization that work and have data on these issues, in order to ascertain and give visibility to the violations perpetrated against migrant women in the migratory journey. Based on this bibliographical review and analysis of the information and secondary data, it was verified, besides the necessity of the migration to be worked from a gender perspective, since gender relations determine and are determined by each migration cycle, the invisibility and the situation of vulnerability to which migrant women are exposed during displacement, especially when it comes to forced and irregular migration, the current migration scenario in the Latin American and Caribbean region. The result of the research showed the importance of highlighting the violence suffered by women migrants in transit, not as a way to be seen as victims again, but as a way to pressure States to replace their omission with effective actions that respond efficiently to situations of human rights violations, thus giving rise to the application and access to rights already assured.

Keywords: Migration. Women. Violence. Traffic. Latin America and Caribbean.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TOTAL DE NÚMERO DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS POR REGIÃO E SEXO	57
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- MIGRAÇÃO INTERNACIONAL POR MOTIVO, 2015	66
GRÁFICO 2 - AMÉRICA LATINA, CARIBE E ESPANHA (24 PAÍSES): FEMINICÍDIO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E TAXAS POR CADA 100.000 MULHERES)	102
GRÁFICO 3 - FORMAS DE EXPLORAÇÃO DETECTADAS POR REGIÃO - 2014	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES (POR 100 MIL). 20 PAÍSES DO MUNDO	102
TABELA 2- AMÉRICA LATINA E CARIBE (29 PAÍSES): PRINCIPAIS INSTRUMENTOS IDENTIFICADOS PARA A REGULARIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO POR PAÍS	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS: UMA VISÃO GERAL À PERSPECTIVA DE GÊNERO	22
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO	22
1.1.1 Modelo atração-repulsão	23
1.1.2 Teorias histórico-estruturalistas.....	25
1.1.3 Teoria do capital humano	27
1.1.4 Nova economia de migração do trabalho	28
1.1.5 Teorias estruturais espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios	29
1.1.6 Teoria transnacional	31
1.1.7 Teoria das redes migratórias (redes sociais).....	32
1.1.8 Perspectiva sobre o fenômeno migratório	34
1.2 GÊNERO E MIGRAÇÕES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO MIGRATÓRIO FEMININO	37
1.2.1 Considerações iniciais sobre gênero e migração	38
1.2.2 Gênero na migração.....	40
1.2.3 Implicações de gênero nas diferentes etapas do processo migratório	44
1.2.4 Pré-migração.....	45
1.2.5 Pós-migração	48
1.2.6 Trânsito migratório	51
CAPÍTULO II – MULHERES MIGRANTES	54
2.1 FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES	54
2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE	60
2.2.1 Panorama geral das tendências migratórias na América Latina e Caribe.....	63
2.2.2 Diversidade migratória nas Américas.....	65
2.2.3 Migração forçada na América Latina e Caribe.....	68
2.3 MULHERES MIGRANTES: INVISIBILIDADE E VULNERABILIDADE.....	71
2.3.1 Luta contra a invisibilidade das mulheres nas migrações.....	73
2.3.2 Migração feminina e vulnerabilidade	76

CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA, GÊNERO E MIGRAÇÃO	80
3.1 PONDERAÇÕES INICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA E GÊNERO.....	80
3.2 CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE IMPOSTA.....	83
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	92
3.3.1 Violência de gênero na América Latina e Caribe.....	98
3.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DURANTE O DESLOCAMENTO.....	104
3.4.1 Violência sexual	110
3.4.2 Tráfico de mulheres migrantes	113
3.3.4 Saúde das mulheres migrantes no trânsito migratório.....	117
CAPÍTULO IV – PROTEÇÃO À MULHER MIGRANTE E SUA APLICAÇÃO A	
CASOS DE VIOLÊNCIA	122
4. 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÕES	122
4.1.1 Políticas de igualdade de gênero	128
4.1.2 Políticas migratórias nos países de trânsito	133
4.2 INSTITUCIONALIDADE SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NA MIGRAÇÃO.....	138
4.2.1 Dimensão jurídico-normativa migratória	142
4.2.1.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	1584
4.2.1.2 Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular	158
4.2.1.3 Convenção de Belém do Pará.....	163
4.3 IMPLICAÇÕES DAS NORMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA	
VIOLÊNCIA SOFRIDA PELAS MULHERES MIGRANTES DURANTE O TRAJETO	
MIGRATÓRIO.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

A migração não é um fato novo, pelo contrário, é um fenômeno plural e complexo que acompanha a humanidade e que se repete historicamente por motivos, frequência e intensidade variados, sempre tendo relação com as mudanças que ocorrem nas sociedades. É tão grande essa relação que os acontecimentos passados, presentes e futuros, bem como as principais características e desafios sociais, econômicos, culturais e políticos dificilmente são analisados e compreendidos sem que haja um ponto de ligação com a complexa dinâmica das migrações.

Muito embora a mobilidade humana possa ser impulsionada por diferentes motivos, ou seja, desencadeada por diversos fatores, que vão desde a busca por trabalho e melhores condições de vida, até consequências decorrentes do atual aquecimento global, hoje, está-se vivendo uma situação peculiar, que faz com que os fluxos migratórios assumam um novo significado e reivindiquem uma análise ainda mais dinâmica e ampla. Como as sociedades estão cada vez mais complexas e heterogêneas, caracterizando-se pela crescente onda de desigualdade e violência, além de conflitos armados e catástrofes naturais, o deslocamento para muitos indivíduos deixou de ser uma escolha e tornou-se a única saída. O que se tem, então, é o fenômeno da migração forçada, que afeta cada vez mais pessoas e regiões ao redor do mundo.

Apesar de não existirem dados concretos e absolutos, estima-se que até o final de 2016, em todo o mundo, havia 65,6 milhões de pessoas que foram obrigadas a migrar devido a perseguições, conflitos armados, pobreza, violência e violações de direitos humanos (ACNUR, 2016). Na região da América Latina e Caribe¹ a realidade não é diferente.

Não obstante a América Latina e Caribe ter acompanhado os desenvolvimentos estruturais, políticos, econômicos, sociais e eventos culturais que ocorreram em outras partes do mundo, atualmente, essa região está sofrendo uma crise humanitária sem precedentes. São milhões de latino-americanos submetidos diariamente à violência e vivenciando o aumento da pobreza, da carência econômica, da falta de acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos básicos. Cenário que influencia diretamente na mobilidade humana, aumentando

¹ O presente trabalho focará na região da América Latina e Caribe. Primeiro, por se tratar da nossa região e, por isso, as situações que irão ser destacadas estão mais próximas do vivenciado por nós. Segundo, porque é considerada, como se verá adiante, a região mais perigosa para as mulheres, fora de uma zona de guerra, o que acaba por refletir diretamente na migração. Logo, em que pese o trabalho traga em alguns momentos informações gerais e mundiais sobre migração, o principal objetivo é destacar as violências sofridas pelas mulheres migrantes durante o deslocamento na região da América Latina e Caribe.

significativamente a migração forçada, a qual, por sua vez, na maioria das vezes, ocorre fora do âmbito das normas reguladoras dos países de origem, trânsito e destino.

Pode-se dizer que a extensão e dimensão dos problemas e situações de violações de direitos no processo migratório dependem das condições e especificidades individuais das pessoas que se deslocam, do contexto territorial e institucional dos países que fazem parte das etapas da migração e de sua natureza regular ou irregular. Dessa forma, a migração forçada e irregular, que é característica dos indivíduos que já vêm de situações de vulnerabilidade, tem algumas peculiaridades próprias que ajudam a entender o vivenciado pelos migrantes durante o processo migratório.

Quando se trata de deslocamento forçado, está-se falando do cenário onde o indivíduo, em decorrência de alguma violação de seus direitos ou problema social, se vê obrigado a deixar seu país, muitas vezes às pressas e sem qualquer planejamento. Isso quer dizer que não há recursos financeiros suficientes para facilitar a sua migração, que as redes sociais de apoio e as informações sobre os países de trânsito são escassas, e que a natureza irregular da mobilidade faz com que recorram a rotas arriscadas e a serviços clandestinos, o que torna o deslocamento muito mais perigoso se comparado com outros tipos migratórios.

Na migração forçada, então, a violência pode ser identificada antes mesmo da saída do migrante de seu país de origem, e em decorrência da própria situação de como se deu essa saída, os abusos e violações continuam durante o trânsito migratório e até mesmo após a chegada ao país destino.

Outra questão a ser considerada, é que o contexto em que ocorrem os deslocamentos forçados (falta de recursos e informações, migração fora do âmbito das normas reguladoras dos países, rotas perigosas, etc.) acentuam as estruturas e hierarquias de poder, a subordinação e as violências contra os grupos mais vulneráveis, como é o caso das mulheres e crianças. Consequência disso é o fato de que a migração feminina ganha contornos ainda mais complexos, situação que se torna alarmante em razão de as mulheres juntamente com as crianças representarem, hoje, ao menos metade dos migrantes no mundo.

Por muito tempo a migração feminina foi negligenciada, apesar de as mulheres sempre terem participado dos fluxos migratórios. A questão é que os pesquisadores e estudiosos do fenômeno da migração olhavam para as mulheres apenas como acompanhantes, tendo na figura masculina o objeto de análise, ou seja, eram as migrações dos homens que determinavam as tendências teóricas e apenas eles eram os sujeitos dos processos migratórios. Aliás, até recentemente, a palavra “migrante” implicava um conceito totalmente masculino. Fato que, infelizmente, não surpreende na medida em que as ciências e pesquisas durante muito tempo

foram produzidas por homens e para homens, circunstância que não foi diferente nos estudos migratórios.

Com a reivindicação da necessidade de estudar a mulher enquanto sujeito, fruto da eclosão das várias perspectivas feministas, com a mitigação do patriarcado e da ideia de que apenas o homem é autor e objeto dos estudos, o papel da mulher no processo migratório foi sendo desmistificado e, como consequência, passou a ter maior evidência nas dinâmicas migratórias, fenômeno comumente chamado de “feminização das migrações”.

A feminização das migrações pode ser definida e delimitada por dois principais elementos. O primeiro se refere ao aspecto quantitativo que destaca um suposto² aumento no número de mulheres migrantes. Já o segundo, diz respeito a uma abordagem mais estrutural, com uma pesquisa mais qualitativa, que foca na precisão de um perfil participativo das mulheres como migrantes independentes.

Assim, a feminização das migrações não diz respeito apenas à questão numérica, ou seja, ao fato de que as mulheres, hoje, representam quase metade dos migrantes no mundo. Esse fenômeno tem relação com motivações, meios e formas da migração feminina, além dos processos de integração à nova comunidade e a contribuição econômica e social da mulher migrante, ou seja, trata a migração feminina como um fenômeno independente e autônomo, que não está subordinado à migração masculina. Mas não é apenas isso. Outro fato proveniente da feminização das migrações é a maior visibilidade e evidência da mulher migrante.

O maior destaque da participação feminina nos fluxos migratórios, dos motivos, dos meios e das formas como ocorre a migração, trouxe à tona as situações de vulnerabilidade a que as mulheres são expostas, principalmente as formas de violência a que são submetidas durante o próprio deslocamento. Quando se fala em migração forçada, independentemente dos motivos que levam as mulheres a deixarem os seus países, sejam eles de ordem natural, econômica, política, religiosa, gênero, conflitos armados, etc., a violência está presente em todas as etapas do processo migratório, entendidas neste trabalho como: pré-migração, trânsito e pós-migração, e ela difere significativamente daquela experimentada pelos homens migrantes.

Como em outras bases da estrutura social, toda experiência vivida durante o processo migratório é mediada pela questão de gênero, razão pela qual a introdução desse objeto nos modelos empíricos de análise migratória gera variantes essenciais à explicação das formas de migração e de seus resultados. Analisar as migrações de uma perspectiva de gênero é

² Usa-se a palavra “suposto” em razão de as mulheres sempre participaram dos processos migratórios. Assim, não se pode dizer que de fato houve um aumento no número de mulheres migrantes.

demonstrar, por exemplo, como as relações de poder entre homens e mulheres afetam o fluxo migratório. Por exemplo, em uma sociedade em que as mulheres não são economicamente independentes, dificilmente possuirão os recursos necessários para um deslocamento relativamente seguro, que por sua vez impacta o aumento das violações e violências sofridas por elas durante o trânsito migratório.

A influência do gênero, tido aqui como o “conjunto de características, valores, crenças, qualidades e comportamentos que as sociedades atribuem a homens e mulheres³” (PETROZZIELLO, 2013, p. 23, tradução nossa), na migração é tão grande que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes são maiores do que aquelas encaradas pelos homens, em todas as fases do processo de migração.

Com efeito, como a realidade migratória hoje na região da América Latina e Caribe, que é caracterizada pela violência de gênero, desigualdade social e pobreza, é a migração forçada e irregular, é comum o cenário onde as mulheres são obrigadas a fugirem às pressas, sem qualquer planejamento e recursos, o que acaba por influenciar diretamente suas experiências durante o trajeto migratório.

Assim, uma das questões mais preocupantes no processo migratório, quando se fala em migrantes mulheres, são as situações com que elas se deparam durante o próprio deslocamento. São vários os relatos que descrevem crimes de cunho sexual, físico e psicológico perpetrados contra mulheres durante o trajeto até o país destino, além de casos de sequestro e tráfico de pessoas. A situação é tão alarmante que há estudos e pesquisas que afirmam que é quase inevitável que as mulheres sofram algum tipo de violência durante o trânsito.

Diante desse cenário, não há como não pensar que os países de trânsito, aqueles pelos quais as migrantes passam no decorrer do deslocamento, têm a obrigação de aplicar medidas e ações públicas que lhes proporcionem a devida proteção aos seus direitos fundamentais e supram as suas necessidades mais básicas. A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual perpetradas contra as mulheres migrantes violam os princípios mais basilares dos direitos humanos, por isso, sua eliminação, ou ao menos sua mitigação, deve ser prioridade tanto para os países quanto para comunidade internacional, ainda mais porque são vários os instrumentos nacionais e internacionais que preveem proteção à mulher migrante.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi precisamente oferecer uma contribuição, ainda que modesta, para a efetiva proteção dos direitos das mulheres migrantes,

³ [...] conjunto de características, valores, creencias, cualidades y comportamientos que las sociedades asignan a los hombres y a las mujeres.

destacando e discutindo a violência sofrida por elas durante o próprio deslocamento, e contrapondo com as normas internacionais de proteção. Compreende-se que dar visibilidade as situações enfrentadas pelas mulheres migrantes no trajeto migratório, é o primeiro passo para pressionar os Estados omissos a dar efetividade aos direitos já assegurados.

Para tanto, a presente pesquisa adotou uma acentuada perspectiva empírica e, assim, procedeu a uma análise e destaque das violências perpetradas contra as mulheres migrantes durante o trajeto migratório na região da América Latina e Caribe.

A divisão estrutural deste trabalho foi sedimentada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, foi feita uma breve trajetória e análise das principais teorias do fenômeno migratório, dando ênfase à relação entre gênero e migrações, demonstrando as implicações do gênero em três diferentes etapas migratórias: pré-migração, pós-migração e no trânsito migratório. A intenção neste primeiro momento foi demonstrar como o gênero pode influenciar na migração. Apesar de reconhecida a importância de uma abordagem ampliada da questão de gênero e a existência de várias ideologias hierárquicas de gênero, que não dizem respeito somente a determinados indivíduos, a questão aqui proposta foi mostrar como o processo migratório, que aparentemente é neutro em relação ao gênero, é, na verdade, altamente pontual, ocasionando resultados específicos na migração feminina, especialmente durante o trânsito migratório. Além disso, propôs-se também a analisar expressões concretas de violência baseadas em padrões de gênero que violam os direitos das mulheres durante uma das etapas do processo migratório, qual seja, a do trânsito migratório.

No segundo capítulo, abordou-se o fenômeno da feminização das migrações, evidenciando o fato de que por muito tempo o estudo da migração foi voltado apenas para a perspectiva do homem, o que acabou por invisibilizar a migração feminina. Além disso, foram destacadas algumas das consequências da maior visibilidade das mulheres migrantes, quais sejam, a evidenciação das situações de vulnerabilidade a que elas estão expostas, as formas de violência e as circunstâncias e eventos a que as mulheres são submetidas durante o deslocamento. Na sequência, foram feitas algumas considerações sobre a migração na América Latina e Caribe, para então demonstrar o aumento da migração forçada na região e como esse fenômeno tem relação com a migração irregular e o aumento dos riscos, ameaças e abusos contra os migrantes no processo migratório. Após, discorreu-se sobre a relação entre mulher migrante, vulnerabilidade e invisibilidade, ressaltando a importância de se falar da migração feminina, pois apenas quando a questão é evidenciada é que se podem visualizar as situações que merecem uma maior atenção dos Estados, como é o caso das violências que as mulheres migrantes sofrem durante o trânsito migratório.

No terceiro capítulo, foram feitas algumas considerações gerais sobre a violência contra a mulher, como a dificuldade em contextualizar a questão e definir e conceituar o fenômeno. Destacou-se, também, a violência de gênero como ações construídas e consolidadas ao longo do tempo que visam, ainda que não exclusivamente, já que se trata de um fenômeno plural e multifacetado, à submissão feminina e ao controle do corpo da mulher. Após, discorreu-se sobre a violência perpetrada contra as mulheres migrantes durante o deslocamento, ou seja, durante o trânsito migratório, nas rotas utilizadas pelas deslocadas para sair de seu país de origem e chegar ao destino pretendido. Evidenciaram-se, ainda, alguns estudos e pesquisas que retratam os abusos sofridos por elas e a magnitude do problema. Observe-se que a intenção não foi vitimizar a mulher migrante, desconsiderar a sua força, luta e conquistas. O fato é que as condições e os acontecimentos durante o trajeto migratório são tão alarmantes que é necessário pô-los em evidência para que se chame atenção para essa questão.

Por fim, o quarto capítulo foi utilizado para um breve debate sobre as normas internacionais de proteção à mulher migrante e as políticas públicas que devem ser criadas e implantadas para que se dê efetividade aos direitos já reconhecidos, salientando que a estrutura institucional das políticas sociais devem se basear nos enfoques de direitos e de gênero e políticas específicas com existência de estratégias em longo prazo.

CAPÍTULO I – OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS: UMA VISÃO GERAL À PERSPECTIVA DE GÊNERO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO

A mobilidade humana é um fenômeno social, plural e complexo, que ocorre em escala global e que acompanha a humanidade desde o início de sua história, tendo cada processo migratório suas causas específicas, suas distinções e consequências próprias.

Em razão de sua complexidade, de sua multiplicidade e de suas repercussões nos mais variados aspectos da sociedade, (econômico, cultural, social, político, etc.) e nos níveis individuais, familiares, comunitários, etc., as definições de migração se mostram incapazes de abranger todas as suas dimensões e singularidades. Além disso, justamente por ser um fenômeno heterogêneo, é estudado por diversas vertentes e de diferentes formas. Desse modo que, ao pesquisar a questão das migrações, percebe-se que os seus conceitos e análises estão inseridos num vasto conjunto de obras, as quais, por sua vez, abordam-na de modo variado.

Assim, não se pode dizer que existe uma única teoria que explica a mobilidade espacial ou, ainda, que há apenas uma forma de estudá-la, dada a sua natureza múltipla. O que se tem, então, é “apenas um conjunto fragmentado de teorias que se desenvolveram em grande parte isoladas umas das outras” (MASSEY et al., 1993, p.432).

De forma didática, sem adentrar em maiores detalhes quanto às suas ideias e abordagens, é importante destacar algumas das principais teorias das migrações. O objetivo deste trabalho não é aprofundar-se no estudo teórico-metodológico da migração, mas tentar demonstrar que a maioria das análises, com raras exceções, não levaram/levam em conta a perspectiva de gênero, o que implicou/implica invisibilidade das mulheres migrantes e, como consequência, traz sérios resultados de ordem prática, uma vez que elas compõem um dos grupos mais suscetíveis a vivenciar situações de extrema vulnerabilidade em todas as etapas do processo migratório.

Então, não se pretende aqui examinar detalhadamente as perspectivas teórico-metodológicas explicativas das migrações internacionais, mas tão somente apresentar um panorama geral das principais abordagens teóricas por meio de um mapeamento da literatura sobre o tema e uma revisão bibliográfica das pesquisas escolhidas.

No mais, é importante destacar que ao usar o termo “migrante” durante este estudo, a intenção não é limitar a análise a apenas uma categoria de deslocados, ou excluir refugiados ou

outros grupos reconhecidos legalmente, mas usar um termo neutro para um grupo de pessoas que têm em comum a necessidade de partida do seu país de origem.

1.1.1 Modelo atração-repulsão

Um dos modelos mais amplos de estudo da mobilidade humana é a teoria da atração-repulsão, para a qual a migração consiste na junção de fatores sociais, políticos e, principalmente, econômicos.

Como pioneiro deste modelo, pode-se destacar Ravenstein (1885) que a partir da análise de dados dos Censos de 1871 e 1881 na Inglaterra, enunciou algumas leis gerais⁴ para reger as migrações. Segundo essas “Leis de Migração”, as quais, aliás, levavam em conta variáveis como os atributos individuais daqueles que migram, (sexo, idade, profissão, etc.) e a distância entre os países de origem e de destino, a mobilidade populacional é resultado do equilíbrio entre oferta e demanda por capital e trabalho entre regiões (DAVIS, 1989 citado por BAPTISTA, 2013, p. 11).

A primeira regra, por exemplo, chamada de “lei de oportunidades intervenientes”, estabelece que os indivíduos não migram para lugares muito distantes de seu país de origem, uma vez que são seres racionais e como tais evitam desperdiçar esforços. A segunda lei, que é consequência lógica da primeira, dispõe que existem mais deslocados de curta distância do que de longa. Já a terceira, afirma que o fluxo migratório acarreta necessariamente um contrafluxo, só que em menor intensidade. A quarta lei declara que as áreas urbanas crescem por causa das áreas rurais. A quinta regra assevera que, com poucas exceções, as mulheres tendem a prevalecer entre os migrantes de curta distância. A sexta e última regra, sustenta que a mobilidade espacial aumentou com o desenvolvimento econômico (DAVIS, 1989 citado por BAPTISTA, 2013, p. 11).

Em resumo, a perspectiva proposta por Ravenstein (1885) é de que há uma estreita ligação entre os movimentos migratórios e o complexo sistema capitalista. As atividades econômicas e a população, espacialmente falando, estão distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão-de-obra e outras com carência de trabalhadores, fato que levaria ao surgimento de áreas de absorção, que seriam os centros industriais e comerciais,

⁴ O termo “leis de migração” não deve ser entendido de forma literal. Na verdade, deve ser interpretado como os fatos, as atitudes e características que foram observados pelo autor durante o seu estudo.

e áreas de dispersão, que seriam as regiões agrícolas, por exemplo. Assim, o elemento basilar motivador dos deslocamentos é a busca por melhor condição de vida.

Logo, a teoria apresentada por esse autor, tem um grande fator econômico na medida em que o principal motivo que leva os indivíduos a se deslocarem é o desejo de melhorar a sua situação financeira.

A partir do trabalho de Ravenstein, dando sequência ao raciocínio apresentado por ele, os estudos de Lee (1980) tornaram-se populares. Lee define a migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residências, sendo o ato migratório composto pelo lugar de origem, pelo lugar de destino e pelos obstáculos intervenientes, que serviriam para peneirar os capazes de se deslocar. Para Lee, na perspectiva do migrante, qualquer lugar poderia apresentar fatores positivos, negativos ou neutros, existindo uma “inércia natural” do indivíduo, que poderia ser superada com a opção de migrar. Quanto à decisão de migrar, ele defende que o deslocamento tende a ocorrer em certas etapas do ciclo de vida dos indivíduos e, para que a mobilidade de fato ocorra é essencial que os migrantes tenham contatos pessoais e acesso a sistemas de informações no país destino. No tocante às características daqueles que se deslocam,

Lee conclui que as migrações são seletivas, distinguindo dois tipos: positiva, quando os migrantes fossem altamente qualificados; e negativa, no caso de migrantes de baixa qualificação. Como exemplo de seleção positiva, cita aqueles que respondem a fatores positivos prevalentes no local de destino (pessoas com alto nível de instrução migram frequentemente porque recebem melhores ofertas – migram como fator de ascensão); e, como seleção negativa, aqueles que respondem a fatores negativos dos locais de origem. (NOGUEIRA, 1991, p. 40).

Outra versão da teoria da atração-repulsão, que é interessante pôr em destaque, é a abordagem neoclássica, a qual se divide em macroteoria neoclássica e microteoria neoclássica.

Segundo a primeira perspectiva, o fenômeno migratório tem relação direta com os fluxos de trabalho, e, portanto, o motivo do deslocamento são as diferenças na oferta e demanda de trabalho entre os países, ou, ainda, as diferenças nas taxas de salários entre as regiões. Portanto, a teoria neoclássica aponta como fatores que geram a mobilidade espacial “as desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho, desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais” (SOARES, 2004, p. 102). Naqueles países que apresentam excesso de força de trabalho em relação ao capital, há baixos salários, já naqueles em que a força de trabalho em relação ao capital é limitada, há salários altos (SOARES, 2004).

Para a microteoria neoclássica, o indivíduo opta por se deslocar, a partir de um cálculo racional dos custos e benefícios do deslocamento. Assim, nos casos em que: “os rendimentos

da região de destino, multiplicados pela probabilidade de ali encontrar emprego, menos o custo material, social e psicológico da viagem, forem superiores ao da região de origem, a migração se concretiza” (SOARES, 2004, p. 102).

Embora haja uma divisão na teoria neoclássica, não há divergência entre a macroteoria e a microteoria, na medida em que ambas admitem que a mobilidade espacial tem origem na diferença salarial entre os países e preconizam que “mercados de trabalho em desequilíbrio podem ter na migração um fator equilibrante” (SOARES, 2004, p. 103).

Enfim, a essência das abordagens teóricas citadas é a percepção de que os movimentos migratórios ocorrem a partir da lógica da atração-repulsão. Ou seja, as migrações são estimuladas por fatores de repulsão no país de origem, tais como: desemprego, baixos salários, secas, fome, falta de acesso à propriedade e outros, e, no país de destino, fatores atrativos como: emprego, salário elevado, a possibilidade de melhores condições de vida, etc. (QUEIROZ, 2015).

Muito embora os modelos repulsão-atração tenham sido de extrema importância nos estudos migratórios, os seus pressupostos basilares foram questionados. Primeiro, porque não há como supor se os migrantes têm plenos conhecimentos sobre o país de destino, pois na maioria das vezes as informações são limitadas e podem até mesmo não corresponder à realidade. Segundo, porque não se pode afirmar que todos aqueles que migram podem decidir livremente o destino do deslocamento, em razão das restrições impostas pelos empregadores e até mesmo pelos Estados (CASTLES; MILLER, 2009).

Além disso, os modelos não explicam as migrações além do pressuposto de cunho econômico, ou seja, além do fato de que a busca por melhores condições financeiras é a razão de os indivíduos saírem de seu país, e de que alguns Estados têm certos atrativos que despertam o interesse de quem se propõe a migrar. Isso quer dizer, as análises são de certa forma limitadas, vez que veem os migrantes como indivíduos totalmente independentes e não como integrantes da sociedade que podem ser influenciáveis pelas relações sociais existentes e como pessoas que devido a diversos fatores alheios a sua vontade são obrigadas a se deslocar.

1.1.2 Teorias histórico-estruturalistas

As teorias histórico-estruturais, desenvolvidas por cientistas sociais da América Latina e da África, dominaram as pesquisas de migrações na década de 1970 e na maior parte dos anos 80. Muito embora seja difícil sintetizar suas abordagens em razão de possuírem diversos modelos (teoria da aparência, teoria do colonialismo interno, abordagens centro-periféricas,

acumulação global, etc.), pode-se dizer que o ponto de convergência é o fato de que a análise da migração leva em conta os efeitos diretos e indiretos de variáveis políticas, sociais e econômicas (BAPTISTA, 2013).

Nesses estudos, o comportamento do indivíduo é consequência direta das estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas, ou seja, as diferentes estruturas existentes na sociedade compelem os indivíduos a se portarem de certa maneira, de modo que essas dinâmicas não auxiliam na construção de um equilíbrio social, pelo contrário, acentuam o desequilíbrio, como explica Haas (2008, p. 7, tradução nossa):

Os indivíduos não têm uma escolha livre porque são fundamentalmente constrangidos por forças estruturais. Porque as estruturas econômicas tradicionais foram minadas em consequência de sua incorporação no sistema político econômico global e em processos tais como a mecanização da agricultura, a concentração do latifundiário, o aumento do endividamento e a desapropriação dos pequenos camponeses⁵.

As vertentes histórico-estruturais afirmam que poderes políticos e econômicos são distribuídos de forma desigual entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, de forma que as pessoas têm acesso díspar aos recursos, desigualdades essas, que tendem a ser reforçadas com a expansão do capitalismo. Ao invés dos países em desenvolvimento progredirem e se desenvolverem, eles ficam presos à sua posição desfavorecida dentro da estrutura global de política e economia. E como os poderes econômicos e políticos são desigualmente distribuídos no mundo, as culturas e as práticas sociais também tendem a reproduzir tais desigualdades estruturais. A migração, então, é uma consequência dessas desigualdades, isto é, das naturais rupturas que são intrínsecas ao processo de acumulação capitalista, das muitas manifestações do capitalismo e dos termos dos comércios cada vez mais desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (HASS, 2008).

Nesse contexto, a migração é vista como forma de deslocar mão-de-obra barata para o capital, servindo, desse modo, para aumentar os lucros e privar certas áreas de trabalhadores com habilidades valiosas. A mobilidade espacial é tida, portanto, como uma das consequências do desenvolvimento desigual, o qual explora os recursos dos países pobres em prol dos ricos, que se tornam ainda mais ricos, levando, assim, a um aumento do desequilíbrio já existente (CASTLES et al., 2014).

⁵ Individuals do not have a free choice because they are fundamentally constrained by structural forces. Because traditional economic structures have been undermined as a result of their incorporation into the global political –economic system and concomitant processes such as mechanization of agriculture, concentration of landownership, increasing indebtedness and dispossession of smallholder peasants.

Contudo, as ideias das teorias histórico-estruturais, de que há restrições estruturais presentes nas sociedades e de que a liberdade de escolha dos migrantes é limitada, não fazem justiça à heterogeneidade das migrações. Afinal, retratar os migrantes como apenas vítimas do capitalismo e como indivíduos que não têm escolhas a não ser migrar para sobreviver, é desconsiderar a diversidade inerente à mobilidade espacial e o fato de que vários indivíduos fazem escolhas de forma ativa, não são apenas impelidos por forças estruturais, apesar do contexto vivido hoje.

1.1.3 Teoria do capital humano

A teoria do capital humano parte do princípio de que os indivíduos antes de migrarem avaliam de forma racional os eventuais custos e os benefícios que podem advir com a migração, ou seja,

(...) avaliam racionalmente os custos e os benefícios de suas várias atividades e hábitos. Desta forma, os investimentos feitos pelo indivíduo em sua educação formal, na sua formação e treinamento profissional e na aquisição de outros conhecimentos serão determinados pela relação entre os benefícios futuros que espera receber por estes investimentos e os custos associados aos mesmos. O ato de migrar estaria condicionado a este tipo de cálculo racional, que também seria aplicado ao processo de tomada de decisão dentro das famílias – tais como casamento, separação e tamanho da família. (Becker, 1993 citado por Santos et al., 2010).

A migração é uma forma de investimento em capital humano, que visa a aumentar a produtividade dos recursos humanos, que possui custos, mas também benefícios que serão obtidos em certo prazo. Como custos pode-se destacar: busca por informações do país destino; deslocamento, automanutenção no novo país, etc. Em contrapartida, o benefício é a melhora na condição financeira do migrante.

Segundo essa teoria, o capital humano desloca-se dos países com excedente de mão-de-obra em direção àqueles em que a quantidade de trabalhadores é menor. Assim, quanto maior o diferencial de rendimento existente entre as economias, maior será o fluxo migratório. Além disso, quanto maior o investimento em capital humano, aumentando a qualificação do indivíduo, melhor será a sua adaptação e contribuição ao país destino (MIRANDA, 2014).

Ocorre, todavia, que ter como unidade de análise somente o indivíduo gera premissas incompletas sobre os processos de decisão intrínsecos ao deslocamento. “A liberdade das escolhas tomadas num vazio social não existe, o indivíduo está envolto num conjunto de relações que o condicionam a decidir de forma consciente e inconsciente” (MATOS, 1993, p.

7). Logo, a decisão de migrar faz parte de um complexo procedimento de escolha que envolve muito mais que apenas a deliberação de uma pessoa voltada somente à questão econômica. Não se pode esquecer, ainda, as diversas estruturas sociais que influenciam no deslocamento.

1.1.4 Nova economia de migração do trabalho

Devido às lacunas teóricas do modelo repulsão-atração, da abordagem neoclássica e até mesmo da questão envolvendo o capital social, os estudos migratórios foram se desenvolvendo para a chamada nova economia da migração.

A teoria da nova economia de migração do trabalho dispõe que a decisão do indivíduo de se deslocar não é feita de forma isolada, mas de forma coletiva, por elementos que estão diretamente ligados às pessoas, tais como as famílias e os domicílios. E esse agir de forma coletiva não é visando apenas a maximizar a renda, mas também minimizar os riscos inerentes ao mercado de trabalho no país de origem.

Ao contrário do defendido anteriormente, os novos economistas da migração não acreditavam que o mercado funcione de forma perfeita, por isso que o trabalho familiar, que se mostra como uma distribuição diversificada de recursos, pode controlar melhor os riscos do bem-estar econômico do que o individual (SOARES, 2004).

Assim, o movimento populacional deve ser analisado a partir das imperfeições que existem no mercado de trabalho, sendo a unidade familiar o principal agente econômico e tendo como objetivo fundamental a minimização de eventual risco financeiro. A migração, portanto, segundo essa abordagem, é uma forma de investimento, cada unidade familiar procederá na diversificação dos recursos disponíveis em prol dos seus membros, “não apenas para maximizar os rendimentos esperados, mas também para minimizar os riscos e os constrangimentos associados a uma variedade de mercados de trabalho” (MASSEY et al., 1998, p. 21). E como as decisões da unidade são motivadas pela necessidade de diversificação dos riscos, a diferença salarial entre os países não é uma condição essencial para os movimentos migratórios (SOARES, 2004).

Por centralizar no mercado de trabalho os motivos que levam os grupos familiares a migrar, a nova economia de migração não consegue se distanciar das teorias anteriormente citadas, ainda que apresente um conjunto maior das razões que influenciam no deslocamento.

1.1.5 Teorias estruturais espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios

As teorias estruturais espaciais, sistema-mundo e sistema migratórios se destacam em razão de possuírem um viés geográfico e não somente um enfoque econômico. Em virtude dessa perspectiva voltada à geografia, elas utilizam a variável espaço e procuram enumerar os fatores que levam certo território a ter um desenvolvimento particular. Segundo essas abordagens teóricas, tanto no âmbito nacional como no internacional, existem mecanismos que levam algumas localidades a uma distribuição territorial do tipo urbano ou regional, central ou periférico. É essa distribuição que gerará os movimentos migratórios (MIRANDA, 2014).

As análises realizadas por essas teorias são feitas de forma interdisciplinar, procurando, por vezes, até mesmo uma convergência com a sociologia a fim de desenvolver uma perspectiva socioespacial integrada (PEIXOTO, 2004).

As teorias estruturais espaciais analisam a chamada economia e geografia econômica neoclássica, além dos contributos que visam a explicar a localização de atividades. Os referidos contributos podem ter por base, por exemplo, conceitos como: os de economias de escala e de aglomeração; os de disponibilidade de recursos produtivos; ou os de modelos abstratos de localização das atividades. De qualquer maneira, independentemente da premissa utilizada, para essas abordagens o surgimento das geografias particulares dá-se em razão da combinação de fatores de localização, os quais estão ligados diretamente à escolha racional dos indivíduos, que tem um caráter de investimento, ainda que as distinções comportamentais mereçam uma diferenciação analítica (MASSEY, 1984 citado por PEIXOTO 2004).

De forma resumida, segundo MIRANDA (FIGUEIREDO, 2005 citado por MIRANDA, 2014, p. 14),

as teorias estruturas espaciais se dedicam ao estudo das transformações em larga escala, de vertente macro, que modelam e sustentam os movimentos populacionais, apontando as graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes políticos e económico a nível mundial (Figueiredo, 2005). Estas teorias propõem a divisão do mundo entre os países desenvolvidos e países em via de desenvolvimentos e/ou países pobres, com relacionamentos de dependência, económica e ideológica, dos últimos face aos primeiros.

De acordo com essa abordagem, então, as migrações são resultado das desigualdades que existem nos espaços transformados, além de fazerem parte de um processo de transformações estruturais e de desenvolvimento da sociedade. Assim, os motivos e os efeitos da mobilidade espacial têm relação com fatos históricos, os quais, por sua vez, remetem-se a processos de mudança estrutural que ocorre na sociedade.

A teoria sistema-mundo surgiu no começo da década de 70, devido a alguns debates que objetivavam “compreender a nova realidade social que emergia com o fim dos chamados Anos Dourados do capitalismo vigente desde o fim da II Guerra Mundial até aquele momento” (AMARAL, 2017, não. p.).

De acordo com essa teoria, que é influenciada pela concepção marxista-estruturalista e pela economia, sociedade e políticas mundiais, a migração é parte da dinâmica do sistema econômico capitalista, por conseguinte, as estruturas econômicas e políticas entre as nações contribuem para a definição dos sistemas migratórios.

A busca por vantagens que a economia capitalista dos países periféricos proporcionou, criou uma população propensa à migração, que é atraída para os países desenvolvidos. Desse modo, as migrações são o resultado de adversidades internas originadas com a expansão do sistema global, razão pela qual para que se possa compreender a origem dos deslocamentos é necessário entender as diversas formas de integração dos países no sistema global (MIRANDA, 2014).

De forma didática, Miranda (2014, p. 15-16) explica que,

para a teoria do sistema-mundo os movimentos migratórios apoiam-se na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural dos países de destino sobre os de origem e na ampliação das expectativas de consumo. (...) A teoria do sistema-mundo caracteriza o atual mundo como um mercado de trabalho global, em que, o movimento global de capital e mercadorias pode ser relacionado com fluxos de trabalhos, que constituem a maior parte das migrações internacionais. A existência de altos salários nos países desenvolvidos e de baixo salários nos países periféricos é principal razão dos fluxos migratórios.

Por fim, a teoria dos sistemas migratórios dispõe que as migrações são resultado de certos contextos históricos e assumem uma performance interna que lhes confere traços de um sistema. Assim, cada sistema migratório expressa uma dinâmica única, que é resultado de uma conjuntura histórica, social, econômica, política, etc., e da interligação entre os próprios fluxos de migração. E os contextos históricos existentes entre os países de origem e destino criam condições para que haja alguma continuidade no deslocamento (MIRANDA, 2014).

Nos sistemas migratórios, então, a mobilidade espacial acontece devido a uma relação preexistente entre os países de origem e os de destino, a qual deriva de eventual colonização, influência política, comércio, investimento ou laço cultural (CASTRO, 2011 citado por MIRANDA, 2014).

Em outros termos, determinados países, com certas afinidades e vínculos duradouros, criam entre si um sistema de trocas, que abarca os movimentos migratórios. Essa aproximação

entre os Estados não precisa ser necessariamente geográfica, na verdade, ela diz respeito a questões culturais, políticas, econômicas, etc. A consequência dessa afinidade é que os deslocamentos ocorrem de forma paralela com outros fluxos, “podendo até verificar-se que o movimento de pessoas é concomitante com movimento de expressão cultural, de relacionamento político ou comercial, contribuindo para a intensificação dos laços que aproximam os países” (NOLASCO, 2016, p. 24-25).

Apesar da proximidade entre os países, que dão origem a um sistema migratório, a relação entre os Estados não precisa ser necessariamente harmoniosa, isto é, o sistema migratório pode ser formado por países que se encontram em circunstâncias de conflito. Da mesma forma, determinado país não pertence exclusivamente a certo sistema, podendo estar inserido em vários deles. Não se pode esquecer, ainda, que para essa abordagem, cada sistema migratório constitui um caso particular, devendo, assim, ser analisado levando-se em conta as suas especificidades (KRITZ et al., 1992 citado por NOLASCO, 2016).

1.1.6 Teoria transnacional

Ainda em meados no século XX, mais precisamente no final da década de 1980, em uma tentativa de destacar a dinâmica do processo migratório, interpretar o próprio movimento dos indivíduos de atravessar as fronteiras e evidenciar a conexão entre os países de origem e destino, fato que foi negligenciado por várias teorias migratórias que antecederam essa época, surgiu a teoria transnacional (CASSARINO, 2004).

De acordo com Góis (2009, p. 113),

O transnacionalismo emergiu da constatação que os imigrantes mantêm os (seus) contatos entre o estrangeiro e o seu país de origem e fazem de ambos um território único de ação social. A partir de uma análise transnacional, os imigrantes já não estão desenraizados, ao contrário movem-se livremente de um lado para o outro através de fronteiras internacionais e/ou entre culturas e sistemas sociais diferentes. Estes migrantes influenciam a mudança (em ambas) as comunidades ou locais de pertença não só através das suas remessas econômicas, mas igualmente através de remessas sociais.

A teoria transnacional propiciou uma nova visão do processo migratório, empenhando-se em constituir uma abordagem teórica cujo objetivo é a melhor compreensão dos vínculos sociais e econômicos entre os países de acolhimento e de origem dos migrantes (CASSARINO, 2004).

Essa teoria reconheceu que além de criar novas relações no país destino, o migrante não abandona seu vínculo com o país de origem, ainda que haja distância física, o que faz com

que o desenvolvimento das práticas sociais não se limite ao espaço geográfico, mas se construa em um campo social transnacional, que influencia o desenvolvimento cultural e distancia gradualmente a ideia de limites fronteiriços do indivíduo atual e aproxima a noção de transmigrante (GLICK, 2007 citado por MORENO, 2016).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das formas de mobilidade espacial, que se tornaram mais ágeis, a migração, segundo essa abordagem, tornou-se uma relação transnacional, por meio da qual o transmigrante se relaciona simultaneamente tanto com o país destino quanto com o seu país de origem.

Para essa frente teórica, não é plausível analisar a migração apenas levando-se em conta o local de origem ou de destino do migrante, devendo ser destacadas outras variáveis importantes, tais como o elo social do transmigrante com o seu país natal e a sua bagagem cultural, que juntamente com as relações construídas no país destino formam as chamadas redes migratórias, as quais, por sua vez, são caracterizadas pelos laços interpessoais que ligam os migrantes e responsáveis pela continuidade dos vínculos familiares, políticos, religiosos, etc.

Portanto, umas das principais contribuições dessa abordagem teórica para os estudos migratórios é o fato de a migração não ser tida como um fenômeno linear, que segue uma sequência exata de jornada e retorno, mas como um evento multidimensional e multifacetado. Além, é claro, da importância que se dá para a análise do laço que o migrante tem com o seu país de origem e das relações que ele cria no país destino.

1.1.7 Teoria das redes migratórias (redes sociais)

Ao restringir a explicação do fenômeno migratório a critérios essencialmente econômicos, corre-se o risco de presumir que os indivíduos que migram estão desconectados das relações sociais, daí a importância de analisar as redes sociais⁶ no processo migratório.

Não se desconhece que há diferentes aportes teóricos, com objetos específicos e problemas de pesquisas diversos, que analisam as redes sociais na migração, como por exemplo, a perspectiva da sociologia convencional (MASSEY et al., 1987), as abordagens da análise de redes sociais feitas por Fazito (2002) e Soares (2004), a posição adotada por Fusco (2002) de focar nas distribuições e localizações dos fluxos de origem e destino, etc. Mas o objetivo neste momento é proporcionar uma visão geral das contribuições metodológicas utilizadas por essa

⁶ As redes sociais podem ser definidas como “conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos” (PORTES, 1999, p. 12-13).

teoria, por meio de recortes estratégicos que visam a propiciar uma interpretação, ainda que rasa, das redes sociais, por intermédio da teoria das redes migratórias.

De acordo com a teoria das redes migratórias, as redes sociais são usadas como pontes que conectam os migrantes, ex-migrantes e não migrantes, tanto nos países de origem quanto nos de destino, o que acaba por favorecer os indivíduos que pretendem migrar, ou que são obrigados a se deslocar, como explica Castro (2011, p. 26):

Depois da migração do primeiro migrante, este constrói um conjunto de estruturas e laços sociais na sociedade de destino que podem favorecer os futuros migrantes (familiares, parentes, amigos, conhecidos, integrantes da mesma comunidade ou grupo étnico).

Logo, estas redes sociais podem ser definidas como o conjunto de pessoas que mantêm contatos entre si “por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (KELLY, 1995, p. 219).

De forma resumida, as redes migratórias são compostas por um conjunto de redes sociais que interligam a sociedade de origem dos migrantes às sociedades receptoras. “Tais laços unem emigrantes e não emigrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por quadros informais de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados” (MASSEY, 1990 citado por SILVA, 2009, p. 25).

As redes sociais, assim, ao veicularem e transmitirem recursos podem determinar a escolha pelo país destino e de alguma forma, até determinar quem são as pessoas e famílias que irão migrar, além de ajudar na adaptação dos indivíduos recém-chegados na sociedade destino.

Há, contudo, duas peculiaridades referentes às redes sociais que devem ser destacadas. A primeira diz respeito ao fato de que “a disponibilidade dos recursos é fator determinante para o desenvolvimento da assistência oferecida pelas redes, por exemplo, quando uma rede de migrantes está concentrada em trabalhos precários, isso poderá contribuir para a concentração de novos migrantes nessas mesmas condições” (GURAK et al., 1998 citado por CASTRO, 2011, p. 26). A segunda, tem relação ao fato de que nem sempre as informações transmitidas pelas redes são totalmente verdadeiras ou confiáveis, o que pode influenciar diretamente a mobilidade espacial.

Em que pese, todavia, as singularidades acima destacadas, as redes sociais contribuem para aumentar a segurança e viabilidade no processo migratório, e, conseqüentemente, auxiliam

para o aumento da migração, efeito que é causado não somente pela segurança que ela proporciona, mas também pelo fato de que as redes ajudam na redução dos custos das migrações (CASTRO, 2011).

1.1.8 Perspectiva sobre o fenômeno migratório

Na contemporaneidade, está-se vivendo um rompimento das fronteiras como elas eram anteriormente conhecidas, com a facilitação da circulação global de bens e informações. Paralelamente, surgem novas formas de controle da população. Assim, paradoxalmente à livre circulação de bens e informações, novos muros estão sendo erguidos, não apenas físicos. Barreiras políticas, ideológicas, culturais são incorporadas nas subjetividades da sociedade e naturalizadas entre a população, principalmente por meio de discursos disseminados desmedidamente.

Dentro de tal panorama, os processos migratórios assumem um novo significado, não podendo mais ser vistos como um fenômeno isolado ou como uma realidade local que pode ser explicada de forma simples. Pelo contrário, as especificidades da modernidade reivindicam uma visão complexa, uma abordagem a partir de novas posições e a introdução de estudos de novos modelos teóricos que sejam dinâmicos e abertos (BUSTAMANTE; TRUJILO, 2008).

As implicações e repercussões das migrações são as mais variadas e ocorrem nos mais diversos níveis das relações sociais (familiar, econômico, político, social, etc.). Justamente em razão dessa pluralidade de efeitos, é que o processo migratório reclama explicações e análises multidimensionais e multifacetadas. Abordagens que não se limitam a fatores econômicos, por exemplo, ou até mesmo ao desenvolvimento de novas políticas globais, mas levam em conta a dimensão heterogênea da realidade social, destacando o migrante como sujeito de análise e não somente como consequência de certa situação que o levou a se deslocar.

As dimensões das migrações são tantas que estudar o deslocamento por um só enfoque, de maneira singular e linear, acaba por simplificar um fenômeno que requer devida atenção à sua complexidade constitutiva e de resultado. A partir do momento em que a análise da mobilidade espacial se limita a apenas um contexto, seja ele econômico, político, social, etc., ela exclui fatores e particularidades que moldaram e fizeram parte da história do migrante e do próprio movimento migratório.

Outra questão, é que a maioria das pesquisas migratórias tem como ponto inicial de análise os países destinos dos migrantes, negligenciando, assim, o ponto de vista dos países de origem e de trânsito (CASTLES, 2010).

A análise dos percursos percorridos pelos migrantes possibilita enxergar a migração como um movimento dinâmico, que não se relaciona somente com o país de origem e de destino; que não significa apenas a transferência de pessoas entre duas regiões, mas um fenômeno que produz efeitos na própria circularidade de seus movimentos, os quais são necessários para a compreensão dos vários aspectos do processo migratório e suas consequências diretas na vida dos migrantes.

Ainda que se possa dizer que houve certa adoção dessas “novas” perspectivas, elas até o momento não provocaram implicações relevantes nas teorias dominantes no estudo das migrações (CASTLES, 2010).

A questão, portanto, não é estudar o processo migratório sob apenas um viés, de forma isolada, mas com um olhar dialético, que se afaste de um raciocínio linear (SILVA, 1999) e que possibilite a compreensão de outras particularidades importantes no processo migratório, como, por exemplo, as determinações sociais e culturais em torno do migrante e as condições e situações que vivencia em sua jornada.

O objetivo, por óbvio, não é fragmentar o conhecimento da migração de tal maneira que não se possa falar em uma teoria migratória, mas fornecer uma referência que proporcione o entendimento da mobilidade espacial que está incorporada a um contexto complexo e de transformações céleres, como explica Castles (2010, p. 28):

A consciência da complexidade, diversidade e da importância do contexto pode conduzir à ideia de que a construção de uma teoria não faz sentido, uma vez que cada caso parece ser singular. Isso poderia fomentar uma fragmentação pós-moderna do conhecimento, baseada na ideia de que tudo é específico e que não há tendências sociais amplas ou padrões institucionais. Contudo, tal perspectiva ignoraria a realidade de processos de integração global que geram, mais do que nunca, níveis mais altos e difundidos de integração econômica, política, social e cultural. As relações sociais contemporâneas apresentam enorme diversidade, mas se trata de diversidade dentro de relações de poder e desigualdades cada vez mais universais. Dessa forma, a maneira mais importante de alcançar avanços nos estudos das migrações é vinculá-los mais estreitamente com uma teoria social mais ampla.

É evidente que as experiências vivenciadas pelos migrantes antes, durante e após o processo migratório são as mais variadas possíveis. Não há como, em um contexto tão plural, tentar generalizar o vivenciado pelos deslocados no campo social, político, cultural, psicológico, individual, familiar, dentre outros. Da mesma forma, qualquer que seja a abordagem pretendida para a análise, ela será incompleta sem o enfoque do gênero (CHAVES, 2009), ou seja, não há como analisar a migração, por qualquer enfoque escolhido, sem levar em consideração o diferencial que a questão de gênero traz a questão.

Chama a atenção que a maioria das teorias, perspectivas e enfoques sobre os estudos migratórios, com raras exceções, não levavam em conta a questão do gênero e suas implicações. Reconhecer que a cegueira de gênero dificulta o entendimento dos processos migratórios e torna invisível alguns dos sujeitos da migração, é o primeiro passo obrigatório para quem pretende um estudo que seja inclusivo em todos os sentidos (PADILHA, 2013) e que agregue informações essenciais para futuras políticas públicas tanto de acolhimento quanto de proteção no próprio país de origem e durante o deslocamento, como explica Boyde e Grieco (2003, p. 61, tradução nossa):

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhoram fundamentalmente as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo.⁷

Na verdade, integrar a questão de gênero nos estudos das migrações deveria ser algo natural, já que os próprios deslocamentos são um fenômeno influenciado pelo gênero, ou seja, é equivocado tratar a migração como um processo assexuado, já que esse fenômeno plural e complexo está diretamente condicionado pelas relações de gêneros (PADILHA, 2013).

As diferenças entre homens e mulheres migrantes são as mais variadas, estendendo-se desde o motivo para o deslocamento, o planejamento da viagem, o recurso utilizado, as redes sociais empregadas, as rotas tomadas, as situações vivenciadas durante o trajeto, a chegada ao país destino, a integração no novo país, etc. E a questão por trás dessas escolhas também é muito mais complexa do que aparenta. Por exemplo, as trajetórias migratórias das mulheres revelam não somente as razões dos deslocamentos, mas as transformações sofridas por ela durante o processo (BAENINGER; PERES, 2012).

Do mesmo modo, os impactos do processo migratório também são sentidos de formas diferentes pelos homens e mulheres, no âmbito das relações familiares, sociais, etc. (PESSAR, 1999a), uma vez que durante o processo migratório “homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade” (PERES, 2015, p. 1).

⁷ Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families. If internacional migration theory is to incorporate gender appropriately and effectively, it must take into account the subtle as well as the obvious factors that coalesce to create different experiences all along the migration spectrum. Further defining and understanding these forces and outcomes will greatly enhance theoretical grounding of international migration in general and the individual experiences of migrant women around the world.

Por esses motivos e tantos outros, é de suma importância não analisar a migração como um fenômeno assexuado que não é afetado pelas relações de gênero, hierarquias e construções socioculturais existentes nas sociedades.

A análise de gênero é o que permite detectar como essa questão influencia pessoas, famílias, instituições, a sociedade em geral, os fenômenos sociais, etc. Especificamente no que diz respeito à migração, a partir dessa perspectiva pode-se constatar quais são as diferenças entre a migração de mulheres e a de homens, quais são os impactos e as especificidades no fenômeno da migração feminina, etc.

Portanto, a intenção pretendida neste trabalho é analisar a trajetória migratória feminina, considerando-se as implicações de gênero. Para tanto, é preciso, inicialmente, fazer breves considerações sobre a relação entre gênero e migração, para, em seguida, indicar a forma pela qual essa perspectiva incorporou-se nas etapas migratórias e, enfim, demonstrar a sua real implicação na feminização das migrações, mais precisamente durante o trajeto migratório feminino.

1.2 GÊNERO E MIGRAÇÕES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO MIGRATÓRIO FEMININO

Muito embora sejam indiscutíveis os avanços no direito de igualdade e naqueles que dele decorrem, vive-se inegavelmente em uma sociedade onde homens e mulheres são tratados de forma desigual. Na migração não é diferente. Os direitos das mulheres migrantes são mais violados que os dos homens, o que demonstra a necessidade de se lançar um olhar para as migrações que não apenas ressalte a participação feminina, mas que contemple a perspectiva de gênero.

Entretanto, para que isso ocorra, é necessário entender que a migração trabalhada a partir de uma perspectiva de gênero não significa apenas considerar a variável sexo, mas compreender que as relações de gênero determinam e são determinadas por cada etapa do ciclo migratório, tanto para os homens quanto para as mulheres, de formas e intensidades variadas.

Os motivos do deslocamento, os preparativos, o momento da partida, a escolha de quem vai migrar e por qual trajeto a migração se dará e a escolha do país destino, são etapas de uma rede de relações que envolvem gênero e, como consequência, são diferentes para homens e mulheres. Então, em razão das migrações revelarem padrões diferenciados dependendo de quem está se deslocando, considera-se imprescindível adotar essa perspectiva.

O gênero, além de ser uma construção social, é também um elemento estruturante das relações sociais que determinam as interações entre os indivíduos. As relações de gênero, que são socialmente construídas e transformáveis, “podem ser definidas como os meios pelos quais uma sociedade define direitos, responsabilidades e identidades, enquanto também determina o tipo de relações sociais entre mulheres e homens”⁸ (CIURLO, 2014, p. 140, tradução nossa), razão pela qual elas influenciam na condição de vida de cada pessoa e definem a sua posição e poder na sociedade, o que, por óbvio, também afeta o fenômeno migratório.

A aplicação dessa abordagem teórica possibilita uma interpretação diferenciada da migração feminina e demonstra como os processos migratórios não podem ser considerados fenômenos neutros de gênero. O movimento migratório feminino tem uma identidade própria e é independente do processo de migração dos homens. Por isso, para analisar as mulheres migrantes e a discriminação e violência sofridas por elas durante o processo migratório, especificamente no trajeto compreendido entre o país de origem e o de destino, que é o objeto principal deste trabalho, o estudo deve ser baseado na análise das relações de gênero.

É preciso, portanto, incorporar a análise de gênero como uma categoria analítica central e dinâmica, de forma a demonstrar como as construções e imposições sociais afetam diretamente a vida dos migrantes de forma que o impacto sobre os migrantes, principalmente sobre as mulheres, é imediato. A elucidação sobre gênero e migração permite, assim, ingressar no âmbito das migrações femininas contemporâneas e interpretá-las de uma maneira que permite evidenciar as violências perpetradas contra as mulheres migrantes durante o trajeto migratório.

Diante disso, antes de se falar da feminização das migrações, da migração feminina na América Latina e Caribe e da violência durante o trânsito migratório, é interessante fazer algumas considerações iniciais sobre a relação gênero-migração e destacar as diferentes fases do processo de migração, demonstrando as variáveis que atuam sobre as relações de gênero e que determinam diferentes experiências para homens e mulheres.

1.2.1 Considerações iniciais sobre gênero e migração

A área de estudos de gênero, assim como a de migrações, não é caracterizada por ter apenas uma perspectiva singular e específica, mas por apresentar uma abordagem

⁸ Pueden definirse como las vías mediante las cuales una sociedad define los derechos, las responsabilidades y las identidades, a la vez que determina el tipo de relaciones sociales entre mujeres y hombres.

multidisciplinar e interdisciplinar, o que pode acarretar uma dificuldade na interligação dos temas. A questão primordial dessa dificuldade é que não há necessariamente um consenso sobre a compreensão e a aplicação de gênero nos estudos.

O conceito de gênero estimulado pela segunda onda feminista da década de 1970, que supunha que a maioria das sociedades é organizada com base no binarismo de gênero, o qual, por sua vez, se baseia no princípio dicotômico masculino/feminino, que carrega diferenças que são produzidas socialmente, não é mais unanimidade. Fala-se hoje, da desconstrução do pressuposto binarismo biológico de gênero e, como consequência, os mais recentes estudos com foco nas estruturas de gênero na migração, baseiam-se nas ferramentas conceituais de interseccionalidade, a qual requer uma ampla pesquisa sobre gênero com análise de classe, etnia/raça, sexualidade, idade e outros eixos de desigualdade no contexto da migração e mobilidade transnacionais (AMELINA; LUTZ, 2018).

Muitos teóricos e estudiosos desse tema afirmam que gênero e sexo não são categorias fixas ou simples produto da biologia, pelo contrário, são construções sociais fluidas e maleáveis, moldadas pelas relações de poder. Mas esses métodos utilizados pelos literários pós-modernistas não dominaram completamente os estudos de migração e gênero. Enquanto eles dedicam maior atenção à subjetividade, às relações de gênero, ao feminino e masculino, e aplicam várias metodologias, “raramente questionam a realidade material de um corpo humano – o dos migrantes – que se desloca de um lugar para outro” e acabam por entender o migrante “como um “texto” desencarnado a ser interpretado independentemente do contexto social ou histórico⁹” (DONATO; GABACCIA, 2015, p. 904, tradução nossa).

As feministas demógrafas da ONU, há tempos, insistem na importância de um recorte de dados empíricos sobre o sexo dos migrantes, uma vez que rotular aqueles que se deslocam como homens e mulheres é uma importante exigência política para mudar as práticas internacionais de registros que historicamente ignoravam a variável sexo. Estudos recentes, então, concentram considerável atenção às migrantes mulheres que são as mais exploradas e vulneráveis (DONATO; GABACCIA, 2015).

E é sob esse foco que se propõe a apresentar este trabalho. Ao invés de discutir a desconstrução dos discursos identitários binaristas de sexo e gênero, os quais são coerentes com o próprio padrão da heterossexualidade que controla a população, ou lançar um olhar à interseccionalidade, assunto de que não se nega a importância, a tarefa é mostrar como um

⁹ [...] newer studies rarely question the material reality of a human body - that of the migrants - that move from one place to another. In very few studies of gender do scholars treat the migrant as a disembodied "text" to be interpreted independent of social or historical context.

processo de mobilidade espacial aparentemente neutro em relação ao gênero é, na verdade, altamente específico, ocasionando resultados pontuais na migração feminina, especificamente durante o trânsito migratório.

Para tanto, parte-se da concepção de gênero como “conjunto de características, valores, crenças, qualidades e comportamentos que as sociedades atribuem a homens e mulheres¹⁰” (PETROZZIELLO, 2013, p. 23, tradução nossa) em vários níveis – individual, doméstico, comunitários, mercado de trabalho, redes sociais, etc.-, sendo, talvez, “o mais antigo e naturalizador sistema de diferenciação e desigualdade social¹¹” (ROSAS, 2015, p. 171, tradução nossa), que tem relação com outras dinâmicas de identidade e poder, tais como: classe social, etnia, nacionalidade, orientação sexual, status de migração, etc.

1.2.2 Gênero na migração

A migração não pode ser compreendida de forma linear e simplista, devido ao fato de ser um fenômeno de modificação social que é capaz de alterar as mais diversas conjunturas que fazem parte das relações sociais. Devido à sua complexidade, para estudar ou explicar a mobilidade social é necessário que se utilizem abordagens heterogêneas, que não se limitem a analisá-la por apenas um enfoque, seja ele qual for, econômico, capital humano, globalização, desenvolvimento, etc.

São várias as dimensões das migrações que merecem ser analisadas com cuidado e levadas em conta quando da construção de alguma pesquisa ou projeto teórico. Isso inclui, por exemplo, os motivos que levam os indivíduos a migrarem, o plano de migração, as rotas escolhidas, a importância das redes familiares e sociais que estão presentes em todas as etapas do deslocamento, a escolha do país destino, a integração no novo meio social e assim por diante.

Da mesma forma, “os itinerários reais daqueles que migram marcam a necessidade de analisar os deslocamentos das concepções epistemológicas do movimento dinâmico e processual¹²” (POMBO, 2015, p. 68, tradução nossa), sem reduzir o fenômeno migratório a

¹⁰ [...] conjunto de características, valores, creencias, cualidades y comportamientos que las sociedades asignan a los hombres y a las mujeres.

¹¹ El género es um sistema cuyo fin es asegurar la reproducción social y la de la especie; es, quizás, el más antiguo y más naturalizado de los sistemas de diferenciación y desigualdade social.

¹² Por otro lado, los itinerarios reales de quienes migran marcan la necesidad de analizar los desplazamientos desde concepciones epistemológicas del movimiento de carácter dinámico y processual.

uma simples figuração de entrada e saída ou de “ruptura com o lugar de origem e inserção no novo ambiente” (MALLIMACI, 2012 citado por POMBO, 2015, p. 68).

Outra questão fundamental para entender as particularidades das complexas trajetórias migratórias, como já mencionado, é o impacto que o gênero tem nas migrações. Como o processo migratório é uma resposta direta às situações vivenciadas pelas pessoas (econômica, social, cultural, violência, fome, questões ambientais, etc.), ele deve ser analisado de forma diferente, dependendo de quem está se deslocando, sejam os homens, as mulheres, as crianças, etc., levando-se em conta as condições socioculturais que influenciam na vida de cada um deles.

Analisar as migrações à luz das especificidades dos indivíduos e das diferenças construídas socialmente, possibilita conhecer os diferentes desafios enfrentados pelos migrantes nas etapas do processo migratório.

A interdisciplinaridade de gênero e migração, por exemplo, permitiu entender a migração feminina como um fenômeno social diferente da mobilidade espacial dos homens, que os deslocamentos realizados por mulheres decorrem de influências econômicas, sociais e culturais, que estão diretamente vinculadas à construção social do masculino e do feminino, que afeta e são afetadas pelas relações de gênero (BUSTAMANTE; TRUJILO, 2008).

Assim, ao agregar nos estudos sobre migração os diferenciais apontados pelas relações de gênero, os estudos ultrapassam as limitações existentes nas pesquisas tradicionais e avançam para a compreensão das diferentes experiências vivenciadas pelos migrantes durante o processo migratório e de como o gênero pode ser fator facilitador ou dificultador nos processos migratórios.

Não somente isso, de acordo com Gonzalez e Smith (2015, p. 149, tradução nossa),

adotar a perspectiva de gênero na análise da migração, quer dizer usar uma plataforma teórica conceitual para tornar visíveis as desigualdades como uma importante construção significativa das relações de poder. Permitindo iluminar o caminho sobre as diferenças entre homens e mulheres na experiência migratório. Do ponto de vista do gênero como matriz de análise, serão estudados toda uma série de aspectos relacionados à migração como organização análise social, transnacional da experiência de migração, políticas migração, análise dos agregados familiares, processos de negociação entre toda uma complexidade de aspectos¹³.

¹³ Adoptar la perspectiva de género en el análisis de la migración, significa utilizar una plataforma teórico conceptual a fin de visibilizar las inequidades como un importante constructo significativo de las relaciones de poder. Permitió alumbrar el camino sobre las diferencias entre hombres y mujeres en la experiencia migratoria. Desde la perspectiva de género como matriz de análisis se han estudiado toda una serie de aspectos relacionados con la migración como organización social, análisis transnacionales de la experiencia migratoria, políticas migratorias, análisis de los hogares, procesos de negociación entre toda una complejidad de aspectos.

Como em outras bases da estrutura social, toda experiência vivida durante o processo migratório é mediada pela questão de gênero, de tal forma que introduzir esse objeto nos modelos empíricos de análise migratória gera variantes essenciais à explicação das formas de migração e de seus resultados. Falar sobre as migrações de uma perspectiva de gênero é demonstrar, por exemplo, como as relações de poder entre homens e mulheres afetam o fluxo migratório. O agente gênero integra as instituições e as mais diversas práticas nas relações sociais, de modo que está ligado desde o projeto de migração até depois da chegada ao país destino, envolvendo: as causas de migrar, a maneira de se deslocar, o trajeto escolhido, o país destino e as relações com o país de origem, etc., como pontuado por Pombo (2015, p. 69, tradução nossa):

Os padrões de gênero estão presentes nos diferentes estágios do processo de migração. Impactam tanto ao nível das subjetividades como ao nível da família e permeiam aspectos estruturais como as políticas públicas e os mercados de trabalho nos países de origem e destino. Elas afetam, por exemplo, a tomada de decisão sobre qual membro do domicílio migrará, as redes sociais usadas para fazê-lo, quanto dinheiro é enviado, como as remessas são usadas no local de origem, quais são as possibilidades de investimento e de poupança¹⁴.

Segundo as autoras Peres e Baeninger (2012, não p.), “incorporar as diferentes características entre homens e mulheres na migração, bem como utilizar a perspectiva de gênero nas análises, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração”. Mas para que a análise de gênero possa ser introduzida de forma adequada aos estudos sobre migração, ela não pode ser entendida de forma abstrata e isolada, que engloba apenas, por exemplo, o estudo das mulheres, de suas experiências e pontos de vista, de modo a comparar com o vivenciado pelo sexo oposto. Da mesma maneira, não deve ser compreendida e analisada como um fenômeno que implica apenas a conceptualização do conceito mulher migrante, mas como uma abordagem mais ampla da própria perspectiva de gênero, podendo incluir aspectos como:

a (re) constituição de (novas) famílias mistas e transnacionais, a libertação e autonomia derivada do empoderamento ou desempoderamento dos migrantes, a participação no mercado de trabalho, os processos de adaptação a novas culturas e regimes de gênero, a experiência de novas formas de discriminação, racismo e

¹⁴ Los patrones de género están presentes en las distintas instancias del proceso migratorio. Impactan tanto a nivel de las subjetividades como a nivel familiar y permean aspectos estructurales como las políticas públicas y los mercados de trabajo de los países de origen y destino. Afectan, por ejemplo, la toma de decisiones sobre qué miembro del hogar migrará, las redes sociales empleadas para hacerlo, cuánto dinero se remesa, cómo se utilizan las remesas en el lugar de origen, cuáles son las posibilidades de inversión y ahorro.

sexismo; até a negociação de novas identidades, incluindo identidades de gênero e orientação sexual, o viés / neutralidade das políticas migratórias, a adaptação a novas formas de ser / agir / viver / sentir em relação à sociedade de origem e destino. (PADILHA, 2013, p. 5).

Da mesma forma, a inclusão dos homens nos estudos migratórios de gênero, além de produzir elementos que permitem compreender de forma mais clara as experiências vivenciadas pelos indivíduos como seres condicionados pelo gênero, possibilita um melhor entendimento das próprias situações vivenciadas pelas mulheres migrantes, vez que a vida de ambos está condicionada pelas normas e tradições construídas em volta deles pelas sociedades.

A questão, portanto, é a seguinte: como o gênero impacta, e também é impactado no processo migratório, sua inclusão nos estudos sobre migração torna-se vital. Não só em razão de ser um fator essencial para a compreensão das particularidades das trajetórias de migração, como também porque sua omissão muito provavelmente ocasionaria a reprodução das desigualdades de gêneros já existentes (POMBO, 2015). Por exemplo, como a violência a que as mulheres migrantes estão expostas durante o deslocamento, ou seja, no trânsito migratório, tem relação direta com as condições socioculturais impostas pela sociedade, ela deve ser destacada e evidenciada ou, dificilmente será erradicada.

Logo, a análise do processo migratório feminino por meio de uma metodologia específica, pode mudar o sentido do fenômeno e revelar quão distintas são as migrações realizadas pelos homens e pelas mulheres, e o fato de que o deslocamento feminino não é apenas um fluxo composto exclusivamente por mulheres, mas um conjunto social complexo que tem objetivos e repercussões heterogêneas e individuais e que é influenciado pela posição social imposta para a mulher.

Seguindo essa linha de raciocínio, muito embora não se desconheça a importância de uma abrangência maior da perspectiva de gênero nas migrações; a existência de várias ideologias hierárquicas de gênero que ganham a sua especificidade em cada contexto social (PADILHA, 2013); que o gênero se refere às relações de poder e, portanto, não diz respeito somente a determinados indivíduos, mas a todas as pessoas; que não é um conceito fechado e restrito e sim um fator que está ligado a outros elementos da estratificação social, a questão aqui proposta é analisar expressões concretas de violência baseadas em padrões de gênero que violam os direitos das mulheres durante uma das etapas do processo migratório.

Isso quer dizer, a intenção é evidenciar as situações de violência vivenciadas pelas mulheres migrantes durante o trajeto migratório, tendo como pano de fundo a questão de gênero e suas implicações, na medida em que a violência contra as mulheres (como um todo, incluindo-

se as migrantes) não pode, ou ao menos não é recomendado, que seja analisada sem considerar as normas, estruturas sociais e papéis de gênero impostos e enraizados, pois são fatores que contribuem para que a mulher esteja mais suscetível a vivenciar situações de vulnerabilidade.

Para isso, a fim de facilitar a análise a que este trabalho se propõe, tendo em vista a natureza dinâmica e processual dos deslocamentos, é necessário delimitar as etapas do ciclo migratório, visando a apresentar, de forma sintética, os impactos de gênero nos três principais momentos da migração feminina, ressaltando-se que embora essa forma de exame constitua uma simplificação do complexo sistema de migração, é uma forma de avançar nos estudos dos deslocamentos, principalmente nas pesquisas sobre mulheres migrantes.

1.2.3 Implicações de gênero nas diferentes etapas do processo migratório

Uma das questões centrais quando se fala em gênero e migração é compreender como o gênero está envolvido no processo de migração. Com o intuito de ao menos propiciar uma breve compreensão do assunto, será utilizada a estrutura analítica de três estágios do processo migratório para apontar como o gênero influencia este processo e produz diferentes resultados dependendo de quem é o migrante (BOYD; GRIECO, 2003).

Cada uma das três etapas que serão mencionadas pode ser analisada sob diferentes aspectos, pois “são várias as áreas em que a pesquisa sobre migração internacional demonstrou que o gênero é uma influência especialmente importante no comportamento migratório”¹⁵ (BOYD; GRIECO, 2003, p. 13, tradução nossa), além do fato de que cada estágio se concentrar na experiência vivenciada pelas mulheres e pelos homens. Mas para atender ao objeto proposto por este trabalho, somente algumas das influências serão destacadas e o foco serão as experiências de migração das mulheres.

O processo de inclusão da perspectiva de gênero nos estudos migratórios vem sendo descrito em várias pesquisas e por meio de variados ângulos de interpretações. Na atualidade, duas grandes perguntas envolvem a migração feminina: 1. Como a migração feminina é moldada pela construção social do masculino e feminino e pela desigualdade social entre homens e mulheres, que promovem ou limitam os tipos de mobilidade; 2. Como a migração influencia na desigualdade social entre homens e mulheres, e quais são as dimensões da migração que as influenciam (ROSAS, 2015).

¹⁵ [...] where research in international migration has demonstrated gender to be an especially important influence on migratory behavior.

A primeira questão diz respeito à etapa prévia ao movimento, ao estágio pré-migração, que usualmente ocorre no país de origem do migrante. É nessa fase que a construção de gênero imprime características particulares e distintas nas decisões, nas estratégias e na própria prática migratória. “Quer dizer, quando o *habitus* de gênero, como princípio gerador e organizador, é imposto aos agentes”¹⁶ (ROSAS, 2015, p. 276, tradução nossa).

A segunda questão refere-se à etapa posterior ao movimento, ao estágio pós-migração, a situação dos migrantes que já chegaram ao lugar de destino. A chegada do migrante no país de destino, em um ambiente social desconhecido, produz grande impacto no seu imaginário, pois é confrontado com um novo estilo de vida, com novas instituições, que podem pôr em xeque o anteriormente conhecido por ele. “É aqui quando o movimento espacial, indiretamente, fornece as oportunidades para produzir transformações no *habitus*”¹⁷ (ROSAS, 2015, p. 276, tradução nossa).

Há, ainda, uma terceira etapa que une as duas anteriormente mencionadas e que também é influenciada pelas relações de gênero, o trânsito migratório.

Muito embora o objetivo deste trabalho se concentre na análise da terceira etapa, do trânsito das mulheres migrantes, as três estruturas analíticas serão postas em discussão, em razão da importância de se mostrar como as relações, os papéis e as hierarquias de gênero influenciam todo o processo migratório e, como consequência, produzem diferentes resultados para os homens e para as mulheres, ainda que a intenção seja focar somente na migração feminina.

1.2.4 Pré-migração

A teoria especializada salienta que o gênero cumpre um importante papel de facilitador ou limitador no contexto migratório. Da mesma forma, a posição social da mulher (em relação aos homens, às outras mulheres, à estrutura familiar) é um importante condicionante do seu deslocamento. “Em suma, o grupo étnico e a inserção de classe, juntamente com as relações de

¹⁶ Es decir, cuando los *habitus* de género, em tanto principios generadores y organizadores, se imponen a las y los agentes.

¹⁷ Es aqui cuando el movimiento espacial, indirectamente, brinda las oportunidades para producir transformaciones em los *habitus*.

gênero e as hierarquias de poder dentro das famílias, condicionam o status da mulher e estabelecem o contexto de sua mobilidade”¹⁸ (ROSAS, 2015, p. 297, tradução nossa).

Entre os fatores que influenciam na decisão de migrar, encontram-se, em primeiro lugar, os macroestruturais, que se referem às características econômicas do país de origem e de destino, além das construções socioculturais de gênero e étnicas. Em relação às características da economia do país destino, Rosas enumera várias causas que podem afetar diretamente os deslocamentos:

O modelo de acumulação, o estágio de desenvolvimento e o papel do Estado; a modalidade de propriedade da terra; as condições do mercado de trabalho e a qualidade das condições de trabalho; a possibilidade de a economia fornecer empregos e o tipo de empregos disponíveis; a possibilidade de o Estado prover infraestrutura relacionada à educação e saúde; a localização geográfica do país de origem; o lugar do país de origem na economia internacional; entre outras¹⁹ (ROSAS, 2015, p. 297-310, tradução nossa).

Também têm relevância para a decisão de migrar, as características econômicas do país destino, principalmente no que diz respeito ao trabalho: a configuração do mercado de trabalho; os tipos de trabalhos oferecidos; a discriminação salarial, etc. (ROSAS, 2015).

Especialmente no caso das mulheres, “a discriminação de gênero no mercado de trabalho dos países de origem e a expectativa de rápida inserção do trabalho a partir de seu emprego no trabalho doméstico e de cuidados no local de destino”²⁰ (POMBO, 2015, p. 70, tradução nossa), além da privação de direitos e oportunidades em seu país natal, são importantes fatores motivadores para a migração feminina.

Os fatores macroestruturais socioculturais de gênero são aqueles que influenciam especialmente nas possibilidades e na forma da migração, dentre os quais se destacam as redes sociais e o idioma, como facilitadores da migração feminina. “As redes de parentes, amigos ou vizinhos que estão inseridos nos países de destino, proporcionam contenção aos recém-

¹⁸ En términos más amplios, el grupo étnico y la inserción de clase, junto a las relaciones de género y a las jerarquías de poder dentro de la familia, condicionan el estatus de la mujer y establecen el contexto de su movilidad.

¹⁹ El modelo de acumulación, el estadio de desarrollo y el rol del Estado; la modalidad de propiedad de la tierra; las condiciones del mercado laboral y la calidad de las condiciones de trabajo; la posibilidad de que la economía provea empleos y el tipo de empleos disponibles; la posibilidad de que el Estado provea infraestructura relacionada con educación y salud; la localización geográfica del país de origen; el lugar del país de origen en la economía internacional; entre otras.

²⁰ En el caso de las mujeres, la discriminación de género en el mercado laboral de los países de origen y la expectativa de inserción laboral rápida a partir de su empleo en trabajos domésticos y de cuidados en el lugar de destino han sido relevados como motivos importantes que motorizan la migración femenina.

chegados e geralmente cumprem também a função de recrutamento de novos trabalhadores”²¹ (CASTELHANOS, 2005 citado por ROSAS, 2015, p. 310, tradução nossa).

Além disso, os fatores socioculturais de gênero são muito visíveis no âmbito familiar. Os familiares são outro elemento que afetam diretamente o deslocamento, pois nesse âmbito impõe-se uma série de restrições à mobilidade feminina. É ali onde se pode melhor vislumbrar o status da mulher dentro das hierarquias de poder. Não se trata, contudo, de um status estático, uma vez que ele varia no decorrer do curso da vida familiar, consequentemente, a influência da estrutura familiar na migração também (ROSAS, 2015).

Entre os elementos mais relevantes do âmbito familiar que agem diretamente na migração feminina, pode-se destacar,

o tipo e estrutura familiar, a autoridade relativa de mulheres e homens na tomada de decisões, o tempo gasto na produção doméstica e os arranjos familiares com os quais a mulher tem, isto é, filhas, sobrinhas, avós ou vizinhas que podem operar como mães de aluguel. Também são importantes os efeitos de aspectos como a transgressão de certos limites que definem os papéis sexuais, discórdias conjugais e violência física, infelicidade e colapso conjugal, ou discriminação contra um certo grupo de mulheres²² (ROSAS, 2015, p. 307, tradução nossa).

Tem-se, ainda, como fator impulsionador, o nível individual, que se refere às posições de homens e mulheres que foram diretamente definidas pelos estratificadores sociais. Vários estudos apontam que muitas das motivações para o deslocamento têm relação direta com a reprodução das construções sociais de gênero. Enquanto os homens migram com o intuito de obter um emprego e continuar com o status de provedor da família, as circunstâncias dos deslocamentos das mulheres estão ligadas à sua localização em sistemas de gênero, como por exemplo, fugir de contextos culturais e familiares opressivos (POMBO, 2015).

São dois fatores principais que determinam a possibilidade de migrar, tanto para os homens quanto para as mulheres. O primeiro deles se refere à capacidade, específica de gênero, de tomar a decisão de migrar. O segundo diz respeito ao acesso aos recursos necessários para a migração (financeiro e informações). Tais fatores são influenciados pelo contexto familiar e

²¹ Las redes de familiares, amigos o vecinos que se encuentran insertas em los países de destino, brindan contención a las recién llegadas y Suelen cumplir también la función de reclutar nuevos trabajadores em función de las demandas de los mercados de trabajo de destino.

²² El tipo y estructura familiar, la relativa autoridad de mujeres y hombres em la toma de decisiones, el tempo gastado em la producción doméstica y los arreglos familiares com los que la mujer cuenta, es decir, hijas, sobrinhas, abueas o vecinas que puedan operar como madres substitutas. También son importantes los efectos de aspectos tales como la trsgresión de ciertos limites que definen los roles sexuales, los desacuerdos maritales y la violència física, la infidelidad y la ruptura marital, o la discriminación contra certo grupo de mujeres.

sociocultural em que estão inseridos, os quais são particularmente significativos para o estudo da migração feminina, pois, é geralmente dentro da família e do meio social a que a mulher está inserida, que se observam os papéis atribuídos a ela, os quais, por sua vez, determinam a motivação para migrar, controlam a distribuição de recursos e informações que podem apoiar, desestimular ou impedir o deslocamento (BOYD; GRIECO, 2003).

Assim, quando se fala no estágio pré-migração da migração feminina o contexto familiar é muito significativo, pois é ele que determina a posição da mulher em relação aos outros membros familiares e ao âmbito social no qual ela está inserida. Da mesma forma, é por meio dele que se pode ter uma noção da estrutura de poder imposta e, como consequência, da possibilidade e probabilidade de a mulher tomar decisões de forma independente.

O contexto aqui exposto diz respeito tão somente às migrações espontâneas, embora não se possa dizer que a espontaneidade dos deslocamentos não seja fruto de alguma forma de desigualdade ou situações de vulnerabilidade. Dificilmente há um período pré-migratório em migrações forçadas. Quando os indivíduos se veem obrigados a deixar sua casa às pressas, seja por motivo de guerra, conflitos, perseguição, etc., raramente têm tempo ou recursos para organizarem e se prepararem para o deslocamento. Logo, a fase anterior à mobilidade espacial não é tão definida como no caso de uma migração “voluntária”²³.

Isso não quer dizer que o gênero não influencie também nas migrações forçadas. Pelo contrário, mesmo em um cenário em que o deslocamento é forçado, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres antes do deslocamento em si, não raras vezes, são maiores do que aquelas encaradas pelos homens. Dependendo de como são e de como se portam as relações de gênero na sociedade de origem, tanto do ponto de vista econômico, ideológico, cultural, etc., os obstáculos para a migração são maiores para as mulheres. Em uma sociedade em que as mulheres não são economicamente independentes, por exemplo, dificilmente elas possuem os recursos necessários para um deslocamento relativamente seguro.

1.2.5 Pós-migração

Vários fatores podem contribuir para as mudanças ocorridas na situação dos migrantes após a migração. A migração, ainda que indiretamente, pode ser elemento fundamental para

²³ Coloca-se a palavra voluntária entre aspas porque, como já mencionado, o fato de o indivíduo escolher se deslocar não quer dizer que a escolha seja totalmente espontânea e livre. Pode ser que ele esteja inserido em um contexto social marcado por situações que demandem uma mudança enérgica, como a migração.

potencializar as estruturas dos indivíduos e contribuir para a reelaboração das construções de gênero (ROSAS, 2015).

A etapa da pós-migração refere-se às políticas migratórias dos países de destino que influenciam na adaptação e na integração dos migrantes na sociedade de acolhimento. Nesta fase estão presentes os fatores macro e micro (individual), os quais se dividem em três áreas principais. (BOYD; GRIECO, 2003).

Segundo Boyd e Grieco (2003), o primeiro fator que pode vir a afetar a mulher migrante é o impacto do status na hora da entrada no país destino e na capacidade de integração na nova sociedade.

Muito embora a política migratória possa parecer, em um primeiro momento, neutra em termos de gênero, aplicada de forma igual entre homens e mulheres, ela é implementada em um contexto social carregado pelo gênero e, por isso, pode afetar diretamente a capacidade de ambos migrarem. Como é a política de migração que determina o status de entrada dos migrantes, ela pode também determinar o nível de sucesso da integração no país anfitrião. “Isso porque o status de entrada determina os direitos de residência e emprego e pode fazer parte dos critérios de elegibilidade para programas de bem-estar social²⁴” (BOYD; GRIECO, 2003, p. 22, tradução nossa).

O problema é que é mais provável que o status de ingresso prejudique as mulheres do que os homens, pois os direitos essenciais para o migrante (residência, emprego, bem-estar social, etc.) são geralmente diferenciados por gênero. Como as mulheres migrantes são vistas pelo país receptor como “dependentes”, seus direitos podem tornar-se dependentes do status de migração e residência de outros membros da família, o que pode afetar a capacidade das mulheres migrantes de ter acesso a direitos por conta própria (BOYD; GRIECO, 2003).

O segundo fator que pode afetar as mulheres migrantes na adaptação e na integração dos migrantes na sociedade de acolhimento são as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho. Nas sociedades de um modo geral, ainda há a convicção de que certos trabalhos são destinados a determinadas pessoas, reservando-se, assim, empregos não qualificados, mal remunerados e sem proteção para as mulheres (BOYD; GRIECO, 2003). Evidente que esta situação não é exclusividade das mulheres migrantes, homens migrantes também são discriminados e desvalorizados no mercado de trabalho, mas o ponto é que o status de mulher

²⁴ This is because entry status determines residency and employment rights and can be part of the eligibility criteria for social welfare programs.

migrante influencia e muito na inserção das mulheres no mercado de trabalho, até mais do que ocorre com os homens (BOYD; GRIECO, 2003).

Um exemplo da influência do status mulher migrante é que as escolhas laborais delas são bem mais limitadas do que as dos homens migrantes. Estudos apontam que elas tendem a ser inseridas em setores de trabalhos menos remunerados e regulamentados, como é o caso dos trabalhos domésticos e de cuidado, e da indústria de confecção de roupas, o que contribui para o surgimento de situações de vulnerabilidade (POMBO, 2015).

O terceiro fator diz respeito ao impacto que a migração ocasiona na mudança de status de mulheres e homens que migram. A migração pode ter um impacto positivo, negativo ou neutro no status dos migrantes femininos e masculinos. Apesar de que, num primeiro momento, esta concepção indica uma falta de consenso e num raciocínio óbvio, o status deve ser entendido e definido com base em diferentes níveis, como individuais e familiares (níveis micro), ou comunitários e sociais (níveis macro) (BOYD; GRIECO, 2003).

Como impacto positivo, deve-se citar a independência financeira que pode ser conquistada pelas mulheres migrantes. As mulheres que migram em busca de uma melhor condição de vida podem se tornar as provedoras de seus lares e, conseqüentemente, alcançar uma autonomia que antes da migração não parecia possível, bem como melhorar sua autoestima. Com essa nova forma de liberdade conquistada, a sua posição e reconhecimento dentro de sua família e comunidade podem mudar, pois, tornam-se mais valorizadas e visíveis, o que pode favorecer para que as relações com seus parceiros tornem-se mais equitativas, por exemplo (ROSAS, 2010 citada por POMBO, 2015).

Já como impacto negativo, nota-se a dupla discriminação que elas sofrem, por serem mulheres e migrantes, o que acaba por ocasionar isolamento e situações de exploração de vários tipos. Além do ingresso em trabalhos bem remunerados e regulamentados ser um problema, como mencionado acima, o acesso a direitos sociais muitas vezes é de forma precária, sem falar que cada migrante tem a sua cultura e seus costumes, e a maioria dos serviços públicos e seus servidores não está preparado para atender essa demanda, o que pode ocasionar um desrespeito ainda maior aos direitos das mulheres, como explica Allison Petrozziello (2013, p. 188-189, tradução nossa):

A diferença linguística e cultural pode ser um obstáculo importante na comunicação e tratamento dos migrantes. É comum o pessoal de saúde ignorar as necessidades particulares de seus pacientes migrantes que, devido a seu histórico de saúde, experiências migratórias e condições de vida e trabalho no destino, apresentam um quadro diferente daquele com o qual foram treinados para lidar. Tudo isso pode ser agravado se o pessoal de saúde apresentar atitudes discriminatórias por razões étnico-

raciais ou dependendo do status migratório dos pacientes. No caso da saúde reprodutiva, as práticas de pré-natal, parto e pós-parto variam de acordo com o contexto cultural, e as diferenças resultantes podem produzir situações desconfortáveis tanto para o paciente quanto para o pessoal de saúde²⁵.

Assim, pode-se falar que os efeitos da migração, em termos de empoderamento das mulheres, são diversificados e por vezes contraditórios. De um lado, a migração permite que as mulheres se tornem independentes financeiramente e provedoras de suas famílias, aumentando, com isto, a sua autonomia e autoestima. Além disso, a migração pode ser um caminho para o aprendizado de novas culturas, costumes e valores, podendo, assim, as desigualdades de gênero ser questionadas. Por outro lado, como a migração ocorre em contextos fortemente marcados por ideologias e desigualdades de gênero, as mulheres migrantes sofrem dupla discriminação porque são mulheres e estrangeiras, e, conseqüentemente, podem sofrer isolamento, exploração e outras formas de violência. Ademais, caso tenham migrado sozinhas, elas podem passar anos sem ver seus familiares e filhos que ficaram em seu país de origem, o que pode lhes trazer sofrimento, ainda mais se não tiverem uma rede de apoio.

1.2.6 Trânsito migratório

O ato de migrar representa um estágio intermediário entre deixar o seu país de origem e entrar no país destino. Por meio de suas políticas, os Estados são os principais agentes do processo de migração internacional. Um indivíduo que se torna migrante, independentemente das motivações, é obrigado a lidar com as condições de saída do seu país de origem e com as condições de entrada e permanência impostas pelo país destino. Nesse sentido, “as políticas dos países de origem e destino, bem como as imagens estereotipadas de homens e mulheres e os papéis sexuais tradicionais em ambas as sociedades, determinam as características dos fluxos migratórios”²⁶ (BOYD; GRIECO, 2013, p. 18, tradução nossa).

²⁵ El idioma y la diferencia cultural pueden ser obstáculos importantes en la comunicación y tratamiento de personas migrantes. Es común que el personal de salud desconozca las necesidades particulares de sus pacientes migrantes que, debido a sus antecedentes sanitarios, experiencias migratorias y condiciones de vida y trabajo en destino, presentan un cuadro distinto al que han sido capacitados para tratar. Todo eso puede agravarse si el personal de salud presenta actitudes discriminatorias por razones étnico-raciales o en función de la condición migratoria de los/as pacientes. En el caso de la salud reproductiva, las prácticas de atención prenatal, parto y posparto varían según el contexto cultural, y las diferencias resultantes pueden producir situaciones incómodas tanto para la paciente como para el personal de salud.

²⁶ In this sense, the policies of both countries of origin and destination, as well as the stereotypical images of men and women and the traditional sex roles in both societies, determine the characteristics of migration flows.

Durante o século XX, muitos países retiraram de suas leis e regulamentos de imigração, critérios de discriminação baseados em sexo. Porém, apesar disso, os juízos de valores estão institucionalizados nas práticas administrativas que podem levar a diferentes resultados, dependendo se o migrante for homem ou mulher. Os primeiros estudos sobre a migração feminina observaram, por exemplo, que os resultados seletivos baseados no sexo do migrante são decorrentes de normas que levam em conta os papéis de gêneros aceitáveis, bem como do estereótipo sobre o lugar da mulher na sociedade (BOYD; GRIECO, 2013).

Mas não é só isso. Por meio de suas políticas, os países condicionam a migração de tal maneira, que os seus regulamentos e as suas omissões podem levar a situações de desrespeito aos direitos humanos mais básicos. Durante 2015, mais de 5.000 mulheres, homens e crianças perderam a vida em rotas migratórias (OACDH, 2016).

Ainda que os avanços tecnológicos tenham tornado as viagens mais rápidas e seguras, a situação enfrentada pela maioria dos migrantes é drasticamente preocupante. Para muitos indivíduos que se deslocam, a jornada pode levar semanas, meses ou até mesmo anos. O trajeto a ser percorrido, o meio de transporte a ser utilizado e o destino pretendido podem variar durante os estágios da jornada migratória.

Aqueles indivíduos que são forçados a se deslocarem correm maior risco durante o trajeto migratório, pois, como a probabilidade de terem traçado uma rota, planejado o deslocamento e colhido informações essenciais é menor, estão mais propensos a migrar em condições precárias e, como consequência, mais expostos a situações de vulnerabilidade.

“Um migrante que viaja em condições regulares experimenta a viagem e o “trânsito” de um modo diferente em relação a outro que viaja em condições irregulares” (OACDH, 2016, p. 5). Vários estudos mostram que a maioria dos migrantes irregulares recorrerá aos serviços de uma série de agentes da economia informal, entre eles os traficantes, em algum momento de sua jornada (OACDH, 2016).

Segundo a “General Recommendation nº 26” da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, as mulheres migrantes quando estão em trânsito podem enfrentar diversas violações de seus direitos. Durante sua passagem pelos países transitórios, estão vulneráveis a sofrerem abuso (sexual, físico, psicológico, etc.) por autoridades, coiotes, acompanhantes, agentes, dentre outros. E aquelas que “viajam

acompanhadas por um agente ou “coiote” podem ser abandonadas se encontrarem um problema durante o trânsito ou na chegada ao país de destino²⁷” (POMBO, 2015, p. 72, tradução nossa).

A pesquisa feita pela OACDH, em 2016, mostrou que é quase inevitável que as mulheres em trânsito sofram abuso sexual por membros de gangues, por autoridades de fronteira, polícias e outros funcionários e pelos homens que também estão migrando.

A omissão dos Estados de passagem e a corrupção existente nas rotas migratórias, são outros elementos presentes na experiência dos migrantes em trânsito. Funcionários de fronteira, policiais, soldados e funcionários de consulados e embaixadas participam do processo migratório de várias formas: fornecendo documentação e ignorando ou até mesmo participando como organizadores ou intermediários dos delitos que são cometidos. E os migrantes que foram vítimas dos abusos ou dos crimes raramente podem acessar a justiça, o que faz com que os autores possam agir com impunidade (OACDH, 2016).

Daí a importância de se falar e destacar a migração feminina. Apesar do que possa parecer, a migração não é um fenômeno independente do gênero. Muito embora os indivíduos possam ter se deslocado com um mesmo grupo e por uma mesma rota, a situação das mulheres migrantes é diferente daquela vivenciada pelos homens, principalmente no que diz respeito aos abusos de que são vítimas e as consequências fruto do processo migratório.

Para começar entender as especificidades que afetam as mulheres que migram, é necessário examinar a migração feminina a partir da perspectiva da desigualdade de gênero, papéis tradicionais impostos às mulheres e da prevalência generalizada da violência baseada no gênero e na feminização da migração.

Observar, analisar e relatar a experiência migratória das mulheres é torná-las visíveis como sujeitos e, como consequência, chamar a atenção para o vivenciado por elas, especificamente as situações de vulnerabilidade a que elas estão expostas no estágio intermediário do processo migratório, sem falar que a incorporação de uma perspectiva de gênero é de importância essencial para o desenvolvimento de políticas para combater a discriminação, a exploração e o abuso de que são vítimas. Porém, antes de tratar dessas questões e de adentrar no ponto da violência durante o trânsito migratório, faz-se necessário compreender um pouco mais acerca da migração feminina, da chamada “feminização das migrações” e do atual contexto migratório na região da América Latina e Caribe.

²⁷ Las que viajan acompañadas por un agente o “coyote” pueden verse abandonadas si éste tropieza con algún problema durante el tránsito o a su llegada al país de destino.

CAPÍTULO II – MULHERES MIGRANTES

2.1 FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

Tradicionalmente, durante boa parte do desenvolvimento da história humana, as ciências como um todo foram produzidas por homens e para os homens, fato que talvez explique a invisibilidade feminina na maior parte dos estudos e análises científicas (DINIZ, 2009). E no campo dos estudos migratórios não foi diferente.

Como já mencionado, a migração não é um fenômeno novo, pelo contrário, é um fato que se repete no decorrer da história, por motivos e intensidade variados. De acordo com o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (2014), “os grandes movimentos migratórios ocorridos em outras épocas tiveram sua causa nas invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais, fome, superpopulação de determinadas regiões”, etc. Mas, independentemente dos motivos que ocasionaram as migrações no passado, as fontes de informações e estudos por muito tempo negligenciaram o deslocamento feminino, mesmo elas sendo protagonistas e possuidoras de papel fundamental nos deslocamentos.

Até o início dos anos 1970 os estudos sobre migração não consideravam em suas análises as diferenças de sexo, etnia, etc., não havendo, assim, nas abordagens teóricas, o protagonismo feminino, até porque muitos pesquisadores e teóricos ainda estavam sendo guiados pelas teorias neoclássicas de migração, segundo as quais os homens eram “mais aptos a correr risco, enquanto as mulheres eram as guardiãs da comunidade e da estabilidade” (ASSIS, 2007, p. 749).

As principais teorias desse período foram elaboradas a partir das perspectivas dos países desenvolvidos, segundo os quais, o modelo que representava o migrante era do tipo econômico e do sexo masculino, enquanto a mulher era vista como simples acompanhante que tinha como objetivo principal a reunificação familiar. Dessa maneira, a exclusão teórica era justificada nas dicotomias tradicionais de produção/reprodução e masculino/feminino. Como o migrante masculino era tido como “o produtivo”, já que representava o trabalho e, conseqüentemente, a economia, eram centrados neles todas as visões do processo migratório. Dessa forma, a grande maioria dos estudos migratórios mantinha-se dentro do âmbito capitalista, de modo que as mulheres migrantes eram tidas como invisíveis em razão da ideia de que elas não eram produtivas economicamente (LANDRY, 2012).

Assim, apesar de as mulheres sempre terem participado dos fluxos migratórios, os pesquisadores durante muito tempo olhavam para elas apenas como companheiras dos homens

no processo de migração, ou seja, eram as migrações masculinas que determinavam as tendências teóricas e as mulheres eram vistas somente como cônjuges e figurantes, dependentes dos homens, que eram os verdadeiros chefes das famílias, provedores e, como consequência, sujeitos do processo migratório, como explica Assis (2007, p. 767):

Nos estudos clássicos de migração, as mulheres eram descritas como aquelas que acompanhavam ou como aquelas que esperavam por seus maridos ou filhos, sem evidenciar, por exemplo, a importância de seus ganhos para a renda familiar. Portanto, as análises muitas vezes não só encobriam a participação das mulheres, como também não percebiam que a migração de longa distância ocorre articulada em uma complexa rede de relações sociais nas quais as mulheres têm uma importante participação.

Desse modo, por muito tempo o estudo da migração foi voltado para a perspectiva do homem, sendo o deslocamento das mulheres objeto de muito pouca atenção (MIRANDA, 2009). A subestimação da migração feminina tinha mais a ver com o fato de a mulher ser vista como ser dependente, que migra apenas “na qualidade de esposas, mães ou filhas de migrantes masculinos” (MIRANDA, 2009), do que com a questão quantitativa, já que elas sempre tiveram presentes nos movimentos migratórios.

Assis (2007) afirma, por exemplo, que muito embora nos anos de 1930 as mulheres já predominavam na migração legal para os Estados Unidos da América, o seu protagonismo não foi considerado pelos estudiosos da época,

e, como consequência, aspectos importantes da migração e do estabelecimento dos imigrantes, bem como as diferenças de classe, gênero e etnia entre os mesmos, não foram percebidas. Logo, as razões e as características da mobilidade diferenciada por gênero não eram adequadamente enfocadas: sujeitos migrantes eram assumidos como sendo de gênero masculino e não se davam visibilidade à participação feminina. (Assis, 2007, p. 767).

Até recentemente, o próprio vocábulo “migrante” implicava um conceito masculino, sugerindo que o verdadeiro migrante é aquele “do sexo masculino” (ASSIS, 2007).

Com a aceitação do conceito mulher migrante, com a mitigação da ideologia patriarcal e da ideia de que o homem é o único autor e sujeito dos estudos migratórios (MOROKVASIC, 1984), e com a reivindicação por teóricas feministas da necessidade de estudar a mulher enquanto sujeito, as mulheres passaram a ter maior evidência nas dinâmicas migratórias.

Na América Latina, é durante a década de 1980 que ocorre uma mudança nas percepções do conceito e pressupostos que giram em torno do migrante. Inicia-se, então, um novo marco teórico nos estudos da migração com a introdução da mulher como sujeito migrante, como explica Landry (2012, p. 100, tradução nossa):

É nos anos 80, quando há certa mudança no que se refere à percepção de sexo e gênero sobre o migrante. Da mesma forma, e em oposição à posição androcêntrica anterior a esses anos, uma nova estrutura conceitual dentro da teoria da migração internacional foi gradualmente iniciada, o que envolveu uma certa mudança demonstrativa que permitiu que as mulheres entrassem academicamente como um novo sujeito incorporando a análise de gênero para fenômenos migratórios²⁸.

Nesse contexto, com a eclosão das várias perspectivas feministas, o papel da mulher no processo migratório foi sendo desmistificado tanto pela incorporação do termo gênero nos estudos e teorias migratórias, quanto pelo desenvolvimento da conceptualização do fenômeno chamado de “feminização das migrações”.

Esse novo conceito pode ser definido e delimitado por dois principais elementos introdutórios. O primeiro se refere ao aspecto quantitativo que destacou um suposto aumento no número de mulheres migrantes. Já o segundo, diz respeito a uma abordagem mais fundamental que focou traçar um perfil participativo das mulheres como migrantes independentes, como bem explicado no livro “Migrant Women and Gender Violence” (POMBO, 2015, p. 85, tradução nossa):

Este conceito geralmente se refere mudanças quantitativas e qualitativas. Por um lado, as mulheres participam cada vez mais no acelerado processo de migração internacional; elas atualmente representam metade da população migrante do mundo (após um ligeiro aumento no número). Por outro lado, há mais mulheres migrando autonomamente, como pioneiras em fluxos e como principais provedores de suas famílias transnacionais²⁹.

Portanto, quando se fala em “feminização das migrações” não é apenas à questão quantitativa que se está referindo, isto é, ao fato de que as mulheres nos últimos anos representam metade dos deslocados no mundo. Na verdade, o conceito que está por trás dessa expressão é bem maior e complexo, ele está ligado às motivações, aos meios e as formas da migração feminina, além dos processos de integração à nova comunidade, a contribuição

²⁸ Es en los años 80, cuando se produce cierto giro en lo que se refiere a la percepción de sexo y género sobre el migrante. Así mismo, y como contraposición a la postura androcéntrica anterior a estos años, se inició paulatinamente un nuevo marco conceptual dentro de la teoría migratoria internacional, lo que involucró un cierto cambio demostrativo que permitió a la mujer entrar desde lo académico como un nuevo sujeto incorporando el análisis de género para los fenómenos migratorios.

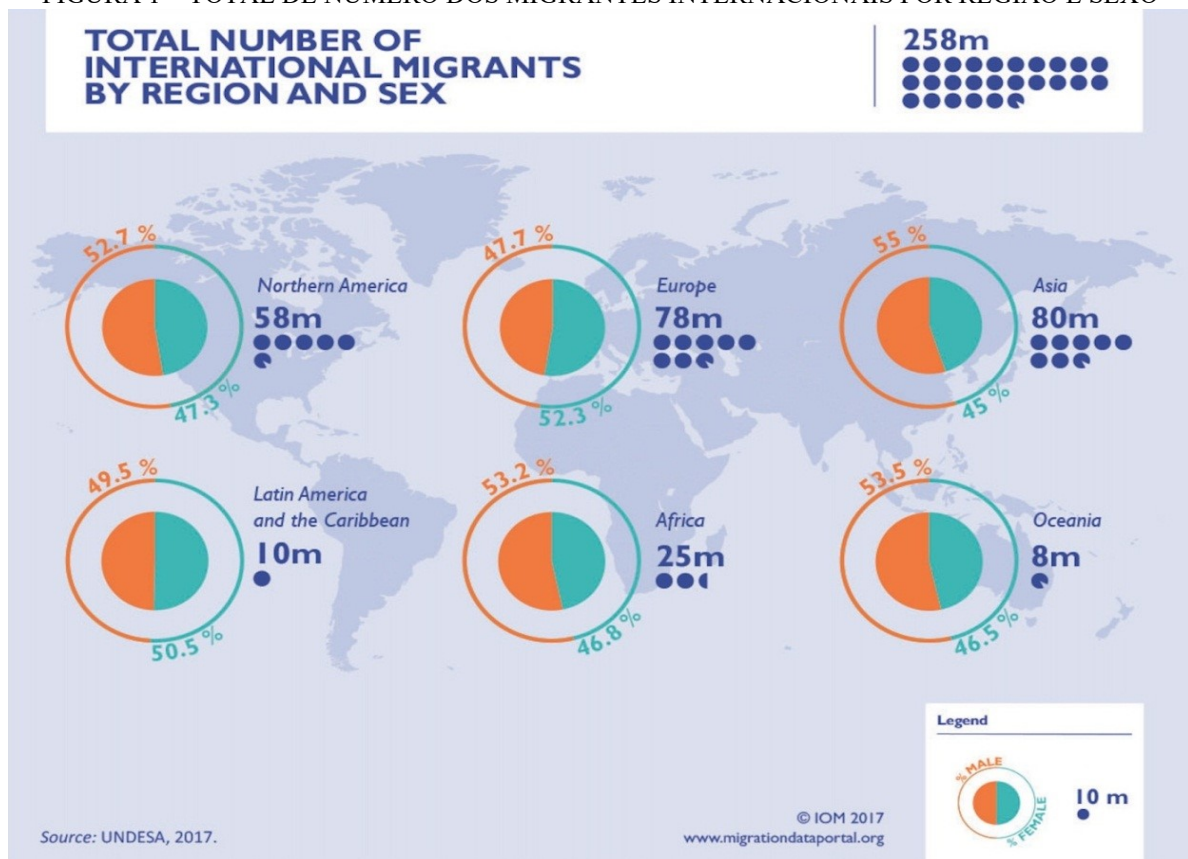
²⁹ This concept usually refers to quantitative and qualitative changes. On the one hand, women increasingly participate in and accelerate international migration processes; they currently account for half of the world's migrant population (after a slight increase in number). On the other hand, there are more women migrating autonomously, as pioneers in flows and as the main providers for their transnational families.

econômica e social da mulher migrante, bem como a evidência e relevância das mulheres nos processos migratórios.

De forma didática, pode-se dizer, então, que a expressão “feminização das migrações” permite identificar três fenômenos distintos envolvendo a migração feminina: o aumento quantitativo das mulheres migrantes, a mudança no próprio perfil da migrante mulher e a maior visibilidade da participação das mulheres nos fluxos migratórios.

Em relação ao primeiro fenômeno citado, de acordo com o UN DESA (2017) - The Population Division of the United Nations Department of Economic and Social Affairs – as mulheres representam um pouco menos que a metade do total de migrantes internacionais, mais precisamente 125 milhões ou 48,4%. Especificamente nas regiões da América Latina, Oceania e Caribe, as mulheres migrantes representam 50,5% dos deslocados.

FIGURA 1 – TOTAL DE NÚMERO DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS POR REGIÃO E SEXO



FONTE: UN DESA (2017).

De modo geral, diversas variáveis podem influir no desenvolvimento quantitativo dos fluxos migratórios: as leis migratórias, as demandas do mercado de trabalho, as redes migratórias, diferenças culturais e sociais, migrações forçadas, mudanças climáticas, as estruturas de gênero, etc. “De forma mais concreta, a reunificação familiar, a crescente

demanda do mercado de trabalho doméstico, além da busca por emancipação de estruturas patriarcais, podem representar variáveis importantes na configuração dos fluxos femininos” (MILESI; MARINUCCI, 2015, não p.).

O segundo fenômeno vinculado à expressão “feminização das migrações” diz respeito à alteração do perfil da mulher migrante. É crescente o número de mulheres com um projeto migratório próprio, individual, que se deslocam de forma independente por diferentes razões, não raras vezes por motivo de trabalho, já que muitas delas tornaram-se provedoras do lar. Essa nova forma de migração feminina, em alguns casos decorre do fato de que nas últimas décadas as mulheres alcançaram certa emancipação, e em outros a mobilidade espacial visa precisamente à busca por essa emancipação. O deslocamento, assim, pode ser indicação ou meio de empoderamento feminino (MILESI; MARINUCCI, 2015).

Nesse sentido, segundo Rodrigues e Vasconcelos (2010, p. 332) as mulheres,

emigram por diversas razões, mas principalmente para inserirem-se no mercado de trabalho e, assim, buscarem sua independência econômica e autonomia de gênero, ou seja, o seu “empoderamento”, o que significa tomar o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino. Para essas mulheres, sair do seu país de origem em busca de espaço no mercado de trabalho possibilita não apenas a emancipação econômica, mas também o acesso a uma qualidade de vida e mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades.

Obviamente que a migração da mulher não está apenas ligada à sua emancipação. Não raras vezes, os motivos pelos quais elas migram estão mais relacionados à violência, perseguições, guerras, fome, mudanças climáticas, do que necessariamente com a busca de independência e autonomia, apesar da busca por um emprego e por uma maneira de prover a sua família também não pode ser desconsiderada. Independentemente dos motivos, muitas mulheres tornaram-se as principais provedoras de seus lares, o que faz com que recaia sobre elas a responsabilidade de sustentar famílias inteiras e, como consequência, surge a necessidade de buscar trabalho em outros países, que ao menos aparentemente podem lhes proporcionar melhores condições do que o da sua origem, o que acaba muitas vezes por colocá-las em situações de vulnerabilidade.

A questão envolvendo a alteração do perfil da mulher migrante, então, não advém necessariamente de razões positivas, como a busca por emancipação e autonomia, pelo contrário, são várias as causas mitigadoras de direitos fundamentais que obrigam as mulheres a se deslocarem de maneira independente.

Por fim, outro evento proveniente da feminização das migrações é a maior visibilidade da mulher, originado, especialmente, pela inserção da questão do gênero e seus reflexos nos estudos teóricos das migrações. Com efeito, por muito tempo, até o final dos anos 1970, os estudos sobre migrações tinham como sujeito de análise o homem migrante, negligenciando a figura da mulher e suas particularidades nos processos migratórios. Mas em razão de diversas reivindicações por igualdade de gênero, das mudanças no próprio setor econômico, a mulher migrante foi incluída nos estudos migratórios, como explicam Milesi e Marinucci (2015, p. 58-59),

De fato, até o final dos anos setenta, as principais teorias migratórias – estruturalistas e neoclássicas – focavam o trabalhador homem ou os fatores estruturais enquanto determinantes dos fluxos, negligenciando a especificidade da presença feminina nas dinâmicas migratórias. Nos últimos anos, no entanto, em decorrência dos aportes dos movimentos de promoção da igualdade de gênero, das mudanças do mercado de trabalho e do aumento quantitativo da migração feminina, foram introduzidos nas pesquisas acadêmicas critérios analíticos *gender sensitive* (GRIECO & BOYD, 2003) o que permitiu reconhecer a presença e o protagonismo da mulher migrante, bem como sua peculiaridade na estruturação das dinâmicas migratórias dos fluxos contemporâneos.

A maior visibilidade da participação das mulheres nos fluxos migratórios trouxe à tona as situações de vulnerabilidade a que elas estão expostas, as formas de violência, as circunstâncias e eventos a que as mulheres são submetidas durante o deslocamento e até mesmo depois que chegam ao país destino, como explica Botega (2015, não p.):

A crescente participação das mulheres nos fluxos migratórios vem chamando cada vez mais atenção de diversos segmentos da sociedade. Os dados mais recentes das Nações Unidas (2013) remetem ao fato de que aproximadamente metade da população migrante no mundo seria composta por mulheres e que essa proporção seria ainda mais intensa nos países mais desenvolvidos, passando dos 50%. O fenômeno da “feminização das migrações”, termo utilizado para designar essa maior visibilidade da participação das mulheres nos fluxos migratórios, evidencia formas, desdobramentos e uma diversidade de condições e circunstâncias a que enfrentam as mulheres em deslocamento.

O ato de migrar representa, por certa perspectiva, uma atitude de resiliência (BOTEGA, 2015) da mulher, na medida em que ela muitas vezes se desloca com o intuito de fugir das violências institucionalizadas nos mais diversos segmentos sociais (condições de trabalho degradante, repressão do Estado, da sociedade, do marido, etc.), e em busca de melhores condições de vida para si própria e para a sua família. E é justamente por esse motivo que não se pode fechar os olhos e ignorar as situações que as migrantes vivenciam durante o processo migratório (violência em todas as suas formas) e no destino final (trabalho doméstico

ou manual mal remunerado; discriminação; remuneração menor do que aquela paga aos homens migrantes; sofrimento por separar-se da família e deixar os filhos no país de origem; etc.).

De fato, a mobilidade feminina pode ser utilizada como uma forma de romper barreiras impostas pela sociedade, isto é, como um meio de adquirir autonomia e independência, de buscar uma melhor condição de vida para si e para sua família, como pode também ocasionar diversos desafios a serem enfrentados pelas mulheres migrantes, tais como: choques de cultura, violência, preconceito, processo de negociação relativo à própria identidade, etc. Precisamente em razão das diversas situações vivenciadas pelas mulheres migrantes é que a visibilidade da migração feminina é tão importante, porquanto é a partir da evidenciação das trajetórias, histórias de vida, das explorações por trás da migração das mulheres, é que se pode visar a criação e implementação de políticas públicas eficientes na defesa e no cumprimento de seus direitos.

Antes de destacar as violações dos direitos das mulheres migrantes, é importante discorrer sobre as migrações na região escolhida para este trabalho, qual seja a América Latina e Caribe. Isso porque para compreender o objeto principal deste estudo é necessário ter uma visão, ainda que geral e superficial, do contexto migratório da região, vez que ele influencia diretamente na questão da violência cometida contra as mulheres migrantes no trânsito migratório.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Em um mundo globalizado, como o que se está vivendo, a migração desempenha um papel essencial nos processos de reprodução social. De forma mais específica, as migrações estão intimamente ligadas aos processos demográficos, econômicos e de estratificação socioeconômica (de classe). O primeiro papel central da migração está vinculado à “complementaridade da dinâmica da população das regiões de origem com a dinâmica nos países de destino”³⁰ (CANALES, 2016 citado por VALERA et al., 2018 p. 9, tradução nossa). O segundo diz respeito ao duplo efeito na reprodução do capital. Por um lado, a migração se porta como um processo de transferência de força de trabalho e capital humano entre os países de origem e destino e, por outro, como “fluxos originários de recursos, especialmente remessas,

³⁰ [...] la complementariedad de la dinámica de la población de las regiones de origen con la dinámica en los países de destino.

muitas vezes essenciais para a reprodução social das famílias, por definição transnacionais e suas comunidades de origem”³¹ (VALERA et al., 2018, p. 9, tradução nossa). Por fim, a migração é um fator importante de reprodução social das diferenças e desigualdades nos países de origem e destino (VALERA et al., 2018). Nos países de origem, destacam-se os contextos de saída, os motivos que levam as pessoas a migrarem. Nos países destinos, a questão é com a dificuldade de integração, com a precariedade dos trabalhos e condições de vida, além de todas as outras formas de violações dos direitos humanos.

O atual contexto migratório, do qual faz parte a migração contemporânea, ocorre em uma sociedade global e pós-moderna, cujos processos sociais, econômicos e culturais se desdobram em um mundo onde as fronteiras nacionais tendem a ser mais porosas e difíceis de controlar, apesar dos grandes esforços. Esse cenário desafia os Estados a adotarem uma nova forma de organização mundial que coloque os direitos fundamentais acima dos interesses nacionais, ou seja, que alcance um sistema de proteção social universal que abarque todos os grupos que compõem a sociedade, que está cada vez mais complexa, heterogênea e que demanda um olhar nos riscos e vulnerabilidade das pessoas que a compõem (VALERA et al., 2018).

Ao mesmo tempo em que a migração é um fenômeno estudado por diversas vertentes e a partir de múltiplas disciplinas, a atenção dada à relação entre os deslocamentos e os desafios e lacunas na proteção social tem sido relativamente pequena. Os migrantes, tradicionalmente, têm sido um segmento populacional não priorizado pelas políticas públicas e sociais, de um modo geral, o que acaba por ocasionar grandes problemas e violações a direitos fundamentais, vez que as atuais expressões migratórias são um tanto peculiares se comparadas com as passadas.

Como já mencionado, os movimentos migratórios constituem um fenômeno complexo, multifacetado, que está em constante mudança, não podendo ser separado da história de todas as sociedades. E a região da América Latina e Caribe não é uma exceção. Os acontecimentos passados, presentes e futuros, bem como as principais características e desafios sociais, econômicos, culturais e políticos dessa região dificilmente são analisados e compreendidos sem que haja um ponto de relação com a complexa dinâmica das migrações, intra e extra regional. Isso não quer dizer que a migração foi um processo linear, pelo contrário, pode-se distinguir ciclos e etapas muito diferentes ao longo da história colonial e republicana

³¹ [...] flujos de recursos, en especial remesas, muchas veces esenciales para la reproducción social de familias, por definición, transnacionales y de sus comunidades de origen.

nas sociedades latino-americanas e caribenhas. Hoje, por exemplo, o perfil migratório dessa região é de ondas migratórias sucessivas, voluntárias ou forçadas, fazendo parte, assim, do atual contexto migratório mundial (VALERA et al., 2018).

A América Latina e o Caribe são cenários de intensos processos migratórios que vêm transformando as sociedades e incorporando nelas novas características. O deslocamento nessa região é plural, manifestando todas as expressões da migração internacional contemporânea, desde a emigração dos latino-americanos e caribenhos até a imigração, retorno, migração irregular, deslocamento forçado, refúgio, etc. A questão é que há uma nova tendência migratória nessa região. Embora ainda se verifique migrações regulares temporárias e permanentes, intensificou-se ao longo dos últimos anos a migração forçada, a qual é consequência das enormes desigualdades e desequilíbrios econômicos, sociais, de gênero, raciais, políticos e culturais nas sociedades latino-americanas.

Quando se trata de deslocamento forçado, a violência contra o migrante pode ser vista desde antes da sua saída do país de origem. Tanto é assim, que os abusos e vulnerabilidade sociais, em todas as suas formas, são os principais motivos para a migração. Possível notar ainda, os riscos durante todo o trajeto migratório, porquanto a migração forçada está ligada muitas vezes à migração irregular que, por sua vez, é um fenômeno composto por um dos processos migratórios menos seguros para a pessoa migrante. Finalmente, a consequência da migração forçada também se reflete nos países destinos. Se o migrante já vem de uma situação de pobreza e vulnerabilidade e não encontra no país destino políticas públicas eficientes de integração, a alteração da sua atual condição é extremamente difícil e delicada, fazendo com que sua situação de vulnerabilidade se prolongue.

A partir dos novos contextos migratórios visíveis na América Latina e Caribe, pode-se compreender o cenário em que a mulher migrante está exposta, isto é, compreender umas das causas de sua vulnerabilidade e invisibilidade. Para isso, é interessante fazer algumas considerações sobre a migração nessa região, para então adentrar na questão acima destacada. Antes, contudo, deve-se ressaltar que é extremamente difícil encontrar uma estimativa exata de migrantes latino-americanos nas últimas décadas, pois não existe um único mecanismo oficial de controle de dados e, por isso, as informações migratórias são fornecidas pelas próprias partes interessadas, o que dificulta a análise em razão das diferentes formas de levantamento dos dados, estatísticas e informações. Além, é claro, da dificuldade de se obter materiais direcionados a grupos específicos, como as mulheres, por exemplo. Mas como a intenção é destacar a vulnerabilidade e invisibilidade, a exatidão de informações e números não se mostra

essencial. Na verdade, a ausência de dados demonstra a invisibilidade da migração feminina, o que, por sua vez, contribui para a continuidade e aumento das situações de vulnerabilidade.

2.2.1 Panorama geral das tendências migratórias na América Latina e Caribe

Especificamente no que se refere à América Latina e ao Caribe, desde o século XX, tem sido uma região onde o fluxo migratório teve muita importância, tanto na perspectiva extra regional quanto na perspectiva intra-regional. E esse fluxo só aumentou, especialmente a partir da segunda metade do século passado. Muito embora as causas desses movimentos migratórios sejam diversas, destacando-se as de cunho econômico e de natureza pessoal e familiar, nos últimos tempos é notório o aumento dos fluxos de indivíduos que são obrigados a sair de seu país de origem em razão da violência, fome e questões ambientais (RODRIGUEZ, 2014).

No início do século XXI, o fluxo migratório continuou aumentando significativamente em quase todas as regiões, em razão da crise global que atingiu boa parte dos países. Esse aumento migratório trouxe consigo mecanismos regulatórios, utilizados pelos países desenvolvidos e principais destinos dos migrantes, como forma de controlar os deslocamentos de acordo com os seus interesses e garantindo seletividade na entrada de pessoas em seu território (RODRIGUEZ, 2014).

Os países das Américas tiveram de forma geral, durante o período de 2011-2013, um crescimento econômico sustentável, um pouco mais baixo do que no ano de 2010, que foi marcado pela recuperação após a crise econômica de 2008-2009. A taxa de crescimento dos países da América Latina e do Caribe durante esse período (2011-2013) foi, em média, de 4%, que representa quase o dobro do observado nos Estados Unidos e no Canadá. Nesse contexto, enquanto a migração internacional aumentou nesse período em média 5%, nos países da América Latina e do Caribe o crescimento foi de 17% (porcentagens que derivam de dados que levam em conta movimentos regulares permanentes e temporários³²) (OEA, 2015).

Sobre as migrações regulares permanentes e temporárias durante o período de 2009-2013, a OEA (2015, p. 7, tradução nossa) em seu estudo intitulado “Migración internacional en las Américas: Tercer informe del Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas (SICREMI) 2015” ressaltou que,

³² Segundo a OEA (2015), migrantes temporários são aquelas pessoas de nacionalidade estrangeira que ingressam em um país com visto que pode ser renovável, mas de forma limitada. Já os migrantes permanentes são aquelas pessoas estrangeiras que ingressam no país com direito de residência permanente ou com visto que pode ser renovado de forma ilimitada.

muitos países das Américas experimentaram um aumento médio de dois dígitos na migração permanente e temporária ao longo do período de 2009-2012, embora em muitos casos a partir de níveis muito baixos. O nível de migração autorizada aumentou em geral por mais de 60% entre 2010 e 2013, após dois anos de pouca mudança. Em termos numéricos, a maior parte desse aumento foi registrada na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, mas muitos países menores, incluindo Barbados, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Paraguai e Uruguai, registraram altas taxas anuais de crescimento ao longo do período, muitas vezes excedendo 25%³³.

Em 2015, a migração nos países que compõem as Américas aumentou 6%, porcentagem ligeiramente superior à taxa média de crescimento observada no período de 2010-2015. Nesse mesmo período, a região da América Latina e do Caribe retomou seu crescimento sólido (11%), após o aumento de 2% observado entre 2013 e 2014. Na região do MERCOSUL o crescimento foi um pouco maior, situando-se em 13%. As migrações permanentes e temporárias na região da América Latina e Caribe foram responsáveis por 20% do total dos deslocamentos que ocorreram em todos os países das Américas em 2015, representando quase 880 mil migrantes em 2015, um aumento de aproximadamente 365 mil em comparação com 2010 (OEA, 2017).

O aumento na migração total observado nos países da América Latina e do Caribe é evidente, podendo ser observado o crescimento tanto da migração permanente quanto da temporária. O que permanece incerto é se esse acréscimo representa um novo padrão geral migratório na região ou se decorre diretamente do redirecionamento dos deslocamentos que são feitos de forma irregular, para os canais legais.

Os dados e números apresentados acima se baseiam em estatísticas oficiais de migração regular, oferecendo, assim, um panorama parcial dos movimentos totais na medida em que é notório que o fluxo migratório é mais intenso em razão das migrações que ocorrem fora do âmbito das normas reguladoras dos países de origem, trânsito e destino. Dessa forma, é muito provável que as estatísticas sobre migração nas Américas não abarcam de forma exata as migrações na região, apesar de os dados oficiais estarem melhorando sua cobertura (OEA, 2015).

³³ Muchos países de las Américas experimentaron un aumento promedio de doble dígito tanto en la migración permanente como en la temporal a lo largo del periodo 2009-2012, aunque en muchos casos partiendo de niveles muy bajos. El nivel de migración autorizada ha aumentado en general por más de 60% entre 2010 y 2013, después de dos años de poco cambio. En términos numéricos, la mayoría de dicho incremento fue registrado en Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México, pero muchos países más pequeños, entre ellos Barbados, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Paraguay y Uruguay registraron altas tasas de crecimiento anual a lo largo del periodo, con frecuencia superior al 25%.

Com relação ao destino das migrações, os Estados Unidos da América são o país destaque tanto para as migrações nas Américas quanto para as de escala mundial. Durante o período de 1990-2013, a população de migrantes nos Estados Unidos dobrou. Em 2013, viviam nos Estados Unidos, cinco em cada seis migrantes na região das Américas e um em cada cinco migrantes em escala global (OEA, 2015).

Embora os Estados Unidos continuem a se destacar como país destino, outros países da região aumentaram sua população migrante. Em geral, a maioria dos movimentos ocorre dentro da mesma região e entre países vizinhos, como exceções pode-se destacar o Canadá, Brasil, Cuba e Estados Unidos, onde parte dos migrantes é proveniente de fora do hemisfério. Em média, 64% dos migrantes de países do Caribe vêm da mesma região, 63% no caso da Região Andina e 44% no Cone Sul. Para alguns países das Américas, como no caso do México, grande parte dos migrantes vem de um único país vizinho, como é o caso de: Costa Rica (72% dos migrantes vêm da Nicarágua), Equador (50% da Colômbia), República Dominicana (64% do Haiti), Paraguai (44% do Brasil), Chile (38% do Peru) e Argentina (32% do Paraguai), etc.(OEA, 2015).

De forma geral, a migração na região das Américas vem constantemente crescendo. Não se pode dizer, todavia, que são apenas as perspectivas econômicas do país de destino que incentivam e impulsionam os movimentos migratórios, pois há outras causas que têm efeitos mais imediatos e que podem agir como um incentivo nos movimentos: como a pobreza, violência, conflitos armados, mudanças climáticas e suas consequências, etc. Em razão desse contexto, pode-se visualizar a diversidade dos movimentos migratórios e a amplitude da migração de forma não regulamentada, assunto que merece destaque.

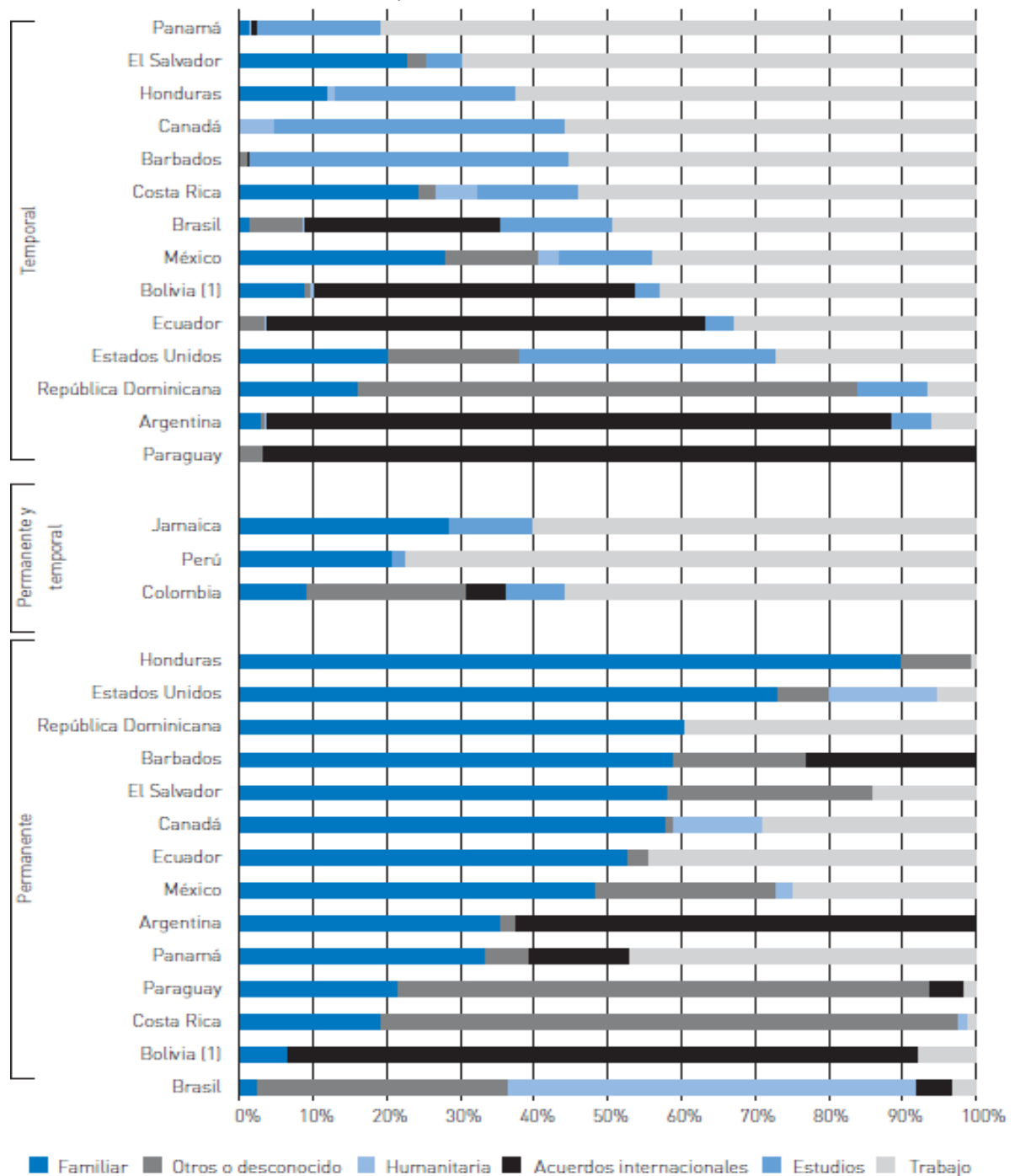
2.2.2 Diversidade migratória nas Américas

A migração é impulsionada por diferentes motivos, de ordem natural, econômica, política, religiosa, gênero, conflitos armados, etc., e a existência de várias regulamentações reflete essa diversidade. Todos os países regulam a entrada e a permanência dos estrangeiros em seu território e o alcance das regulações e normas sobre migração depende da natureza das migrações. Certas modalidades de movimento estão asseguradas por tratados internacionais, tais como a Convenção de Genebra de 1951, que regula e prevê a livre circulação ou acolhimento de nacionais e residentes permanentes dos países signatários, o Tratado de Roma para a Comunidade Europeia e o Acordo de Residência do MERCOSUL de 2002. Nesses casos a discricionariedade dos governos para decidir sobre assuntos referentes à mobilidade

internacional é limitada, ainda que possam existir certos requerimentos para a entrada no território e permanência (OEA, 2017).

As estatísticas coletadas nos países de destino nas Américas, às vezes, incluem informações sobre o tipo de visto ou permissão concedida a migrantes internacionais, o que facilita a análise para fins de estudos e pesquisas. O gráfico abaixo mostra a distribuição das razões mais comuns pelas quais foram emitidas autorizações ou vistos pelos países destinos:

GRÁFICO 1- MIGRAÇÃO INTERNACIONAL POR MOTIVO, 2015



FONTE: OEA (2017).

Do gráfico pode-se observar que a migração por motivos familiares é o motivo mais comum entre as migrações permanentes e a migração por motivos de trabalho é mais comum entre as migrações temporárias. Contudo, é necessário ressaltar que os números não são exatos e, por isto, podem não corresponder à realidade, porquanto nem sempre a natureza da migração regular pode ser identificada na medida em que alguns governos não registram a razão da migração quando o migrante solicita o direito de entrar no país. É o caso, por exemplo, da migração temporária na Argentina, Bolívia, Equador e Paraguai e migração permanente na Argentina e Bolívia. “Além disso, os dados disponíveis sobre vistos ou autorizações para migração temporária na República Dominicana e migração permanente na Costa Rica e no Paraguai não permitem uma clara delimitação da natureza dos tipos de migração envolvidos”³⁴ (OEA, 2017, p. 14, tradução nossa).

Outra questão que merece destaque é a migração por razões humanitárias, que é evidente no Canadá, Estados Unidos e especialmente no Brasil, onde se destaca a concessão de visto humanitário aos haitianos em decorrência do terremoto que ocorreu no Haiti em 2015. O Brasil é o país mais populoso da América Latina e Caribe, com uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas. Muito embora tenha uma relação histórica muito íntima com a migração, nas últimas décadas a entrada de migrantes temporários e permanentes em seu território permaneceu em níveis muito baixos. Exemplo disso é o fato de que em 2010 a população migrante no país correspondia a menos de 0,5% da população total (OEA, 2017).

Durante o período 2000-2017, o número de migrantes internacionais do sexo feminino cresceu mais rápido do que o dos migrantes internacionais do sexo masculino. Em 2017, na América Latina e Caribe, o número de mulheres migrantes internacionais (50,5%) excedeu ligeiramente a proporção de migrantes internacionais do sexo masculino (49,5%) (UN DESA, 2017).

As estatísticas apresentadas nesse tópico, como no anterior, não retrata a realidade da migração nas Américas, por vários motivos. O primeiro é o fato de que as fontes de dados são limitadas na medida em que os registros oficiais são parciais, além de não apresentarem o tipo de migração e os motivos (se ocorreram por motivos econômicos, familiares, violência, conflitos, perseguições, etc). Além disso, o momento peculiar pelo qual se está passando, (aumento da pobreza, da violência, perseguições, conflitos, guerras, e desastres naturais),

³⁴ Adicionalmente, los datos disponibles de visas o permisos de migración temporal en República Dominicana y de migración permanente en Costa Rica y Paraguay no permiten una delimitación clara de la naturaleza de los tipos de migración involucrados.

provoca a chamada migração forçada³⁵, que na maioria das vezes ocorre fora do âmbito das normas reguladoras dos países de origem, trânsito e destino.

A migração irregular, que pode ser também concebida como a migração de pessoas que “entram sem passar pelos controles de fronteira, ou o fazem com documentos falsos ou entram de forma regular, mas permanecem mais tempo do que o permitido nas condições que lhes são concedidas no momento da entrada”³⁶ (OEA, 2015, p. 57, tradução nossa), não é característica de apenas uma região, pelo contrário, está presente em todos os países, e geralmente é extremamente difícil, se não impossível, estimá-la com precisão, porque, por definição, os migrantes não deixam registros de sua entrada ou saída. Uma consequência direta é a dificuldade e complexidade de se falar em números e dados de mulheres americanas que vivenciam a migração forçada e irregular. Contudo, ainda assim é importante fazer alguns apontamentos, mesmo que não correspondam exatamente aos números reais.

2.2.3 Migração forçada na América Latina e Caribe

A migração forçada, hoje, é um fenômeno que afeta cada vez mais pessoas ao redor do mundo. Muito embora não haja dados absolutos, em razão da evidente dificuldade de obtê-los, estima-se que no final de 2016 havia 65,6 milhões de pessoas deslocadas forçadamente em todo o mundo devido a perseguições, conflitos armados, violência e violações de direitos humanos (UNHCR, 2016b).

O deslocamento forçado tem uma longa história na região da América Latina e Caribe. Durante anos, populações, grupos específicos e indivíduos foram forçados a saírem de suas casas e de seu país, e a buscarem refúgio em outro lugar. E hoje a realidade não é diferente. Atualmente, essa região está sofrendo uma crise humanitária que tem relação direta com a expansão da violência. São milhões de latino-americanos submetidos diariamente à violência armada, organizada e perversa – de cartéis de drogas, gangues urbanas, narcotráfico e exércitos –, que os obriga a se deslocarem.

A América Central representa uma das regiões mais destacadas quando se fala de migração forçada devido à violência, destacando-se principalmente os países El Salvador,

³⁵ Termo comumente utilizado para caracterizar o movimento migratório ocorre devido a um tipo de coação, ameaça à vida da pessoa, ou necessidade de sobrevivência, fatos que podem ter origem em causas naturais ou podem ser provocadas por seres humanos.

³⁶ [...] que ingresan sin pasar por controles fronterizos, o lo hacen pero con documentos falsos o ingresan legalmente pero permanecen más tiempo del permitido en las condiciones otorgadas a ellos al momento de la entrada.

Honduras e Guatemala, que têm similares processos migratórios tanto quantitativa quanto qualitativamente (CIDH, 2017).

Mas não é somente isso, a região da América Latina e Caribe é caracterizada por altos níveis de desigualdade que se manifestam nas diferenças de renda entre ricos e pobres, nas diferenças nas oportunidades de emprego, educação, saúde, etc., o que também acaba por ocasionar a migração forçada.

Na verdade, são várias as causas da migração forçada, não sendo prudente tentar esmiuçá-las, sob pena de desconsiderar qualquer outra situação causadora do deslocamento ou limitar esse fenômeno complexo, mas, pode-se dizer que a violência e a pobreza, entendidas aqui como privação de direitos econômicos, sociais, e culturais, consolidaram-na nessa região, como destacado no estudo intitulado “Informe sobre pobreza y derechos humanos en las Américas” realizado pela CIDH (2017, p. 137, tradução nossa):

Outras causas de migração forçada são conflitos armados, violência generalizada, violações maciças de direitos humanos, circunstâncias que perturbaram seriamente a ordem pública de um país, desastres naturais ou causados por seres humanos. Com o passar dos anos, a Comissão Interamericana identificou pobreza e a privação em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais como determinantes da migração de pessoas, tanto internamente em seus países, quanto internacionalmente³⁷.

A pobreza pode ter efeitos antagônicos na migração. Por um lado, ela pode ser o motivo para o deslocamento e/ou, causa da formulação de uma estratégia de sobrevivência. Por exemplo, nos países do Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras), as pessoas que vivem em extrema pobreza e em maior situação de vulnerabilidade são as mais afetadas pela violência e pelo deslocamento forçado. Por outro lado, essa pobreza limita a capacidade de migrar ou até mesmo impede a migração, pois os custos do processo migratório são muito altos, principalmente quando a migração ocorre por canais regulares. Por isso, há estudos que consideram que a migração regular não é uma opção para pessoas em situação de miserabilidade e, como consequência, muitos movimentos migratórios que ocorrem de forma irregular na região da América Latina e Caribe são integrados por pessoas muito pobres (CIDH, 2017).

Seguindo esse raciocínio, a correlação que existe entre pobreza, desigualdade, violência e migração, explica, por exemplo, porque a maior parte dos migrantes que transitam

³⁷ Otras causas de migración forzada son los conflictos armados, violencia generalizada, violaciones masivas de los derechos humanos, circunstancias que hayan perturbado gravemente el orden público de un país, desastres naturales o provocados por el ser humano. A lo largo de los años, la Comisión Interamericana ha identificado la pobreza y las privaciones en materia de derechos económicos, sociales y culturales como factores determinantes de la migración de personas, tanto a nivel interno de sus países, como a nivel internacional.

pelo México é originária dos países que compõem o Triângulo Norte. (CIDH, 2017). Tem-se, dessa forma, que os altos níveis de desigualdade, pobreza e violência são fatores determinantes para a migração forçada, ainda que o migrante conheça os perigos que o deslocamento irregular possa representar para a sua vida e integridade, como se pode observar do depoimento de uma mulher salvadorenha de 36 anos:

Eu requisitei asilo por meio da embaixada dos EUA em San Salvador, em 2011. Meu marido era oficial da polícia e trabalhava com a Mara. Eu fui ameaçada diversas vezes pelas outras gangues, porque eles queriam retaliar contra o meu marido por ser um espião. Eu sobrevivi a isso, mas aí eles começaram a ameaçar meus filhos. Eu pensei que tinha que partir. Minha irmã mora nos EUA. Eu pensei que poderia ir e me juntar a ela, mas nunca recebi uma resposta para minha solicitação. Eu não tinha outra opção a não ser ficar e tentar sobreviver. Eles mataram meu marido em 2015. Então, eles vieram, estupraram meu filho e me expulsaram da minha casa. Eles disseram que eu deveria ir embora ou eles pegariam meus filhos. Eu não tive escolha. O pouco dinheiro que eu tinha dei ao “pollero”³⁸ para nos ajudar. Eu ouvi que havia histórias de estupro e sequestro ao longo do caminho, mas pensei: Deus vai me ajudar a chegar (MSF, 2017, p. 24).

Enfim, embora por muito tempo as migrações na América Latina e Caribe não tenham sido estranhas aos processos estruturais, políticos, econômicos, sociais e eventos culturais que ocorreram em outras partes do mundo, a questão a ser considerada é a existência de um novo cenário migratório nessa região. A carência econômica, a falta de acesso às oportunidades, a violência desenfreada, o aumento da pobreza, os conflitos armados, etc., são indicadores importantes para entender esse novo contexto migratório, as características daqueles que migram e as situações vivenciadas durante esse processo.

Ao entender que o atual cenário migratório é o da migração forçada e irregular e que as pessoas que migram são compostas, em sua grande maioria, por indivíduos que já vêm de situações de vulnerabilidade, fica mais nítido perceber o quão perigoso é o processo migratório, principalmente para determinados grupos, como é o caso das mulheres e crianças, e a urgência de adoção de mecanismos que visem à proteção de quem é obrigado a se deslocar. Nessa linha, o próximo capítulo abordará a questão da invisibilidade e vulnerabilidade da mulher migrante, questão de suma importância para compreender o porquê da magnitude da violência perpetrada contra elas, durante uma das etapas do processo de migração, a de trânsito.

³⁸ “Pollero” significa traficante de pessoas.

2.3 MULHERES MIGRANTES: INVISIBILIDADE E VULNERABILIDADE

Em um primeiro momento, a história e a concepção por trás da mobilidade humana, pode insinuar a existência de um direito universal de livre locomoção, ou seja, que os indivíduos podem se locomover livremente em razão de uma prerrogativa absoluta que se aplica sem distinções e que não pode vir a ser mitigada pelo Estado. Ocorre que, ainda que a ideia de uma livre circulação de pessoas não seja desconhecida, a realidade é muito diferente do que é idealizado.

Na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ao tratar do direito de locomoção no art. 13^a, é garantido apenas o direito de abandonar o país em que se encontra e o de regressar ao seu país. Isso quer dizer, apesar de idealizado, não existe no plano internacional um direito humano de migrar que assegure às pessoas livre circulação, independentemente do país em que se queira adentrar e permanecer.

Da posição dos Estados frente aos deslocamentos em massas que estão ocorrendo nos últimos anos, é notório que não há uma preocupação real de garantir a livre locomoção dos indivíduos, pelo contrário, o controle e administração das fronteiras e a seletividade cada vez maior na escolha de quem pode entrar e permanecer no país demonstra que a preocupação principal é reafirmar a soberania irrestrita e o nacionalismo irracional, fortalecendo um sistema global hierarquizado, caracterizado pelo capitalismo exacerbado, que acarreta a exclusão de todo o indivíduo que não se encaixe na normalização imposta, como é o caso do migrante.

Dessa forma, muito embora seja inegável a existência de uma sociedade mundial, decorrente do fenômeno da globalização que permite a coexistência de ideias, costumes, culturas, conhecimento, crenças diferentes, indo, assim, muito além da dimensão econômica e de mercado, a tendência que se observa é a abertura indiscriminada das fronteiras para a circulação de bens, mercadorias e capitais, e a criação de barreiras, físicas e imateriais (com políticas públicas restritivas), para a mobilidade humana (PIFFER, 2014). Enquanto uma parte dos processos de globalização sinaliza a liberdade, permitindo a mobilidade, outra tende a uma progressiva segregação espacial, ou seja, acarreta separação e exclusão (BAUMAN, 1999).

Apesar de ser clara a solidificação dos direitos dos deslocados e a prioridade deles frente à soberania dos países, muitos são os Estados que relutam em oferecer proteção e ajuda àqueles que migram, sob o pretexto de que os estrangeiros migrantes implicam ônus social, econômico e político ao país que os recebe. Com o avanço e disseminação da ideia de que o migrante é uma ameaça à ordem social e é culpado por vários dos problemas presentes nos Estados, emerge

a criminalização da mobilidade espacial e, conseqüentemente, restrições governamentais ao direito de migrar.

Nesse sentido, Póvoa Neto (2007, p. 3) argumenta:

Reconhecidos como indesejáveis ou ameaçadores, migrantes e refugiados tornam-se objeto de políticas de estado mais radicais que as das formas tradicionais de intervenção, quanto ao controle das fronteiras e ao acompanhamento das trajetórias sociais dos imigrantes. Multiplicam-se, nesse contexto, iniciativas de erguimento de barreiras físicas nos pontos de passagem de migrantes e de criação de campos para reunião e confinamento de migrantes e refugiados.

Considerada como algo indesejado e a ser combatido, foram elaborados diversos instrumentos normativos com o intuito de criminalizar a migração, sem falar na elaboração de critérios para dificultar a entrada e permanência de migrantes nos países. Políticas de criminalização das migrações incidem de modo determinante e negativo na atual conjuntura mundial, pois, vive-se um momento peculiar em que a expansão da globalização repassa a ideia utópica de inexistência de fronteiras e as crises humanitárias obrigam as pessoas a se deslocarem.

Essa evidente contradição, da negação e repressão dos Estados frente à atual realidade migratória, que resultam na construção de barreiras, na contenção e confinamento dos migrantes e nas políticas de devolução, e, simultaneamente, a facilidade e incentivo à livre circulação de bens e mercadoria, denuncia a violência do modelo da atual civilização para com os indivíduos que não compõem o grupo normatizado. Os representantes das minorias são oprimidos e excluídos nas relações sociais e pelo próprio Estado, como é o caso da população migrante, demonstrando uma lógica incoerente que protege aqueles tidos como nacionais e legitima os abusos e violências perpetrados contra os que não o são, o que acaba por incentivar e criar situações que vulnerabilizam os migrantes (REDIN, 2013).

Em nenhum momento da história da humanidade se falou e se lutou tanto pela disseminação e aplicação dos direitos humanos, o que, entretanto, contrapõe-se de forma alarmante à perpetuada construção social embasada na ideia de que as pessoas migrantes são inimigas da sociedade próspera e, portanto, é legítima a restrição de seus direitos. O mesmo Estado, que no cenário internacional defende a universalidade dos direitos humanos, a igualdade entre os sujeitos, sem qualquer distinção, apresenta vários discursos internos que afastam e excluem as pessoas migrantes dos cidadãos nacionais. “O estado reconhece que esse estrangeiro é um sujeito de direitos humanos. No entanto, o impede de participar do espaço público, como sujeito de seu próprio destino” (REDIN, 2013, p. 30).

Assim, diante da posição dos Estados e da forma com que vêm lidando com a questão das migrações, é evidente que a exposição a situações de vulnerabilidade daqueles que migram não se limita aos ambientes social, econômico e político do país de origem, mas também se manifesta durante o deslocamento e após a chegada ao destino pretendido, ou seja, em todas as etapas do processo migratório. A situação é ainda pior quando se está falando das migrantes.

A mulher migrante, além da situação de suscetibilidade inerente à condição feminina, também está sujeita à vulnerabilidade própria da migração, portanto, passível de confinamento na condição de estrangeira pelos Estados e, em razão disso, o status de não sujeito, que é reduzido a “vida nua” em função de sua condição de migrante e remetido a um espaço de privação, caracterizado pela ausência de voz e ação (REDIN, 2013), refletindo na sua visibilidade.

A questão, portanto, é que a vulnerabilidade está presente na vida dos migrantes antes mesmos de darem início ao processo migratório, em seu país natal, estendendo-se para todas as etapas da migração, graças às posturas dos Estados frente ao fluxo migratório, ganhando contornos ainda mais complexos quando se trata de migração feminina. Nesta linha de raciocínio, em razão da importância do assunto para a compreensão da violência contra as mulheres migrantes, será abordada nos próximos tópicos a relação entre migração feminina, vulnerabilidade e invisibilidade.

2.3.1 Luta contra a invisibilidade das mulheres nas migrações

A migração, embora sempre presente na história da humanidade, representa hoje um fenômeno de tamanha grandeza e importância que não pode ser ignorado pela comunidade internacional, apesar de ser evidente o esforço por parte dos Estados para desconsiderar e deturpar a mobilidade humana. Tratar a migração como uma questão de segurança nacional, instigando um patriotismo exacerbado, exaltando a soberania nacional, é reproduzir uma visão violenta e desconsiderar os direitos inerentes aos seres humanos, reduzindo o migrante a um ser indesejável cuja existência está ligada apenas a questões econômicas (REDIN, 2013).

No contexto desse modelo político-jurídico de opressão à mobilidade, a relação de poder desigual entre estado-nação e migrante é evidente. Embora o país reconheça o indivíduo deslocado como sujeito de direito, restringe os seus direitos de ser e de pertencer, colocando-o em uma categoria abaixo dos nacionais, revelando, assim, um limbo no sistema internacional de proteção da pessoa humana, confinando o migrante a ser um “não sujeito”, um mero objeto de produção econômica.

A condição do migrante nos Estados destinos é definida pela própria denominação do termo “migrante”, a qual denota uma circunstância de não permanência e não pertencimento ao lugar em que se encontra. O cenário obscuro em volta do deslocamento implica estigma, pois aquele que migra será sempre um externo, alguém que está fora de seu contexto por um tempo determinado, já que se espera que retorne ao seu país de origem. Até mesmo a termo “deslocado”, que comumente é usado como sinônimo de “migrante” expressa uma ideia de que ele está fora de seu lugar de pertença.

A consequência dessa ideologia de não pertencimento e de não permanência é um sistema repressivo por parte dos governos, que tratam a migração como uma questão de segurança nacional e reproduzem formas de violência implícita e explícita contra os migrantes, que decorrem da apropriação por parte dos Estados da própria condição do migrante com o fim de excluí-lo (REDIN, 2013). E um dos resultados dessas estruturas políticas de exclusão e mitigação dos direitos fundamentais, é a invisibilidade dos migrantes.

Como já mencionado, a condição de migrante pode expor o indivíduo a diversas situações delicadas, ou seja, o simples fato de a pessoa encontrar-se em uma circunstância que demanda o deslocamento revela, na maioria das vezes, uma esfera de vulnerabilidade, que é acentuada sob a perspectiva de gênero (KAWAR, 2004). Devido a esse fato, quando se fala em migração feminina tem-se uma dupla estigmatização: o fato de ser mulher e o de ser migrante. Tidas como alguém “não nacional”, as mulheres migrantes não têm acesso à grande parte dos direitos políticos, o que faz com que a sua participação nos espaços públicos seja mínima, dificultando a sua emancipação e tendo suas vozes caladas.

Dessa forma, muito embora a migração feminina tenha ganhado visibilidade e se tornado objeto de estudo nos últimos anos, devido à inquestionável importância dos debates envolvendo essa questão, a exclusão, o silenciamento e a invisibilidade da mulher migrante ainda se mantêm. Como é na esfera pública que está a possibilidade de participação da formulação de direitos e reivindicação do acesso a eles, e os Estados tendem a, cada vez mais, excluir e discriminar os deslocados, as mulheres migrantes são reduzidas a uma “vida nua” (AGAMBEN, 2004), o que provoca a sua invisibilidade.

São várias as consequências da invisibilidade da mulher migrante. Primeiro, pode-se destacar a marginalização da migração feminina nos estudos teóricos, o que implica incapacidade de compreender o fenômeno migratório em sua totalidade. Ainda que a migração seja um fenômeno plural e multifacetado e, portanto, seja extremamente difícil analisá-la de forma a fazer jus à sua complexidade, algumas questões são essenciais, como o recorte por sexo e gênero, por exemplo. Assim, invisibilizar as mulheres nas pesquisas sobre migrações,

desconsiderando as suas motivações e especificidades migratórias, é deixar de avançar na compreensão do fenômeno migratório.

Sobre a importância da visibilidade da mulher migrante nos estudos migratórios, Boyd e Grieco (2003, citado por DORNELAS; RIBEIRO, 2018, p. 250) discorrem:

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo.

Introduzir a perspectiva de gênero, ou seja, colocar em destaque a mulher migrante, retirando-a do contexto onde é invisibilizada e tem a sua voz calada, é avançar para uma compreensão mais completa do fenômeno da migração e evitar infelizes omissões por parte dos governos que são imputadas à falta de dados. Além disso, a escassez de estudos e pesquisas que abordam a migração feminina favorece para que ocorra uma homogeneização das experiências nas produções científicas, o que resulta na ocultação das especificidades identitárias que causam diferentes formas de opressão (TOPA et al., 2013).

Outra consequência direta da invisibilidade da migração feminina é a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres migrantes. Apesar de ter ocorrido, nos últimos anos, um avanço considerável na produção e disponibilização de informações sobre a migração de mulheres, consequência direta do fenômeno da feminização das migrações, ainda é muito difícil encontrar números oficiais que permitam uma visão concreta e real das situações vivenciadas pelas mulheres migrantes durante o processo migratório.

Não há dúvida de que as mulheres migrantes são um dos grupos que estão mais suscetíveis a sofrerem abusos e violência em todas as etapas do processo de migração. Assim, se não há dados que evidenciem essas situações e chamem atenção para a dimensão desse problema, dificilmente os Estados criarão e implantarão políticas públicas eficientes no combate e prevenção das formas de violência perpetradas contra elas. Pode-se dizer, então, que a invisibilidade da migração feminina está intimamente ligada à falta de proteção.

Importante destacar que o problema da obscuridade na migração feminina decorrente dos dados e números, não está somente ligado à ausência de informação disponível, mas também à lenta repercussão dos estudos e pesquisas que destacam a discussão sobre migração e gênero, que é fruto das posições dos países frente ao fenômeno migratório. Para a elaboração de políticas sólidas e eficazes de proteção, integração, etc., voltados às mulheres migrantes, é

preciso disseminar de forma mais adequada os resultados de estudos migratórios nacionais e internacionais que são baseados em uma ampla diversidade teórica, análises voltadas exclusivamente à relação entre gênero e migração.

2.3.2 Migração feminina e vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade é relativo e está intrinsecamente ligado aos direitos humanos, possuindo diversas variáveis e impactando a vida das pessoas de formas distintas. Pode-se dizer que “trata-se de identificar indivíduos e grupos sociais específicos com base em premissas a partir das quais seja possível constatar aspectos de fragilidade e, por isso, necessidade de maior proteção” (TORRES, 2017).

Apesar da vulnerabilidade não ser uma condição específica dos deslocados, até porque nem todo migrante está necessariamente em situação de vulnerabilidade (TORRES, 2017), o ato migratório e as circunstâncias em que ocorrem os deslocamentos podem potencializar eventos suscetíveis a deixar aqueles que se obrigam a sair de seu país, expostos a diferentes formas de violência³⁹. São milhões de pessoas obrigadas a deixar o seu país de origem por motivo de violência, guerra ou perseguições de cunho político, ético, religioso ou de gênero, sendo que de toda a população mundial, pode-se dizer deste modo, que aqueles que se encontram em mobilidade espacial estão passíveis de situações de maior vulnerabilidade.

Sobre a temática vulnerabilidade e migração internacional, interessante destacar a abordagem realizada por Lussi e Marinucci (2007, p. 14):

[...] pode-se inferir que o migrante é mais vulnerável enquanto tem mais probabilidade de ser “ferido” em suas dimensões constitutivas no ato de migrar ou a causa de sua condição de imigrante em uma realidade que ainda não conhece suficientemente e na qual ainda tem escassas relações pessoais, sociais e trabalhistas. Tal situação o deixa com limitações a respeito das efetivas possibilidades de reação e autonomia no desenrolar de suas estratégias de articulação, inserção e até sobrevivência na nova realidade. É bom destacar que esta interpretação do conceito de vulnerabilidade pode ser perigosa ou mal-entendida. Corre-se o risco de transmitir a ideia de que o migrante seja individualmente e constitutivamente mais fraco ou mais frágil que o não migrante. A realidade diz o contrário: com frequência, são justamente as pessoas mais corajosas, audaciosas e fisicamente mais íntegras que migram.

A migração como processo social tem início no país de origem com as motivações que levam as pessoas a migrarem, com a seleção do destino, com a análise das condições

³⁹ Quando se falar, assim, em vulnerabilidade, não estará se referindo ao migrante como pessoa, mas sim a situação em que ele se encontra durante o processo migratório.

econômicas e alternativa para a viagem dos familiares, incluindo, ainda, a busca por rotas mais seguras e meios que proporcionem maior proteção, seja pelas vias formais ou informais. Essa primeira etapa não é simplesmente a ação de partir, pois pode significar um projeto planejado baseado em estratégias de curto, médio ou longo prazo para concretizar a migração permanente, mobilizando recursos individuais, familiares, comunitários, etc. Porém, também pode representar uma decisão rápida, desesperada e forçada. A vulnerabilidade, então, pode já ser verificada na primeira etapa da migração, ela já pode fazer parte da vida do migrante em seu país de origem e dar causa à migração.

Depois de iniciado o processo, existe a etapa de trânsito (intermediária) que dependendo do país destino escolhido pelo migrante, das rotas que serão utilizadas e dos meios de transporte usados para o deslocamento, pode prolongar o processo e acentuar os riscos já existentes. Além disso, como a duração dessa etapa pode variar, em razão de obstáculos legais, geográficos, econômicos, ambientes hostis, etc., não raras vezes, essa fase do processo migratório torna-se permanente, caracterizando-se pela integração social e econômica em um lugar não planejado inicialmente. Em qualquer desses cenários, é possível enxergar um cenário em potencial para a concretização de situações de vulnerabilidades.

Quando o migrante chega ao país destino, uma nova etapa migratória é aberta, da qual podem advir vários resultados possíveis capazes de influenciar sua vida diretamente e a daqueles que compõem suas redes sociais. Caso a integração social e econômica, processo cuja duração e viabilidade estão sujeitas a fatores individuais, comunitários, sociais, econômicos, políticos, institucionais e culturais, seja bem-sucedida, o migrante estará menos suscetível a vivenciar situações de vulnerabilidade. Porém, caso o país destino seja omissor nas políticas públicas de integração ou o migrante adentre no território de forma irregular, devido a exigências absurdas ou à execução de diretrizes que mitigam o direito universal e fundamental de migrar, a vulnerabilidade se prolonga para depois da última etapa migratória.

A desigualdade de gênero, como já ressaltado, se manifesta por diversas formas e por meio de diferentes práticas (violência física; psicológica; sexual; etc.). E no contexto migratório não é diferente. E justamente por causa da soma da limitação da efetivação dos direitos humanos dos que são obrigados a se deslocar e da forte presença da desigualdade de gênero e seus efeitos, é que as mulheres tornam-se um dos grupos mais vulneráveis dentre os migrantes, sobre o qual a violência acaba por ser potencializada.

“Se a mulher comum, nacional de um estado, está sujeita a todo tipo de arbitrariedade e está à mercê de violência e discriminação, o que dizer da mulher refugiada⁴⁰?” (VENTURA, 2008). Exemplo dessa realidade foi o descrito no relatório feito em conjunto e divulgado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) e a Comissão para Mulheres Refugiadas (WRC) “INITIAL ASSESSMENT REPORT: Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis”. Nele foi feita uma avaliação de campo em novembro de 2015, sobre os riscos na trajetória de mulheres e meninas refugiadas e migrantes na Grécia e na Macedônia, restando concluído que esse grupo é o que se encontra em situação de maior vulnerabilidade e necessita de medidas adicionais de proteção:

É uma jornada perigosa, com refugiados e migrantes frequentemente enfrentando altos níveis de violência, extorsão e exploração ao longo do caminho, incluindo múltiplas formas de SGBV. Mulheres solteiras que viajam sozinhas ou com crianças, mulheres grávidas e lactantes, meninas adolescentes, crianças desacompanhadas, crianças casadas - às vezes com bebês recém-nascidos - pessoas com deficiências, e homens e mulheres idosos estão entre aqueles que estão particularmente em risco e precisam de uma resposta de proteção coordenada e eficaz⁴¹. (UNHCR et al., 2016a, p. 3).

A Comissão sobre o status da Mulher, durante sua 37^a sessão, afirmou que a mulher é um ser humano vulnerável e a mulher migrante se encontra em situação de vulnerabilidade mais extrema (UN, 1993). No mesmo sentido, foi a fala de Vincent Cochetel, diretor do escritório do ACNUR, para a Europa:

“Muitas mulheres e meninas que viajam por conta própria estão totalmente expostas, não podem contar com sua família ou comunidade para as proteger. Mesmo aquelas que viajam com a família são vulneráveis a abusos. Muitas vezes elas não relatam os crimes e, portanto, não recebem o atendimento de que necessitam. Algumas mulheres contam que chegaram a se casar por desespero” (UNHCR, 2016c, não p.).

⁴⁰ O termo “refugiada” é usado aqui como sinônimo de migrante, não podendo ser interpretada de forma literal, até porque a questão proposta é precisamente evidenciar a vulnerabilidade da mulher.

⁴¹ It is a dangerous journey, with refugees and migrants often facing high levels of violence, extortion and exploitation along the way, including multiple forms of SGBV. Single women travelling alone or with children, pregnant and lactating women, adolescent girls, unaccompanied children, early-married children — sometimes themselves with newborn babies — persons with disabilities, and elderly men and women are among those who are particularly at risk and require a coordinated and effective protection response.

Logo, uma vez que uma mulher decide embarcar em uma jornada de migração, ela está mais suscetível a encontrar violações de seus direitos do que homens. E a situação é ainda mais alarmante na medida em que mulheres representam grande parte dos deslocados no mundo⁴².

Portanto, além das diversas adversidades e violações a que as mulheres migrantes eram expostas em seu próprio país de origem, elas estão vulneráveis a todas as formas de violência e violação em todos os estágios da migração, desde o deslocamento até os locais que deveriam ser seguros (BIRCHALL, 2016). Sem falar das situações intrínsecas à condição feminina, da dificuldade biológico-corporal da mulher que menstrua; que, muitas vezes, tem alterações hormonais mensais; que engravida. Peculiaridades que tornam ainda mais difícil o seu processo migratório.

Após as considerações realizadas sobre as teorias migratórias, a relação entre gênero e migração e a evidente invisibilidade e vulnerabilidade da mulher migrante, entra-se na questão chave deste trabalho, ou seja, nas violências sofridas pelas mulheres migrantes durante o trânsito migratório, violações essas que estão intimamente ligadas à questão de gênero.

⁴² De acordo com os dados do relatório “Tendências Globais” (2017), 49% das pessoas refugiadas eram mulheres em 2016.

CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA, GÊNERO E MIGRAÇÃO

3.1 PONDERAÇÕES INICIAIS SOBRE VIOLÊNCIA E GÊNERO

A história da humanidade constituiu-se por meio da violência, dominação, exploração e subjugação do ser humano por ele próprio. Contudo, durante muito tempo a violência foi um fenômeno ignorado pela sociologia, sendo tratada de forma residual, como um instrumento a ser usado ou como o legado que historicamente já passou (CORRADI, 2009). Segundo Corradi (2009), autores famosos como Norbert Elias (1969) e Michel Foucault (1975) interpretaram a modernidade, cada um à sua própria maneira, como uma época na qual a vida cotidiana e o exercício do poder estavam livres das forças “irracionais” da violência. E essa concepção racional da sociedade e do indivíduo, contribuiu, e muito, para que fosse dado à violência um lugar secundário nos estudos.

Foi a partir da década de 1990 que a violência se tornou um objeto de análise em si. “Mas hoje ainda não há na sociologia consciência de que a violência pode ser uma força social - e, portanto, dotada de uma capacidade de estruturação da realidade; que pode se tornar uma modalidade expressiva - e, portanto, ser carregada de significado⁴³” (CORRADI, 2009, p. 1, tradução nossa). Por violência entende-se aqui a ação voluntária com o intuito de ferir uma pessoa, um ataque físico intencional contra a vítima, definição utilizada por Corradi (2009) que é deliberadamente restritiva e que exclui, de certo modo, a violência psicológica, a violência simbólica (Bourdieu, 1998) e a “violência invisível” (Žyžek, 2007), conceitos amplos que são difíceis de delimitar e fazer um controle analítico da realidade.

Ao analisar a violência, Corradi (2009, p. 3/4, tradução nossa) ensina que,

hoje vemos a violência [...] modernista, porque se funde com a forma indistinguível do poder e assume aspectos tão extremos que não é mais “um instrumento”, mas uma forma (‘embora assustadora’) de poder, isto é, um fim em si. [...] o traço que descreve a violência modernista é o fato de que ela não é uma ferramenta, mas em si um poder, uma força social que estrutura as relações entre os inimigos e modela culturalmente os corpos das vítimas e dos agressores. Ela “escapa à lógica de meios e fins” (BALIBAR 1992: 50), alimenta-se de si mesmo e não é raro (ou fortuito), ela se transformar em crueldade⁴⁴.

⁴³ Mais aujourd’hui encore il n’y a pas en sociologie la conscience que la violence peut être une force sociale – et donc douée d’une capacité structurante de la réalité ; qu’elle peut devenir une modalité expressive – et donc être chargée de signification.

⁴⁴ Nous assistons aujourd’hui à la violence [...] moderniste, parce qu’elle se confond avec le pouvoir de manière indiscernable et assume des aspects tellement extrêmes qu’elle n’est plus “un instrument” mais une forme (bien qu’effrayante) de pouvoir, c’est-à-dire une fin en soi. [...] le trait qualifiant de la violence moderniste consiste dans le fait qu’elle n’est pas un instrument mais elle-même un pouvoir, une force

Assim, para essa socióloga, a violência constitui-se como um fato social, é uma força social cheia de significados, capaz de estruturar a realidade e modelar culturalmente o corpo das vítimas e dos agressores (CORRADI, 2009).

Sobre a proposta apresentada por Corradi (2009), Bandeira (2017, p. 18) explica que,

para a socióloga italiana, a caracterização da violência modernista pode ser resumida em quatro pontos: i) não é um instrumento de um projeto social ou político (...); ii) centra-se no trabalho atroz sobre o corpo da vítima (...) e, assim como o poder com o qual se funde, a violência não prescinde do corpo; iii) é a mistura de emoções e da razão que a guia (...), sendo esta mistura também sua fonte de contágio; e, iv) obriga a rever a forma como a sociologia concebe o sujeito que age.

Logo, a violência modernista é uma força social que estrutura as relações sociais. E “essa compreensão analítica ancora a reflexão sobre a violência contra a mulher e de gênero, pois se trata de ‘uma força social’ que estrutura as relações de [poder] entre os gêneros, que modela as dinâmicas sociais” (BANDEIRA, 2017, p. 19). A violência presente nas relações entre as pessoas é estruturante devido ao fato de normatizar, modelar e regular as relações interpessoais, em razão do poder que assume e, ainda, em virtude da proporção quantitativa que se manifesta (BANDEIRA, 2017).

No fórum “Dias Europeus de Desenvolvimento”, que ocorreu em Bruxelas em junho de 2018, a vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, descreveu a violência contra as mulheres e meninas como uma “pandemia global”. Segundo a ONU, uma em cada três mulheres é ou será vítima de violência de gênero no mundo. Por ano, em média, 17 milhões de meninas casam-se quando ainda são menores de idade e quase metade das mulheres assassinadas são mortas por seu companheiro ou ex-companheiro (ONU, 2018c).

As situações de violência contra as mulheres e de gênero que podem ser testemunhadas atualmente são concretizadas em razão das relações persistentes indistintas de poder, as quais se manifestam de forma tão extrema que devem ser vistas como um exercício do poder (ir)racional, e não apenas como um instrumento. A perspectiva adotada por Corradi (2009) da “violência modernista” remete à violência contra a mulher e de gênero “para além de ser uma ‘ferramenta’ em si, mas de se constituir em uma forma de manifestação do poder masculino, uma força social que estrutura as relações entre os agressores e as agredidas” (BANDEIRA, 2017, p. 33) e ordena as relações sociais.

sociale qui structure les rapports entre ennemis et qui modèle culturellement les corps des victimes et des agresseurs. Elle “échappe à la logique des fins et des moyens” (Balibar 1992: 50), elle s’autoalimente et, ce n’est ni rare (ni fortuit), elle se transforme en cruauté.

Nessa linha de raciocínio, e sem desprestigiar as várias outras formas e perspectivas de abordar a violência, este trabalho se concentrará na concepção de violência modernista, pois ela se mostra adequada para iluminar as questões concretas relativas à violência contra a mulher migrante, por entender a manifestação da violência como uma força social que estrutura as relações de gênero, que transforma e modela as dinâmicas sociais e que interfere diretamente nas relações interpessoais e nos fenômenos sociais, no caso, as migrações.

Oportuno destacar que o termo gênero deve ser entendido aqui como um instrumento que permite e facilita a percepção das desigualdades sociais e econômica entre homens e mulheres, que possibilita uma visão mais ampla do estudo sobre a violência contra a mulher, relacionando-a com a correlação entre homem e poder. O gênero aborda as diferenças socioculturais existentes entre as mulheres e os homens, “que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior a dos homens nas diferentes áreas da vida humana” (TELES; MELO, 2017, p. 118), o que acaba por refletir nos abusos sofridos pelas mulheres.

Na primeira parte deste capítulo, falar-se-á da construção da desigualdade imposta contra a mulher, destacando alguns pontos que podem ajudar a esclarecer a hierarquia do poder entre os gêneros, o que coloca a mulher em uma situação de vulnerabilidade e desigualdade nas relações sociais e contribui para a perpetuação e normatização da violência contra a mulher.

A segunda parte será utilizada para fazer algumas considerações gerais sobre a violência contra a mulher, como a dificuldade em contextualizar a questão e definir e conceituar o fenômeno. Além disso, destacar-se-á a violência de gênero como ações construídas e consolidadas ao longo do tempo que visam, ainda que não exclusivamente, já que se trata de um fenômeno plural e multifacetado, à submissão feminina e ao controle do corpo da mulher. Ainda neste capítulo, colocar-se-á em evidência a violência de gênero na América Latina e no Caribe, evidenciando a região considerada a mais violenta para as mulheres fora de uma zona de guerra.

E por fim, a terceira parte do capítulo foi reservada para discorrer sobre a violência perpetrada contra as mulheres migrantes durante o deslocamento, ou seja, durante o trânsito migratório, nas rotas utilizadas pelas deslocadas para sair de seu país de origem e chegar ao destino pretendido. Evidenciar-se-á alguns estudos e pesquisas que retratam os abusos sofridos por elas e a magnitude do problema. Será também posto em destaque algumas das várias formas de violência que as mulheres migrantes podem vir a sofrer, tais como, a violência sexual, o tráfico de mulheres e a violência em decorrência da violação à sua saúde e omissão estatal em oferecer tratamentos adequados e preservar sua integridade física e mental.

3.2 CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE IMPOSTA

“Que a violência tenha existido sempre, em toda parte, é algo que não se contesta” (RICOEUR, 1968, p. 227). A história da humanidade foi construída pela violência, pela dominação, subjugação e exploração. E nessa luta eterna pelo domínio do poder e controle, a figura feminina tornou-se submissa à figura masculina, como explica Silva (2011, p. 18):

A história da humanidade traz desde o início de sua constituição o traço da violência, forjada por meio da subjugação e da exploração homem pelo homem, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e de submissão.

A mulher e o homem nunca estiveram em igualdade de condições, estando a desigualdade entre eles sempre presente na cultura das diversas sociedades, tendo como resultado a opressão e a dominação da mulher (BEAUVOIR, 1980). Sem adentrar em maiores detalhes, pode-se dizer que um dos pilares da desigualdade entre homens e mulheres são os mitos construídos e as histórias consolidadas no decorrer dos anos. O mito judaico-cristão, que é a base da civilização atual, por exemplo, ilustra bem a construção da disparidade entre o feminino e masculino. Nesse mito, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus para viver no paraíso. Com o passar do tempo a Divindade percebeu que a sua criação estava sentindo-se triste e solitária, pois lhe falta uma companheira, e como solução pegou uma de suas costelas e modelou a mulher, dando-a ao homem como um presente (BÍBLIA, 1980).

Assim, a mulher veio cumprir seu papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; já nasceu dependente dele, veio da sua costela não como sujeito individual que pudesse ter ideias próprias, decidir, ser autônoma, mas com a doçura e a candura de quem está pronta para servir ao seu senhor (LOPES, 2010, p. 98).

No paraíso o homem e a mulher eram iguais e viviam em perfeito equilíbrio, até que Eva ocasionou a expulsão dos dois. A mulher, cansada e entediada do lugar e de conversar somente com o seu companheiro, resolveu explorar novos locais e conversar com a serpente, que vivia em uma árvore cujo fruto não podia ser comido, pois era proibido por Deus. A serpente persuadiu a mulher a experimentar o fruto, dizendo que ele era saboroso e transformador. Curiosa, a mulher acabou por comê-lo e ofereceu ao homem, que também o experimentou. “Quando ambos comem o fruto da árvore do conhecimento (e a mulher é a

culpada desta transgressão), eles começam a se afastar da natureza e a dominá-la” (MURARO, 1993, p. 720). E ao dominar a natureza, o homem gradativamente vai dominando a mulher.

À medida que o homem vai controlando a natureza, seu poder sobre a mulher vai também, na mesma proporção, aumentando e se cerrando, O fruto da árvore do conhecimento afasta cada vez mais o homem da natureza, e a árvore do conhecimento é também a árvore do bem e do mal. Do bem, no que permite a continuidade do processo humano, e do mal no sentido em que cria o poder, a dominação como a conhecemos hoje (MURARO, 1993, p. 733).

A mulher tornou-se, então, a figura que causou dor e transtornos a humanidade e como consequência, ao homem foi concedido o poder de controlá-la e de restabelecer a ordem. O homem representava Cristo, enquanto que a mulher estava condenada pelo erro de Eva, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade a chance de viver no paraíso. E “já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada” (ARAÚJO, 2012. p. 37). As mulheres sempre são lembradas do mito do Éden, de como são animais imperfeitos, que por natureza são mais impressionáveis e suscetíveis ao pecado e, por isso, devem ser sempre controladas por quem detém o poder de sujeitá-las.

Os primeiros textos do Gênesis são a base do patriarcado. Isso porque “além de parir a mulher, de alocar-se a si mesmo a capacidade de dominar a natureza, o homem ainda culpa a mulher por sua transgressão à lei do Pai, que é a origem de todos os males” (MURARO, 1993, p. 733). Repassado de geração em geração, esse mito judaico-cristão é sem dúvida uma das razões da hierarquia nas relações de poder entre homens e mulheres e da divisão dos papéis sexuais.

Sobre as consequências dos textos Gênesis, as relações de dominação entre homens e mulheres, e os impactos após a expulsão do paraíso, Muraro (1993, p. 760/774) explica que,

A dominação do homem pelo homem e do homem sobre a mulher, que são as duas características essenciais do patriarcado, acrescida da dominação do homem sobre a terra, já estão santificadas. São então santificadas todas as cisões: 1) a cisão dentro do homem entre sexualidade e afeto, conhecimento e emoção. O conhecimento é colocado como causa da transgressão, porque de agora em diante ele vai ser o motor que vai fazer funcionar todo o sistema; 2) a cisão homem/homem – é essencial ao patriarcado a santificação da dominação de uns homens pelos outros, porque com isso se torna “natural” a escravidão [...]; 3) a cisão homem/mulher, com a consequente cisão público/privado. Esta cisão é essencial também porque a opressão da mulher é o que torna todas as outras possíveis; 4) a cisão homem/natureza, que é a base do cultivo da terra com instrumentos pesados.

Assim, muito da construção dos papéis do homem e da mulher na sociedade teve influência na história de Adão e Eva. No momento em que Adão desobedece a Deus e prioriza Eva, lhe é retirada a capacidade de manifestar afeto e sensibilidade emotiva, o que compõe o

foro interno e privado. Dessa maneira, “esse assunto passa a ser proibido aos homens, e o macho deve manifestar sua função dominante sobre a terra, o sistema e a mulher, ou seja, cuidar de assuntos de foro público e notório” (SILVA, 2011, p. 21). Já Eva, que desafiou Deus usando a sedução para levar Adão ao pecado, teve sua liberdade mitigada, ficando restrito o seu espaço dentro da sociedade. “Eva se ocupa do espaço interno e privado, o campo dos sentimentos, da fragilidade, da doçura, do amor; sua responsabilidade é parir e cuidar dos filhos, do lar e do bem-estar do homem dentro deste ambiente” (SILVA, 2011, p. 21).

Não é somente em textos bíblicos que se encontra a figura feminina como dependente e inferior à figura masculina. Historicamente, através de várias civilizações, encontram-se mitos e histórias que confirmam e reafirmam a hierarquia do homem. Nessas histórias e contos sempre havia exaltação do masculino, que era elevado pelos seus feitos e conquistas, enquanto o feminino era associado à reprodução e rebaixado pelos seus “defeitos”.

A literatura infantil, a mitologia, os contos e as narrativas refletem os mitos criados pelo orgulho e desejo dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra o seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hercules, David, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Napoleão – Quantos homens para uma Joana d’Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! (BEAUVOIR, 1980, p. 35).

No modelo de conhecimento tradicional ocidental – razão pura -, que tem pelo menos 2.500 anos, o cenário não é diferente. Para Aristóteles, por exemplo, o conhecimento racional é a conquista humana mais alta, e são os homens, capazes de obter êxito nessa área, porque são seres superiores e mais divinos que as mulheres, que por sua vez são descritas como seres emocionais desviados do tipo “genérico humano” e prisioneiras de suas “funções corporais”, um espécime inferior que se aproxima mais dos animais do que dos homens. Para esse Pensador, o homem é o verdadeiro progenitor e a mulher mera recipiente. O mundo caracteriza-se por um dualismo hierárquico, por opostos polarizados em que um lado domina o outro, “a Alma tem domínio sobre o corpo a Razão sobre a emoção, o Masculino sobre o feminino e assim por diante. A Mente Pura (o “Nous” só possível para os homens) é conectada com a Alma “divina”, que é superior a todas as coisas terrenas” (WILSHIRE, 1997, 103). Assim, a mente masculina, por ser mais elevada e santa, domina o corpo feminino, já que a mulher não é capaz de mente e razão (WILSHIRE, 1997).

Mais tarde, essa hierarquia apresentada por Aristóteles aparece nos dizeres de São Tomás de Aquino, “suas categorias e normas estendendo-se “para o além” através de nove coros angelicais, com a Mente sempre tendo domínio sobre a matéria e os corpos, por ele

considerados congenitamente pecaminosos” (WILSHIRE, 1997, p. 103). Deus dominava os anjos, que por sua vez, eram superiores aos homens, que dominavam as mulheres, que dominavam as crianças, assim por diante (WILSHIRE, 1997).

Na Grécia, Sólon de Atenas, governador em 594 a. C., instituiu uma regra que proibia as mulheres de saírem de casa à noite, confinando-as em suas casas também durante o dia. No Egito, “as mulheres foram perseguidas e maltratadas pelo fato de serem mulheres, diferentemente do que ocorreu com os homens, que também foram reprimidos e subordinados, mas por razões externas e não porque eram simplesmente homens” (TELES; MELO, 2017, p. 251). Exemplo disso é que elas eram obrigadas a realizar trabalhos forçados, como o de construir as pirâmides, e ao contrário dos criados, que poderiam se tornar chefes, e dos escravos, que poderiam ganhar a sua liberdade, as mulheres durante toda a sua vida eram seres subordinados (TELES; MELO, 2017).

A trajetória da civilização e da filosofia ocidentais, apesar de variar em certos momentos e eventos específicos, tem em comum a desvalorização do corpo, mais especificamente o corpo da mulher, em conjunto com tudo que é associado ao feminino. Mesmo figuras cristãs como São Paulo e Santo Agostinho “continuam [...] a exaltar e a manter no centro de sua teorização, o dualismo apolíneo hierárquico que avilta o corpo humano, considerando o corpo feminino mais especialmente pecaminoso” (WILSHIRE, 1997, p. 103), colocando a culpa em Eva e, como consequência, em todas as mulheres, pela queda do homem, pelo pecado original.

Durante a tida revolução científica ainda existia a ideia de que a alma e a mente só existiam e se desenvolviam nos homens, como explica WILSHIRE (1997, p. 103/104):

Descartes inaugurou a Idade Moderna descrevendo a Mente humana como um Espírito que nada tem a ver com a matéria ou o corpo. Como os antigos, ele associava a Mente masculina à divindade e à Alma, afirmando que esta última era “precisa e unicamente aquelas qualidades que o humano partilha com Deus” (Bordo, 1987:94), isto é, não tem matéria nem corpo. Contribuiu para a antiquíssima lista de imagens poderosas, cuja finalidade era a dissociação entre Deus e o corpo, descrevendo este como uma máquina. Determinado a retirar o seu Ser tanto quanto possível da inferioridade de seu corpo e de sua matéria (de *mater*, palavra latina para mãe, derivada do grego *meter*), trabalhou em sua Mente para se distanciar de sua própria infância e da mãe, “para dar à luz a si mesmo” a partir de sua própria Razão (Bordo, 1987:105) (exatamente como Zeus, que havia devorado a Deusa Mãe Métis e dado à luz a Sabedoria, Atena, que nasceu de sua própria cabeça). Descartes e sua época continuaram a clássica tentativa de libertar o Conhecimento e a Razão de qualquer contaminação corporal, da Mãe Terra e de todas as coisas femininas, de separar totalmente o Logos de Sofia, o homem e sua Mente, da Natureza e assim por diante (Merchant, 1980).

Um dos ideólogos da Revolução Francesa, Rousseau tinha a família como a forma mais antiga de organização social, cuja ordem e hierarquia são dadas pela própria natureza: “idosos naturalmente têm precedência sobre os jovens e homens têm naturalmente autoridade sobre as mulheres” (ALMEIDA, 1998 citada por TELES; MELO, 2017, p. 251). A própria palavra “família”, com origem no latim *famulus*, tem como significado, conjunto de escravos domésticos, sendo a mulher parte deste juntamente com os filhos e agregados, o que já demonstra um processo histórico de discriminação contra as mulheres (TELES; MELO, 2017).

Na verdade, são vários acontecimentos históricos e fatores sociais que construíram e tornaram inquestionáveis as infelizes características e papéis dos homens e das mulheres na sociedade. O dualismo hierárquico é a base da epistemologia ocidental e do pensamento moral, tornando-se o núcleo das tradições filosóficas e científicas. A supremacia masculina é completamente dependente da inferioridade feminina, daí a necessidade de investir contra a condição feminina, impondo o preceito de incapacidade e incompetência das mulheres. “Foram feitos esforços, em todos os níveis, para erradicar quaisquer vestígios da capacidade física, emocional e intelectual do segmento feminino, mesmo que para isso tivessem que empregar o uso da violência e da farsa” (TELES; MELO, 2017, p. 279).

Os preconceitos contra as mulheres, ao longo desse processo histórico, vêm reforçando a ideia e a imagem da submissão feminina. Os teólogos cristãos hostilizaram as mulheres, afirmaram que elas eram “a porta do demônio”. Laménais (1782-1854) caracterizava-as como “a estátua viva da burrice”. Nietzsche (Friedrich, 1844-1900) e Voltaire (François-Marie Arouet, 1694-1778), que se opuseram ao cristianismo, também insultavam as mulheres, com afirmações pseudocientíficas de que elas eram inferiores. Voltaire tentou mostrar a veracidade de sua proposição, dizendo que “o sangue delas é mais aquoso”, como prova de sua inferioridade (TELES; MELO, 2017, p. 297).

Certeza, então, de que há uma relação hierárquica de poder entre os gêneros, que coloca a mulher nas diferentes relações sociais, em uma situação de vulnerabilidade e desigualdade, o que acaba por contribuir, e muito, para a perpetuação da violência contra ela, o que não é um acontecimento isolado e específico de determinado lugar e tempo, pelo contrário, é um fenômeno que sempre esteve presente nas sociedades, perpetuando-se de diversas formas.

A manifestação da violência contra a mulher é uma consequência da desigualdade histórica entre homens e mulheres instituída dentro das sociedades e das estruturas de poder, que está consolidada em padrões culturais, religiosos e em práticas ou costumes tradicionais. A legitimação e perpetuação deste comportamento e a opressão masculina sobre o feminino manifestam-se por meio de valores aprendidos, repetidos e impostos socialmente nas instituições. A mulher vem sendo, no decorrer da história, socialmente oprimida por valores e

costumes que são influenciados e impostos pelas principais instituições sociais, as quais ensinam, ainda que indiretamente, que ela é um ser inferior e frágil, que deve ser cuidada e controlada. Especificamente sobre as referidas instituições, Gomes (et al., 2016, p. 30) ensina que,

O Estado a igreja e a escola foram e são as instituições mais importantes responsáveis pela construção dos papéis desempenhados pelos gêneros. A família é o berço da representação da dominação masculina, onde se inicia a primeira noção de divisão de tarefas baseadas no gênero. A igreja, sendo historicamente antifeminista perpetua através de séculos a noção moralista patriarcal de inferioridade feminina, condenando qualquer tipo de prática considerada subversiva aos costumes, como roupas ou determinados comportamentos. Assim, a escola contribuiu transmitindo ideias arcaicas de modelos pré-concebidos tipicamente masculinos e femininos, de profissões e comportamentos. O Estado adquire uma figura paternalista em alguns países, onde faz da família patriarcal o núcleo duro da sociedade, atribuindo excesso de importância ao homem em detrimento da mulher.

Muito embora haja inúmeros estudos e vertentes quanto à origem, conceito e corolário da violência contra a mulher, por tudo que foi visto e destacado, ela pode ser tida como o resultado de uma ideologia de dominação masculina, a qual é produzida e reproduzida tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres (CHAUÍ, 1985), ainda que de forma desigual e com perspectiva e instrumentos diferentes. Pode-se dizer, assim, que a violência contra as mulheres é, em sua maioria, resultado de convicções que retratam e definem a condição feminina como inferior à condição masculina, consequência de uma construção social de gênero⁴⁵ desigual e de uma ideologia social patriarcal, como se extrai da explicação de Rosiska Darcy de Oliveira (1999):

Cultura masculina alimentou representações das mulheres como seres anfíbios, mais instintuais que os homens: alheias à Razão, rebeldes à domesticação [...]. Naturalizadas, as mulheres não foram incorporadas ou tornadas significativas na cultura humana/masculina. O confinamento do sexo feminino em uma relação limitada com apenas alguns aspectos do meio ambiente [...] traduziu-se em desigualdade de status e poder, tornando-se hierarquia que [...] passou a ser percebida como um dado do comportamento humano, inscrita no corpo e por ele ditado, e que as representações mitológicas e ideológicas só fizeram confirmar.

Como as mulheres são vistas como seres inferiores, as diversas formas de violência cometidas contra elas são encaradas, frequentemente, com naturalidade, ainda mais que na maioria das vezes a dominação ocorre de forma suave, imperceptível, sendo associada à ordem

⁴⁵ Quando se refere a gênero, está-se falando do “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 14).

das coisas e vista como algo natural e normal, inclusive pelas próprias vítimas (BOURDIEU, 2012).

Pode-se dizer, portanto, que “o uso da violência contra a mulher, e de gênero, visa a controlar e dominar as mulheres pois, historicamente, as raízes do exercício de poder são desiguais entre homens e mulheres” (BANDEIRA, 2017, p. 29) e a violência masculina não se manifesta contra o seu igual, ou seja, em face daquele indivíduo que tem as mesmas condições de existência e de valor que o agressor, mas contra aquele que é visto como inferior, mais frágil, como explica Almeida (2014, p. 329):

Ao se optar pela modalidade “violência de gênero”, vê-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, quer sejam interpessoais quer sejam da ordem impessoal ou de grandes guerras. Isto é, essa violência não se refere a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar o outro que seja alguém considerado igual ou que é visto nas mesmas condições de existência e valor que o/s seu/s perpetrador/es. A centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na esfera doméstico familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais.

Outra premissa que reforça essa situação de violência é a de que somente ao homem é atribuída a força produtiva. Ou seja, não é apenas em razão da desigualdade e desequilíbrio existente nas relações de poder reproduzidas nas relações interpessoais entre homens e mulheres que a violência se manifesta, mas também em virtude do fato de que ao homem é atribuída a capacidade da força produtiva (BANDEIRA, 2017).

Logo, a dissimetria, a desigualdade, entre homens e mulheres está presente nas relações sociais na esfera pública e na privada. “Esta divisão [...] torna-se exemplo paradigmático da estruturação do poder de dominação, como se fosse de alguma maneira imposta pela ‘lei da natureza’” (BANDEIRA, 2017, p. 32), a qual se traduz como a naturalização da violência contra a mulher e a legitimação de práticas e de discursos que inferiorizam o feminino. Além disso, Bandeira (2017, p. 32) explica que,

é possível sinalizar, simbolicamente, que a violência contra a mulher e de gênero seria a expressão da potência sexual masculina sustentada como potência política legítima. Ainda qualificada pela perspectiva aqui considerada da *mélanger* de emoção e razão que acaba por ‘guiar’ ou ‘dirigir’ as expressividades de violências. Isto quer dizer que elementos ditos ‘irracionais’ [paixões, emoções, o prestígio perdido, a impossibilidade de (re)organizar a família etc.], além da vergonha, orgulho, raiva, humilhação que emergem [e não apenas os interesses conscientes racionais da agredida ou do agressor, ou do grupo de referência] conseguiriam orientar uma ação racional. “Nada inviabiliza a ação violenta que se desencadeia como parte constitutiva da ação humana”, afirma Corradi (2009, p. 7).

Mesmo não tendo noção do que seja uma ideologia, os homens gostam e reproduzem valores machistas. E eles não estão sozinhos. Criadas na ordem patriarcal de gênero caracterizada por atribuir qualidades positivas ao masculino e negativas ao feminino, poucas mulheres questionam sua inferioridade social imposta, o que acaba por ocasionar um grande número de mulheres machistas. “E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 35). Mas isso não quer dizer que o machismo favorece sempre os homens, pelo contrário, a ideologia sexista prejudica tanto os homens como as mulheres, entretanto, elas ainda são as mais prejudicadas. É comum as mulheres serem privadas de desenvolver e usar a razão e de exercer o poder. “Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Sobre a disciplina dos corpos femininos, Bordo ensina que,

os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de "corpos dóceis": aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao "aperfeiçoamento". Por meio de disciplinas rigorosas e reguladoras sobre a dieta, a maquiagem, e o vestuário — princípios organizadores centrais do tempo e do espaço nos dias de muitas mulheres — somos convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas. Nos casos extremos, as práticas da feminidade podem nos levar à absoluta desmoralização, à debilitação e à morte (BORDO, 1997, p. 20).

A disciplina sobre o corpo feminino e a normatização – “talvez as únicas opressões de gênero que se exercem por si mesmas, embora em graus e formas diferentes dependendo da idade, da raça, da classe e da orientação social” (BORDO, 1997, p. 20) – é uma forma de controle social.

Muito embora o homem e a mulher sejam dotados de *animus* e *anima*, princípios masculino e feminino, a sociedade impõe que o homem desenvolva apenas o primeiro e a mulher o segundo, ainda que o ideal seria que ambos fossem desenvolvidos de forma igual, o que resultaria em seres humanos equilibrados. Logo, o desequilíbrio resulta do pouco desenvolvimento do *animus* pelas mulheres e do *anima* pelos homens. Como o *animus* possui o seu núcleo no poder, tem-se que no terreno político, por exemplo, os homens estão mais aptos a exercê-lo, enquanto as mulheres não são treinadas para fazê-lo. Esse evidente desequilíbrio serve de apoio ao patriarcado, que acaba por reproduzi-lo. “Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar [...] que a implantação lenta e gradual da primazia

masculina produziu o desequilíbrio entre *animus* e *anima* em homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 37), da mesma forma que se originou deste desequilíbrio.

Pode-se afirmar que o patriarcado é um sistema de dominação, diferenciando-se de outros sistemas de dominação – estruturas de classes, colonialismo, etc. – em razão de estar centralizado nas relações sociais. “No patriarcado, o gênero denota uma estrutura de poder político, disfarçada em sistema de diferença natural. [...] ele constrói, com base em dados biológicos altamente variáveis e interpretativos, a diferença anatômica entre os sexos” (DIMEN, 1997, p. 46). É uma construção social baseada na diferença biológica entre os sexos e que se manifesta por meio das relações de poder e da subordinação imposta, que representa as funções, condutas, e práticas que se esperam dos homens e das mulheres.

Segundo Marcela Lagarde (1996 citada por PITA, 2014, p. 23, tradução nossa):

[...] patriarcado é uma ordem genérica de poder, baseada em um modo de dominação cujo paradigma é o homem. Esta ordem garante a supremacia dos homens e do masculino sobre a anterior internalização das mulheres. De acordo com esse domínio masculino as mulheres se tornam objetos porque, em diferentes graus, os homens sentem e agem como proprietários/donos que podem subjugá-las, expropriar suas criações, seus bens materiais e simbólicos. O patriarcado em essência, reifica as mulheres. Nesse mundo o sujeito não é só o homem, mas o patriarca, os sujeitos que são homens patriarcais⁴⁶.

Essa ditadura de gênero, ou seja, os determinismos sexuais impostos que implicam na imposição de condutas para mulheres e homens, afetam ambos os sexos, mas acabam por resultar na dominação masculina sobre o feminino, nas mais variadas esferas sociais e nas relações de poder. A mulher representa submissão, fragilidade, fraqueza, enquanto que o homem simboliza a força, o vigor, a razão. Essa hierarquia culturalmente determinada, esse estereótipo de papéis sexuais diferentes para homens e mulheres, obviamente, fortalece a subjugação da mulher e a desigualdade entre mulheres e homens e acarreta implicações práticas, dentre as quais a violência contra ela, que merece o devido destaque.

⁴⁶ [...] patriarcado es un orden genérico de poder, basado en un modo de dominación cuyo paradigma es el hombre. Este orden asegura la supremacía de los hombres y de lo masculino sobre la interiorización previa de las mujeres. De acuerdo con ese dominio masculino las mujeres se convierten en objetos ya que, en distintos grados, los hombres se sienten y actúan como dueños que pueden someterlas, expropiar sus creaciones, sus bienes materiales y simbólicos. El patriarcado, en esencia, cosifica a las mujeres. En ese mundo el sujeto no solo es el hombre, sino el patriarca, los sujetos son los hombres patriarcales.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Contextualizar e definir a violência contra a mulher não é tarefa simples, pois o próprio conceito de violência é complexo e implica vários elementos. Dessa forma, ao tentar simplificar e analisar a complexidade que envolve essa questão, corre-se grande risco de reduzir a sua amplitude, rotular erroneamente as situações em que ocorre, vitimizar a mulher, desconsiderando a sua resiliência e luta, e não mostrar o seu aspecto multifacetado. Acontece que para colocar em evidência as situações que milhares de mulheres migrantes vivenciam durante o processo migratório, é necessário ao menos tentar explicar e contextualizar a violência contra as mulheres. Assim, antes de adentrar especificamente na forma de violência que se pretende abordar neste trabalho, convém traçar algumas definições e fazer algumas considerações.

A palavra violência deriva do latim *violentia*, que expressa o ato de violar alguém ou de se violar. O termo indica “algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas” (PAVIANI, 2016, p. 08).

Como é uma questão ampla e suas características gerais (por trás do conceito de violência) variam no tempo e no espaço, dependendo dos costumes e padrões culturais de cada sociedade ou época, as ciências utilizam diferentes definições de violência, dependendo do objeto do estudo e do método que será utilizado na investigação. Por exemplo, violência, “em seu significado mais frequente, quer dizer o uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo de que não está com vontade; [...], é tolher a liberdade, [...] é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade” (TELES; MELO, 2017, p. 90), é um meio de coagir, de submeter o outro, é uma clara violação dos direitos humanos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2007, p. 1165). A inclusão pela OMS da palavra “poder” não é por acaso, é uma forma de ampliar a natureza do ato violento. Falar em “uso do poder” é um meio de incluir na análise da violência os atos por omissão (PITA, 2014).

Para Azevedo (1985, p.37), “violência pressupõe opressão. Pressupõe, portanto, conflito de interesses entre opressores e oprimidos. Relações sociais hierárquicas de dominância e subalternidade”.

Já para Aguilera (2000 citada por PITA, 2014, p. 45/46),

violência é a ação que uma pessoa realiza contra outro com a intenção de causar dano, infligindo dor física ou moral, ou ambos. Isto é, se trata de uma ação humana intencional que causando dano e dor a outro ser humano e em sua conceituação está claro que é inevitável⁴⁷.

Só que considerar a violência apenas como um ato criminal de uso da força física é ter uma visão limitada do seu conceito, devendo-se incluir também na sua definição: “exploração, discriminação, estruturas econômicas e sociais desiguais, a criação de uma atmosfera de terror, ameaças, represálias e outras formas de violência: religiosa, cultural e política” (PITA, 2014, p. 46). Nesse sentido, sobre a pluralidade desse fenômeno, Baierl (2004, p.52, tradução nossa) explica que,

a violência aparece como algo corriqueiro, típico do cotidiano das pessoas, que seja a violência na cidade, quer seja a violência no campo: homicídios, chacinas, ocupações violentas de terra, dizimação de índios, morte perinatal, estupros, acidentes de trânsito, assaltos, roubos a banco, sequestros, vitimização de mulheres e crianças, violência policial, extorsão, tráfico de drogas, linchamento, tráfico de crianças e uma violência que não ganha visibilidade pelas marcas que deixa no corpo, mas que se expressa no conjunto das relações sociais e na vida cotidiana.

Enfim, além de ser arriscado elaborar e expor um conceito definido e objetivo de violência deve-se considerar que para a compreensão deste fenômeno e de suas manifestações há outros fatores que devem ser levados em consideração, os de ordem cultural e estrutural, tais como: conflitos, situações de desigualdade e a pobreza (PITA, 2014).

Da mesma forma, o conceito detrás da expressão “violência contra a mulher” não quer dizer apenas o oposto de “violência contra o homem”, na verdade, remete às desigualdades socioculturais impostas a mulheres e homens, as quais repercutem na vida privada e pública de ambos, o que acaba lhes impondo papéis sociais distintos, que foram construídos ao longo da história, e polos de dominação e submissão, o que implica desproporcionalidade das relações sociais e manifestação de formas de violência.

Para Teles e Melo (2017, p. 141),

A própria expressão “violência contra a mulher” foi assim concebida por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher.

⁴⁷ Violencia es la acción que una persona realiza contra otra con la intención de causarle daño, infligir dolor físico o moral, o ambos. Es decir, se trata de una acción humana intencional que causa daño y dolor a otro ser humano y en su conceptualización queda claro que es inevitable.

Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador.

Assim, é necessário reconhecer que a violência contra a mulher não é pura e simplesmente um ato criminal de força física ou moral, mas uma força social que tem origem na ordem patriarcal, que possui uma capacidade de estruturar a realidade social, e, repleta de significados, evidencia que as relações sociais são permeadas por dominação e poder (BANDEIRA, 2017).

Sobre esse fenômeno, Bandeira (2014, p. 460) explica que:

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem.

Muito embora o termo “violência contra a mulher” possa expressar diversos significados, certo é, que os variados usos semânticos (violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar, violência de gênero, etc.), muitas vezes trazem sentidos equivalentes (BANDEIRA, 2017). Por outro lado, é também verdade que em razão das situações específicas, do objeto de análise, da metodologia, essas categorias podem adquirir desdobramentos e implicações teóricas e práticas diferentes, ainda que independentemente do termo usado, pode-se dizer que a violência contra a mulher “constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz [...]” (TELES; MELO, 2017, p. 174).

Logo, apesar dos conceitos dialogarem entre si, complementarem-se e interagirem, sob uma perspectiva metodológica, a complexidade desse fenômeno não permite um sistema de classificação com nítidos marcos diferenciadores. Os usos das diversas expressões está diretamente associado a campos teóricos e sociais específicos, que permitem a aplicação de certo termo quando o fenômeno é analisado por certa perspectiva. Por exemplo, a denominação violência de gênero vem ganhando espaço nos estudos desenvolvidos, tornando-se uma categoria que demonstra a complexidade das relações sociais. Esta denominação “remete aos lugares sociais sexuais, expõe as múltiplas desigualdades, às quais as mulheres estão presas, e possibilita uma interação face a face, envolvendo a ordem simbólica” (BANDEIRA, 2014, p. 461).

Para Teles e Melo (2017, p. 117),

o conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder e dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem a relações violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres.

Falar em violência de gênero é ressaltar as ações e medidas construídas e consolidadas ao longo da história humana que visam à submissão da mulher e o controle do corpo feminino, ou seja, ressaltar a subjugação imposta pela hierarquia social de gênero. Este fenômeno apresenta algumas características singulares, tais como, o intuito de resguardar a organização social de gênero, que se baseia na hierarquia e na desigualdade social que são decorrentes das posições atribuídas aos sexos, e a capacidade de tornar-se mais ampla proporcionalmente ao aumento da ameaça ao poder e dominação masculina. Por isso, não se pode dizer que a violência de gênero ocorre de modo aleatório, pelo contrário, ela deriva da construção histórica da desigualdade entre homens e mulheres que está institucionalizada nas sociedades (SILVA, 2011).

Transmitida de geração a geração, a violência de gênero é a primeira forma de violência com que as pessoas têm contato, sendo praticada tanto por homens como por mulheres. Por ser a primeira, é vista como algo natural, inerente à condição e à natureza humana, além de ser por meio dela que os indivíduos aprendem outras práticas violentas, podendo se manifestar por meio de agressões físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais, etc. (TELES; MELO, 2017).

“Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários *sociais* e históricos não uniformes” (BANDEIRA, 2014, p. 451). São aquelas ações violentas perpetradas contra as mulheres no âmbito privado-familiar e nos espaços públicos e de trabalho, manifestando-se de forma física, sexual, moral, patrimonial, etc., e motivadas pelas expressões de desigualdade e submissão baseadas na condição do sexo.

Esse tipo de violência “não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador” (BANDEIRA, 2014, p. 450), pelo contrário, se

manifesta motivado pelas desigualdades entre homens e mulheres, as quais muitas vezes têm início no próprio âmbito familiar, onde as relações de gênero são postas de forma hierárquica. Quando ocorre em outras situações, que não no universo familiar, “quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar” (BANDEIRA, 2014, p. 450).

Ao se falar de violência de gênero não se pretende vitimizar as mulheres e reafirmar a dominação sobre o feminino pelo masculino, mas por em voga o fato de que a manifestação desse tipo de violência não é ao acaso, mas ocorre historicamente sobre os corpos femininos em razão das relações desiguais de poder que, infelizmente, ainda fazem parte da vida social e podem ser facilmente observadas no cotidiano.

Da mesma forma, a intenção não é destacar a violência de gênero somente pelas agressões cometidas contra as mulheres, mas como forma de construção e manutenção das relações de poder desiguais entre mulheres e homens, das quais não se podem excluir os homens na medida em que eles são produtos da imposição das diferenças de gênero e, por isso, podem estar sujeitos a sofrer violência de gênero, como explica Schreiner (2008, p. 30):

Pode-se considerar violência de Gênero não só a violência cometida contra as mulheres, mas toda forma de conservação das identidades arbitrariamente atribuídas a homens e mulheres, independentemente de sua identidade sexual e de gênero. Portanto, sujeitar os homens a reproduzir os papéis de dominação, autoritarismo e violência contra a mulher também se caracteriza como violência de Gênero. Durante toda a vida do homem, lhe são apresentados questionamentos acerca de seu comportamento sexual, exigindo-lhe posturas agressivas, determinadas, dominadoras. Acreditar que todo homem oprime e que toda mulher é oprimida, é a regra num discurso amplamente difundido e reproduzido.

No presente trabalho, dentre as diversas expressões da violência de gênero, a atenção será voltada àquela cometida contra a mulher migrante, por ser uma das manifestações mais evidentes e preocupantes, principalmente em decorrência do peculiar momento migratório que se está presenciando.

Como já visto, a violência contra a mulher pode se manifestar de várias formas (psicológica, física, sexual, simbólica, patrimonial, etc.) e em diversos contextos (família, sociedade, instituições estatais, etc.), podendo ser conceituada, nos termos do artigo 1º da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proferida pela Assembleia Geral da ONU, na resolução nº 48/104, de 20 de dezembro de 1993, como:

qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de

tais actos, a coação ou a provação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (ONU, 1993, não p.).

Ainda quanto à definição, o primeiro artigo da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que ficou conhecida internacionalmente como “Convenção Belém do Pará”, realizada no Brasil em 1994, estabelece que:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (OEA, 1994, não p.).

Tanto na Declaração das Nações Unidas de 1993 quanto na Convenção de Belém do Pará é usado o termo “violência de gênero”, reconhecendo que as causas, as consequências e as respostas à violência contra a mulher são influenciadas pela desigualdade entre homens e mulheres e pela submissão imposta à mulher em vários ambientes.

Enfim, perpetuada sobre diversas formas e diferentes intensidades, a violência contra as mulheres “não conhece barreiras geográficas, econômicas e sociais, e acontece cotidianamente” (CULTURA..., 2016). Só que no caso de conflitos armados, a situação acaba se agravando ainda mais.

É notório que durante uma guerra, entendida aqui como uma circunstância geral e não específica de violência contra a população, a comunidade como um todo é prejudicada. Além das diversas implicações econômicas e sociais que advêm do conflito armado, todas as formas de violência se multiplicam durante a hostilidade, principalmente aquelas ligadas às mulheres e crianças, devido ao fato de elas comporem o grupo mais suscetível a ser exposto a situações de vulnerabilidade.

A realidade vivenciada pelas mulheres em toda parte do mundo é alarmante na medida em que elas são vítimas de desigualdade e violência em todas as estruturas sociais. Mas o impacto que os conflitos armados têm sobre elas é ainda mais preocupante, já que integram um dos grupos mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer com atrocidades, abusos, crueldades, etc.

Contudo, não são somente as guerras, capazes de multiplicar e amplificar as formas de violência perpetradas contra as mulheres. As migrações, mais especificamente aquelas relacionadas ao deslocamento forçado, independentemente das suas causas, sejam elas de origem ambiental, econômica, social, discriminação, violência ou até mesmo em razão de

conflitos armados, transformam-se em cenários propícios para a ocorrência de situações de transgressões dos direitos mais basilares da pessoa humana.

Portanto, quando se fala em violência contra as mulheres, é necessário que se destaque a situação vivida pelas mulheres migrantes durante o próprio deslocamento, ou seja, durante a rota migratória, aquele caminho entre a origem e o destino, questão de suma importância para se considerar a atual situação de grandes fluxos migratórios, nos quais as mulheres representam grande parte dos deslocados. Sob esse viés, a intenção deste trabalho é pôr em evidência as manifestações de violência perpetradas contra as mulheres migrantes durante o deslocamento, concentrando-se na América Latina e Caribe, regiões mais violentas e perigosas para as mulheres, como se verá a seguir.

3.3.1 Violência de gênero na América Latina e Caribe

A violência contra a mulher é um problema social gravíssimo que não conhece fronteiras geográficas, culturais e econômicas, sendo uma flagrante violação dos direitos humanos. Seu impacto nas vidas das mulheres é imediato e de longo alcance, além de ocasionar consequências físicas, sexuais, psicológicas, etc., afetando a vida e a dignidade delas e trazendo consequências negativas que afetam sua família e a sociedade como um todo. A gravidade da situação pode ser vista na fala do Secretário Geral das Nações Unidas no dia Internacional da violência contra as mulheres:

É evidente que a violência contra as mulheres (...) não conhece fronteiras geográficas, culturais ou socioeconômicas. Em todo o mundo, uma em cada três mulheres estará sujeita a violência física ou sexual em algum momento de suas vidas, de maneira que vão desde estupro e violência doméstica até intimidação e assédio no trabalho e na Internet. Somente este ano (2015), mais de 200 meninas foram sequestradas na Nigéria; vimos testemunhos gráficos de estupro e escravidão sexual de mulheres iraquianas durante o conflito; duas meninas indianas foram estupradas, assassinadas e penduradas em uma árvore; e nos Estados Unidos houve casos de alto impacto de violência sexual em equipes esportivas e em campus universitários. Mulheres e meninas são vítimas de violência em todos os países e bairros, mas esses crimes são muitas vezes escondidos e não são relatados⁴⁸ (PNUD, 2017, p. 11, tradução nossa).

⁴⁸ Tradução livre: Es evidente que la violencia contra las mujeres (...) no conoce fronteras geográficas, culturales ni socioeconómicas. En todo el mundo, una de cada tres mujeres será objeto de violencia física o sexual en algún momento de su vida, en formas que van desde la violación y la violencia doméstica hasta la intimidación y el acoso en el trabajo y en Internet. Solo este año (2015), más de 200 niñas han sido secuestradas en Nigeria; hemos visto testimonios gráficos de violaciones y esclavitud sexual de mujeres iraquíes durante el conflicto; dos niñas indias fueron violadas, asesinadas y colgadas de un árbol; y en los Estados Unidos ha habido casos de gran repercusión de violencia sexual en equipos deportivos y campus universitarios. Las mujeres y las niñas son víctimas de actos de violencia en todos los países y los vecindarios, pero esos delitos con frecuencia se ocultan y no se denuncian.

De acordo com um estudo realizado no ano de 2013 pela Organização Mundial de Saúde, em escala global, 35% das mulheres foram vítimas de violência física e/ou sexual pelos seus parceiros ou violência sexual por outras pessoas e quase um terço (30%) de todas as mulheres que mantiveram relacionamento foram vítimas de violência física e/ou sexual pelo parceiro (PNUD, 2017). E na América Latina e Caribe a realidade não é diferente.

A questão da violência contra a mulher na América Latina e Caribe é crítica. Fora de um contexto de guerra, é a região mais violenta do mundo para as mulheres. Esta região persiste nos padrões patriarcais fundados nas relações de desigualdade entre mulheres e homens, que estão enraizados historicamente nos costumes, nas religiões, nas tradições, nas diferentes instituições, etc. O impacto que o sistema patriarcal teve no sistema político dos países que compõem essa região afetou diretamente a gestão das políticas públicas que abordam temas como gênero e violência contra as mulheres, e como consequência invisibilizaram esse fenômeno trazendo um efeito indesejado: a naturalização da violência contra a mulher (PNUD, 2017).

Segundo a OXFAM (2018, p. 06, tradução nossa), “a América Latina e Caribe é a região mais desigual do mundo e a violência machista é a expressão mais extrema da desigualdade entre homens e mulheres”⁴⁹. Entre os vinte e cinco países mais violentos do mundo, quatorze estão localizados nessa região.

Desde a década de 90 os países da América Latina e Caribe adotaram leis de proteção a vítimas de violência de gênero. “Atualmente dezesseis países latino-americanos e caribenhos contam com leis contra a violência sobre as mulheres e quinze avançaram na tipificação do feminicídio em suas legislações”⁵⁰ (OXFAM, 2018, p. 11, tradução nossa). Sobre o avanço legislativo nessa região sobre a violência, Gherardi (2016, p. 130) destaca que,

A região da América Latina e do Caribe é possivelmente a que mais avançou na criação de marcos normativos nacionais para abordar a violência contra as mulheres. Numa primeira etapa, foram aprovadas normas dirigidas à violência nas relações familiares ou violência doméstica. Depois, na última década, uma dezena de países avançou para a aprovação de leis de proteção integral contra diversas formas de violência, voltadas para dar respostas à violência que acontece não somente entre os integrantes da família ou unidade doméstica, mas também nos diferentes ambientes

⁴⁹ Tradução livre: América Latina y el Caribe, es la región más desigual del mundo, y la violencia machista es la expresión más extrema de la desigualdad entre mujeres y hombres. También es la región más violenta del mundo y además, la más violenta con las mujeres. Como se relata en este informe, entre los veinticinco países del mundo con mayores tasas de femicidio y/o feminicidio, catorce están en América Latina y el Caribe.

⁵⁰ Actualmente, dieciséis países latinoamericanos y caribeños cuentan con leyes contra la violencia hacia las mujeres, y quince han avanzado en tipificar el feminicidio/femicidio en sus legislaciones.

da comunidade. Dessa maneira, países como Argentina, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela sancionaram leis de segunda geração, incorporando a definição de outras formas de violência, tais como a violência institucional, trabalhista, obstétrica, midiática, contra os direitos reprodutivos, assédio sexual, violência patrimonial e simbólica.

Não se pode negar que o progresso legislativo é um passo extremamente importante na luta contra a violência de gênero, mas as brechas que ocorrem com a implementação dessas leis podem vir a reforçar a impunidade social e legal na erradicação de violência contra as mulheres. Sem mecanismos adequados e eficazes para a prevenção e sanção é improvável que haja uma redução na violência contra as mulheres (OXFAM, 2018). Outro problema que pode surgir durante o combate a este infeliz fenômeno é o déficit de informação existente na América Latina e do Caribe. A maioria dos dados e informações sobre essa região tratam somente uma, das várias manifestações da violência: a que ocorre no âmbito privado, na unidade doméstica, entre casais e ex-casais (GHERARDI, 2016), o que acaba por dificultar, e muito, a elaboração de políticas públicas apropriadas e eficazes.

Apesar de não ser a única região a enfrentar a dura realidade da violência contra a mulher e de ter adotado normas penais dirigidas especificamente à penalização da morte violenta das mulheres em situações de violência de gênero, a América Latina e Caribe é o lugar onde mais se pode perceber a normalização da violência, imersa nos discursos, nas instituições, nos relacionamentos, nas políticas públicas, etc., enraizadas nas famílias e no meio social e reforçada pelas práticas diárias (OXFAM, 2018).

A normalização da violência é tão grande, que em estudo feito pela OXFAM (2018), voltado estritamente para essa região, constatou-se que 86% dos jovens creem que suas amigas não interviriam numa situação em que vissem um amigo batendo na namorada; 25% acreditam que suas amigas não interviriam se a agressão ocorresse em um espaço público (rua, parque ou discotecas). E a situação na Nicarágua ainda mais alarmante, segundo o referido relatório: quatro em cada dez meninos que foram entrevistados sabem que um amigo bate na namorada. Na República Dominicana, três em cada dez jovens dizem que seus amigos bateram em suas parceiras.

Apurou-se também que 84% das mulheres e homens jovens acreditam que a violência contra as mulheres é consequência das desigualdades e que a solução da questão não está no âmbito das próprias desigualdades existentes, e 67% acreditam que a redução dos efeitos de uma sociedade machista é de responsabilidade apenas dos Estados.

Essa indiferença à violência fica ainda mais alarmante em razão do fato de que 62% dos homens de 15 a 19 anos atribuem a violência sexual cometida, ao consumo de álcool pelos homens e 72% justificam as agressões contra as mulheres pelas roupas que elas vestem.

Ainda sobre as roupas das mulheres, averiguou-se que sete em cada dez jovens de 15 a 19 anos acreditam que uma mulher “decente” não deve se vestir de forma provocativa ou andar nas ruas até tarde; seis em cada dez mulheres dessa mesma faixa etária compartilham da mesma opinião. El Salvador (85%) e Guatemala (75%) são os países com a porcentagem mais alta em relação à crença de que as vítimas são culpadas em razão das suas roupas.

O prazer e o desejo sexual também são alvos de normalização. O estudo apurou que 87% dos jovens acreditam que os homens têm mais desejo sexual do que as mulheres e que elas não são capazes de sentir prazer ou desejo, ou que caso sintam eles são diminuídos em face do desejo masculino. Além disso, 72% das mulheres e homens com idades entre 15 e 25 anos são contra a interrupção de uma gravidez indesejada e 77% das mulheres e homens jovens creem que todas as mulheres devem ser mães. Na Bolívia, 61% dos homens entre 20 e 25 anos entendem que quando uma mulher vai trabalhar, as crianças ficam abandonadas, sofrem abandono.

Entre os jovens de 15 e 25 anos a porcentagem de homens que aceitam o assédio sofrido pelas mulheres nos espaços públicos chega a 75%. Cuba (75%) e a República Dominicana (84%) são os lugares onde mais homens, de 15 a 19 anos, admitem que seus amigos acreditam que podem elogiar uma mulher.

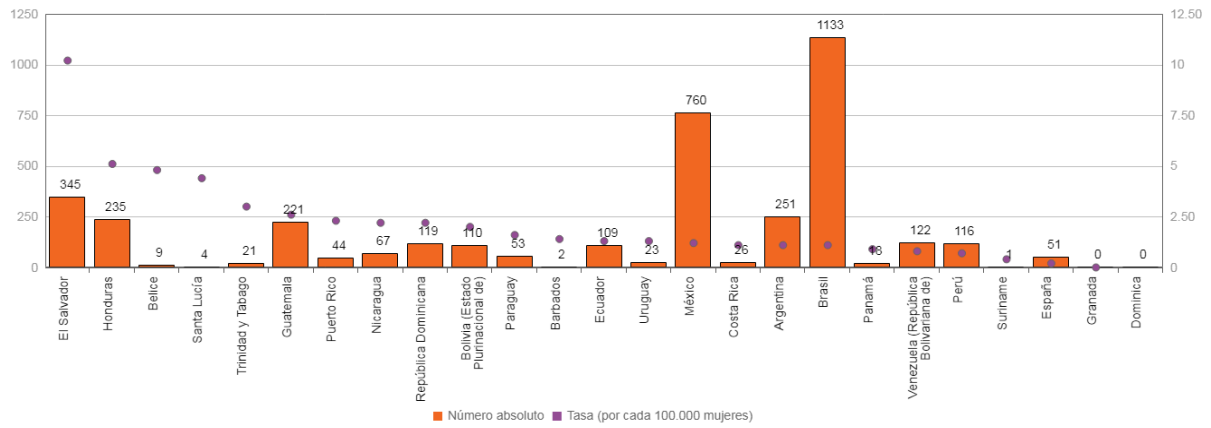
Em outro estudo, realizado pelo PNUD (2017), foi ressaltado que apesar dos países da América Latina e Caribe terem aderido a políticas de proteção às mulheres, as quais aumentaram de 24 em 2013 (74% do total) para 31 em 2016 (94%), a região continua sendo a mais violenta do mundo para as mulheres. Segundo dados atualizados até dezembro de 2014, o número total de homicídios femininos na região foi de 1.906 casos. Além disso, 2 de cada 3 mulheres são assassinadas na América Central somente por serem mulheres e em 1 de cada 2 casos o assassino é seu parceiro ou ex-parceiro.

Em 2016, 1831 mulheres foram assassinadas pelo fato de serem mulheres e 3 de cada 10 foram vítimas de violência de gênero ao longo de sua vida (OXFAM, 2018).

Só no ano de 2017 as informações oficiais de 19 países da América Latina e do Caribe mostraram que 2.559 mulheres foram vítimas de feminicídio. Esse número aumenta para 2.795 quando adicionado aos dados de outros quatro países da região que registram apenas o feminicídio cometido pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima. Os dados coletados em 2016 e 2017 mostram que El Salvador, Honduras, Belize, Trinidad e Tobago, Guatemala e

República Dominicana são os países com mais feminicídio na região. Na América do Sul, os países com maior incidência nesse crime são a Bolívia e o Paraguai (OIG, 2017).

GRÁFICO 2 - AMÉRICA LATINA, CARIBE E ESPANHA (24 PAÍSES): FEMINICÍDIO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E TAXAS POR CADA 100.000 MULHERES)



FONTE: OIG (2017).

Em escala internacional, as estatísticas apresentadas pelo Mapa da Violência de 2015, fruto da colaboração entre os escritórios no Brasil da ONU-Mulher e da OMS/OPAS, juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, demonstraram que dos seis primeiros países com a maior taxa de homicídios contra mulheres, cinco são países latino-americanos.

TABELA 1- TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES (POR 100 MIL). 20 PAÍSES DO MUNDO

País	Ano	Taxa	Pos
El Salvador	2012	8,9	1º
Colômbia	2011	6,3	2º
Guatemala	2012	6,2	3º
Federação Russa	2011	5,3	4º
Brasil	2013	4,8	5º
México	2012	4,4	6º
Rep. Da Moldávia	2013	3,3	7º
Suriname	2012	3,2	8º
Letônia	2012	3,1	9º

Porto Rico	2010	2,9	10º
Ucrânia	2012	2,8	11º
Belarus	2011	2,6	12º
Estônia	2012	2,5	13º
Cuba	2012	2,5	14º
Maurícia	2013	2,4	15º
Panamá	2012	2,4	16º
Lituânia	2012	2,3	17º
África do Sul	2013	2,2	18º
EUA	2010	2,2	19º
Uruguai	2010	2,0	20º

FONTE: MAPA DA VIOLÊNCIA (2015).

Enfim, a questão é que apesar de ter sido criada, nas últimas décadas, uma base sólida de normas internacionais voltadas à prevenção, à penalização e à erradicação da violência contra as mulheres, como, por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que considera a violência baseada em gênero como uma forma de discriminação contra a mulher, conforme a sua Recomendação Geral nº 19, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Penalizar e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), o fato é que a América Latina e Caribe foram a região que possivelmente mais avançou na elaboração de leis para abordar a violência contra as mulheres, esse local (região latino-americana) ainda é a mais violenta do mundo para as mulheres. E isso acaba por repercutir nas migrações.

Está-se falando de um lugar onde os contextos socioeconômicos, políticos e culturais são desfavoráveis às mulheres, em que as relações de poder entre mulheres e homens são desiguais, gerando assim, dinâmicas de controle e violência contra o feminino. Estas situações, pelas quais as mulheres passam, podem ser, em um primeiro momento, a motivação para migrar, mas não se pode esquecer que estão presentes durante o próprio deslocamento, ou seja, durante o trânsito migratório.

Se as mulheres latino-americanas já são vítimas de violência em razão da sua condição feminina em seu próprio país, o que falar das mulheres que são obrigadas a migrarem, na maioria das vezes em condição precária e irregular?

“Em sua jornada, os migrantes estão expostos a mais e mais riscos, o que significa que eles têm a possibilidade de sofrer danos físicos, emocionais ou patrimoniais em maior ou menor grau intensidade”⁵¹ (ITAM, 2014, p. 22, tradução nossa). Mas embora todos os migrantes estejam sujeitos a riscos, o caso das mulheres migrantes latino-americanas é ainda mais preocupante, pois a probabilidade de serem afetadas pela violência é maior, justamente porque a migração ocorre na região do mundo mais violenta para as mulheres.

O contexto em que ocorrem as migrações forçadas pode acentuar as estruturas e hierarquias de poder, a subordinação feminina e a violência contra as mulheres, que se reproduzem em uma rede de normalização das desigualdades presente durante os deslocamentos. Isto quer dizer que a participação delas nos processos migratórios que acontecem de forma forçada e irregular, não pode ser entendida em sua integralidade sem que se demonstrem a condição de submissão, a violência, a exploração impostas e perpetradas contra as mulheres migrantes.

3.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DURANTE O DESLOCAMENTO

Não há uma definição universal e única para a “migração em trânsito”, uma vez que a noção de “temporalidade” que está implícita na palavra “trânsito” é difícil conceituar. Contudo, este termo geralmente é usado para determinar a permanência temporária de migrantes em um ou mais países com o objetivo de chegar ao destino pretendido. Mas apesar da imprecisão na conceituação deste fenômeno, não se pode negar a importância dele na migração contemporânea e as graves repercussões que esse ele provoca (OACDH, 2016).

O fenômeno da migração de trânsito está, por certa perspectiva, intimamente relacionado com as crescentes barreiras impostas pelos países à migração internacional. A imposição e implementação de medidas rigorosas de controle migratório, a ausência de redes migratórias e canais de migração que facilitem a procura de trabalho, a reunião familiar, o acesso à educação, e a mitigação da migração por razões humanitárias, limita cada vez mais a migração em condições regulares, o que obriga os migrantes a se deslocarem de maneira

⁵¹ En su trayecto, los migrantes están expuestos cada vez a más riesgos, entendiendo por esto la posibilidad que tienen de sufrir daños físicos, emocionales o patrimoniales en mayor o menor intensidad.

irregular, o que acaba por propiciar um cenário em que os deslocados estão mais propensos a sofrerem violência (OACDH, 2016).

O fato, então, é que os migrantes em trânsito estão expostos e correm risco de sofrer diversos ataques e abusos, “seja porque caíram na pobreza ou foram “desamparados” no país de trânsito ou porque carecem de proteção legal e não conseguem obtê-la no país de trânsito ou não desejam obtê-la”⁵² (OACDH, 2016, p. 5, tradução nossa). “A rota, o meio de transporte e até o destino pretendido podem variar nas diferentes etapas da jornada migratória e os migrantes geralmente são [...] removidos de várias categorias legais enquanto estão em trânsito”⁵³ (OACDH, 2016, p. 5, tradução nossa), o que pode facilitar as discriminações e as violências sofridas pelos deslocados.

Além disso, sexo, gênero e etnia, ainda que não sejam os únicos, são fatores condicionantes de riscos no processo migratório. As mulheres migrantes, por exemplo, estão sujeitas a discriminação e abusos em todas as etapas da migração pelo simples fato de serem mulheres, daí porque a importância de se destacar, ao se falar da experiência migratória das mulheres, as formas de violência a que estão expostas e os abusos que sofrem durante o trânsito migratório.

São várias as circunstâncias, decorrentes principalmente da violência estrutural, simbólica e doméstica presente nos países de origem, que levam as mulheres a migrarem. Mas, independentemente dos motivos que as levam a deixar o seu país, sejam eles de ordem natural, econômica, política, religiosa, gênero, conflitos armados, etc., a violência não cessa após a migração. Na verdade, na maioria das vezes, ela se intensifica ou apenas muda de forma.

São comuns cenários em que as migrantes são obrigadas a fugir às pressas, sem qualquer planejamento, e a usar as rotas disponíveis, mesmo que perigosas, ou, ainda, a migrar sem uma rede de apoio e com escasso recurso econômico, o que acaba por influenciar o que é vivido por elas durante o processo migratório. As experiências do trânsito de um migrante que se desloca em condições regulares são totalmente distintas daquele que viaja em condições irregulares:

Os migrantes que se deslocam por necessidade, e não por livre escolha, correm maior risco de serem feridos em seus direitos humanos durante a migração, são menos

⁵² [...] ya sea porque hayan caído en la miseria o hayan quedado “desamparados” en el país de tránsito o porque carezcan de protección jurídica y no puedan obtenerla del país de tránsito o no deseen obtenerla.

⁵³ La ruta, el medio de transporte e incluso el destino previsto pueden variar en las distintas etapas del trayecto migratorio y a los migrantes suelen [...] retirárseles diversas categorías jurídicas mientras se hallan en tránsito.

propensos a tomar decisões ou traçar estratégias de fuga e, portanto, são mais propensos a migrar em condições que não respeitem a dignidade do ser humano. Ao longo do contínuo da migração, vários graus de coerção e voluntariedade caracterizam cada experiência migratória pessoal, que é dinâmica no sentido de que varia conforme a jornada avança⁵⁴ (OACDH, 2016, p. 9, tradução nossa).

De acordo com o um estudo realizado pelo ITAM (2014), embora todos os migrantes estejam expostos a situações de risco durante o processo migratório, as mulheres e crianças são os que têm maior possibilidade de serem afetados pela violência, o que ocorre, dentre outros motivos, devido à reprodução das desigualdades sociais existentes nos países de origem e de trânsito e em razão do fato de as mulheres adotarem formas mais “clandestinas” de viajar.

Para Soledad Álvarez (2010 citado por MORALES, et al., 2016, p. 42, tradução nossa),

o uso de rotas clandestinas no trânsito de migrantes os expõe permanentemente a formas de violência sem precedentes. Discriminação e invisibilidade continuadas, extorsão, roubo, abuso de autoridade, fraude, espancamentos, acidentes, machetazos, mutilações, sequestros, torturas, estupros e assassinatos fazem parte das contingências a que está exposta a população indocumentada que transita pelas cidades e/ou cidades fronteiriças do sul de Chiapas. Essas formas de violência geralmente não distinguem idade, gênero ou nacionalidade, exceto no caso de mulheres ou crianças migrantes que viajam sozinhas, para quem esse trânsito migratório envolve evitar perigos ainda maiores. Tal é o nível de violência contra esta população e a frequência com que é exercido que parece ter terminado “normalização” como parte da vida cotidiana nas cidades e cidades fronteiriças do sul de Chiapas⁵⁵.

O relatório feito pela OACDH (2016) também destaca que as mulheres correm um risco especial de sofrer abusos e violência durante o trânsito migratório. O estudo salientou que durante esta etapa migratória das mulheres “é quase inevitável que elas sofram abuso sexual, infligido não apenas por membros de gangues e migrantes do sexo masculino, mas também por

⁵⁴ Los migrantes que se desplazan por necesidad en lugar de por libre elección corren mayor riesgo de verse lesionados en sus derechos humanos a lo largo de su migración, tienen menos probabilidades de tomar decisiones o de trazar estrategias de escape y, por tanto, tienen más probabilidades de migrar en condiciones que no respetan la dignidad del ser humano. A lo largo del continuo de la migración, diversos grados de coacción y voluntariedad caracterizan cada experiencia migratoria personal, que es dinámica en el sentido de que varía a medida que avanza el viaje.

⁵⁵ [...] el uso de vías clandestinas en el tránsito de migrantes, les expone permanentemente a inauditas formas de violencia. Continua discriminación e invisibilidad, extorsiones, robos, abusos de autoridad, estafas, golpes, accidentes, machetazos, mutilaciones, secuestros, torturas, violaciones y asesinatos, son parte de las contingencias a las que está expuesta la población indocumentada que transita por las ciudades y/o pueblos fronterizos del sur chiapaneco. Esas formas de violencia no suelen distinguir entre edad, género o nacionalidad, salvo que se trate de mujeres o de menores migrantes, que viajan solas para quienes ese tránsito migratorio implica sortear peligros todavía mayores. Es tal el nivel de violencia contra esta población y la frecuencia con la que se ejerce, que parecería que ésta ha terminado "normalizándose" como parte de la vida cotidiana en las ciudades y pueblos fronterizos del sur de Chiapas.

autoridades de fronteira, policiais e outros funcionários”⁵⁶ (OACDH, 2016, p. 19, tradução nossa). A situação é de tamanha gravidade que os relatórios mais recentes falam de “surto de violência” contra as mulheres.

Assim, uma das questões mais preocupantes quanto ao processo migratório, quando se fala em migrantes mulheres, são as situações com que elas se deparam durante o próprio deslocamento. A fala de Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para Refugiados, evidencia esta preocupação:

À medida que as vias seguras para buscar refúgio diminuem nesta região, estas pessoas se tornam vítimas de traficantes e contrabandistas, sendo expostas a sofrer abusos em seu caminho, enquanto frequentemente suas necessidades não encontram uma resposta adequada (UNHCR, 2016d, não p.).

No Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres (25/06), a Agência da ONU para Refugiados fez um alerta sobre a violência contra mulheres e meninas refugiadas. Segundo a Organização, “estudos acadêmicos estimam que uma em cada cinco refugiadas - ou mulheres deslocadas em complexos contextos humanitários - tenham sofrido violência sexual, número ainda subnotificado” (ACNUR, 2017, não p.).

De estudos e entrevistas realizados pela Anistia Internacional, foi constatado que as mulheres e meninas que se deslocam pela Europa “enfrentam violência, ataques físicos, exploração e assédio sexual em todas as fases do seu percurso”, tendo sido relatado, ainda, que,

todas as mulheres entrevistadas pela Anistia Internacional contaram ter estado aterrorizadas durante todo o tempo da viagem através da Europa. As mulheres que viajaram sozinhas foram alvo não só dos traficantes, mas também se sentiram fisicamente ameaçadas quando se viram forçadas a dormir em instalações com centenas de homens solteiros. Muitas mulheres descreveram ainda terem sido espancadas ou alvo de abusos verbais por parte de agentes de segurança na Grécia, na Hungria e na Eslovênia (ANISTIA, 2016, não p.).

O ACNUR por meio do estudo intitulado “Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada” (2011) ressaltou que durante o deslocamento, por diversos motivos, as mulheres podem se sentir pressionadas a recorrer ao sexo para sobreviver:

Mulheres e meninas podem ser obrigadas a trocar sexo por bens materiais ou proteção, ou ainda, vender sexo para sobreviver. O sexo pela sobrevivência é frequentemente

⁵⁶ [...] es casi inevitable que sufran abusos sexuales, infligidos no solo por miembros de bandas y migrantes varones sino también por las autoridades fronterizas, los agentes de policía y otros funcionarios.

uma consequência direta de lacunas na assistência, de falhas de sistemas de registro ou de separações familiares (ACNUR, 2011, p. 15).

Na América Latina e Caribe a situação não é diferente. Estudos demonstram que apesar de todos os países dessa região serem origem, trânsito e destino dos migrantes, os Estados Unidos da América são o destino mais frequente dos deslocados, entrando a maioria dos migrantes pelo México (ARTZA et al., 2012), o que faz com que eles viagem pelas rotas mais perigosas que compõem a região.

As diversas formas de violência sofrida pelas mulheres migrantes que transitam pelo México não são um fenômeno novo. Desde 2002 a ONU, por meio de seus relatores, chamava atenção para situações descritas pelas mulheres migrantes. Segundo elas, durante o trajeto sofriam diversas formas de violência, tais como, extorsão, violência sexual, trabalho forçado, gravidez indesejada, discriminação, etc. (KUHNER, 2011).

São vários os riscos que as mulheres que migram da América Central para os Estados Unidos enfrentam durante a viagem, independentemente da escolha do meio de transporte e da rota. Além disso, o aumento do crime organizado na região aumentou os riscos e agravou as situações de violência e violações suportadas pelos migrantes em trânsito. “Se em tempos passados enfrentaram acidentes, roubos ou abusos de poder, neste momento enfrentam sequestros, tráfico, desaparecimento ou assassinato”⁵⁷ (ARTZA et al., 2012, p. 38, tradução nossa).

O relatório “Women on the run” (2015), publicado pelo Alto Comissariado para Refugiados da ONU, apontou que milhares de mulheres de El Salvador, Guatemala, Honduras e partes do México estão se deslocando rumo ao norte fugindo da violência em suas comunidades. Nele foram trazidos depoimentos de 160 mulheres, nos quais elas relatam algumas situações que viveram durante a migração, tais como, estupros, assédios, extorsões e ameaças de grupos armados, chamando atenção para a crescente violência de gênero na América Central.

Assim, além de essa obra destacar as razões para as migrações, as normas internacionais de proteção às mulheres refugiadas apontaram algumas das atrocidades a que as mulheres migrantes são sujeitas durante o trânsito migratório. Foi evidenciado, por exemplo, que algumas mulheres descrevem incidentes de violência sexual e psicológica perpetradas contra elas no trajeto.

⁵⁷ Si en épocas pasadas en enfrentaban a accidentes, robos o abusos de poder, en este momento se enfrentan al secuestro, la trata, la desaparición o el asesinato.

Por exemplo, uma mulher transexual de El Salvador descreveu como as autoridades mexicanas de imigração a impediram e a um amigo transgênero no sul do México, e fisicamente e sexualmente as agrediram. Outras mulheres foram sequestradas e extorquidas por criminosos armados.

Uma mulher da Guatemala que estava viajando com a filha disse que o coioite a estuprou todos os dias de sua viagem de 20 dias. Ela disse que o coioite oferecia uma taxa reduzida de contrabando se fizesse sexo com ele, mas aceitou apenas porque temia que ele a matasse ou estuprasse sua filha se ela protestasse⁵⁸ (ACNUR, 2015, p. 44, tradução nossa).

Outra questão mencionada no relatório foi o fato que muitas mulheres procuram métodos contraceptivos antes de deixarem o seu país de origem, porque caso elas sejam estupradas não há possibilidade de acabarem grávidas e terão, assim, somente o trauma do evento e não um filho fruto do estupro⁵⁹.

Mas um ponto trazido como sendo umas das maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes é o fato de que elas são obrigadas a deixar os seus filhos devido à própria violência que sofriam no seu país natal ou até mesmo por medo de que as crianças não sobrevivam durante a viagem:

Mais de 60 por cento das mães entrevistadas para este relatório foram forçadas a deixar para trás um ou mais de seus filhos quando fugiram de seus países de origem. A separação de seus filhos era uma das partes mais difíceis da migração. “Para mim, a pior parte é não saber o que está acontecendo com meus filhos”, disse uma mulher do México. [...]

Uma mulher, Arelia, do México, deixou seu filho mais novo, de três anos de idade, em casa, porque temia que ele não sobrevivesse à viagem⁶⁰ (ACNUR, 2015, p. 43, tradução nossa).

⁵⁸ For instance, a transgender woman from El Salvador described how Mexican immigration officials stopped her and a transgender friend in southern Mexico, and physically and sexually assaulted them. Other women were abducted and extorted by criminal armed actors.

One woman from Guatemala who was traveling with her daughter said that the coyote raped her every day of her 20-day trip. She said the coyote offered a reduced smuggling fee if she had sex with him, but she accepted only because she was afraid that he would kill her or rape her daughter if she protested.

⁵⁹ A number of women mentioned that they sought out birth control injections or pills before fleeing “so that if you are raped, you will not end up pregnant. And you will only have the trauma of the event, but not a baby in the future from the rape (ACNUR, 2015, p. 44).

⁶⁰ Over 60 per cent of the mothers interviewed for this report were forced to leave behind one or more of their children when they fled their home countries. The separation from their children was one of the most difficult parts of their flight. “For me, the worst part is not knowing what’s happening to my children,” said a woman from Mexico. [...]

One woman, Arelia from Mexico, left her youngest child, a three-year-old, at home because she feared he would not survive the journey.

Na série “Os Invisíveis” (2010), dirigida por Gael García Bernal para a Anistia Internacional, no episódio que aborda a saga de mulheres hondurenhas para entrar nos EUA, é afirmado que 6 em cada 10 migrantes são abusadas sexualmente durante o trajeto de migração.

Gretchen Kuhner, diretora do Instituto para as Mulheres na Migración, afirmou que as migrantes advindas da Guatemala, Honduras e El Salvador que entram no México são vítimas de diversas formas de violência durante o trajeto, como: discriminação, extorsões, sequestro, exploração sexual e desaparecimentos forçados (MULHERES..., 2015).

Enfim, a realidade vivenciada pelas mulheres migrantes é assustadora. Além de já terem sido expostas a diferentes formas de violência em seu próprio país, ao longo do percurso migratório são submetidas a mais perigos, atrocidades e violações. São vários os relatos de mulheres de países da América Latina e Caribe, principalmente da América Central, que sofreram algum tipo de violência durante o deslocamento.

O cenário a que elas são expostas é de uma dupla violência. A primeira por serem mulheres e sofrerem devido a este fato diversas formas de abusos e terem suas vozes sufocadas no próprio país. A segunda por serem migrantes e, por isso, serem automaticamente estigmatizadas.

Não é possível neste trabalho contabilizar e relatar todos os abusos sofridos pelas migrantes ao longo do trajeto migratório, até porque os números relacionados à violência vivenciada durante o trânsito não são exatos, pelo contrário, estão aquém da realidade, em razão do medo das mulheres de denunciar as violências sofridas, da falta de políticas públicas voltadas exclusivamente para a proteção do trânsito migratório e da infeliz invisibilidade das mulheres migrantes. A intenção, então, é chamar atenção para como a desigualdade de gênero e as situações particulares de vulnerabilidade estão presentes durante o deslocamento feminino e se manifestam por meio da violência. Portanto, os próximos tópicos abordarão algumas das formas de violência com que as mulheres migrantes podem se deparar durante a migração.

3.4.1 Violência sexual

Durante o trânsito migratório a objetificação do corpo feminino possibilita que ele se torne um elemento de violação. Muito embora toda a população migrante possa ser vítima de assédio, no caso das mulheres a sua manifestação é extremada em razão da sexualidade ser uma das principais áreas de dominação masculina sobre o corpo feminino. “Não se trata apenas para resolver uma necessidade física, mas de exercer um poder de dominação e simbólico que

abrange uma série de mandatos relacionados com o domínio”⁶¹ (MORALES, et al., 2016, p. 54, tradução nossa).

As mulheres da América Latina e Caribe embora provenham de situações diferentes, muitas vezes passam por experiências discriminatórias e violentas semelhantes, decorrentes de um contexto agressivo, no meio familiar, social, político e econômico. Além disso, compartilham algumas vivências características da migração forçada proveniente dessa região. As aflições e situações violentas a que são submetidas durante o processo migratório, a necessidade de tomar decisões e de agir rapidamente diante dos riscos que surgem no trajeto e as adequações da nova realidade face às crenças e valores que orientavam suas vidas em seus países de origem, “podem gerar conflitos entre mulheres, expondo as diferentes formas de valorizar o comportamento humano, especialmente em questões de migração, como a moralidade sexual e a sexualidade”⁶² (MORALES et al., 2016, p. 54, tradução nossa).

O patriarcado e o capitalismo têm estreita ligação com a objetificação do corpo feminino, tendo na violência uma forma de negação do outro e da reificação do sujeito, razão pela qual a violência específica contra as mulheres abrange o contexto desde as condições extremas das guerras até a vida cotidiana na esfera privada. Tal objetificação representa a negação da ideia de igualdade entre homens e mulheres e a apropriação do corpo e da sexualidade feminina, que passam a estar sujeitos à vontade do agressor. Partindo desta premissa, pode-se concluir que a violência sexual é perpetrada avidamente e com maior impunidade em contextos sociais que favorecem várias formas de opressões. Nesses espaços a objetificação das mulheres é vista como algo natural, é um fenômeno generalizado e sem censura social. A mulher é transformada em um objeto a ser utilizado e, por conseguinte, violável (MORALES et al., 2016).

A situação é tão alarmante que relatórios oficiais ressaltam que durante o trânsito migratório é quase inevitável que as mulheres sofram abuso sexual (OACDH, 2016). Isso quer dizer, a migração feminina que ocorre de forma forçada e irregular é marcada pela violência sexual, independentemente da escolha da rota e de se viajam sozinhas ou acompanhadas. É comum, por exemplo, que os próprios companheiros das mulheres, outros migrantes que fazem parte do grupo, contrabandistas ou traficantes de pessoas, subornem as autoridades a fim de facilitar a passagem em troca de favores sexuais. “Essas situações indicam a existência de uma

⁶¹ No se trata solamente de resolver una necesidad física, sino de ejercer un poder de dominio y simbólico que abarca una serie de mandatos relacionados con el dominio.

⁶² [...] pueden generar conflictos entre mujeres, al poner al descubierto las diversas formas de valorar los comportamientos humanos, sobre todo en temas nodales en la migración, como lo son la moral sexual y la sexualidad.

organização que se moveu a partir da lógica patriarcal da transação de mulheres, empregando um sistema de suborno em pirâmide (integrado nas hierarquias institucionais e policiais)⁶³” (MORALES et al., 2016, p. 54, tradução nossa).

Sobre o fato de o corpo da mulher ser usado como moeda de troca durante o processo migratório, destaca-se a fala de Morales (et al., 2016, p. 54/55, tradução nossa):

De acordo com alguns estudos, seis em cada dez mulheres são estupradas durante sua jornada migratória (Belausteguigoitia e Melgar, 2008, Anistia Internacional, 2010). Devido ao grande perigo que os migrantes têm que enfrentar, essa população geralmente se movimenta em grupo. Quando há mulheres, elas estão expostas ao abuso de seus parceiros, elas mesmas negociam com um deles para protegê-las de outros em troca de ser sua parceira sexual no trajeto. Às vezes, essas mulheres também são usadas como moedas para pagamento a diferentes atores sociais, ligados à migração, que tiram proveito dessa população migrante não documentada. Há uma expressão *cuerpomatic* - cuja origem está no significado social de um caixa eletrônico que fornece “benefícios” relacionando o corpo das mulheres como moeda de troca⁶⁴.

Óscar Castro Soto (2010 citado por WILLERS, 2016) aponta que os sequestradores investigam antecipadamente os grupos de migrantes que estão em trânsito e escolhem aqueles que viajam com mulheres para sequestrá-las, o que ocasiona certa insegurança e resistência por parte dos deslocados em migrarem com mulheres pela troca de “proteção” por favores sexuais.

No contexto da migração forçada e irregular as relações entre homens e mulheres podem oscilar entre um tratamento de ajuda e solidário e a possibilidade de aproveitar a situação de vulnerabilidade em que as mulheres se encontram e objetificar os seus corpos, violando-os. A referida vulnerabilidade, dá-se em razão das circunstâncias estruturais próprias do processo migratório realizado de forma irregular e seus efeitos sobre as relações de gênero, que indubitavelmente são marcadas pela desigualdade de poder entre homens e mulheres. No âmbito da suspensão dos direitos fundamentais que ocorre em razão da migração irregular, as mulheres se deparam com a mitigação de sua autonomia, o que leva as relações de gênero a se

⁶³ Estas situaciones señalan la existencia de una organización, que movida desde la lógica patriarcal de la transacción de mujeres, emplean un sistema piramidal de sobornos (integrado en las jerarquias institucionales y policíacas) [...].

⁶⁴ Según algunos estudios, seis de cada diez mujeres son violadas en su trayecto migratorio (Belausteguigoitia y Melgar, 2008; Amnistía Internacional, 2010). Debido al gran peligro que tienen que enfrentar los/as migrantes, esta población frecuentemente se mueve en grupo. Cuando hay mujeres, ellas están expuestas al abuso de sus compañeros, ellas mismas negocian con uno de ellos para que las protejan de los otros a cambio de ser su pareja sexual del camino. También en ocasiones estas mujeres son utilizadas como *monedas* para el pago a diferentes actores sociales, vinculados a la migración, que se aprovechan de esta población migrante indocumentada. Existe una expresión *cuerpomatic*- cuyo origen se encuentra en el significado social de un cajero automático que provee “beneficios” relacionando el cuerpo de las mujeres como moneda de cambio.

tornarem mais ambíguas e os homens esperarem que eventuais favores sejam pagos com sexo (WILLERS, 2016).

A reificação do corpo feminino pode ser vista até mesmo nos recursos utilizados pelas mulheres migrantes para evitar e tentar proteger-se da violência sexual durante o trânsito migratório. Diversos relatórios expõem que elas fazem uso de contraceptivos, para que, caso sejam estupradas não engravidem, e que procuram dentro do grupo de migrantes possíveis companheiros de viagens, com quem firmam um acordo de proteção contra possíveis agressores em troca de sexo (WILLERS, 2016).

A violência sexual contém todas as formas de violência: física, psicológica, moral, econômica, etc. “O dano que esse tipo de violência pode causar, especialmente quando é tumultuado, como costuma acontecer com as mulheres migrantes da América Central, é imensurável”⁶⁵ (MORALES et al., 2016, p. 55, tradução nossa). O corpo feminino é considerado como moeda de troca e a violência sexual é tida como forma de sobrevivência. O direito das mulheres migrantes sobre o seu corpo e de decidirem sobre sua vida sexual é limitado, ameaçado e violado. Para muitas mulheres a migração representa a fuga da violência, da pobreza, da sua situação precária, etc., mas o caminho reserva diversos riscos, que expressam a condição e posição social da mulher, caracterizada pela desigualdade sistemática e institucional presente nas sociedades. A situação fica ainda pior quando se depara com a omissão dos Estados frente a essa questão. O descaso é enorme, haja vista que não se verificam políticas públicas voltadas para a proteção das rotas migratórias e o acompanhamento durante o trânsito pelo país, sem falar que sequer há números oficiais (contabilizados pelos próprios Estados) sobre as travessias e um canal seguro para denúncia de eventuais abusos.

3.4.2 Tráfico de mulheres migrantes

O termo tráfico de pessoas refere-se “a uma situação em que uma pessoa é movida por outros através do uso de força, fraude, coerção, rapto, fraude, abuso de poder ou posição de vulnerabilidade, ou através de pagamentos ou benefícios, para fins de exploração”⁶⁶ (BIRCHALL, 2016, p. 20, tradução nossa), podendo ocorrer dentro das fronteiras nacionais ou internacionalmente, envolvendo principalmente o movimento de pessoas de países pobres para

⁶⁵ Los daños que pueden ocasionar este tipo de violencia, sobre todo cuando es tumultuaria, como suele ejercer contra las mujeres migrantes centroamericanas, son inmedibles.

⁶⁶ [...] to a situation where a person is moved by others through use of force, deception, coercion, abduction, fraud, abuse of power or a position of vulnerability, or through giving payments or benefits, for the purpose of exploitation.

países mais ricos. A referida exploração pode se dar de diferentes formas, incluindo a exploração sexual, trabalho forçado ou remoção de órgãos (BIRCHALL, 2016).

Atualmente, grande parte das pessoas traficadas são aquelas que migram de forma irregular, ou seja, que não conseguem ter acesso aos meios regulares e recorrem a alternativas que acabam por colocar a sua integridade física e psicológica e suas vidas em risco (BIRCHALL, 2016).

A restrição das políticas migratórias e a criação de barreiras com o objetivo de diminuir o fluxo de migrantes também auxiliam na formação de organizações clandestinas, destinadas tanto a facilitar a entrada dos deslocados nos países de trânsito e de destino quanto à inserção de migrantes em redes de exploração, o que pode ocorrer por meio do tráfico de pessoas, mais especificamente das mulheres migrantes, que são as mais visadas pelos grupos criminosos.

Durante o processo de migração é comum os migrantes que viajam de forma irregular recorrerem a serviços de “intermediários” para ajudá-los com rotas, trânsito pelos países, moradia, emprego, etc., o que os torna vulneráveis à violência, abuso e exploração, vez que são os traficantes que ocupam essa posição de intermediários (OACDH, 2016). “A CNDH estima que 22.000 migrantes sejam sequestrados no México a cada ano. Segundo essa mesma fonte, essa atividade reportaria lucros anuais de 50 milhões de dólares ao crime organizado”⁶⁷ (MORALES et al., 2016, p. 55, tradução nossa).

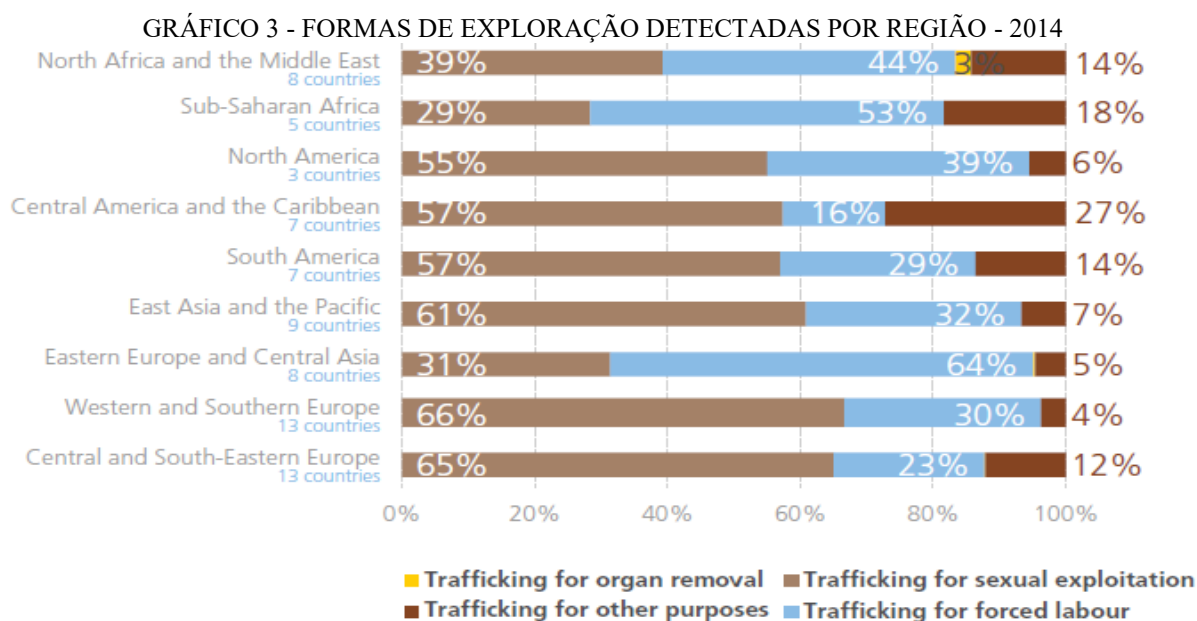
De acordo com o site Observador (2018), em reportagem disponibilizada em 07/11/2018, enquanto se dirigiam à Cidade do México para pernoitar, cerca de 100 migrantes foram sequestrados e entregues a um dos mais perigosos cartéis de roubo de combustível e tráfico de droga e de pessoas do México. Ainda de acordo com a matéria, o tráfico de migrantes é um dos setores de negócio dos mexicanos Los Zetas e os sequestros dos deslocados estão acontecendo por negligência do governo, que pressionou as empresas de transportes exigindo que não transportassem migrantes irregulares. Assim, os migrantes estão sendo forçados a seguir a pé em uma das rotas mais perigosas do país, onde regularmente desaparecem pessoas.

Muito embora não existam dados precisos que demonstrem o número de mulheres migrantes que são sequestradas, a CNDH informou que 15,7% dos casos de sequestros analisados em 2011 correspondiam a mulheres (MORALES et al., 2016). Sobre os sequestros de migrantes, destaca-se a fala de ARTZA (et al., 2012, p. 42, tradução nossa):

⁶⁷ Tradução livre: La CNDH estima que cada año son secuestradas en México 22.000 personas migrantes. Según esta misma fuente, esta actividad estaría reportando unas ganancias anuales de 50 millones de dólares al crimen organizado.

Enquanto as famílias conseguem coletar e enviar o pagamento do resgate, os migrantes são mantidos em casas seguras onde vivem graves violações de seus direitos humanos, tortura, mutilação, escravidão ou homicídio. No caso das mulheres, a possibilidade de explorá-las laboral e sexualmente, ou vendê-las a redes de tráfico, pode prolongar sua vida (IMUMI, 2012). A impunidade desses crimes no México é generalizada. Além da falta de mecanismos para investigar e processar criminosos, a corrupção das autoridades é adicionada. Assim, em vez de aplicar a justiça, o Instituto Nacional de Migração se limitou a dispensar 350 funcionários entre 2007 e 2011, por supostas ligações com o crime organizado e crimes como o tráfico de pessoas (IMUMI, 2012)⁶⁸.

Segundo o relatório “Global Report on Trafficking in Persons 2016” realizado pela UNODC (2016) as vítimas de tráfico de pessoas na América do Norte e na América Central e o Caribe são em sua grande maioria mulheres e meninas. “Cerca de 70 por cento das cerca de 8.900 vítimas detectadas em toda a região, cujos perfis de idade e sexo foram relatados, eram do sexo feminino”⁶⁹ (UNODC, 2016, p. 90, tradução nossa). Foi destacado ainda no estudo que o tráfico sexual é o mais frequente na América Central e no Caribe, representando cerca de 57% das vítimas detectadas em 2014.



FONTE: UNODC (2016)

⁶⁸ Tradução livre: Mientras las familias logran reunir y enviar el pago del rescate las personas migrantes son retenidas *en casas de seguridad* donde viven graves violaciones a sus derechos humanos como la tortura, la mutilación, la esclavitud o el homicidio. En el caso de las mujeres, la posibilidad de explotarlas laboral y sexualmente, o venderlas a las redes de trata, puede prolongarles el tiempo de vida (IMUMI, 2012).

La impunidad de estos delitos en México es generalizada. A la falta de mecanismos para investigar y perseguir a los delincuentes, se suma la corrupción de las autoridades. Así, en lugar de aplicar la justicia, el Instituto Nacional de Migración se ha limitado a despedir a 350 funcionarios entre 2007 y 2011, por presuntos vínculos con el crimen organizado y delitos como la trata de personas (IMUMI, 2012).

⁶⁹ About 70 per cent of the approximately 8,900 victims detected across the region whose age and sex profiles were reported were females.

Está-se vivendo num contexto em que o tráfico de mulheres para a exploração sexual expande-se de forma assustadora e é favorecido pelo turismo, pelo aumento de fluxo nas fronteiras e pelo uso de tecnologias de comunicação, como a Internet. Conclui-se que, embora o tráfico de mulheres para a exploração sexual não seja algo novo, atualmente há novos elementos que o compõem e o destacam. Primeiro, a sua dimensão e magnitude, considerando-se que nunca “tantas mulheres foram destinadas ao consumo sexual masculino. Embora não haja números claros sobre o tráfico, estima-se que uma em cada sete mulheres na prostituição tenha sido vítima de tráfico sexual” (MORALES et al., 2016, p. 56). Segundo, pode-se dizer que hoje o tráfico de mulheres e meninas para fins de exploração sexual forma grande parte da economia dos grupos criminosos. Terceiro, o tráfico se aproveitou da chamada “lógica da expulsão”, fenômeno que dá nome à expulsão de mulheres e de meninas de seus ambientes familiares e culturais e a introdução delas em contextos onde seus corpos são explorados. “E, quarto, o tráfico de mulheres para exploração sexual está se confirmando como uma realidade social global que se alimenta de estruturas capitalistas patriarcais, neoliberais e étnico-raciais”⁷⁰ (MORALES et al., 2016, p. 56, tradução nossa).

Enfim, os desafios para lidar com o tráfico ou sequestro de pessoas por redes de crime organizado, são diversos. E é justamente no contexto migratório mais restritivo, cujo trânsito de pessoas é limitado pelos Estados, que ocorrem graves violações de direitos humanos. “Longe de garantir condições de segurança, a restrição à migração paga pela proliferação de redes criminosas de caráter e corrupção diferentes”⁷¹ (ARTZA et al., 2012, p. 43, tradução nossa). Com as restrições migratórias impostas pelos países e o endurecimento do controle das fronteiras, as situações de vulnerabilidade que os migrantes podem enfrentar durante o trânsito migratório é intensificada. As mulheres migrantes são as vítimas mais visadas pelas redes do crime organizado em razão do seu corpo ser considerado economicamente valioso para a manutenção dos grupos criminosos. Além de estarem expostas à violência sexual pelos próprios companheiros de viagem, compõem o grupo mais suscetível a se tornarem vítima do tráfico de pessoas.

⁷⁰ Y, en cuarto lugar, el tráfico de mujeres para la explotación sexual se está confirmando como una realidad social global que se alimenta de las estructuras patriarcales, capitalistas neoliberales y étnico-raciales.

⁷¹ Lejos de garantizar condiciones de seguridad, la restricción migratoria abona a la proliferación de redes delictuales de diferente carácter y la corrupción.

3.3.4 Saúde das mulheres migrantes no trânsito migratório

O enfoque dos governos nos fluxos migratórios, por óbvio, tende a gerar políticas direcionadas àquele segmento, o que pode acarretar carência em outras áreas de extrema importância quando se trata de processo migratório, como é o caso da saúde dos migrantes. A migração em si, ou seja, o próprio ato de migrar pode colocar a saúde de quem se desloca em risco e ocasionar danos específicos. Quando se fala em migração irregular, não documentada, e saúde, alguns problemas são comuns a todos os migrantes, como, por exemplo, as violações a seus direitos à saúde, a restrição de acesso a serviços médicos e a falta de políticas públicas dos Estados voltadas especificamente para essas situações.

O campo da saúde além de ser um indicativo da desigualdade social, mostra as lógicas de subordinação presentes nas relações de gênero e a evidente disparidade entre homens e mulheres que tornam natural a violência e as práticas discriminatórias contra as mulheres migrantes. Assim, a saúde da população migrante em trânsito “é também um espaço de confluência para outros problemas como empobrecimento, violência de gênero, discriminação étnica, tráfico de pessoas e corrupção, entre outros”⁷² (CARRASCO et al., 2016, p. 12, tradução nossa).

Como grande parte da população migrante em trânsito é exposta a diversas situações de risco durante a viagem, doenças e problemas de saúde são frequentes. A maioria dos deslocados viajam com poucos recursos financeiros o que faz com que não possam arcar com abrigos seguros e produtos básicos para a sobrevivência. Consequência disso é a falta de abrigo para descansar e a escassez de água e comida. Além disso, devido à mobilidade espacial fazem longas caminhadas e estão sujeitos a diversas condições climáticas, ficando expostos, em muitas ocasiões, à chuva ou ao sol intenso. Alguns lugares por onde passam acabam por se tornar insalubres devido ao grande fluxo migratório. São várias as condições precárias das rotas de migração, assim como falta de planejamento básico estatal, exemplo disso é a defecação aberta e habitual perto dos trilhos de trem. Todos esses fatores, ainda que apenas exemplificativos, já que a realidade é muito mais complexa e ampla, acarretam diversos sofrimentos aos migrantes, dentre os quais se destacam: dores pelo corpo, lacerações musculares e artríticas, lesões (também decorrente de armas de fogo, facas e golpes), infecções fúngicas, dermatite, infecções

⁷² [...] es también un espacio de confluência de otras problemáticas como el empobrecimiento, la violencia de género, la discriminación étnica, la trata de personas y la corrupción, entre otras.

respiratórias, desidratação, problemas digestivos, diarreia, gastroenterite, gastrite, fadiga intensa, estresse, etc. (CARRASCO et al., 2016).

Um dos maiores riscos à integridade física que os migrantes enfrentam durante a trajetória migratória, especificamente aquelas realizadas nas rotas da América Central em direção a América do Norte, são os acidentes que ocorrem nas viagens de trens. São vários os relatos de mutilação de pernas e braços e queimaduras causadas por choques elétricos. Agressões com armas de fogo que levam à morte também são comuns. Em menor escala, a mortalidade também está ligada a doenças como câncer, complicações do diabetes em idosos e infecções soropositivas (CARRASCO et al., 2016).

No caso das mulheres migrantes, os fatores que afetam o seu estado de saúde começam muito antes de dar início ao processo migratório, isto é, antes de sua saída do país natal, e perduram durante toda a jornada e nos ciclos de sua vida no país destino. A migração irregular, o tráfico e exploração sexual e o trabalho degradante “configuram vulnerabilidades específicas, exposições e riscos acrescidos para a saúde dessas mulheres, tanto pelas suas características estruturais e conjunturais, quanto pelas formas violentas e aviltantes em que tais condições são forjadas” (SILVA, 2013, p. 34).

Especificamente durante o trânsito migratório, vários de seus problemas de saúde estão relacionados com infecções sexualmente transmissíveis, infecções do trato urinário, vaginose por bactérias e candidíase. As migrantes são especialmente suscetíveis a contrair esse tipo de doença durante o processo migratório por alguns motivos. O primeiro, são as precárias condições de higiene que dificultam o cuidado íntimo. Já o segundo está relacionado com a própria violência sexual, situações de tráfico e trabalho sexual a que elas são expostas durante o deslocamento (CARRASCO et al., 2016).

Outra questão relacionada à saúde da mulher que merece destaque é a saúde reprodutiva, ou seja, algumas circunstâncias inerentes à condição feminina que podem refletir na saúde da mulher.

Antes de abordar este assunto, importante ressaltar que o conceito de saúde reprodutiva é amplo e trata de múltiplos aspectos, podendo abordar temas como a sexualidade, reprodução, planejamento familiar, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, etc. “É vivida e expressa por meio de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas e relações de poder influenciadas pelas interações de fatores biológicos, emocionais, intelectuais, socioeconômicos, culturais, históricos, religiosos, éticos, legais e políticos” (OIT, 2006 citado por SILVA, 2013, p. 39).

Estudos realizados e recomendações feitas por organizações internacionais destacam a maior vulnerabilidade das mulheres migrantes no campo da saúde sexual e reprodutiva, se comparada com as mulheres que permanecem em seu país de origem, ou seja, a mulher “não-migrante” (SILVA, 2013). Da mesma forma, várias pesquisas sobre a questão têm evidenciado os efeitos a curto e médio prazo da violência física e psicológica contra as mulheres, em particular no que se refere à saúde sexual e reprodutiva. “Argumentam que podem ocorrer problemas ginecológicos, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada e interrupções voluntárias inseguras, sofrimento psíquico e transtornos mentais” (OMS, 2002 citado por SILVA, 2013, p. 47).

No caso das mulheres que migram em situação irregular é frequente a solicitação durante o trânsito migratório, de atendimento médico para gravidez, nascimentos e abortos. Só que esse cenário se complica devido ao fato de que os serviços médicos disponibilizados para os migrantes em trânsito muitas vezes não estão preparados para atender essas chamadas, como foi evidenciado pela OACDH (2016, p. 15, tradução nossa):

As necessidades específicas de saúde das mulheres e meninas migrantes, especialmente aquelas relacionadas com os seus direitos à saúde sexual e reprodutiva, são muitas vezes deixadas sem vigilância. Nos casos em que os serviços médicos são fornecidos aos migrantes em trânsito, estes podem não incluir consultas com ginecologistas ou serviços de saúde sexual e reprodutiva ou atendimento especializado para vítimas de violência sexual⁷³.

A saúde mental é outro aspecto que deve ser ressaltado quando se está falando de problemas que podem acometer os migrantes durante o deslocamento. A ruptura dos laços sociais, familiares, afetivos, as dificuldades durante o processo migratório, a situação de irregularidade, a solidão, as tensões e pressões sofridas em decorrência da migração, as dificuldades de integração no país destino e o descaso dos poderes públicos, podem ocasionar fragilidades psicológicas, levando aqueles que são obrigados a se deslocarem a sofrimentos psíquicos e transtornos mentais (SILVA, 2013).

Alguns estudos destacam que os sentimentos de solidão ficam mais intensos quando a migração não é feita em grupo, ou seja, quando as pessoas migram sozinhas. E “tais sentimentos se tornam mais agudos e depressivos quando surgem acontecimentos traumáticos, como

⁷³ Las necesidades de salud específicas de las mujeres y las niñas migrantes, sobre todo las relacionadas con sus derechos a la salud sexual y reproductiva, quedan desatendidas con frecuencia. En los casos en que se prestan servicios médicos a las migrantes en tránsito, es posible que estos no incluyan consultas con ginecólogos ni servicios de salud sexual y reproductiva ni atención especializada a las víctimas de violencia sexual.

desemprego, perda de entes queridos no país de origem e/ou em situações de doenças graves, gravidez não desejada e repressão policial nos países-destino” (PUSSETTI, 2009 citado por SILVA, 2013, 48).

Mulheres migrantes merecem especial atenção no que se refere à saúde mental devido às situações de vulnerabilidade que esse grupo está exposto, como pode se observar do depoimento de um psicólogo do Médico Sem Fronteiras sobre uma mulher de 43 anos de Honduras:

Esta mulher, por causa do medo, decidiu deixar Arriaga (Chiapas) e andou com um grupo de hondurenhos que iriam seguir as linhas férreas até a cidade de Chahuities. No entanto, quando eles dormiram nas montanhas, os homens tentaram abusar dela sexualmente. Ela conseguiu escapar e chegar no abrigo de Chahuite, onde se encontrou novamente com seus supostos agressores e decidiu fugir naquela noite para a cidade de Ixtepec. Ali, ela foi atendida em um abrigo por uma equipe de saúde mental de MSF. O nível de ansiedade em que ela chegou era muito alto e ela apresentava sintomas pós-traumáticos, como flashbacks e alucinações de caráter auditivo e problemas para dormir (MSF, 2017, p. 17).

Devido a essas questões, as autoridades públicas e os serviços de ajuda humanitária voltada a migrações afirmam veementemente que é essencial que os migrantes recebam atendimento psicológico, principalmente mulheres e crianças, porquanto formam o grupo mais exposto a situações de violência (CARRASCO et al., 2016).

A violência contra as mulheres é um fenômeno de escala global e reconhecido como forma de discriminação que mitiga e viola os direitos humanos e fundamentais das mulheres e as colocam em desigualdade de condições com os homens. Não há dúvida de que mulheres migrantes, principalmente aquelas que migram de forma irregular, estão mais suscetíveis a terem os seus direitos violados, especialmente aqueles ligados à sua saúde física e mental.

Durante o deslocamento, no trânsito migratório, a saúde das mulheres migrantes é afetada de várias formas. Além das doenças provenientes do esgotamento físico e mental, devido às condições em que a migração ocorre (rotas insalubres, falta de lugares seguros para dormir, escassez de água e comida), uma das principais preocupações atuais é no campo da saúde sexual e reprodutiva, vez que a violência sexual, infelizmente, atinge a grande maioria das mulheres migrantes.

A área da saúde tem sido negligenciada em diversos países. É notória a dificuldade dos Estados, falando aqui da região da América Latina e Caribe, em proporcionar atendimento médico público de qualidade e eficiente para a sua população. E a situação fica ainda pior quando se trata de migrantes.

As políticas públicas migratórias têm dado maior atenção à aplicação da lei, à burocracia envolvendo a entrada e saída de pessoas, ao fortalecimento das fronteiras e dos mecanismos de fiscalização e ao monitoramento dos fluxos migratórios, do que montar programas multidimensionais de apoio aos migrantes em trânsito pelo seu território. São vários os estudos que demonstram a situação de violência extrema vivenciada pelas mulheres migrantes durante o processo migratório, mas são poucas as ações estatais visando à precaução dos abusos e violações e o tratamento das vítimas.

Nessa linha de raciocínio, o próximo capítulo abordará a questão da proteção da mulher migrante, concentrando-se em destacar a importância da criação e implementação de políticas públicas voltadas especificamente para elas e a existência de instrumentos normativos que preveem essa proteção.

CAPÍTULO IV – PROTEÇÃO À MULHER MIGRANTE E SUA APLICAÇÃO A CASOS DE VIOLÊNCIA

4. 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÕES

Nos últimos anos a região da América Latina e Caribe avançou significativamente em melhorias em questões sociais. As tentativas de redução da pobreza, melhor distribuição de renda, melhora nos níveis educativos e nos indicadores de saúde e proteção social, são alguns exemplos. No entanto, a desaceleração econômica e a instabilidade no crescimento econômico enfrentado pelos países dessa região, juntamente com as novas circunstâncias causadas pelas mudanças climáticas, desempregos, baixos salários, práticas de corrupção nos governos, violência generalizada, impõem novos desafios aos governos.

Dessa forma, apesar do evidente progresso na redução das desigualdades, essa região continua sendo uma das mais desiguais do mundo, podendo ser destacado o atraso no avanço de objetivos de equidade e justiça distributiva. Isso quer dizer, em que pese os esforços e recursos despendidos para o combate da desigualdade e erradicação da pobreza e as taxas de crescimento econômico que a região tem experimentado nos últimos anos, a pobreza e a desigualdade na distribuição da riqueza prevalecem, o que contribui para que a América Latina e Caribe sejam palco de duas grandes expansões, o econômico e o criminal, apresentando-se como a região mais desigual e insegura do mundo.

Neste contexto e levando-se em conta o fato de que essa região é cenário de intensos processos migratórios, que influenciam diretamente nas sociedades, a migração é um ponto que demanda especial atenção dos Estados. A mobilidade na América Latina e Caribe, como em várias outras regiões, é plural e complexa, manifestando todas as expressões da migração internacional contemporânea. Ocorre que a “nova” tendência nos deslocamentos, com o aumento significativo de migrações forçadas, que ocorrem fora dos âmbitos das normas reguladoras dos países de envio, trânsito e de acolhimento e que é efeito das desigualdades presentes nos países latino-americanos e de outros problemas sociais, requer respostas específicas e eficientes, além de ações em longo prazo.

As normas jurídicas nacionais e internacionais amparam os fins sociais a serem alcançados e as respostas que devem ser dadas pelos governos, devendo o lá previsto ser concretizado por meio de conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, destinados a alterar as questões e problemas sociais existentes e postos em evidência. E é por meio das políticas públicas que se tomam os preceitos normativos e os transformam em ações voltadas e

tidas como necessárias para a construção do bem-estar e proteção dos direitos fundamentais, daí o porquê da sua importância quando se fala em transformações sociais e em defesa de direitos.

Por se tratar de uma categoria de evidente interesse interdisciplinar, é especialmente difícil delimitar o objeto de estudo quando se trata de políticas públicas, fenômeno que pode ser definido de forma diferente dependendo do ramo do conhecimento que o estude. Essa dificuldade, todavia, não pode se tornar um empecilho na busca de um conceito, ainda que básico. Não basta a adoção de normas de proteção para mudar a realidade enfrentada pelas mulheres migrantes durante o trajeto migratório. É preciso ter em mente que a proteção à mulher migrante depende de políticas públicas à altura dos atuais desafios, e é por meio delas que se pode colocar em prática os direitos já assegurados nos ordenamentos jurídicos, por isso, é necessária uma definição sobre a questão, ainda que rasa, mesmo que não haja um consenso nos estudos sobre o tema.

No âmbito legislativo o termo “políticas públicas” é usado para indicar os sistemas legais de forma ampla, que definem as competências administrativas, estabelecem princípios, diretrizes e regras, e algumas vezes impõem metas e pressupõem resultados específicos. “São as chamadas normas-gerais ou leis-quadro, instituidoras das políticas nacionais, normalmente inseridas no âmbito das competências administrativas comuns ou legislativas” (FONTE, 2015, p. 520).

No âmbito das ciências políticas há diversas definições para políticas públicas, sendo o ponto convergente o fato de que elas são resultado de decisões governamentais e se referem a ações de governo. É possível destacar três definições mais utilizadas e que possuem maior abrangência no assunto. A primeira é a formulada por Thomas Dye, segundo o qual política pública é tudo aquilo que o governo decida ou não fazer. Tal definição, pelo fato de incluir todas as possíveis atividades que podem ser realizadas pelo governo, excede ao conceituar as políticas públicas. Não se observa preocupação na distinção das atividades governamentais, as quais, por óbvio, são e têm finalidades diferentes, o que acaba por reduzir esse fenômeno a somente aspectos decisórios e desconsiderar pontos importantes relacionados às políticas públicas, tais como a sua implementação e avaliação (FONTE, 2015).

O segundo conceito é de William Jenkins, para o qual política pública é um conjunto de decisões “inter-relacionadas tomadas por um indivíduo ou um grupo de atores políticos a respeito da escolha de objetivos e os meios para alcançá-los em uma situação específica, onde tais decisões devem, em princípio, estar inseridas no poder de alcance destes atores” (FONTE, 2015, p. 635). Essa definição por ser mais ampla e completa que a primeira merece algumas

considerações. Primeiro, as políticas públicas não são tidas como um ato isolado, mas como um processo complexo que envolve desde a delimitação dos objetivos até os meios que serão utilizados para alcançá-los. Segundo as atuais sociedades, devido à sua complexidade, demandam uma atuação conjunta dos atores políticos com os atores e instituições sociais. Outra questão é a limitação dos poderes dos governantes. Fatores que mitigam os poderes que envolvem as políticas públicas, devem ser considerados para que não se depare com ações governamentais irrestritas e sem limites.

A terceira definição é a de James Anderson. Segundo esse autor, as políticas públicas se “caracterizam por um curso de ação intencional construído por um ator ou um conjunto de atores para lidar com um problema ou um motivo de preocupação” (FONTE, 2015, p. 635). A ideia nova nesse conceito é o fato de que as políticas públicas surgem como resposta a problemas sociais.

Para as ciências jurídicas, as políticas públicas são vistas como um mecanismo por meio do qual há a efetivação dos direitos fundamentais reconhecidos. Embora não seja o único conceito existente no âmbito jurídico, reconhece-se que a finalidade de algumas políticas públicas, já que esse fenômeno é amplo e complexo e, por isso, engloba diversas vertentes e assuntos, é executar e implantar os direitos sociais e fundamentais reconhecidos pela comunidade, ou seja, dar concretude aos direitos reconhecidos por meio de ações e programas. Obviamente, as políticas públicas não estão somente atreladas a direitos fundamentais, podendo-se exteriorizar por meio da interferência do Estado na realidade social, como acontece na economia, por exemplo.

As políticas públicas podem ser entendidas, ainda, como o resultado de reações dos Estados diante das demandas dos cidadãos, sendo desenvolvidas por meio de várias ações, desde a investigação dessas demandas, criações de normas relativas a elas, até a execução de serviços públicos e formação de instituições, com profissionais capacitados para implementá-las, direta ou indiretamente, tendo como fim a concretização dos direitos humanos e efetivação de direitos individuais e coletivos, objetivando a emancipação política e econômica, com vistas ao desenvolvimento social (FRIEDRICH et al., 2014).

Para este trabalho, em razão do seu objeto e da sua finalidade, a proposta é entender políticas públicas como o conjunto de atos e fatos sociais e jurídicos que tem por objetivo a concretização pelo Estado, pela administração pública, de ações cuja finalidade é apresentar uma resposta direta a um problema social relevante.

Além de estabelecer um conceito, outras questões devem ser levantadas e destacadas a fim de orientar a discussão e análise da relação entre políticas públicas sociais⁷⁴ e migrações.

Toda política pública social se compromete a superar as chamadas “questões sociais” ou “problemas sociais” e a promover a igualdade social, fazendo, assim, parte da estratégia pública de desenvolvimento, sendo até mesmo um efeito dela. Para que a população tenha acesso a esse desenvolvimento social, e, conseqüentemente, acesso a direitos e benefícios proporcionados pelas políticas públicas, é necessário que o Estado exerça ações afirmativas, que facilitem o acesso a serviços sociais e de promoção, que permitam aos interessados adquirir capacidades, exercer os seus direitos e se desenvolverem ao longo de sua vida.

O sucesso de políticas públicas sociais depende não somente da qualidade de sua coordenação, gestão, como também do contexto político que tem como objetivo a eliminação das causas estruturais da pobreza, vulnerabilidade e exclusão. Desenvolver uma gestão e coordenação mais estratégica e eficiente de programas públicos sociais é uma tarefa essencial para contribuir com o desenvolvimento social da população em condições de pobreza, vulnerabilidade e exclusão. Então, na política pública social, cujo horizonte a ser alcançado é a universalidade, a função de inclusão social é fundamental.

A implementação de estratégias e modelos de abordagem deve permitir, de forma efetiva, instrumentalizar a convergência das ações institucionais no tempo, no território e na população alvo, para que se desenvolva um sistema integrado de gestão e coordenação com modelos de atendimento integral que facilite o acesso da população alvo aos serviços públicos sociais.

Desta forma, o primeiro elemento que se deve considerar ao discutir política pública, é o conceito de desenvolvimento, inclusão e proteção social.

A ideia de desenvolvimento social está ligada aos avanços nos âmbitos e funções da política pública social (trabalho, proteção social, educação, saúde, habitação, garantia alimentar e nutricional, etc.). É o processo de crescimento para a melhoria das condições de vida da população por meio da aquisição de habilidades e da criação de oportunidades sociais, da erradicação da desigualdade, da exclusão social e da desigualdade entre indivíduos e grupos, objetivando alcançar a plena incorporação dessas pessoas na vida econômica, social e cultural.

⁷⁴ A expressão “política pública social” é usada como sinônimo de “política pública” nos termos dos estudos e trabalhos realizados pela CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). A distinção existente entre política social e política pública (segundo a qual a política social pode ser entendida como um subconjunto das políticas pública), apesar de não se negar a sua importância, não é o foco deste trabalho, que, como já mencionado, objetiva destacar a importância de políticas específicas para mulheres migrantes.

Inclusão social é o fenômeno pelo qual se torna possível que os benefícios advindos com o desenvolvimento social sejam assegurados a toda população, sem distinção. Já a proteção social, é uma das áreas da política pública cuja função é alcançar um nível de bem-estar econômico e social, permitindo que a população saia da pobreza facilitando o acesso a serviços públicos sociais, por exemplo (MARTINEZ, 2017).

A segunda questão relevante para discutir política pública social é entender o seu alcance temático e geográfico. No tocante à cobertura temática, Martinez (2017) faz referência a dois níveis distintos de alcance. O primeiro nível é o restritivo, no qual estão as políticas relacionadas à luta contra a pobreza e a proteção social não-contributiva. Já o segundo nível é o extensivo que inclui o conjunto de políticas associadas às funções sociais do governo e as entidades públicas e privadas que participam de sua implementação, sendo elas:

- As políticas setoriais, que visam melhorar a qualidade de vida e garantir direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços de saúde, educação e habitação, entre outros;
- As políticas de promoção social, que busquem o desenvolvimento de capacidades por meio do fortalecimento do capital humano e da melhoria das condições ambientais (como intermediação ou treinamento de mão-de-obra), a fim de melhorar a produtividade e a capacidade autônoma de gerar renda;
- A proteção social, visando garantir o acesso em níveis básicos e universais de bem-estar e o exercício de direitos econômicos, sociais e culturais⁷⁵ (MARTINEZ, 2017, p. 32, tradução nossa).

O escopo das políticas públicas pode ser em nível nacional ou internacional. As políticas públicas são previstas e delimitadas dentro dos países em suas leis e estruturas organizacionais responsáveis por elas, não apenas nacionalmente, mas também em níveis subnacionais e locais, onde, aliás, a sua implementação e o monitoramento dos resultados ocorrem de forma mais direta. Isso também ocorre em nível internacional, por meio das instâncias globais, regionais e sub-regionais, que definem objetivos e metas com embasamento legal para todos os Estados.

Outro elemento que é fundamental ser considerado é a cobertura da população pela política pública social, ou seja, se a política é voltada a toda população ou se restringe a determinados segmentos ou grupos específicos ou prioritários (MARTINEZ, 2017).

⁷⁵ [...] las políticas sectoriales, que tienen por objetivo mejorar la calidad de vida y garantizar derechos, mediante la provisión de bienes y servicios de salud, educación y vivienda, entre otros; las políticas de promoción social, que buscan el desarrollo de capacidades mediante el fortalecimiento del capital humano y el mejoramiento de las condiciones del entorno (como la intermediación laboral o la capacitación), a fin de mejorar la productividad y la capacidad autónoma de generar ingresos; la protección social, orientada a garantizar el acceso a niveles básicos y universales de bienestar y el ejercicio de los derechos económicos, sociales y culturales.

São também questões importantes as definições e o alcance dos conceitos de autoridade e de institucionalidade social, as quais podem dar margem a diferentes interpretações e prioridades, que se não forem devidamente esclarecidas podem levar a diversas perspectivas da mesma realidade, o que pode acabar prejudicando a eficiência e eficácia das políticas.

A autoridade social é o âmbito do Estado encarregado de exercer a função de governar a política pública social. É o setor que, legitimado pelo próprio país e com respaldo político, tem o poder de dirigir e coordenar a institucionalidade social que é o conjunto de regras, recursos e estruturas organizacionais que gerem e coordenam a política pública social, sendo composta por quatro dimensões: jurídico-normativa (no qual a política se baseia), organizacional (que inclui o modelo de implantação, a autoridade social e as formas de coordenação), técnico-operacional (ferramentas de gestão) e financeira (financiamento das políticas) (MARTINEZ, 2017).

A estrutura institucional da política pública social enfrenta uma série de desafios desde o projeto até a execução de sua operação. Isso se deve por dois motivos principais: Primeiro, porque a política pública social deve ser capaz de desempenhar as funções sociais do governo (proteção social, saúde, educação, moradia, recreação, etc.), com o intuito de alcançar áreas definidas da responsabilidade estatal. Segundo, porque para atender as necessidades da população e assegurar todos os seus direitos, a política pública social deve ater-se às particularidades da população (gênero, raça e etnia, ciclo de vida ou incapacidade, etc.).

Os problemas sociais são em sua maioria multifatoriais em suas causas e multidimensionais em suas expressões, o que acaba por exigir abordagens capazes de abranger todas as suas faces e consequências. A questão, então, é que “quanto mais desenvolvida a institucionalidade social, maior probabilidade terá de alcançar políticas sociais de qualidade (eficazes, eficientes, sustentáveis e transparentes), sejam elas setoriais, de promoção ou de proteção⁷⁶” (MARTINEZ, 2017, p. 29, tradução nossa).

As políticas públicas devem fazer novos esforços em matéria de alcance, abrangência e qualidade. Para que isso seja possível, é fundamental que a institucionalidade social, entendida aqui como os elementos que compõem a política pública social, esteja à altura dos desafios, com certeza jurídica, capacidade de gestão e coordenação e recursos financeiros suficientes.

Os avanços nos direitos que asseguram e protegem a migração feminina foram acompanhados por vários desafios em termos de formulação e implementação de políticas e de

⁷⁶ Quanto más desarrollada sea la institucionalidad social, mayor probabilidad habrá de alcanzar políticas sociales de calidad (efectivas, eficientes, sostenibles y transparentes), sean sectoriales, de promoción o de protección.

formação de suas bases institucionais. Muito embora cada país siga a sua própria trajetória, vez que cabe ao próprio Estado decidir como será a resposta para a questão social apresentada a ele, existem elementos comuns que devem refletir o atual estado da institucionalidade responsável pela política pública social nos países da região da América Latina e Caribe.

Um dos maiores desafios das políticas públicas migratórias é estar preparada para atender a diversidade de migrantes e suas especificidades. A existência de diversos grupos que englobam o termo “migrantes” demonstra que os Estados não podem criar e executar regras e programas gerais, imutáveis, mas políticas que acompanhem as circunstâncias e características de cada um deles.

Há várias propostas sobre os componentes ideais da institucionalidade social adequada, mas alguns elementos são essenciais e amplamente reconhecidos, dentre os quais se destacam: os enfoques de direitos e de gênero e as políticas específicas com a presença de estratégias em longo prazo e os elementos jurídico-normativos.

Neste momento, serão realizadas algumas considerações sobre políticas de igualdade de gênero e políticas migratórias com ênfase em uma das etapas do processo migratório, qual seja, a de trânsito. A intenção é demonstrar a importância dos governos e outras entidades considerarem as especificidades quando da criação e implementação de políticas públicas. As mulheres migrantes demandam cuidados e ações afirmativas diferentes das crianças e dos homens, por exemplo. Da mesma forma, as ações e políticas públicas dos países de origem e destino devem ser diferentes daquelas nos países de trânsito.

4.1.1 Políticas de igualdade de gênero

A América Latina e Caribe são a região mais perigosa para as mulheres, fora de uma zona de guerra. Os números referentes à violência de gênero perpetrada contra as mulheres são assustadores. E não é só isso. A cultura e os costumes ensinados e impostos são baseados em princípios de desigualdade entre homens e mulheres, o que acaba por afetar todos os âmbitos sociais e os fenômenos presentes nas sociedades. Neste contexto, as políticas públicas se apresentam como uma ferramenta essencial para promover transformações sociais e avançar na eliminação das desigualdades, e suas consequências diretas, que afetam as mulheres.

Embora não se possa negar que a região avançou nas conquistas nessa área nas últimas décadas, a desigualdade e discriminação contra as mulheres persistem e não podem ser ignoradas. Em parte, isso se deve ao fato de que muitas transformações são marcadas ou pelo masculino ou pela neutralidade, que na verdade também se caracteriza pelo masculino. As

estruturas de poder não mudaram substancialmente e, como consequência, as desigualdades de gênero ainda estão enraizadas nessa região, o que reflete em todas as relações sociais, inclusive no fenômeno da migração. Para superar a universalidade marcada pela predominância do masculino, é necessário o reconhecimento dos direitos das mulheres, normativa e institucionalmente, e o fortalecimento da capacidade do Estado de criar e implementar políticas públicas que preencham as lacunas deixadas pelas desigualdades, buscando alcançar a igualdade de gênero.

Diante das particularidades existentes na América Latina e no Caribe, o Observatório de Igualdade de Gênero, juntamente com a CEPAL, defendem a interdependência e ligação entre a justiça social e a igualdade, bem como o fato de que a igualdade é capaz de tornar a dignidade e o bem-estar das pessoas um valor irredutível, que vincula a vida democrática à justiça social e ao acesso a direitos com cidadania efetiva:

Postula-se, então, o princípio da igualdade real ou substantiva nas várias esferas da vida social em que os direitos universais são afirmados. E se a primeira dimensão da igualdade se refere à questão dos direitos e o papel do Judiciário para garanti-los, a segunda se refere à justiça social e a uma estrutura socioeconômica e política que a promove. Este é um grande desafio pendente nesta região, onde as diferenças de equidade são, e têm sido, as maiores do mundo⁷⁷ (CEPAL, 2010, p. 42, tradução nossa).

A justiça de gênero como parte da justiça social é um conceito que, embora não seja facilmente definido porque engloba diferentes princípios de justiça, se usa para fazer referência aos projetos de emancipação que promovem mudanças legais ou a participação das mulheres. Apesar de conter o princípio da igualdade, que reivindica que todas as pessoas sejam tratadas como iguais e, como consequência, implica direitos plenos para as mulheres, tal como a justiça social, a justiça de gênero reconhece o lugar de inferioridade, historicamente imposto às mulheres, nas relações sociais e instituições. A justiça de gênero, então, pode ser definida como “a conquista da igualdade entre mulheres e homens em conjunto com medidas para reparar as desvantagens que levam à subordinação das mulheres e permitir que elas tenham acesso e

⁷⁷ Se postula, entonces, el principio de igualdad real o sustantiva en las diversas esferas de la vida social en que se afirman derechos universales. Y si la primera dimensión de la igualdad remite a la cuestión de los derechos y al papel del Poder Judicial para garantizarlos, la segunda remite a la justicia social y a una estructura socioeconómica y política que la promueva. Este es un gran desafío pendiente en esta región, donde las brechas de equidad son, y han sido, las mayores del mundo.

controle de recursos em combinação com a agência humana”⁷⁸ (BENAVENTE et al., 2014, p. 16, tradução nossa).

As desigualdades e injustiças de gênero, que implicam, entre outros, a ideologia de que as mulheres como sujeitos não constituem uma classe social ou status, não podem ser atribuídas a apenas um fator, sendo vários os motivos e causas de sua existência. Não obstante, entre eles podem-se destacar as injustiças econômicas, a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direito e sua exclusão das ações políticas. A justiça plena só pode ser alcançada por meio de um Estado que atue ativamente para conquistar a igualdade, que no planejamento, elaboração e execução das políticas considere como essencial a promoção da justiça na sociedade. Tanto as instituições como as políticas são mecanismos primordiais para alcançar a justiça em áreas específicas e superar as desigualdades (BENAVENTE; VALDÉS, 2014).

Para identificar as dimensões das injustiças, devem ser consideradas as estruturas econômicas e os valores culturais e costumes institucionalizados. As injustiças decorrentes da ordem econômica, por exemplo, podem ser superadas com políticas redistributivas, que podem incluir uma reforma política estrutural mais profunda ou transformação de padrões culturais dominantes. A justiça de gênero, portanto, deve abordar, dentre outras circunstâncias, a dimensão econômica das desigualdades e os padrões culturais impostos que atribuem às mulheres uma condição de inferioridade nas relações sociais. Como consequência, a igualdade pressupõe, além da redistribuição de bens e recursos, quando necessário, o próprio reconhecimento da diversidade dos sujeitos de direito e da existência de discriminação na sociedade e participação igualitária nas decisões sociais e políticas (FRASER, 2000 e 2008).

A maioria das injustiças, então, ocorre devido à combinação da desigualdade de recursos com a falta de reconhecimento. Essas duas formas de ponderar as desigualdades permitem apreciar as questões relativas a este fenômeno e separá-las em soluções às demandas redistributivas e soluções às demandas de reconhecimento. A primeira tem relação com a mitigação das diferenças que se traduzem em desigualdades na distribuição, promovendo a igualdade dos grupos. Já a segunda se foca na especificidade de um grupo e na afirmação de seu valor, diferenciando, assim, os grupos. As mulheres constituem um grupo específico. “A busca pela justiça de gênero deve, então, apontar em suas fundações a defesa de uma política

⁷⁸ [...] el logro de la igualdad entre mujeres y hombres en conjunto con las medidas para reparar las desventajas que llevan a la subordinación de las mujeres y para permitirles acceder y controlar los recursos en combinación con la agencia humana.

social de igualdade e uma política cultural de diferença”⁷⁹ (BENAVENTE; VALDÉS, 2014, p. 17, tradução nossa), as quais só são possíveis com a representação (FRASER, 2006).

Logo, uma política eficiente e que alcance a igualdade de gênero deve ser capaz de relacionar, ao mesmo tempo, objetivos redistributivos com objetivos de reconhecimento e de representação apresentados no espaço público por diferentes atores (BENAVENTE; VALDÉS, 2014).

Outra questão que deve ser levada em consideração, é o fato de que a autonomia e o empoderamento das mulheres são requisitos indispensáveis para a igualdade de gênero. Originado em debates feministas sobre o lugar das mulheres nas sociedades e seus interesses, e a aparente neutralidade de gênero nos discursos e modelos de desenvolvimento durante a última parte do século XX, o conceito de empoderamento, que é a consciência de que as relações desiguais de poder entre os gêneros presentes nas relações sociais devem ser desafiadas e modificadas, ganhou força no âmbito internacional como uma estratégia para incentivar maior participação política das mulheres nas questões relacionadas ao desenvolvimento. A autonomia, por sua vez, entendida como “a capacidade das pessoas de tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, a fim de poderem fazer e agir de acordo com suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que as torna possível”⁸⁰ (CEPAL, 2011, p. 9), é elemento essencial assegurar o acesso e exercício dos direitos humanos fundamentais em um contexto de plena igualdade. Especificamente em relação ao gênero, a autonomia tem sido definida como,

o grau de liberdade que uma mulher tem que ser capaz de agir de acordo com sua escolha e não com a dos outros. Nesse sentido, existe uma estreita relação entre a aquisição da autonomia das mulheres e os espaços de poder que podem instituir, tanto individual como coletivamente. Na realidade, o grau de autonomia de um sujeito singular é inseparável do grau de autonomia do grupo social ao qual pertence. Ou seja, o grau de autonomia pessoal que uma mulher pode exibir dependerá também da possível autonomia de seu grupo social e daquela que as mulheres da sociedade à qual ela pertence chegaram. Em resumo, a autonomia de um grupo social não depende exclusivamente da vontade pessoal daqueles que pertencem a ele. Para alguém que sabe o que quer em sua vida e como alcançá-lo, que se sente no direito de dizer não, para influenciar sua realidade para realizar seus projetos, precisa de um tipo de subjetividade, cuja construção não depende unicamente de sua psique. Aqui entram em jogo as condições de possibilidade histórico-social de grande complexidade, e é bom reconhecê-lo, de lenta e difícil modificação ⁸¹ (FERNÁNDEZ, 1999, citado por BENAVENTE; VALDÉS, 2014, p. 19, tradução nossa).

⁷⁹ La búsqueda de la justicia de género debe entonces apuntar en sus fundamentos a defender una política social de la igualdad y una política cultural de la diferencia.

⁸⁰ [...] la capacidad de las personas para tomar decisiones libres e informadas sobre sus vidas, de manera de poder ser y hacer en función de sus propias aspiraciones y deseos en el contexto histórico que las hace posibles.

⁸¹ [...] el grado de libertad que una mujer tiene para poder actuar de acuerdo con su elección y no con la de otros. En tal sentido, hay una estrecha relación entre la adquisición de autonomía de las mujeres y

Autonomia, então, significa que as mulheres são livres e têm capacidade e condições reais e concretas de livremente tomar decisões que afetam diretamente as suas vidas. Para a conquista de maior autonomia são vários os desafios e fatores a serem superados, dentre os quais se destacam: o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos pelas mulheres; o fim da violência baseada no gênero; inclusão, em igualdade de condições, das mulheres nas tomadas de decisões em assuntos que as envolvam. Além, é claro, da libertação da responsabilidade exclusiva pelas tarefas de reprodução e prestação de cuidados (BENAVENTE; VALDÉS, 2014), que é um dos pilares da ideologia da submissão feminina e da ideia de que a participação da mulher deve se limitar ao âmbito privado.

O empoderamento e a autonomia das mulheres são requisitos essenciais para alcançar a igualdade. Políticas que buscam e têm como princípio norteador a igualdade, devem possibilitar às mulheres maior autonomia e poder sobre o seu corpo e sua vida, para então superar o evidente desequilíbrio que existe em todos os setores sociais entre os sexos e enfrentar as novas formas de desigualdade que diariamente vêm surgindo em decorrência da má distribuição social e econômica, aumento da pobreza, disseminação da ideia de depreciação do feminino, aumento desenfreado da violência, situações que podem ser vistas com frequência na América Latina e Caribe, que, como já assinalado, é a região mais desigual e perigosa para as mulheres, fora de uma zona de guerra.

Propiciar melhores condições de vida às pessoas é sem dúvida obrigação dos Estados. E este encargo inclui a criação e execução de políticas que lhes permitam superar as diversas situações discriminatórias e de violência que sofrem como indivíduos e como grupo social, devendo os governos ter um compromisso ainda maior com aquelas que compõem os grupos mais suscetíveis a vivenciar situações de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres migrantes, cujas vozes são abafadas e vidas são colocadas em risco e perdidas por omissão de um Estado que deveria protegê-las e transformar as situações vivenciadas de injustiça e violência.

los espacios de poder que puedan instituir, tanto individual como colectivamente. En realidad, el grado de autonomía de un sujeto singular es inseparable del grado de autonomía del grupo social al que pertenece. Es decir, el grado de autonomía personal que una mujer pueda desplegar dependerá también de la autonomía posible de su grupo social y de aquella que las mujeres de la sociedad a la que pertenece hayan alcanzado. En síntesis, la autonomía de un grupo social no depende exclusivamente de la voluntad personal de quienes a él pertenecen. Para que alguien pueda saber qué quiere en su vida y cómo lograrlo, que se sienta con derecho a decir no, a incidir en su realidad para lograr sus proyectos, necesita un tipo de subjetividad cuya construcción no depende exclusivamente de su psiquismo. Entran en juego aquí condiciones de posibilidad histórico-sociales de gran complejidad, y bueno es reconocerlo, de lenta y difícil modificación.

4.1.2 Políticas migratórias nos países de trânsito

A região da América Latina e Caribe é conhecida por ser cenário de grande desigualdade e violência, sendo visível a crescente disparidade socioeconômica entre os países, o aumento da pobreza, a violência generalizada, o desemprego, etc. O deslocamento, então, é a saída escolhida por milhões de latino-americanos, que veem na migração uma oportunidade para buscar melhores condições de vida ou fugir da violência. Por outro lado, a maioria dos países destinos dos migrantes opta por políticas migratórias restritivas, obrigando, assim, milhões de pessoas a viver e se deslocar em situação irregular, fenômeno que tem relação direta com a exploração laboral, violações dos direitos humanos, tráfico humano, exploração sexual, etc.

Esse complexo contexto exige dos Estados políticas públicas que se adequem aos novos contextos dos fluxos migratórios. Um dos critérios essenciais para definir, pôr em prática e avaliar as políticas públicas migratórias é analisar os fatores e motivos que originaram a migração e o impacto do deslocamento nas sociedades de origem, trânsito e destino. O desconhecimento destes elementos normalmente gera políticas inadequadas ou ineficientes para auxiliar, receber e integrar a população migrante. Mas não é apenas isso. A gerência dos fluxos migratórios exige a corresponsabilidade entre os governos e os atores da sociedade civil dos países que compõem o processo migratório na sua totalidade, para a definição e desenvolvimento de políticas e programas eficientes que garantam os direitos universais e fundamentais dos migrantes e de sua família. Dessa forma, o trabalho em conjunto dos governos com as sociedades civis é uma condição imprescindível para garantir a legitimidade e eficácia das políticas migratórias (CHIARELLO, 2011).

“A participação crescente da sociedade civil na definição, execução e evolução das políticas e programas de migração implica uma mudança substancial no caráter de tais políticas e programas”⁸² (CHIARELLO, 2011, p. 15, tradução nossa). A natureza ampla que essas políticas têm assumido, tanto em termos de participação dos atores sociais quanto das temáticas que constituem o seu fundamento, permite observar as mudanças nas normas internacionais e nas posições e posturas adotadas pelos Estados quanto se trata de migração. Nesse sentido, são vários os fundamentos que servem de base para a definição das políticas públicas de migração, indo desde a perspectiva da segurança, argumento que é muito usado pelos países destinos, ao

⁸² La participación creciente de la sociedad civil en la definición, ejecución y evaluación de las políticas y programas de migraciones implica un cambio sustantivo en el carácter que tiene tales políticas y programas.

custo-benefício das migrações e daqueles que priorizam e se apoiam nos direitos humanos dos migrantes, como se observa na maioria dos países da América Latina (CHIARELLO, 2011).

As políticas migratórias enfrentam um especial desafio na forma de articular a relação entre a sociedade civil e os governos. Esta articulação tender tanto para a negação dos direitos fundamentais aos migrantes, como se observa na crescente onda de discriminação e repressão, quanto “para a aceitação do princípio do desenvolvimento humano do migrante como base de qualquer política, que já foi assumida por diferentes organizações da sociedade civil empenhada na defesa de tais direitos”⁸³ (CHIARELLO, 2011, p. 16, tradução nossa).

Como já mencionado em tópicos anteriores, o trânsito é uma etapa do processo migratório que apresenta diversos riscos à integridade física, moral e psicológica dos migrantes, desde o momento da saída do país de origem. Pode-se dizer que a extensão e dimensão dos perigos dependem das condições e especificidades individuais das pessoas que se deslocam, do contexto territorial e institucional dos países de trânsito e da natureza regular ou irregular da migração. Fatores de vulnerabilidade e desigualdade como idade, gênero, pertencimento étnico-racial e status socioeconômico provocam diversos tipos e graus de risco. As experiências de indivíduos que migram sozinhos diferem daquelas vivenciadas por aqueles que migram em grupo. Da mesma forma, o vivenciado pelas mulheres migrantes não é o mesmo pelos homens ou pelas crianças, as pessoas que migram de forma regular e com condições financeiras que permitem arcar com as despesas decorrentes do deslocamento, experimentam o ato de migrar de forma diversa daquelas que migram irregularmente e em situação econômica precária.

Infelizmente, durante o trânsito para o país destino, principalmente quando a migração é irregular, há diversas violações dos direitos humanos fundamentais dos indivíduos que se veem obrigados a se deslocar, falando-se aqui principalmente da migração forçada, que é a atual situação da região da América Latina e Caribe. Extorsão, sequestro de migrantes e de grupos de migrantes, abusos psicológicos, físicos, sexuais, particularmente no caso de mulheres e crianças, são algumas das situações vivenciadas durante o deslocamento.

No caso das mulheres, tanto aquelas que migram sozinhas como as acompanhadas, os estudos e trabalhos são enfáticos no sentindo de que elas estão, durante o trânsito, particularmente expostas a situações de vulnerabilidade, a abusos físicos, psicológicos e morais, circunstância que é especialmente crítica na região do Triângulo Norte, composto por Honduras, El Salvador e Guatemala, e o México, que compõem as principais rotas de trânsito

⁸³ [...] a la aceptación del principio de desarrollo humano de la persona migrante como base de toda política, la cual ha sido ya asumida por diferentes organizaciones de la sociedad civil comprometidas en la defensa de tales derechos.

América Latina e Caribe, já que os Estados Unidos continuam sendo um destino atrativo para os migrantes, apesar de terem reforçado as políticas migratórias restritas.

São vários os fatores que contribuem para o aumento dos riscos durante o deslocamento. A falta de informação, o desconhecimento da cultura e da língua do país de trânsito, as barreiras físicas impostas e as práticas de controle de migração, são alguns exemplos. Além disso, as prisões e deportações são uma realidade concreta dos migrantes que tentam atravessar as fronteiras América Central-México e México-EUA, onde o controle migratório se intensificou nos últimos anos. E todas essas circunstâncias são frequentemente reforçadas pela falta de políticas de acolhimento e cuidados superficiais e genéricos para com a população migrante em trânsito.

Muito embora o país de trânsito não receba tanta atenção quanto o de origem e o de destino, já que o foco principal são as situações que deram causa ao deslocamento e as consequências que a migração traz para o país receptor, a sua importância é incontestável. Cada estágio do processo migratório tem as suas especificidades e transformam a vida do migrante de forma diversa. E com o trânsito migratório não é diferente, daí a necessidade dos países que fazem parte dessa etapa criarem e executarem políticas públicas que auxiliem o deslocamento, desde o ato de mitigar as normas migratórias restritivas, para que os migrantes não necessitem percorrer rotas mais perigosas, até oferecer atendimentos médicos especializados, abrigo e alimentação.

Os países de trânsito diferem e muito dos de destino. Enquanto o país destino deve investir na integração do migrante na sociedade, ou seja, incorporar as pessoas na vida econômica, social e cultural, sem distinção dos nacionais, o país de trânsito deve, principalmente, assegurar o acesso do migrante a direitos e benefícios básicos. Como já mencionado, a atual realidade migratória na região da América Latina e Caribe é a migração forçada e irregular. São milhares de pessoas que saem de seus países e enfrentam o processo migratório com poucos recursos⁸⁴, guardando o que possuem para começar uma nova vida no país que escolheram como destino. Em virtude da escassez de recursos, os riscos relacionados à migração aumentam consideravelmente. Por exemplo, um indivíduo que migra sem uma rede social e informações sobre as rotas e os países de trânsito, tem mais possibilidade de sofrer violações e abusos, daí a importância de políticas públicas específicas nos países de passagem.

⁸⁴ Quando se fala em “recursos” a intenção não é destacar apenas a questão financeira, mas também as redes sociais, informações sobre os países de trânsito, de destino, as rotas, etc.

Na atualidade, é comum nos países de trânsito a implantação de políticas públicas que restringem a mobilidade humana, mas ao invés de limitar cada vez mais a migração em condições regulares, - o que acaba por obrigar os migrantes a buscar alternativas menos seguras, tais como rotas clandestinas e serviços oferecidos por atravessadores (“coiotes”), tornando-os invisíveis e facilitando atuação dos grupos de sequestro e tráfico de pessoas - , os Estados deveriam assegurar aos indivíduos que estão se deslocando, rotas seguras e acesso a serviços e benefícios gratuitos.

Devido ao tempo e às condições precárias da viagem, muitos migrantes, por exemplo, têm que percorrer todo o caminho a pé, sem nenhum meio de transporte seguro, sem abrigos e expostos ao tempo, é comum a necessidade de atendimento médico. Em razão da escassez de recursos econômicos, muitos indivíduos não podem arcar com despesas relacionadas com hospedagem, e pelo mesmo motivo a alimentação é racionada. Em razão da falta de informação e acesso ao judiciário e do medo das detenções e deportações, os abusos e violações de direitos humanos que ocorrem durante o trânsito migratório não são noticiados às autoridades. Assim, sem prejuízo de outras medidas que se mostrem adequadas e necessárias, os países de trânsito devem propiciar aos migrantes que estão de passagem, atendimentos médico e jurídico, acesso gratuito a albergues, alimentação, informações, etc.

Além disso, é comum nos países de trânsito a figura do trabalho temporário. Vários migrantes a fim de obter recursos financeiros para dar continuidade à viagem ou até mesmo para suprir as necessidades imediatas, se veem obrigados a trabalharem nos países de passagem. Ocorre que em razão da sua própria condição de migrante, do estigma que ela carrega, do fato de estar no país de forma irregular, é muito frequente a exploração laboral. E não apenas isso. São diversos os relatos de exploração sexual de mulheres e crianças migrantes. Portanto, as políticas públicas nos países de trânsito não podem se limitar a atendimentos básicos, mas devem também fiscalizar e coibir esses crimes, sempre visando à proteção das vítimas.

Não se pode esquecer, ainda, que é nos países de trânsito que ocorrem sequestro e tráfico de pessoas migrantes, sendo as principais vítimas as mulheres e as crianças. A maioria das pessoas sequestradas e traficadas são aquelas que migram de forma irregular, ou seja, que não conseguem ter acesso aos meios regulares e recorrem a alternativas que acabam por colocar suas vidas em risco. A restrição das políticas migratórias e a criação de barreiras com o objetivo de diminuir o fluxo de migrantes, auxiliam na formação de organizações clandestinas que visam à inserção de migrantes em redes de exploração.

A condição de invisibilidade imposta pelos países de trânsito e a restrição à migração são uns dos principais motivos pelos quais há durante o deslocamento, abusos e violações contra

os migrantes; daí a importância de políticas públicas nesses países que objetivem mudar esse cenário. É preciso lembrar que o movimento migratório feminino tem uma identidade própria e é independente do processo de migração dos homens, por exemplo. Isso quer dizer que as políticas migratórias nos países de trânsito devem atender às especificidades da condição feminina, bem como respeitar as diferenças culturais.

O trânsito migratório não pode mais ser sinônimo de incerteza e insegurança, sendo necessário que os países avancem de maneira efetiva para erradicar as violências e violações que ocorrem durante o deslocamento, e para isso é preciso enfrentar essa questão sob um enfoque integral, baseado na cooperação regional e sustentado na responsabilidade compartilhada entre os países de origem, trânsito e destino. É fundamental, ainda, incluir os esforços das organizações da sociedade civil e dos organismos internacionais.

A solução ou ao menos a mitigação dos problemas envolvendo o deslocamento, parte de uma política migratória a partir da qual seriam tomadas decisões estratégicas para abordar o fenômeno da migração de uma forma integral e regulamentar o ingresso e saída dos migrantes, respeitando os princípios basilares dos direitos humanos. Não se trata somente de evitar a figura da migração irregular, mas de reconhecer o migrante como sujeito de direito independentemente da sua situação migratória e sem importar o fato de estar migrando à margem das normas legais. O ato de migrar não pode ser tratado como algo ilegal, até porque constitui um dos direitos mais fundamentais do ser humano e, por isso, cabe aos Estados em conjunto, zelar e garantir a mobilidade segura.

Para tanto, é preciso a criação de políticas e programas capazes de dar uma resposta à altura dessa questão social, ou seja, é necessária uma atenção especial ao fenômeno da institucionalização das políticas sociais, por meio do qual se maximiza o resultado das políticas públicas e cumprem-se de forma efetiva os direitos já assegurados. Toda política pública contém dentro dela um marco institucional social, que é essencial para a sua eficácia, eficiência e capacidade de incluir e garantir direitos. Dessa forma, é essencial que se façam alguns comentários acerca da institucionalidade social, até porque é dentro desse fenômeno que se encontra uma das dimensões mais importantes quando se fala em políticas públicas, que é a jurídico-normativa, porquanto é por meio das normas nacionais e internacionais que se verifica a obrigação dos países de proteger os migrantes, em especial aqueles que compõem o grupo mais suscetível a ser exposto a situações de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres.

Portanto, no próximo tópico será discutida a institucionalidade social e as suas dimensões na migração, dando especial atenção à dimensão jurídico-normativa, para então

destacar os principais instrumentos nacionais e internacionais de proteção à mulher migrante e as suas implicações nas violências sofridas por elas durante o trânsito migratório.

4.2 INSTITUCIONALIDADE SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NA MIGRAÇÃO

Institucionalidade social pode ser entendida como o conjunto de regras, recursos e estruturas organizacionais com as quais a política pública social é gerenciada, desde o reconhecimento e priorização de questões e objetivos até a implementação dos instrumentos e avaliação de seus resultados (MARTINEZ, 2017). Dessa forma, além do aspecto de gestão, a institucionalidade social ocupa-se das políticas e programas capazes de responder às novas demandas e avançar no respeito e garantia dos direitos humanos universais.

A institucionalidade social pode ser examinada a partir da análise da estrutura governamental, que tem como objetivo central o desenvolvimento social e a superação da pobreza nos países, e das normas e acordos internacionais, que facilitam e orientam a institucionalização das políticas sociais.

Diversos estudos apontam a necessidade de políticas e programas públicos sociais estarem submetidos a regras e normas explícitas, transparentes e reconhecidas pelos atores, de forma que se maximize o resultado de seus objetivos e o cumprimento efetivo dos direitos já assegurados, e na medida do possível, minimize o seu uso para realizar vontades particulares e políticas ineficientes. Para que isso ocorra, o foco da institucionalidade deve estar direcionado principalmente para a operação e gestão dos programas, na forma de planejamento, orçamento, execução, avaliação e fases que compõem o ciclo das políticas. Em algumas abordagens é destacada, ainda, a conveniência de continuidade das políticas, de programas específicos e dos atores ligados a elas, ressaltando que essa ideia de prosseguimento não implica necessariamente imobilidade ou imutabilidade das políticas, podendo haver modificação, que deve seguir um padrão de mudança estruturada, sujeita a algumas normas e procedimentos estabelecidos, com o intuito de se afastar de qualquer decisão e execução arbitrária (MARTINEZ, 2017).

As políticas e programas públicos sociais devem ser capazes de cuidar das novas demandas e problemas sociais que tendem a aparecer nas sociedades, avançando na garantia aos direitos fundamentais. Isso quer dizer que as políticas são passíveis de mudanças, que não podem ocorrer de forma arbitrária e desorganizada, mas de maneira estruturada, possibilitando a continuidade e sendo capazes de responder de forma eficaz aos novos desafios e problemas sociais.

A ênfase deste fenômeno, (institucionalidade social), na América Latina e Caribe, recai sobre a proteção social e seus componentes, e não apenas nas políticas voltadas para o desenvolvimento social, caracterizando-se pela descrição de sua evolução e discussão, mas nos desafios institucionais que devem ser enfrentados para assegurar os direitos fundamentais às pessoas e para abordar as questões sociais e as especificidades de cada grupo que compõe a sociedade.

Toda política pública, por definição, contém um marco institucional social, cujas características desempenham um papel central em sua eficácia, eficiência, capacidade de incluir e garantir direitos. Uma forma de institucionalizar setores específicos de políticas públicas é priorizar quatro dimensões que a compõem: jurídico-normativa, organizacional, técnico-operacional e financeira (MARTINEZ, 2017).

A primeira diz respeito ao conjunto de instrumentos legais, nacionais e internacionais, que estruturam um setor específico da política, como explica Martinez (2017, p. 34, tradução nossa):

uma dimensão de grande relevância [...] é a jurídico-normativa. Isso se refere ao substrato legal sob o qual as políticas são concebidas e implementadas e que rege a participação dos vários atores. Esta dimensão é composta pelo conjunto de marcos constitucionais, leis e regulamentos de cada país. A estes se somam tratados e acordos internacionais firmados ou ratificados, que possuem validade legal interna ou servem de referência para os compromissos assumidos pelos Estados em nível nacional e internacional na área social⁸⁵.

À medida que a região da América Latina e Caribe evolui nos aspectos relacionados aos direitos fundamentais e consolida a democracia, os direitos ganham terreno no âmbito social, daí o porquê da relevância da dimensão jurídico-normativa.

Conhecer e identificar o conjunto de elementos jurídico-normativo permite entender a posição e o compromisso que o país assumiu em relação às políticas públicas sociais e a garantia de certos direitos fundamentais, tanto em nível nacional como internacional, permitindo, ainda, definir com clareza o respaldo jurídico das ações governamentais tomadas por eles (MARTINEZ, 2017). Especificamente quanto às migrações, são particularmente interessantes algumas normas, como os tratados e acordos internacionais sobre direitos humanos,

⁸⁵ [...] una dimensión de gran relevancia [...] es la jurídico-normativa. Esto se refiere al sustrato legal sobre el que se diseñan e implementan las políticas y que rige la participación de los diversos actores. Esta dimensión se compone del conjunto de marcos constitucionales, leyes y reglamentos de cada país. A ellos se suman los tratados y acuerdos internacionales firmados o ratificados, que tienen validez legal interna o sirven como referencia para los compromisos asumidos por los Estados a nivel nacional e internacional en el área social.

trabalhistas, previdenciários, etc. Em nível nacional, destacam-se as leis que regulam as políticas migratórias, regularizando o direito de migrar.

De um ponto de vista prático, muito embora seja necessária a formalização de compromisso, apenas isso não é suficiente para garantir os direitos lá previstos. A garantia depende da disponibilidade de recursos, da vontade política de consolidar os direitos assegurados nas normas e estabelecer políticas públicas, mecanismos e programas para torná-los efetivos (MARTINEZ, 2017).

A segunda dimensão a ser destacada é a organizacional, que compreende a estrutura governamental e os mandatos e mecanismos de coordenação entre agências. Derivada do âmbito jurídico-normativo e da organização geral de cada Estado, essa dimensão diz respeito aos órgãos que detêm o poder e, por isso, são responsáveis pelas funções de coordenação e governança nas questões sociais. “Envolve uma divisão de tarefas e uma estrutura hierárquica, eventualmente com a identificação de uma autoridade social em um nível geral para todas as políticas sociais, ou em um nível setorial para lidar com qualquer problema ou segmento da população”⁸⁶ (VALERA et al., 2018, p. 55, tradução nossa). Em suma, retrata a distribuição de funções sociais que podem englobar um conjunto de políticas sociais ou abarcar uma área em particular.

Na migração podem-se evidenciar os órgãos oficiais que são responsáveis por essa questão, também sendo importantes as coordenações interinstitucionais encarregadas dos migrantes, bem como os órgãos ministeriais dos países e suas diversas áreas de ação (trabalho, educação, saúde, infância, etc.) (VALERA et al., 2018).

A dimensão técnico-operacional desempenha um papel central na implementação de políticas de uma forma eficaz, referindo-se ao conjunto de técnicas e de gestão à disposição dos governos. Nesse âmbito estão incluídos os instrumentos e ferramentas necessários para que os Estados implementem as políticas de maneira eficaz, de forma com que se cumpram as metas de execução previstas em sua criação eficiente, usando os recursos à disposição de modo apropriado, efetivo, alcançando os objetivos da política, transparente e participativa.

Essa dimensão é o conjunto dos procedimentos, recursos físicos e capacidades técnicas disponíveis para a implementação das políticas públicas, que pode ser dividida em três categorias: i) instrumentos e processos de planejamento estratégico; ii) sistemas de informação para diagnóstico, monitoramento e avaliação; e iii) ferramentas relacionadas à transparência e

⁸⁶ Supone una repartición de tareas y una estructura jerárquica, eventualmente con la identificación de una autoridad social a nivel general para el conjunto de las políticas sociales, o bien a nivel sectorial para lidiar con alguna problemática o segmento de población.

prestação de contas (MARTINEZ, 2017). No caso dos migrantes, a disponibilidade de informações, dados, estatística e registros administrativos sobre o seu perfil sociodemográfico é essencial para a elaboração e execução de políticas adequadas (VALERA et al., 2018).

A última dimensão diz respeito ao elemento financeiro que abarca o conjunto de recursos mobilizados pelo Estado para as políticas públicas. Além disso, a magnitude dos recursos reservados para financiar as políticas sociais permite observar a prioridade que tal questão tem para o governo, para os responsáveis pelas decisões sobre políticas públicas. Essa magnitude também é capaz de indicar se as alocações orçamentárias são escassas ou suficientes para lidar com a questão social posta em discussão (MARTINEZ, 2017).

Vale ressaltar que as quatro dimensões mencionadas são interdependentes. Isso quer dizer que todas precisam ser devidamente elaboradas e consolidadas para que o resultado das políticas públicas implantadas seja efetivo e eficaz, já que elas se complementam. Assim, para alcançar políticas públicas sociais de qualidade, que sejam eficazes, eficientes, sustentáveis e transparentes, mostra-se imprescindível que se abarquem as quatro dimensões de forma complementar, o que se faz por meio de uma abordagem integral.

Como as políticas públicas devem ser embasadas em normas jurídicas reconhecidas pelos Estados, as quais fazem parte de uma das dimensões da institucionalidade social, que por sua vez compõe as próprias políticas, é importante que se demonstre a existência de substrato legal sob o qual as políticas são concebidas e implementadas.

Assim, tendo em vista que é imprescindível a existência de políticas públicas específicas para determinados grupos de migrantes, diante do complexo contexto migratório na região da América Latina e Caribe, é necessário que se demonstre que os direitos fundamentais das mulheres migrantes, que é o grupo escolhido neste trabalho, estão garantidos em normas internacionais.

Muito embora não se discuta a importância e análise das outras dimensões para a criação e execução de políticas públicas adequadas e eficientes para a proteção, recepção e integração da população migrante, o foco deste trabalho é a primeira dimensão, qual seja, a jurídico-normativa, porquanto, além da dificuldade em levantar as informações dos recursos financeiros dos países disponibilizados para certas políticas públicas, do corpo técnico-operacional e das estruturas governamentais responsáveis pelas funções de coordenação e governança nas questões sociais, o objetivo é demonstrar a existência de normas que garantem e obrigam os Estados a proteger as mulheres migrantes durante o trajeto migratório. Portanto,

o próximo tópico foi reservado para a discussão de algumas normas internacionais que preveem e asseguram a proteção da mulher migrante no trânsito migratório.

4.2.1 Dimensão jurídico-normativa migratória

Os marcos regulatórios criados e desenvolvidos na região da América Latina e Caribe, durante décadas, foram marcados por uma especialização crescente do ponto de vista setorial e acompanhados pelo aprimoramento de agendas e políticas públicas mais complexas. Historicamente, em matérias sociais destacam-se como principais setores o da educação, saúde, segurança social e trabalho. Contudo, como a sociedade está em constante desenvolvimento, o que acaba por diversificar as agendas sociais e os atores participantes, surgem novas temáticas que necessitam de atenção, principalmente no que se refere a questões como o desenvolvimento social e o bem-estar de certos grupos da população (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, etc.), que demandam leis nacionais e instrumentos internacionais que buscam assegurar direitos para sua proteção.

Dentro da esfera social não é difícil distinguir os grupos que necessitam de especial atenção dos governos, dentre os quais as mulheres se destacam como grupo populacional majoritário, mas historicamente discriminados, assim como os migrantes que têm sido durante muito tempo objeto de marginalização e discriminação, consolidando-se, assim, como parte importante da agenda social na maioria dos países, até mesmo em decorrência do atual contexto migratório na região.

Comparados com outros segmentos da população, pode-se dizer que os migrantes por muito tempo tiveram uma menor visibilidade no que se refere ao nível social normativo, o que representa um sério desafio para a criação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas universais que buscam alcançar o desenvolvimento integral da população e assegurar os direitos humanos dos indivíduos. A necessidade de proteger com maior esforço certos grupos da população tem sido apoiada em uma agenda social que está constantemente exposta a mudanças e à diversificação que faz parte da sociedade.

Da análise de 33 textos constitucionais da região da América Latina e Caribe, é possível observar que a garantia específica dos direitos dos migrantes é pouco frequente. Isto ocorre devido ao fato de que os textos são antigos e, por isso, não contemplam os atuais desafios enfrentados por esse grupo. Em apenas 7 casos (Bolívia, Cuba, Equador, Haiti, México, Panamá e República Dominicana) é feita menção explícita à proteção dos estrangeiros e seus direitos sociais em igualdade de condições com a população nacional. Esse número aumenta para 17

casos, se forem consideradas as constituições da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Uruguai e Venezuela, que mencionam uma proteção geral, na qual se proclama a proteção dos direitos da população estrangeira dentro das fronteiras nacionais, sem discriminação e com direitos iguais, mas sem menção explícita à garantia de direitos sociais específicos. O texto constitucional do Equador é o único que menciona explicitamente a proteção dos direitos dos migrantes (VALERA et al., 2018).

Os instrumentos que preveem a melhoria e a promoção da situação desse segmento da população aumentam de forma bastante visível quando se fala em leis nacionais. Durante os anos noventa, muitos desses países atualizaram leis para a regulamentação da migração, o que contribuiu para modernizar e atualizar os atuais mecanismos vigentes. De regra, as legislações mais antigas abordam a migração por uma perspectiva voltada para a segurança nacional e o controle de fronteiras, objetivando limitar a entrada de certos grupos. Muito embora não se possa generalizar e afirmar que há correlação direta entre o ano da promulgação da lei e a garantia de direitos sociais, pode-se observar um padrão, em que quanto mais antiga é a principal legislação sobre migração, menor será a garantia de direitos para os migrantes. Estes são os casos da Guiana (1947), Jamaica (1945), Bahamas (1967), Barbados (1979) ou Chile (1984). Por outro lado, quanto mais recentes forem as leis, mais frequente é a menção de direitos concedidos explicitamente aos migrantes. Estes são os casos do Uruguai (2008), Costa Rica (2009), México (2011), Nicarágua (2011), Bolívia (2013), Equador (2017) Peru (2017) e Brasil (2017) (VALERA et al., 2018).

Entre os 33 países da região, 29 contemplam, pelo menos, regras gerais (principalmente leis, decretos e atos) que estabelecem ações por meio das quais se desenvolvem políticas de integração da população migrante e níveis de acesso aos serviços públicos ou ao menos os mesmos direitos assegurados aos nacionais relacionados aos setores de inclusão social (trabalho, seguridade social, saúde pública, educação pública e habitação). O quadro que prevalece na região é a presença de Leis de Migração (em 15 casos), que além de basear a regulamentação da entrada, trânsito, permanência e saída de pessoas do território do Estado, regulamenta as linhas que serão seguidas para a criação e desenvolvimento das políticas fundamentais para a proteção e promoção dos direitos dos migrantes. É também comum que as referidas regras gerais definam os espaços institucionais de coordenação e administração da política de migração. Nos países pertencentes ao Caribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago) a figura predominante é a Lei de Imigração ou “Extranjería” (Immigration ou Aliens Act), que

hierarquicamente é semelhante às leis migratórias dos outros países da região (VALERA et al., 2018).

Muito embora não seja suficiente, diante das situações enfrentadas pelos migrantes em razão do atual contexto migratório da região, a existência de regulamentação nacional voltada à população migrante sugere que os governos estão conscientes da necessidade e importância da criação de normas adequadas e específicas para esse grupo, que visem atender as suas demandas. A presença de leis migratórias também reflete a compreensão social sobre o tema e a pressão dos nacionais e das sociedades civis para que o Estado aborde a questão, que por muito tempo esteve ausente da agenda pública. Não se pode esquecer, ainda, que a presença desses instrumentos nacionais (leis nacionais de migração) é essencial para a definição, criação, estabilidade, continuidade institucional, previsão de recursos financeiros e implementação de políticas públicas de migração.

No que se refere ao conteúdo das leis, estas variam de acordo com o país e com o ano de promulgação. Em países pertencentes à região do Caribe, como Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana e Trinidad e Tobago, ainda há leis que foram promulgadas durante o século XX, cujo escopo principal é a segurança nacional, e nas quais as regulamentações para a entrada ou saída do território nacional são estabelecidas por meio de controles nas fronteiras, sem discriminar a integração dos migrantes na sociedade do país destino e as proteções garantidas pelo Estado. Verifica-se situação diversa nos textos normativos dos países da América Latina, sendo possível identificar nessa região, especificamente nos países da Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, instrumentos que além de regulamentarem a entrada, trânsito, permanência e saída de pessoas do território nacional, estabelecem princípio e diretrizes para políticas públicas voltadas para a população migrante (VALERA et al., 2018). Essas leis são muitas vezes acompanhadas e complementadas por decretos ou outros instrumentos que estabelecem algumas premissas, como, por exemplo, a regulamentação do status de refugiado e as normas que visam coibir o tráfico e exploração de migrantes ou outros crimes cometidos contra essa população. Outra questão a ser destacada é o reconhecimento do migrante como pessoa capaz de direito perante o Estado.

É de suma importância que os países da região da América Latina e Caribe reconheçam de forma concreta os migrantes como pessoas a quem devem ser assegurados os direitos tidos como fundamentais, sem qualquer distinção dos nacionais. Das normas sobre migração que estão vigentes nos países dessa região, destacam-se as liberdades básicas e os direitos civis

(liberdade de movimento, reunião, expressão, pensamento, propriedade, etc.) e os direitos econômicos, sociais e culturais, entendidos como participação no bem-estar econômico e social.

Para embasar e evidenciar o dito anteriormente é interessante apresentar a tabela exibida no trabalho intitulado “Protección social y migración: Una mirada desde las vulnerabilidades a lo largo del ciclo de la migración y de la vida de las personas” (VALERA et al., 2018) com os principais instrumentos de regulamentação da migração dos países da região da América Latina e Caribe.

TABELA 2- AMÉRICA LATINA E CARIBE (29 PAÍSES): PRINCIPAIS INSTRUMENTOS INDENTIFICADOS PARA A REGULARIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO POR PAÍS

País	Ano	Lei	Âmbito	Objetivo
Antígua e Barbuda	1945	Ato	Ato de Imigração e Passaporte	Não se dispõe de informação oficial.
	2016	Ato	Ementa ao Ato de Imigração e Passaporte	Alterar a Lei de Imigração e Passaporte, 2014 No.6 e para propósitos conectivos e incidentais.
Argentina	2003	Lei N° 25.871	Lei de Migração	Definir as linhas políticas básicas e estabelecer as bases estratégicas em matéria migratória.
	2006	Lei N° 26.165	Lei Geral de Reconhecimento e Proteção ao Refugiado	Regular o processo de concessão de status de refugiado e os direitos dos mesmos.
	2008	Lei N° 26.364	Lei de Prevenção e Sanção ao Tráfico de Pessoas e Assistência a suas vítimas	Implementar medidas destinadas a prevenir e sancionar o tráfico de pessoas, ajudar e proteger suas vítimas.
	2010	Decreto N° 616	Regulamentação da Lei de Migração N° 25.871 e suas modificações	Regulamentar as linhas políticas fundamentais e as bases estratégicas para facilitar os procedimentos que os estrangeiros devem executar.
	2017	Decreto 70/2017	Modificação das Leis N° 25.871 e N° 346	Substitui o nome do Capítulo I do Título II da Lei N° 25.871 e sua alteração pelo seguinte: “das categorias, requisitos e prazos de admissão”. Modificação das Leis N° 25.871 e N° 346.
Bahamas	1967	Lei	Ato de Imigração	Não se dispõe de informação oficial.
Barbados	1979	Lei	Ato de Imigração, Cap N° 190	Não se dispõe de informação oficial.
Belize	2000	Lei	Ato de Imigração, Cap N° 156	Não se dispõe de informação oficial.
	2000	Lei	Ato de Estrangeiro, Cap N° 156	Não se dispõe de informação oficial.
	2013	Lei		Um ato para proibir e prescrever penalidades para tráfico de pessoas;

			Ato de Tráfico de Pessoas (Proibições)	Protocolo das Nações Unidas para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas.
Bolívia (Estado Plurinacional de)	2005	Decreto Supremo N° 28.329	Regulamentação e Procedimentos da Comissão Nacional do Refugiado	Estabelecer a Comissão Nacional de Refugiados como um mecanismo permanente de qualificação.
	2006	Lei N° 3325	Tráfico e sequestro de pessoas e outros delitos relacionados	Estabelecer penalidades para aqueles que executam ou favorecem a transferência ou o recrutamento, privação de liberdade, proteção ou recepção de seres humanos.
	2013	Lei N° 370	Lei de Migração	Regulamentar a entrada, trânsito e saída de pessoas no território do Estado Plurinacional da Bolívia, e estabelecer espaços institucionais que garantem direitos dos migrantes bolivianos e estrangeiro.
Brasil	1997	Lei N° 9.474	Estatuto dos Refugiados	Definir mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados e criar o CONARE.
	2005	Lei N° 11.106	Plano Nacional contra o Tráfico de pessoas Lei de Migração	Luta contra o tráfico de pessoas, responsabilização dos autores e garantia de atenção às vítimas.
	2017	Lei N° 13.445		Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e visitante, regula sua entrada e permanência no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o migrante.
Chile	1975	Decreto Lei N° 1094, D. O	Norma sobre estrangeiros	Regular a entrada, residência, permanência definitiva, egresso, reentrada, expulsão e o controle de estrangeiros.
	1984	Decreto Lei N° 597	“Novo Regulamento de Estrangeiros” (1984)	Descentralização de funções, incorporação de meios computacionais para a função de imigração e as alterações introduzidas no D.L. 1.094, de 1975, é necessário a edição de um novo Regulamento de Imigração.
	2010	Lei N° 20430	Lei de refugiados	
	2011	Lei N° 20507	Lei de Tráfico e Sequestro	Estabelecer disposições de proteção de refugiados. Tipificar os crimes de tráfico ilícito de migrantes e sequestro de pessoas e estabelecer normas para sua prevenção e mais efetiva perseguição.
Colômbia	2004	Decreto N° 4000	Disposições migratórias (conforme alterado pelo Decreto 2.622 de 2009)	Ditar as disposições sobre a emissão de vistos, controle de estrangeiros e outros assuntos sobre migração.
	2005	Lei N° 985	Lei de Tráfico	Luta contra o tráfico de pessoas.

	2009	Decreto N° 2622	Modificações do Decreto 4000 de 2004	Tem por objetivo introduzir modificações no Decreto 4000 de 2004, assim como ditar outras disposições gerais aplicáveis em matéria de migração.
	2009	Decreto N° 4503	Lei dos refugiados	Modificar o procedimento para reconhecimento do status de refugiado e ditar regras sobre a Comissão Consultiva para a determinação do status de refugiado.
	2011	Lei N° 1465	Lei sobre nacionais no exterior	Criar o Sistema Nacional de Migração, como um conjunto harmonioso de instituições, organizações da sociedade civil, padrões, processos, planos e programas, dos quais deve acompanhar o design, execução, acompanhamento e avaliação da Política Migratória.
	2013	Decreto N° 834	Decreto das disposições migratórias	As provisões são estabelecidas em assuntos migratório da República.
Costa Rica	2009	Lei N° 8764	Lei Geral de Migração e Estrangeiros	Regular a entrada de pessoas da Costa Rica e estrangeiro no território da República, e na saída dele, assim como a permanência das pessoas estrangeiras no país.
Cuba	1978	Lei 1312	Lei de Migração	Regular, em um único órgão legal, disposições sobre a migração para os efeitos de facilitar sua aplicação e interpretação.
	2015	Decreto N° 26	Regulamento da Lei de Migração	Decreto no. 26 regulamentação da lei de migração, de 19 de julho de 1978, atualizado e acordado com o decreto N° 305 de 11 de outubro de 2012.
Dominica	1996	Lei	Ato de Imigração e Regulamentos de Passaportes.	Não se dispõe de informação.
Equador	1976	Lei N° 276	Lei de naturalização	Fornecer estrutura legal ao procedimento de naturalização de estrangeiros.
	2006	Modificação Código Penal	Regulamentos sobre sequestro e tráfico de pessoas	
	2010	Codificação 2005-006	Lei de migração	Regular a organização e coordenação de serviços relacionados com a entrada e saída de nacionais ou estrangeiros do país, através de exame e qualificação dos seus documentos e monitorar a conformidade com disposições legais relativas à permanência e atividade de

	2017	Lei Orgânica da Mobilidade Humana	Lei Orgânica da Mobilidade Humana	<p>estrangeiros residentes no território equatoriano.</p> <p>Regular o exercício dos direitos, obrigações, institucionalidade e mecanismo ligados às pessoas em mobilidade humana, que inclui os emigrantes, imigrantes, pessoas em trânsito, retornados equatorianos, que necessitam de proteção internacional, vítimas de crime de tráfico de pessoas e de sequestro ilícito de migrantes e suas famílias.</p>
El Salvador	1958	Decreto N° 2772	Lei de Migração	Organização e coordenação de serviços relacionados com a entrada e saída de nacionais e estrangeiros do território da República, mediante o exame e qualificação de seus documentos; o estudo dos problemas que este movimento origina e monitora o cumprimento das disposições legais relativas à permanência e atividades de estrangeiros no país.
	1986	Decreto N° 299	Lei de Estrangeiro	Não se dispõe de informação oficial.
	1993	Decreto Lei N° 670	Reforma a Lei de Migração	Reformar a lei de migração.
Granada	1969	Lei	Ato N° 26, Cap. 145	Não se dispõe de informação oficial.
Guatemala	1998	Decreto N° 95-98	Lei de Migração	Garantir um ordenamento migratório eficaz, regulamentando a entrada e saída de nacionais e estrangeiros do território nacional, bem como a permanência desses últimos dentro dele.
	1999	Acordo Governamental N° 529-99	Acordo Governamental N° 529-99	Regulamento da lei de migração.
	1999	Acordo Governamental N° 732-99	Lei do Organismo Executivo	Reformas no Regulamento da Lei de Migração, estabelece entre outras coisas, taxas de residência, passaportes e vistos.
	2001	Acordo Governamental N° 383-2001	Regulamento para a Proteção e Determinação do Estatuto de Refugiados no Território do Estado da Guatemala	Regula a proteção e determinação do estatuto de refugiado no território do Estado da Guatemala.
	2010	Decreto N° 10	Reforma na Lei de Migração	Reformar a Lei de Migração.
Guiana	1947	Lei	Ato de Imigração, Cap. 14:02	Não se dispõe de informação oficial.
	2007	Lei		Alterar o Ato de Imigração de 1947.

			Emenda ao Ato de Imigração de 1947	
Honduras	2004	Decreto N° 208	“Lei de Migração e Estrangeiros”	Regulamentação da política de migração do Estado, a entrada e saída de pessoas nacionais e de países estrangeiros, a permanência destes últimos em território hondurenho e a emissão de documentos migratórios.
Jamaica	1945	Lei	Atos de Restrições Imigratórias (cidadãos do Commonwealth)	Não se dispõe de informação oficial.
	1946	Lei	Ato de Estrangeiros	Não se dispõe de informação oficial.
México	2011	Decreto de Lei	Lei de Migração	Regulamentação da entrada e saída de mexicanos e estrangeiros para o território dos Estados Unidos do México e o trânsito e estadia dos estrangeiros nele, em marco de respeito, proteção e salvaguarda de direitos humanos, de contribuição para desenvolvimento nacional, bem como a preservação de soberania e segurança nacional.
	2012	Decreto	Regulamento da Lei de Migração	Emissão do regramento da lei de migração e reforma, revogação e adição de várias disposições do regulamento da lei geral de população e do regulamento da lei de associações religiosas e culto público.
Nicarágua	2011	Lei N° 761	Lei Geral de Migração e Estrangeiros	Regulamentação da entrada de nacionais e estrangeiros no território da República da Nicarágua, e seu retorno, bem como a permanência de estrangeiros no país, sem prejuízo do disposto na Constituição Política da República da Nicarágua, tratados e acordos internacionais devidamente ratificados e acordos de integração regionais devidamente aprovados.
	2012	Decreto N° 31-2012	Regulamento para a lei no. 761. Lei Geral de Migração e Estrangeiros	Estabelece as regras, Disposições Gerais e Específicas para a aplicação da Lei No. 761, “Lei Geral sobre Migração e Estrangeiros”, publicada em La Gaceta, Diário Oficial No. 125 e 126 de 06 e 07 de julho de 2011, que será chamado de lei.
Panamá	2008	Decreto de Lei N° 3	Lei de Criação do Serviço Nacional de Migração e outra Provisões	Regulamentação do movimento migratório de entrada e saída de nacionais e estrangeiros, da permanência destes últimos em território nacional; estabelecimento dos requisitos e procedimentos para adquirir nacionalidade panamenha por naturalização, e criação do Serviço Nacional de Migração.

	2016	Decreto Executivo N° 167	Lei que estabelece o Procedimento de Regularização Migratória Geral	Estabelecimento do Procedimento de Regularização Migratória Geral e se revogação do Decreto Executivo N° 547 de 25 de julho de 2012.
Paraguai	1996	Lei N° 978	Lei de Migração	Regulamentação da migração de estrangeiros e emigração e repatriação de nacionais, efeitos de promoção da população atual e da força de trabalho que o país precisa, estabelecimento da organização encarregada de implementar a política nacional de migração e aplicar as disposições desta lei.
	2002	Lei N° 1.938	Lei Geral sobre refugiados	Modificação do Código Penal do Paraguai (capítulos IV, V e VI).
	2003	Decreto N° 210	Tráfico de pessoas e sequestro de migrantes	Regula a situação dos refugiados.
	2009	Lei N° 3958	Lei que modifica a Lei N° 227/93 e a Lei de Migração de 1996	Modificação e extensão da Lei N° 227/93 “que cria a Secretaria de Desenvolvimento para Repatriados e Refugiados Conacionais”; e modificação da Lei N° 978/96 “de Migrações”.
Peru	2002	Lei N° 27.840	Lei de Asilo	Regulamentação da instituição de Asilo em conformidade com a Constituição e Acordos Internacionais.
	2002	Lei N° 27891	Lei do Refugiado	Regulação da admissão, reconhecimento e relação do Estado Peruano com o refugiado, de acordo com os instrumentos Internacionais.
	2005	Lei N° 28182	Lei de Incentivos Migratórios	Promoção do retorno dos peruanos do estrangeiro para se dedicar a atividades profissionais e/ou empresarial. Estabelecimento de incentivos e ações que propiciem seu retorno para ajudar a gerar emprego e maior arrecadação de impostos.
	2007	Lei N° 28.950	Lei contra o tráfico de pessoas e o sequestro de migrantes	Luta contra o tráfico de pessoas e o sequestro de migrantes.
	2010	Lei N° 29.495	Lei dos Conselhos de Consulta das Comunidades Peruanas no Exterior	Construção de um espaço de diálogo e cooperação com o Gabinete Consular da sua jurisdição, apoio as tarefas de proteção aos nacionais e procura por melhor conexão dos conacionais com a problemática peruana.
	2011	D. S N°: 067-2011-PCM	Formalizar a Comissão Multisetor Permanente “Mesa de Trabalho Intersetorial para	Coordenação, avaliação, propositura, priorização e monitoramento de políticas e ações ligadas a gestão abrangente da migração no Peru.

			gerenciamento de migração (MTIGM)”	
	2017	Decreto Legislativo N° 1350	Decreto Legislativo de Migração	Regulamentação da entrada, permanência e saída de estrangeiros, além de regulamentação da emissão de documentos de viagem para nacionais e estrangeiros. Além de contribuição para a integração dos migrantes e garantir os seus direitos.
República Dominicana	2004	Lei N° 285-04	Lei Geral de Migração	Ordenação e regulamentação dos fluxos migratórios no território nacional, tanto no que diz respeito à entrada, permanência e saída, quanto a imigração, migração e retorno de nacionais.
	2011	Decreto N° 631-11	Regulamento de aplicação da Lei Geral de Migração	Editado para a aplicação efetiva da Lei Geral sobre Migração da República Dominicana, N° 285-04, de 15 de agosto de 2004.
Suriname	1991	Ato	Ato de Estrangeiros	Não se dispõe de informação oficial.
	1995	Decreto de Estado N°85	Decreto de Estrangeiros	Não se dispõe de informação oficial.
Trinidad e Tobago	1974	Lei	Ato de Imigração e Regulamentos, Cap. 18:01	Não se dispõe de informação oficial.
Uruguai	2004	Lei N° 18.076	Estatuto do Refugiado	Estabelecimento do direito ao refúgio.
	2008	Lei N° 18250	Lei de Migração	Reconhecimento como direito inalienável das pessoas migrantes e seus familiares sem prejuízo da sua situação migratória, o direito à migração, o direito à reunificação familiar, devido processo e acesso à justiça, bem como direitos iguais com nacionais, sem qualquer distinção por razões de sexo, raça, cor, idioma, religião ou convicção, opinião política ou outra.
Venezuela (República Bolivariana de)	2001	Diário Oficial N° 37.296	Lei Orgânica sobre refugiados ou refugiadas, asilados ou asiladas.	Regulamentação sobre Refúgio e Asilo, de acordo com os termos consagrados na Constituição da República Bolivariana da Venezuela e nos instrumentos internacionais, bem como ações de órgãos e funcionários dos Poderes Públicos responsáveis pelo seu cumprimento.
	2004	Lei N° 37944	Lei de Estrangeiro e Migração	Regulação de tudo o que é relacionado à admissão, entrada, permanência, registro, controle e informação, saída e reingresso de estrangeiros, bem como seus direitos e obrigações.

FONTE: Valera et al. (2018).

Da leitura das informações contidas na tabela, pode-se concluir que há muito a ser explorado pelos países no tocante aos direitos dos migrantes, porquanto é nítida a deficiência nas legislações migratórias nacionais comparadas com os marcos normativos internacionais.

Entre as Convenções e instrumentos internacionais, quando se trata de migração, é possível destacar, ainda que, por óbvio, não sejam as únicas, duas categorias principais de dispositivos legais. A primeira, com objeto mais específico, é aquela dedicada aos direitos dos trabalhadores migrantes. Já a segunda, que, aliás, será o foco deste tópico, levando-se em conta o espoco deste trabalho, de conteúdo e áreas mais amplos, são os que dizem respeito aos direitos fundamentais universais.

Dos instrumentos internacionais que compõem a segunda categoria, pode-se ressaltar: Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o Protocolo adicional (Protocolo de El Salvador), ambos assinados no âmbito da Organização dos Estados americanos (OEA) em 1969 e 1988 respectivamente; Declaração e Plataforma de Ação de Beijing (1995), sobre igualdade de gênero; Declaração e o Programa da Ação Durban (2001), sobre a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata em nível nacional, regional e internacional; Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) adotado durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo; Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados; Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados; Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984; Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, de 1994; Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, de 2004; Plano de Ação do México “para fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”; Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano; Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional dos Refugiados; Mercosul/RMI/FEM/CONARE/Ata Nº 01/2012 Ata do I Encontro dos CONARES ou Equivalentes dos Estados parte e Associados do Mercosul; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Conferência do Cairo (1994); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará (1994).

Paralelamente ao desenvolvimento global de instrumentos normativos de proteção aos direitos humanos, os acordos regionais e sub-regionais se destacam como espaços

complementares para criação de medidas e normas de proteção. Em nível regional pode-se afirmar que os países da América Latina e Caribe ratificaram vários acordos internacionais gerais sobre a proteção dos direitos humanos. Todavia, não se pode dizer o mesmo de instrumentos voltados especificamente para os direitos de grupos específicos que compõem a população, como é o caso dos migrantes (VALERA et al., 2018), mas ainda assim alguns acordos e compromissos merecem destaque.

Nos últimos quinze anos, algumas medidas importantes no tocante à livre movimentação, facilitação de entrada e residência regular, foram tomadas na América do Sul pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Comunidade Andina (CAN), Comunidade do Caribe (CARICOM) e do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) na América Central.

O MERCOSUL, que atualmente é composto pela Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão), Brasil, Paraguai, República Bolivariana da Venezuela (temporariamente suspenso) e Uruguai, bem como pelos Estados Associados Chile, Colômbia, Equador, Guiana Peru e Suriname, adotou, em 2002, um dos acordos que têm o status de instrumento sub-regional internacional, mais importante para a região em questão de mobilidade humana: o Acordo de Residência do MERCOSUL, que entrou em vigor em 2009. Além disso, destaca-se, ainda, o Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile (VALERA et al., 2018).

A Comunidade Andina (CAN), que inclui a Bolívia (Estado Plurinacional da Bolívia), Colômbia, Equador e Peru, além de ter contribuído para a origem de um dos instrumentos mais importantes na questão migratória, qual seja, o Acordo de Cartagena, por meio do qual foi repensada a proteção internacional dos refugiados diante dos desafios humanitários enfrentados por esses migrantes na América Central e, como consequência dessa nova visão, foi ampliado o conceito tradicional de refugiado e firmado um compromisso regional com o respeito aos direitos humanos, é conhecida pela decisão 545 do Conselho de Ministros das Relações Exteriores de 2003, denominado “Instrumento Andino de Migração Laboral”, que implicou a facilitação de acesso aos sistemas de seguridade social (dos países signatários) pelos trabalhadores migrantes e na igualdade de direitos para certas categorias de trabalhadores. A América Central implementou, desde 2006, o “Convenio Centroamericano de libre movilidad” ou o CA-4, que buscou estabelecer a livre circulação de pessoas entre os países da Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua (VALERA et al., 2018).

A Comunidade do Caribe (CARICOM), que é composta por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa

Lúcia, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, destaca-se pelo Tratado de Chaguaramas, que procura por meio de seu terceiro capítulo estabelecer a liberdade de movimento das pessoas (VALERA et al., 2018).

Os instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais acima destacados estão ganhando ímpeto e uma nova direção com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que consistente em um plano de ação que impõe diversos compromissos e deveres dos Estados com todas as pessoas, principalmente com os grupos vulneráveis. Como esse Instrumento articula-se com diversos níveis, estruturas e fenômenos, a migração é questão em destaque devido à sua dimensão e às novas tendências migratórias. Outro pilar da Agenda é a proteção e empoderamento das mulheres e a erradicação das desigualdades de gênero. Dessa forma, não há como não relacionar os objetivos e metas previstos nesse Instrumento, com as questões que envolvem a migração feminina forçada e irregular na América Latina e Caribe. Seguindo este raciocínio, é necessário que se façam alguns apontamentos sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a proteção às mulheres migrantes.

4.2.1.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos trinta anos, foram várias as conquistas normativas e de políticas públicas voltadas para o avanço e promoção dos direitos das mulheres e igualdade de gênero, na América Latina e no Caribe. Foram criados mecanismos relevantes para o avanço e autonomia das mulheres, bem como para a integração de gênero no Estado, além de sistemas de informações e monitoramentos. Entretanto, uma forte resistência política e cultural à igualdade de gênero persiste na região. Da mesma forma, é notória a inércia institucional, a falta de alocação de recursos e de vontade política para essas questões, o que acaba por dificultar as mudanças necessárias para garantir o pleno exercício dos direitos pelas mulheres e eliminar as desigualdades existentes nas sociedades (PONTE, 2017).

Na septuagésima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, foi aprovada pelos Estados membros a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cento e sessenta e nove metas a serem alcançados até 2030. Nesta Agenda foi reconhecida a importância e centralidade da igualdade de gênero, os direitos e o empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável, como se pode observar de seu preâmbulo:

Preâmbulo

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Além de reconhecer a necessidade de proteção e empoderamento das mulheres, a Agenda traz algumas considerações acerca do fenômeno migratório. Primeiramente, nesse Instrumento, reconhece-se que a migração é uma realidade multidimensional e de suma importância para o desenvolvimento de todos os países que fazem parte do processo migratório, o de origem, de trânsito e de destino, e que em razão desta importância e da dimensão real desse fenômeno, os eventuais problemas e questões que surgirem exigem respostas coerentes e globais. É enfatizado, também, que os países devem cooperar para uma migração “segura, ordenada e regular que envolve o pleno respeito pelos direitos humanos e o tratamento humano dos migrantes, independentemente do status de migração, dos refugiados e das pessoas deslocadas” (ONU, 2015, p. 10), destacando, ainda, que essa cooperação deve reforçar a resiliência das comunidades que acolhem migrantes, principalmente se tratando de país em desenvolvimento.

Seguindo essa linha, o documento estabelece que as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade devem ser empoderadas e receber uma atenção especial dos Estados, dentre as quais os migrantes foram incluídos:

As pessoas que estão vulneráveis devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes. Decidimos tomar medidas e ações mais eficazes, em conformidade com o direito internacional, para remover os obstáculos e as restrições, reforçar o apoio e atender às necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias complexas e em áreas afetadas pelo terrorismo (ONU, 2015, não p.).

A proteção ao direito de migrar também pode ser vista no ODS nº 10, no qual é salientado que um dos objetivos a ser alcançado pelos países é o de facilitar a migração segura por meio de implementação de políticas públicas específicas planejadas e bem geridas:

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%

Outra questão que merece destaque, neste momento, é o termo “ninguém será deixado para trás”. É evidente que esta expressão não foi usada na Agenda de forma aleatória. Quando essa abordagem é conectada ao espírito do instrumento, percebe-se claramente que é uma questão de inclusão, de avançar para alcançar a universalização dos direitos humanos e os objetivos ali previstos, por meio de esforços concretos em grupos que enfrentam vulnerabilidades e discriminações específicas. Se analisada a partir de uma perspectiva

regional, por certo que além de não deixar ninguém para trás, são necessários outros mecanismos eficientes e eficazes, como, por exemplo, a redistribuição de poder, riqueza, etc., já que se está falando da América Latina e Caribe, região mais desigual do mundo (PONTE, 2017).

Do mesmo modo, é em relação à natureza estrutural da desigualdade de gênero e sua confluência com outras matrizes de desigualdade baseadas na raça-etnia, orientação sexual e identidade de gênero, idade, nível socioeconômico, etc. Essa questão requer “a superação da perspectiva de grupos vulneráveis ou uma compreensão reduzida do empoderamento dos grupos das mulheres”⁸⁷ (PONTE, 2017, p. 21), devendo os esforços ser direcionados a políticas públicas específicas e mecanismos efetivos e de cooperação internacional, que busquem alcançar um desenvolvimento pessoal e proteção integral.

A Agenda 2030 reconhece a necessidade de construir sociedades que se baseiem no respeito aos direitos humanos, sendo responsabilidade do Estado respeitar, proteger e promover “os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição” (ONU, 2015, não p.). Assim, esse Marco define claramente quem são os titulares de direitos e quem são os titulares das obrigações. Ao Estado é incumbido o papel ativo nos mecanismos de aplicação de direitos e de medidas para reduzir as desigualdades. Se por um lado, os países devem proteger, respeitar e efetivar os direitos das mulheres, devendo ter uma atenção ainda maior quando se tratar de mulher migrante, por outro, devem abster-se de interferir ou limitar o gozo dos direitos já reconhecidos.

Enfim, a Agenda 2030 e seus ODS são uma oportunidade concreta desenvolvida e elaborada pelos Estados para promover cooperações positivas e avançar na formulação e implementação de políticas públicas que integrem diversas e diferentes dimensões sociais e contribuam para a erradicação das desigualdades de gênero e para efetivar o direito universal de migrar, tornando, por exemplo, a migração segura levando em conta o atual cenário migratório e as condições e situações enfrentadas pelas mulheres migrantes durante o trânsito, no deslocamento para o país destino. A migração segura também foi objeto de outro documento cujo objetivo foi o de gerenciar melhor a migração internacional, enfrentando seus desafios e

⁸⁷ [...] superar la perspectiva de grupos vulnerables o una comprensión reducida del empoderamiento de las mujeres.

fortalecendo os direitos dos migrantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável, como se verá a seguir.

4.2.1.2 Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular

Em 19 de setembro de 2016, na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, Chefes de Estados e Governos se reuniram para analisar e discutir questões relacionadas com a migração e com os refugiados. Este importante passo foi, antes de qualquer coisa, um reconhecimento internacional de que temas migratórios, embora sempre presentes na história da humanidade, têm um grande peso na agenda internacional, devido aos contextos e aos rumos que as migrações vêm tomando há algum tempo. Por meio da adoção da Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, os 193 países membros da ONU “declararam profunda solidariedade com pessoas forçadas a fugir; reafirmaram suas obrigações para respeitar totalmente os direitos humanos de refugiados e migrantes; e, prometeram apoio robusto a países afetados por grandes movimentos de refugiados e migrantes” (ACNUR, 2018, não p.). No Anexo II desse Instrumento, iniciou-se um processo de consulta e negociação com o intuito de adotar um Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, no âmbito de uma conferência intergovernamental sobre migração internacional realizada em 2018.

Em 10 e 11 de dezembro de 2018, reunidos em Marrocos, os Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, reafirmando a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes e objetivando contribuir para melhoria da cooperação migração internacional, aprovaram o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular.

Embora não seja juridicamente vinculante, esse documento é o resultado de um longo processo de negociação e se apresenta como a estrutura fundamental para cooperação internacional sobre migração que se baseia nas melhores práticas e na lei internacional, sendo a primeira tentativa de coordenar os fluxos migratórios de forma abrangente e internacional, apesar de não ter sido a primeira vez que celebraram debates mundiais sobre as migrações internacionais.

Na fala do Secretário Geral António Guterres, a formulação e adoção desse Pacto Global “reflete o entendimento comum dos governos de que a migração que atravessa fronteiras é, por definição, um fenômeno internacional e que, para efetivamente administrar essa realidade global, é necessária a cooperação para ampliar o impacto positivo para todos” (ONU, 2018a, não p.).

Uma das primeiras questões abordadas no Pacto foi o fato de que muito embora os refugiados e migrantes sejam sujeitos que possuem os mesmos direitos humanos universais e liberdades fundamentais, e que devem ser respeitados e protegidos em todas as ocasiões e momentos, eles formam grupos separados que são governados por estruturas legais separadas. Para os refugiados existe um regime legal e específico em vigor e um marco elaborado para conversar com os grandes fluxos de refugiados. Em contrapartida, ainda não existia um regime jurídico específico para os migrantes ou um marco acordado para abordar os grandes fluxos de migração. Assim, levando-se em conta que somente os refugiados tinham, até aquele momento, direito à proteção internacional específica, definida no direito internacional dos refugiados, o Instrumento Global voltou sua atenção para os migrantes e propôs uma estrutura de cooperação para abordar a migração em todas as suas possíveis dimensões.

O Pacto oferece uma visão completa e abrangente da migração internacional, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de aperfeiçoar os benefícios advindos da migração e destaca os riscos e desafios enfrentados pelos indivíduos e comunidades nos países de origem, trânsito e destino. Com essa abordagem ampla, a meta é “facilitar a migração segura, ordenada e regular, reduzindo a incidência de migração irregular e seus efeitos negativos por meio da cooperação internacional e uma combinação de medidas delineadas neste Pacto Global⁸⁸” (PACTO, 2018, p. 04, tradução nossa).

Para alcançar as metas acordadas, estabeleceu-se um quadro de cooperação, que consiste em 23 objetivos, incluindo medidas de implementação, monitoramento e revisão. Cada objetivo contém um compromisso e uma série de ações necessárias para o aprimoramento e melhora das futuras práticas. Os 23 objetivos são os seguintes (PACTO, 2018, p. 07, tradução nossa):

1. Coletar e utilizar dados precisos e desagregados para formular políticas com base empírica;
2. Minimizar os fatores adversos e os fatores estruturais que obrigam as pessoas a deixarem o seu país de origem;
3. Fornecer informações precisas e oportunas em todos os estágios da migração;
4. Assegurar que todos os migrantes tenham prova de identidade legal e documentação adequada;
5. Aumentar a disponibilidade e a flexibilidade dos caminhos para a migração regular;

⁸⁸ Tradução livre: [...] facilitar la migración segura, ordenada y regular, reduciendo la incidencia de la migración irregular y sus efectos negativos mediante la cooperación internacional y una combinación de medidas expuestas en este Pacto Mundial.

6. Facilitar o recrutamento justo e ético e salvaguardar condições que garantam um trabalho decente;
7. Abordar e reduzir vulnerabilidades na migração;
8. Salvar vidas e estabelecer esforços internacionais coordenados sobre migrantes desaparecidos;
9. Reforçar a resposta transnacional ao contrabando de migrantes;
10. Prevenir, combater e erradicar o tráfico de pessoas no contexto da migração internacional;
11. Gerir as fronteiras de forma integrada, segura e coordenada;
12. Reforçar a certeza e previsibilidade nos procedimentos de migração para triagem, avaliação e encaminhamento;
13. Usar a detenção de migrantes apenas como uma medida de último recurso e buscar outras alternativas;
14. Reforçar a proteção, assistência e cooperação dos consulados em todos os ciclos das migrações;
15. Propiciar aos migrantes acesso a serviços básicos;
16. Capacitar os migrantes e as sociedades para a plena inclusão e coesão social;
17. Eliminar todas as formas de discriminação e promover o discurso público baseado em evidências para modificar as percepções sobre a migração;
18. Investir no desenvolvimento de competências e facilitar o reconhecimento mútuo de competência e qualificações;
19. Criar condições necessárias para que os migrantes e as diásporas possam contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável em todos os países;
20. Promover uma transferência de remessas mais rápidas, seguras e mais baratas e promover a inclusão financeira dos migrantes;
21. Cooperar para facilitar o regresso e a readmissão seguros e dignos, assim como a reintegração sustentável;
22. Estabelecer mecanismos para a portabilidade dos direitos de segurança social e benefícios adquiridos;
23. Fortalecer a cooperação internacional e as parcerias globais para garantir uma migração segura, ordenada e regular⁸⁹.

⁸⁹ 1. Recopilar y utilizar datos exactos y desglosados para formular políticas con base empírica
 2. Minimizar los factores adversos y estructurales que obligan a las personas a abandonar su país de origen
 3. Proporcionar información exacta y oportuna en todas las etapas de la migración
 4. Velar por que todos los migrantes tengan pruebas de su identidad jurídica y documentación adecuada
 5. Aumentar la disponibilidad y flexibilidad de las vías de migración regular
 6. Facilitar la contratación equitativa y ética y salvaguardar las condiciones que garantizan el trabajo decente
 7. Abordar y reducir las vulnerabilidades en la migración
 8. Salvar vidas y emprender iniciativas internacionales coordinadas sobre los migrantes desaparecidos

Especificamente no que se refere ao trânsito migratório feminino e a perspectiva de gênero, que é o objeto deste trabalho, há algumas questões a serem consideradas. A primeira delas é o fato de que o Pacto Global garante que os direitos humanos de mulheres em todos os estágios da migração e que as suas necessidades específicas sejam compreendidas e atendidas de forma adequada, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, reconhecendo sua autonomia, independência, etc., buscando deixar de lado o prisma da vitimização que acompanha os migrantes.

A segunda questão diz respeito ao fato de que os Estados se comprometeram a responder as necessidades dos migrantes que se encontram em situações de vulnerabilidade ou aquelas que possam surgir durante as etapas do processo migratório, prestando assistência e protegendo os seus direitos fundamentais. Comprometeu-se, ainda, a aplicar nas políticas, ao abordarem a vulnerabilidade, enfoque com perspectiva de gênero, inclusive para atender as correntes migratórias mistas, e estabelecer políticas que proporcionem aos migrantes em situação de vulnerabilidade, independentemente do seu status migratório, apoio necessário em todas as etapas migratórias, por meio de assistência, identificação e proteção de seus direitos, principalmente em se tratando de mulheres migrantes que se encontram em situação de risco.

Outra pauta colocada em foco foi a situação particular dos países de trânsito, os quais terão a cooperação internacional, regional e inter-regional na gestão das fronteiras, para

-
9. Reforzar la respuesta transnacional al tráfico ilícito de migrantes
 10. Prevenir, combatir y erradicar la trata de personas en el contexto de la migración internacional
 11. Gestionar las fronteras de manera integrada, segura y coordinada
 12. Aumentar la certidumbre y previsibilidad de los procedimientos migratorios para la adecuada verificación de antecedentes, evaluación y derivación
 13. Utilizar la detención de migrantes solo como último recurso y buscar otras alternativas
 14. Mejorar la protección, asistencia y cooperación consulares a lo largo de todo el ciclo migratorio
 15. Proporcionar a los migrantes acceso a servicios básicos
 16. Empoderar a los migrantes y las sociedades para lograr la plena inclusión y la cohesión social
 17. Eliminar todas las formas de discriminación y promover un discurso público con base empírica para modificar las percepciones de la migración
 18. Invertir en el desarrollo de aptitudes y facilitar el reconocimiento mutuo de aptitudes, cualificaciones y competencias
 19. Crear las condiciones necesarias para que los migrantes y las diásporas puedan contribuir plenamente al desarrollo sostenible en todos los países
 20. Promover transferencias de remesas más rápidas, seguras y económicas y fomentar la inclusión financiera de los migrantes
 21. Colaborar para facilitar el regreso y la readmisión en condiciones de seguridad y dignidad, así como la reintegración sostenible
 22. Establecer mecanismos para la portabilidad de la seguridad social y las prestaciones adquiridas
 23. Fortalecer la cooperación internacional y las alianzas mundiales para la migración segura, ordenada y regular

identificar os migrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade e, como consequência lógica, lhes proporcionar assistência e proteção adequadas, em conformidade com a legislação internacional em matéria de direitos humanos.

Foi, ainda, garantido a todos os migrantes, não obstante seu status migratório e da etapa da migração em que se encontram, o exercício de seus direitos humanos universais, como, por exemplo, o acesso a serviços básicos em condições seguras, e o acesso a mecanismos de denúncia, principalmente para as mulheres que compõem um dos grupos mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer formas de violência.

Reconheceram, também, nesse instrumento, que os Estados Membros das Nações Unidas compartilham a responsabilidade de tratar as questões, preocupações e necessidades, relacionadas com a migração, além de ter uma obrigação primordial de “respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente de seu status migratório⁹⁰” (PACTO, 2018, p. 04, tradução nossa).

Enfim, o Pacto Global expressa o compromisso coletivo de melhorar a cooperação na migração internacional e garantir aos migrantes, antes desprovidos de proteção internacional específica, o exercício de seus direitos. A todo momento, o documento ressalta que a proteção do Estado deve se dar independentemente do status migratório. Isso quer dizer, os direitos humanos fundamentais são assegurados a todos os migrantes, mesmo que o movimento ocorra fora dos âmbitos das normas reguladoras dos países de envio, trânsito e de acolhimento. É dada uma atenção especial para a necessidade de abordar as políticas com uma perspectiva de gênero, sendo reconhecida, portanto, a influência desta questão sobre a migração. Seguindo esse raciocínio, é evidenciado que as mulheres migrantes estão mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade durante todo o processo migratório, inclusive durante o trânsito migratório, e, portanto, os Estados devem dedicar a eles especial atenção, conduzindo e criando políticas específicas de proteção e empoderamento.

Por fim, necessário se faz desviar por um momento do cerne da questão proposta neste trabalho e salientar que é lamentável a escolha do novo governo brasileiro em abandonar o Pacto⁹¹. A maior nação da América Latina, que foi construída, como hoje é conhecida, por migrantes, está adotando uma linha totalmente desconexa com a sua história e, como consequência, caminhando para adesão de uma ideologia de extrema direita sem lógica com

⁹⁰ [...] de respetar, proteger y cumplir los derechos humanos de todos los migrantes, independientemente de su estatus migratorio, [...].

⁹¹ Até este momento (março de 2019), essa é a posição do atual governo.

todo o avanço dos direitos humanos, baseando-se em premissas erradas sobre a natureza e o alcance do acordo.

Ao contrário do entendido pelo líder do atual governo, o Pacto não impede que os signatários reforcem ou modifiquem suas leis de migração e não interfere na soberania dos países, já que não impõe nenhuma obrigação as nações. O acordo é claro no sentido de que não é vinculante, aliás, em várias passagens é aventado o respeito à soberania e as políticas públicas dos Estados. Da mesma forma, diferente do entendimento pelo atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Henrique Fraga Araújo, a migração deve sim ser tratada como uma questão global, pensar de forma contrária é desconsiderar a sua dimensão e complexidade e enxergar esse fenômeno de forma limitada, ignorando a imprescindibilidade de ser tratado integralmente, levando-se em conta todos os seus aspectos.

Ora, se há fluxos migratórios em todas as regiões do mundo, se há milhões de pessoas na condição de migrante, e se todos os países compõem o processo migratório, seja como país de origem, de trânsito ou destino, é clara a necessidade de respostas a âmbito global. O que se espera é que o governo reveja a sua posição e compreenda que o objetivo central do Pacto é gerenciar de uma forma mais efetiva e eficiente a migração internacional, enfrenando os seus desafios e fortalecendo os direitos humanos dos migrantes, isto é, o acordo nada mais é do que uma tentativa de proteger milhões de pessoas e de assegurar a elas direitos universais.

4.2.1.3 Convenção de Belém do Pará

Em 1994, no Estado do Pará, vários países da América Latina e Caribe discutiram o combate à violência contra a mulher, culminando na elaboração da “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”, que ficou conhecida como “Convenção de Belém do Pará”. Adotada pela Assembleia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), esta Convenção ampliou as garantias trazidas na Declaração e no Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, realizada em 1993, representando um “esforço do movimento feminista internacional para dar visibilidade à existência da violência contra a mulher e exigir seu repúdio” (BARSTED, 2001, p. 97), sendo ratificada por 32 dos 35 países membros da OEA⁹².

⁹² Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Grenado, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu um novo paradigma na luta internacional contra a violência às mulheres, porquanto afirma logo em seu preâmbulo, que a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e uma ofensa contra a dignidade humana, elevando, assim, à categoria dos direitos humanos, o direito de as mulheres viverem livres de qualquer forma de violência.

Seguindo essa linha, o documento estabelece como já visto em tópico anterior, que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica, ocorrida no âmbito da família, da unidade doméstica ou na comunidade, e praticada por qualquer pessoa, além daquelas perpetradas ou toleradas pelo próprio Estado ou seus agentes, onde quer que ocorram, na esfera pública ou na privada.

Além de conceituar e reconhecer a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos, a Convenção dispõe, ainda, que é dever dos Estados proteger os direitos das mulheres e eliminar as situações de violências perpetradas contra elas, conforme pode se observar do seu artigo 7º:

DEVERES DOS ESTADOS

Artigo 7

Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:

- a. abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;
- b. agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;
- c. incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;
- d. adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade;
- e. tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher;
- f. estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos;
- g. estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha efetivo acesso a restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes;

h. adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção.

Está previsto também no documento, em seu artigo 9º⁹³, que no momento da adoção das medidas acima elencadas, os Estados que ratificarem a Convenção deverão levar em consideração especialmente “a situação da mulher vulnerável à violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, refugiada ou deslocada, entre outros motivos”.

Assim, os países ratificantes têm a obrigação de prevenir e proteger todas as mulheres das mais diversas formas de violência, devendo ater-se principalmente ao caso daquelas que, em razão de alguma especificidade, como por exemplo, por sua condição de migrante, encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade.

Outra peculiaridade positiva que a Convenção trouxe foi a reafirmação dos mecanismos interamericanos de proteção aos direitos humanos por meio da possibilidade de apresentação de petições referentes a denúncias ou queixas de ofensas ao disposto do artigo 7º por parte de um Estado Parte à Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁹⁴.

A possibilidade de representar os países membros na CIDH e, conseqüentemente, punir os culpados ou os omissos frente à violação dos direitos das mulheres, demonstra um compromisso dos Estados com a efetiva aplicação das normas previstas na Convenção, o que não quer dizer, obviamente, que se tenha hoje um cumprimento irrestrito dos preceitos lá previstos, mas já é um avanço normativo, ainda que modesto, justamente pela sua parca aplicabilidade.

⁹³ Artigo 9

Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Partes levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos. Também será considerada sujeitada a violência a gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação sócio-econômica desfavorável, afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade.

⁹⁴ Artigo 12

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou qualquer entidade não-governamental juridicamente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, poderá apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições referentes a denúncias ou queixas de violação do artigo 7 desta Convenção por um Estado Parte, devendo a Comissão considerar tais petições de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Estatuto e Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para a apresentação e consideração de petições.

4.3 IMPLICAÇÕES DAS NORMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELAS MULHERES MIGRANTES DURANTE O TRAJETO MIGRATÓRIO.

Nas últimas décadas é visível a preocupação da comunidade internacional com a proteção dos direitos humanos e dos grupos considerados mais vulneráveis. Os governos, na maioria das vezes pressionados pela própria população, estão adicionando em suas pautas, questões sociais relevantes que demandam uma ação positiva dos órgãos públicos para a efetivação das premissas universais já reconhecidas.

Especificamente no que diz respeito à migração, é reconhecido pelas nações que essa temática é um processo inseparável da história de todas as sociedades, que é um fenômeno que faz parte da atual conjuntura mundial e que não é possível compreender alguns dos principais desafios sociais, sejam de cunho econômico, cultural, político, etc., sem que se faça referência à complexa dinâmica das migrações (intra e extrarregionais, internacionais, etc.).

A migração, além de estar intimamente ligada aos processos de demografia, reprodução econômica e estratificação socioeconômica (de classes) (VALERA et al., 2018), é um fator de reprodução social das diferenças e desigualdades sociais presentes nos países de origem, trânsito e destino, afetando milhões de pessoas, razão pela qual é um dos assuntos mais debatidos na comunidade internacional. E na América Latina e Caribe não é diferente.

A América Latina e o Caribe sempre foram cenários de intensos processos migratórios, os quais fizeram parte da construção desta região e modificaram significativamente as sociedades. Apesar de ainda se verificarem todas as formas de migração internacional contemporânea, há uma nova tendência migratória, qual seja, a migração forçada, que decorre diretamente das desigualdades e desequilíbrios econômicos, sociais, de gênero, raciais, políticos e culturais nos países latino-americanos. Conscientes desta realidade, os países da América Latina e Caribe adotam vários instrumentos internacionais que visam à proteção do migrante.

Notadamente em relação às mulheres, os principais dispositivos legais admitem que a migração feminina requer uma atenção especial dos Estados em razão de ser um dos grupos que está mais suscetível a situações de vulnerabilidade. É reconhecido, mesmo que de forma insuficiente, na medida em que a violência ainda faz parte do processo migratório feminino, que as “mulheres e meninas adolescentes estão carregando fardos extraordinários, conforme o agravamento das crises, guerras e desastres naturais que deixam um longo rastro de tumulto e destruição” (CNPD, 2015, não p.).

Atualmente as mulheres representam quase metade da população migrante, circunstância que merece total atenção dos países em razão do fato de que, além das inúmeras adversidades e violações a que elas eram expostas em seu próprio país de origem, estão suscetíveis a sofrer todas as formas de violência e abusos nos outros estágios da migração, principalmente durante o deslocamento até o país destino. São várias as adversidades intrínsecas ao processo migratório, muitas vezes representando uma mudança total da realidade do indivíduo que escolheu ou se vê obrigado a migrar. Ocorre que em se tratando de migração forçada e irregular, que é o atual cenário na região da América Latina e Caribe, as dificuldades aumentam consideravelmente, ainda mais se estiver falando de mulher migrante.

É notório que a migração implica diversas mudanças na realidade do indivíduo, independentemente da forma como ocorre, desde a migração internacional voluntária e regular para fins de trabalho ou estudos até aquela que decorre em virtude de perseguição ou conflitos armados. Mas essas mudanças podem oscilar dependendo das circunstâncias em que o processo migratório acontece. As experiências vivenciadas por pessoas que decidem de forma voluntária migrar e, para isso, realizam todo um planejamento, é totalmente diferente daquelas que são obrigadas a sair às pressas de sua casa sem qualquer preparação ou recurso.

O fato é que a despeito de todas as migrações impactarem significativamente a vida dos migrantes, as experiências negativas vivenciadas em alguns tipos de migração são mais acentuadas do que em outros, principalmente em razão do atual complexo contexto de violência e violações de direitos humanos. Desta forma, é incontestável que na migração forçada e irregular o indivíduo tem muito mais possibilidade de sofrer abusos e violações, do que na migração voluntária e regular. E se o cenário geral da migração forçada e irregular já é preocupante, quando se foca em um grupo específico e vulnerável a questão fica ainda mais grave.

Os riscos provenientes da migração forçada e irregular, somados ao fato de que o deslocamento ocorre na região da América Latina e Caribe, que é considerada a mais perigosa do mundo para as mulheres, resultam em um cenário de pandemia de violências e violações contra as mulheres migrantes.

Muito embora todas as etapas migratórias representem possíveis contextos de violação dos direitos das mulheres migrantes, o trânsito migratório é particularmente preocupante. São diversos relatos e pesquisas que comprovam que as mulheres migrantes durante o trânsito migratório são vítimas de todas as formas de violência, cometidas por seus parceiros, por integrantes do próprio grupo de viagem, por autoridades dos países de passagem, por indivíduos que compõem grupos de crime organizado, etc. Além dos abusos sofridos, a invisibilidade da

mulher migrante, infelizmente é a regra, o que acaba confirmando a ausência de implementação de políticas públicas criadas e pensadas especialmente para elas, que visem atender as suas especificidades.

De fato, em um cenário em que a migração forçada e irregular aumentou consideravelmente, as mulheres migrantes tradicionalmente têm sido um segmento populacional não priorizado pelas políticas públicas sociais, nem pelos sistemas de proteção social, situação que é contraditória, se levarmos em conta o fato de que são várias as normas nacionais e internacionais adotadas pelos países da região da América Latina e Caribe que preveem a proteção da mulher migrante.

Isso quer dizer, muito embora haja diversas leis e instrumentos internacionais voltados à proteção da mulher, e que respeitam as diferenças existentes nos diversos grupos que compõem esse corpo social (migrantes, indígenas, negras, etc.), há carência de ações positivas dos Estados em conjunto com outros atores sociais, fato que favorece diretamente a continuidade e o aumento da violência, da desigualdade e dos fatores de exclusão e de discriminação contra a mulher migrante.

Antes de dar continuidade a esta questão (ausência de políticas públicas adequadas para as mulheres migrantes e as suas consequências), é interessante destacar os três instrumentos internacionais escolhidos para este trabalho por interligarem os temas migração, mulheres e América Latina e Caribe, e ressaltar o porquê de sua escolha.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável merece destaque por se tratar de um plano de ação em longo prazo, por meio do qual as nações adotantes se comprometeram a atingir certos objetivos, tais como alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, foi escolhido por se tratar de um pacto de escala global que visa principalmente ao compartilhamento de responsabilidade entre os países e a adoção da premissa de não-discriminação dos direitos humanos, reconhecendo que é imprescindível uma abordagem cooperativa para otimizar os benefícios gerais da migração, além de mitigar seus riscos e desafios para indivíduos e comunidades nos países de origem, de trânsito e de destino. E a Convenção de Belém do Pará, por se tratar de um marco regional na defesa das mulheres e um instrumento que impulsionou mudanças históricas no tocante ao problema da violência contra a mulher que está arraigado nas sociedades da região da América Latina e Caribe, que, aliás, como já mencionado, é reconhecida como a região mais perigosa do mundo para as mulheres, fora de zonas de guerras e conflitos.

Na Agenda, foi reconhecida a importância e centralidade da igualdade de gênero, os direitos e o empoderamento das mulheres para um desenvolvimento sustentável, além de ter sido enfatizado que os países devem cooperar para uma migração segura e para que os direitos humanos sejam respeitados independentemente do status migratório, ou seja, se a migração se deu de forma regular ou irregular. Conclui-se, assim, que o Estado de trânsito, aquele que as migrantes atravessam a fim de chegar ao destino pretendido, tem obrigação de assegurar a elas passagem segura, ainda que estejam viajando de forma irregular.

Desta forma, para atingir este objetivo, é fundamental que os países de passagem criem e implantem políticas públicas que garantam a segurança nas rotas migratórias, lembrando que a questão das violências e abusos cometidos durante o trajeto migratório, ou seja, durante o deslocamento, é tão alarmante que há estudos e pesquisas que apontam que é quase inevitável que as mulheres migrantes vivenciem essas situações de violações. Porém, deve-se destacar que não somente a segurança deve ser garantida, mas também o acesso a serviços básicos, como saúde, alimentação, casas de apoio com equipes de psicólogos, assistentes sociais, educadores, advogados, etc., ressaltando que essas políticas de proteção e de acesso devem ser formuladas sob uma perspectiva de gênero, considerando as peculiaridades das mulheres e os motivos que as levaram a migrar, sem esquecer, ainda, a necessidade de não revitimizá-las, visando sempre ao seu empoderamento.

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, embora não vinculante, é um dos mais importantes instrumentos internacionais sobre migração, apresentado como a primeira tentativa de coordenar os fluxos migratórios de forma abrangente e internacional, voltando sua atenção para todos os migrantes e para as migrações em todas as suas possíveis dimensões. Neste Pacto são evidentes a preocupação e os destaques aos riscos e desafios enfrentados pelos migrantes nos países de origem, trânsito e destino. Do mesmo modo, ocorre com as mulheres migrantes. Por ser reconhecido que as mulheres formam juntamente com as crianças e adolescentes um dos grupos mais vulneráveis e suscetíveis a viver situações de abuso e violência, no Pacto Global são garantidos os direitos humanos das mulheres em todos os estágios da migração, e previsto que as suas necessidades específicas devem ser compreendidas e atendidas de forma adequada, e devem ser promovidos pelos Estados, a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, e, ainda, ser propiciada sua autonomia, independência, etc.

Logo, o que se tem é mais um instrumento internacional que reconhece as situações vivenciadas pelas mulheres migrantes em todas as etapas do processo migratório, que prevê a obrigação por parte dos Estados de garantir os direitos humanos para as mulheres que estão se

deslocando e que destaca a importância de políticas públicas criadas sob a perspectiva de gênero e, conseqüentemente, leva em conta as especificidades da migração feminina, reconhecendo-a como um fenômeno independente que possui características próprias, merecendo, por isso, ações específicas e singulares dos Estados.

Outra questão que merece consideração é o fato de que o Pacto oferece uma visão completa e abrangente da migração internacional, não impondo separações ou fazendo restrições conforme o status da migração. O objetivo é facilitar a migração segura, ordenada e regular, reduzindo, desta forma, a incidência de migração irregular, mas isso não quer dizer que os migrantes irregulares não estejam protegidos, pelo contrário, o instrumento é claro no sentido de que independentemente da circunstância em que a migração ocorre, seja ela regular ou irregular, os direitos humanos devem ser inteiramente respeitados, sem perder de vista, porém, as características particulares dos diversos grupos que compõem esse fenômeno.

Obviamente, as distinções entre os grupos de migrantes são importantes, ou seja, é pertinente aos Estados a diferenciação dos indivíduos que migram em busca de uma melhor condição de vida e de pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições, como é o caso dos refugiados. É que, além de haver normas internacionais específicas como, por exemplo, o princípio que dispõe que um Estado não deve obrigar uma pessoa a retornar a um território onde possa estar exposta à perseguição, previsto para a proteção internacional dos refugiados, há demanda de ações diferentes por parte dos governos. As políticas públicas para um indivíduo que migra com o objetivo de estudar ou trabalhar são diferentes daquelas voltadas às pessoas que fugiram da extrema pobreza ou violência. Não obstante a isso, essas diferenciações não podem restringir ou diminuir direitos, isto é, os Estados não podem se negar a garantir equidade de tratamento e de acesso a direitos, bens e serviços em decorrência de o migrante não se encaixar em determinado conceito imposto e pré-determinado.

Então, o que se deve ter bem claro, é que independentemente do status migratório, todos os migrantes são sujeitos que possuem os mesmos direitos humanos universais e liberdades fundamentais, os quais devem ser respeitados e protegidos em todas as ocasiões e momentos, devendo as suas especificidades ser consideradas pelos governos para a criação e execução de políticas públicas. Certamente as mulheres migrantes têm os mesmos direitos que os homens migrantes, mas as suas experiências migratórias e o seu papel social são diferentes, o que traz conseqüências distintas e, por isso, demanda uma posição específica do Estado.

Mais uma questão importante trazida pelo Pacto é a previsão da cooperação entre as nações e a responsabilidade compartilhada de questões relacionadas à migração. Apesar de a maioria dos Estados fazer parte dos três estágios do processo migratório, como países de

origem, trânsito e destino, alguns se destacam pela preponderância de uma das etapas, como é o caso, por exemplo, do Triângulo Norte (Honduras, El Salvador e Guatemala) e do México, que se caracterizam como país de origem e de trânsito, lembrando que os Estados Unidos da América ainda são o país destino mais procurado. Essas regiões, principalmente a primeira (Triângulo Norte), evidenciam-se pelas desigualdades sociais, pela economia precária e pela violência extrema, fatores de afetam diretamente o processo migratório, tanto como motivos para migrar quanto como dificuldades durante a migração. Se o governo dessas regiões tem dificuldade em assegurar os direitos humanos mais básicos para os próprios nacionais, quanto mais terá para os migrantes de passagem. Daí a importância da cooperação entre os países e da responsabilidade compartilhada.

Diante do complexo cenário migratório da América Latina e Caribe, não basta que os países construam plano de desenvolvimento com o intuito de prevenir a migração e mitigar as suas causas estruturais, até porque migrar é um direito basilar humano. As nações devem também abordar esse fenômeno, que exige uma governança adequada para facilitar o deslocamento seguro, ordenado e regular, de forma integral, priorizando o atual contexto e demandas, cooperando para que os direitos dos migrantes, principalmente daqueles que compõem grupos mais vulneráveis, sejam assegurados e respeitados durante o trânsito migratório, até mesmo porque é improvável que os fluxos migratórios diminuam significativamente em um curto prazo, haja vista os graves problemas sociais que assolam essa região.

Neste momento, é importante destacar que quando se fala em cooperação está -se referindo aos elementos basilares da chamada ação humanitária estruturante, que atende aos princípios humanitários internacionalmente reconhecidos de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. Dessa forma, a cooperação não deve estar ligada ao desenvolvimento e à segurança, porquanto não pode ser usada como ferramenta de política externa dos governos ocidentais que, com base em interesses políticos e econômicos, tentam promover a democracia liberal sob o pretexto de combater desigualdades estruturais e pobreza (WHITTALL et al., 2016).

Assim, devem os países cooperar entre si, principalmente com recursos financeiros e trocas de informações e experiências, para o fim de assegurar às pessoas, direito a uma migração segura, ordenada e regular, trazendo benefícios tanto para os migrantes quanto para as sociedades que participam do processo migratório. Como consequência, a migração feminina poderá deixar de ser sinônimo de violência generalizada, discriminação, sequestro, tráfico de pessoas, abuso sexual, etc., e passará a proporcionar experiências positivas, tais como: maior

autonomia sobre suas vidas; melhores oportunidades para educação e serviços de saúde, incluindo saúde reprodutiva; empoderamento e estímulo para mudanças positivas; remoção de desequilíbrios e desigualdade de gênero e mudança nas condições estruturais nas sociedades que as recebem; renda, status, autonomia, liberdade e melhora na autoestima, elementos que advêm de atividade laboral; contribuição econômica à família que ficou no país de origem, etc.

Por fim, a adesão à Convenção de Belém do Pará indica um compromisso dos países com a prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, que representam não somente uma afronta aos direitos específicos delas, mas aos direitos humanos. Além disso, os Estados que ratificaram essa Convenção além de terem assumido o compromisso de erradicar a violência contra as mulheres mediante a criação de mecanismos legais de prevenção e punição das práticas violadoras, obrigaram-se a adotar medidas de proteção integral às vítimas, premissa que se aplica às mulheres migrantes em trânsito.

A questão é que a adoção desses instrumentos não se mostra suficiente diante do atual cenário migratório característico dessa região. É manifesta a existência de desafios centrais na migração internacional na América Latina e no Caribe, especialmente quanto ao objetivo de alcançar sistemas universais de proteção social, isto é, de atender e assegurar os direitos humanos a todos e a qualquer grupo da população em sociedades cada vez mais complexas, heterogêneas e que demandam diversas ações para mitigar as desigualdades presentes. Dessa forma, muito embora tenha ocorrido nos últimos anos uma ampliação e universalização das normas e sistemas de proteção, a dificuldade de colocar em prática, ou seja, de cumprir com os deveres reconhecidos nos instrumentos legais é uma realidade.

Não se pode dizer que existe plena igualdade em contextos de pluralidade sociocultural, menos ainda nos cenários migratórios, onde os migrantes, em todas as etapas que compõem o processo de migração, se veem obrigados a lutar e esperar por políticas públicas adequadas e formuladas para garantir equidade de tratamento e de acesso a direitos, bens e serviços.

Veja-se, por exemplo, o caso do acesso e a utilização dos serviços de saúde por parte dos migrantes nos países de trânsito. Apesar de o direito universal à saúde ser reconhecido e se tratar de um dever a ser cumprido pelos Estados, na prática as restrições impostas aos migrantes, sobretudo àqueles que se encontram em situação irregular, acarretam diversas consequências, desde o agravamento das doenças até mesmo o óbito.

A falta de recursos na área de saúde, os constrangimentos financeiros, a falta de informações, bem como as barreiras legislativas, estruturais, organizativas, econômicas,

culturais, linguísticas, etc., podem prejudicar a disponibilização de respostas adequadas e eficazes às necessidades de saúde dos migrantes que se encontram em trânsito.

Conforme já mencionado, a população migrante em trânsito, principalmente aquela cuja migração é forçada e irregular, é exposta a diversas situações de risco durante o deslocamento. Como a grande maioria migra com poucos recursos, as condições da viagem são precárias, havendo escassez de água e alimentação, ou seja, de produtos básicos necessários à sobrevivência, além da falta de abrigo adequado e das longas caminhadas, durante as quais ficam expostos à chuva ou ao sol intenso, acarretando doenças e problemas de saúde.

No caso das mulheres migrantes, o cenário é um pouco mais delicado. Além das situações enfrentadas devido ao próprio processo migratório, tais como aquelas citadas acima, durante o deslocamento elas são vítimas de várias formas de violência, que afetam diretamente a sua saúde tanto física quanto mental. Dessa forma, como as mulheres estão sujeitas a sofrerem abusos e violações, principalmente sexuais, certamente precisam de atendimento médico imediato, o qual deve ser proporcionado pelo Estado em que se encontram, independentemente de seu status migratório, direito que, aliás, é internacionalmente assegurado.

Além dos abusos e violações, há outras situações que devem ser consideradas, aquelas ligadas à própria condição da mulher, como a menstruação e seus efeitos (cólicas, etc.) e a gravidez, que demanda um cuidado especial com o corpo e a saúde da mulher desde o pré-natal até depois do parto. A questão, então, é que a mulher migrante enfrenta todas as adversidades durante o deslocamento, que infelizmente são realidade no atual contexto migratório, e ainda estão sujeitas a sofrerem violações aos seus direitos, o que afeta diretamente a sua saúde.

O acesso a tratamentos e serviços nos países pelos quais as migrantes passam é um dos maiores desafios encontrados durante o trajeto migratório até o destino. Os países de passagem quando não restringem o direito a saúde e cuidados, estão despreparados para receber e atender essas mulheres e aqueles que migram com elas, devido à falta de recursos na área da saúde. Outra questão determinante no acesso e uso dos serviços é a postura e comportamento dos profissionais de saúde que muitas vezes possuem um conhecimento limitado da legislação e da sua aplicabilidade, o que ocasiona a exclusão dos migrantes do sistema de saúde. Por óbvio que a responsabilidade não pode ser atribuída somente aos profissionais da saúde, é o Estado que tem o dever de criar e implantar políticas públicas especificamente para essa área, além de preparar os profissionais para atender aquela população e fiscalizar para coibir a discriminação e estigmatização.

Com relação a essas questões, é importante destacar o aventado pela organização médico-humanitária MSF sobre a dificuldade no atendimento e tratamento de migrantes vítimas

de violência sexual na região fronteira entre Guatemala e México e o descaso das autoridades com essa situação:

Ao oferecer cuidados de saúde gratuitos na rota para o norte a partir da fronteira com a Guatemala, MSF se deparou com barreiras para prover cuidados urgentes e efetivos a seus pacientes. Em Tenosique, por exemplo, equipes de MSF encontraram diversos obstáculos administrativos e organizacionais para encaminhar vítimas de violência sexual para profilaxia pós-exposição (PEP). A falta de conhecimento no que se refere aos protocolos para tratamento de violência sexual por parte dos funcionários do Ministério da Saúde, e a falta de disponibilidade de tratamento ou kits PEP, continua representando um obstáculo significativo que impede o tratamento apropriado de sobreviventes de violência sexual. Em áreas onde a violência sexual contra migrantes é generalizada, como Tenosique, ou o corredor entre a fronteira com a Guatemala e Arriaga, o entendimento sobre as necessidades da população da área é limitado. Ademais, as necessidades das minorias marginalizadas, incluindo migrantes e refugiados, que estão em risco maior de serem submetidos à violência e abuso sexual, são ignoradas (MSF, 2017, p. 19).

Especificamente quanto à violência sexual, pode-se dizer que são diversas as razões pelas quais as mulheres migrantes não acessam os serviços de saúde, podendo ser destacado: o estigma e receio de serem julgadas pelos profissionais da saúde; a falta de conhecimento sobre suas necessidades e até mesmo de informação sobre os seus direitos; o medo de serem abandonadas por seu grupo durante o tempo da busca e espera por tratamento; medo de serem novamente vítimas de violência; normalização da violência sexual, isto é, muitas mulheres migrantes consideram a violência sexual como pagamento por proteção e orientação e, por isso, não buscam por cuidados.

Além disso, quando conseguem acessar alguma instalação de saúde se deparam com mais alguns obstáculos, tais como a demora em marcar consultas, mesmo se tratando de emergências; a resistência dos hospitais em fornecer cuidados gratuitos; imposição e exigências, como, por exemplo, a “reclamação formal às autoridades judiciais antes de receber cuidados médicos sob a ameaça de serem entregues diretamente às autoridades migratórias” (MSF, 2017, 19). Ademais, de acordo com uma pesquisa realizada pela MSF (2017), 59% dos migrantes vítimas de violência não buscaram assistência durante o trânsito pelo México, apesar de necessidades autoidentificadas, devido principalmente ao receio com sua segurança e medo de retaliação ou deportação.

A título de exemplo, pode-se citar como ação bem sucedida na abordagem da questão da violência sexual contra as mulheres migrantes e o direito e acesso à saúde, a realizada pelos profissionais do MSF em Tenosique, México. A fim de superar o obstáculo do não acesso pelas migrantes vítimas de violência sexual a cuidados médicos, a organização usou estratégia que “combina a oferta direta de cuidados de saúde para migrantes [...] em albergues e clínicas

móveis, sensibilização e educação das populações, migrante e refugiada, além de treinamento adicional e recrutamento de profissionais” (MSF, 2017, p. 19). Nos últimos anos em que a organização dos MSF ficou na região, construiu e implementou programas de treinamento objetivando conscientizar e treinar os profissionais da saúde, “voluntários nos albergues e atores chave da sociedade civil em direitos dos migrantes e refugiados a cuidados de saúde, protocolos de atenção, primeiros socorros psicológicos e detecção de casos de violência sexual e gestão” (MSF, 2017, p. 19).

A questão, então, é que apesar de existirem direitos que garantem o acesso à saúde, este permanece limitado para os migrantes em trânsito. O que falta nas estruturas de saúde dos países, são políticas públicas e programas específicos para ofertar serviços efetivos para migrantes em busca de cuidados, especializados e atentos às particularidades das pessoas que compõem o grupo, principalmente aquelas mais vulneráveis, como é o caso das mulheres e crianças. Outro elemento essencial é o treinamento dos profissionais da saúde sobre os direitos da pessoa migrante e também aqueles assegurados às mulheres, objetivando coibir a persistente discriminação contra esse grupo. Além disso, na prática, faltam informações para migrantes sobre os seus direitos e os meios disponíveis para acessá-los.

Sem dúvida, não basta o país aderir a um instrumento legal de proteção ao migrante e expressar boa vontade nos fóruns regionais e internacionais, é indispensável a transformação do que está previsto, em ações e programas que façam valer os direitos já assegurados. Da mesma forma, não basta existirem políticas públicas voltadas para certo grupo se essa população não tem qualquer informação ou acesso a esses programas.

Mas não é só isso. Quando se fala em violência cometida contra as mulheres migrantes durante o trânsito migratório, não é apenas o acesso à saúde que deve ser assegurado, mas também canais de denúncias. Uma das questões mais evidentes na migração feminina é a sua subnotificação por parte dos Estados. Isso quer dizer, muito embora algumas organizações trabalhem para levantar números referentes às mulheres migrantes, é difícil encontrar dados oficiais que tratem a migração feminina como fenômeno independente e analisem as suas especificidades e características. Consequentemente, tem-se a invisibilidade das mulheres migrantes, que acaba por contribuir para uma maior exposição destas à violência e violações. Se não existirem canais de denúncia de fácil acesso e que assegurem à denunciante, proteção contra eventuais apreensões e deportações, nunca serão expostas as situações suportadas pelas mulheres durante todas as etapas do processo migratório, por conseguinte, não haverá pressão por parte da sociedade civil e de outros segmentos para que o Estado reaja e concretize os direitos humanos já reconhecidos e assegurados.

Enfim, o fato é que não há dúvida de que no percurso migratório as mulheres e as meninas são as que mais sofrem abusos e violações aos seus direitos. São vários os relatos de violência sexual, física e psicológica, de tráfico de mulheres, de exploração laboral e sexual, etc., daí a importância dos instrumentos internacionais de proteção, embora tenham até agora se mostrado insuficientes, diante do atual cenário migratório na América Latina e Caribe, e de políticas públicas eficazes.

É notória a existência de uma lacuna entre os direitos de proteção às mulheres migrantes e a realidade vivenciada por elas. Brecha que deve ser preenchida por eixos estruturantes, tais como: a garantia e aplicabilidade das normas nacionais e internacionais de proteção à mulher migrante; a criação/ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres migrantes; garantia de segurança, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres migrantes e acesso à justiça; garantia da autonomia e empoderamento da mulher migrante em situação de vulnerabilidade e ampliação de seus direitos.

Não obstante, a situação de violência contra as mulheres durante o trajeto migratório não carece apenas de políticas públicas e programas, muito embora imprescindíveis para garantir a efetivação dos direitos reconhecidos por normas nacionais e internacionais, a responsabilização dos Estados pelos descumprimentos das regras de proteção às mulheres migrantes também é fundamental para mudar a realidade da migração feminina.

Os países que falham em proteger as mulheres que se encontram em seu território, devem responder pelos seus atos ou omissões, bem como por ações privadas que violaram de alguma forma os direitos das mulheres previstos na Convenção de Belém do Pará, por exemplo. A própria Convenção prevê que cabe aos países levar em conta a situação da mulher migrante, refugiada e deslocada, ou seja, é dever dos Estados dedicar uma especial atenção a esse grupo já que ele está mais suscetível a situações de vulnerabilidade.

Assim, em caso de deslocamento forçado, o país de trânsito, aquele pelo qual as migrantes passam no decorrer da deslocação, e o receptor, aquele que as recebe, têm a obrigação de proporcionar às mulheres em trânsito e às recém-chegadas a aplicação de medidas e ações que lhes proporcione a devida proteção aos direitos fundamentais e supra as suas necessidades mais básicas. Portanto, certo é que os Estados têm o dever de proteger aquelas que surgem em seu território. Os países pelos quais as mulheres migrantes passam durante o deslocamento devem velar por elas e resguardar os seus mais elementares direitos.

Seguindo esse raciocínio, como a proteção das mulheres ao longo do percurso de deslocamento é responsabilidade dos Estados pelos quais elas passam, esses mesmos países têm

sua parcela de culpa pelas violências perpetradas contra elas durante o trajeto. São várias as dificuldades e violências experimentadas pelas mulheres migrantes durante a migração e, por isso, as políticas públicas protetivas não devem ser limitadas ao país destino, elas precisam ser colocadas em prática em todas as etapas do processo migratório.

Infelizmente os relatos de estupros, abusos, violência física e psicológica, etc., durante o deslocamento das mulheres migrantes entre os países da América Latina são a regra. Assim, cabe aos Estados despertar para a responsabilidade assumida com a adoção de instrumentos nacionais e internacionais de proteção e assumir sua responsabilidade perante aquelas que foram obrigadas a deixar o seu país e estão frequentemente tendo os seus direitos mais basilares violados. Além disso tudo, é dever da comunidade internacional, principalmente dos países integrantes da América Latina e Caribe, cobrar uma posição dos Estados onde ocorrem as maiores violações dos direitos das mulheres, e cooperar de forma eficiente para mudar essa infeliz realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da migração sempre esteve presente na história da evolução humana. O ser humano é por natureza um ser que está constantemente buscando melhores condições de vida, o que pressupõe a necessidade de deslocamento, podendo-se, assim, dizer que a migração está relacionada à própria condição humana.

A mobilidade espacial sempre foi exercida tanto por homens quanto por mulheres, apesar de os estudos migratórios terem deixado por muito tempo as mulheres fora dos campos de pesquisas. Mas com a mitigação, ainda que insuficiente, da ideologia patriarcal e com a maior atenção e aceitação da luta das mulheres por direitos, a migração feminina foi ganhando maior destaque. Essa maior visibilidade, além de ter trazido inúmeros benefícios em questões voltadas à igualdade de gênero, elemento essencial na construção da justiça e do desenvolvimento social, pôs em evidência as circunstâncias de violência a que as mulheres migrantes estão sujeitas durante todas as etapas do processo migratório.

A violência contra a mulher não é um acontecimento isolado e específico de determinado lugar ou época, pois se encontra presente em todas as sociedades e manifesta-se de diversas formas. Mas a questão é que quanto mais vulnerável é a circunstância em que a mulher se encontra, maior é a probabilidade de ser exposta a situações de violência, fato que também se aplica ao fenômeno migratório.

Como a migração está intimamente ligada às principais questões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas da sociedade, quanto maior a desigualdade e violência na região, maior serão os obstáculos e violações de direitos humanos durante o processo migratório. Esse é o cenário vivenciado pela mulher migrante na região da América Latina e Caribe, região, aliás, que é marcada pela desigualdade, pobreza e violência generalizada, sendo considerada a mais perigosa para as mulheres fora de uma zona de guerra.

As mulheres latino-americanas, infelizmente, são vítimas de violência em todas as etapas do processo de migração, na saída do país de origem, durante o trânsito e depois da chegada ao país destino. Essa circunstância se agrava ainda mais devido ao novo contexto migratório na América Latina e Caribe, o da migração forçada e irregular.

Independentemente dos motivos que obrigaram as mulheres a deixar o seu país natal, certo é que a maioria dos deslocamentos ocorre fora do âmbito das normas reguladoras dos países de origem, trânsito e destino, o que torna o ato de migrar ainda mais complicado e perigoso. A situação é tão alarmante que há estudos que afirmam que é quase inevitável que as mulheres migrantes sofram abuso sexual durante a migração. Além disso, há vários relatos de

outras violações e violência que ocorrem durante o deslocamento, principalmente nos países da América Central.

As omissões dos países de trânsito e a repressão à migração irregular tornam o deslocamento ainda mais arriscado, pois obrigam as migrantes a percorrerem rotas mais desertas e perigosas, ou seja, lugares capazes de agravar ainda mais as violências e violações suportadas por elas durante o trajeto migratório.

Extorsão, violência sexual, física e psicológica, trabalho forçado, discriminação, gravidez indesejada, sequestro e tráfico humano são algumas das situações com que se deparam as mulheres migrantes durante a segunda etapa do processo migratório, o trânsito.

Certamente, a intenção não é revitimizar as mulheres migrantes, desconsiderar suas histórias, suas lutas e resiliência, suas individualidades e subjetividades, mas é necessário torná-las visíveis e colocar em evidência as situações experimentadas por elas na região da América Latina e Caribe. Somente com o destaque das violências e abusos perpetrados contra elas, é que a população e a sociedade civil podem cobrar uma posição urgente dos governos, com o fim de preservar os seus direitos fundamentais e lhes assegurar instrumentos e políticas públicas capazes de garantir a sua segurança durante o processo migratório.

Várias normas internacionais preveem a proteção das mulheres migrantes contra atos de violências e abusos. O que falta é iniciativa dos Estados para criar e implantar políticas eficazes para assegurar o que já é direito dessas mulheres. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e a Convenção de Belém do Pará, são claros quanto à responsabilidade dos Estados com a migração feminina.

Todos os Estados ratificantes da Convenção de Belém do Pará, por exemplo, se comprometeram a prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, dando uma atenção especial às migrantes. Cabe, assim, aos governos, amparar aquelas que passam por seu território, assegurando-lhes redes de apoio e acesso a políticas públicas tanto de proteção quanto voltadas à autonomia e empoderamento das mulheres, requisitos essenciais para alcançar a igualdade, justiça e desenvolvimento social.

Da mesma forma, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular reconhecem que a migração é uma realidade global e de suma importância para o desenvolvimento de todos os países que fazem parte do processo migratório (de origem, de trânsito e de destino), e em virtude dessa importância e da real dimensão desse fenômeno, os migrantes que estão em situação de vulnerabilidade devem

receber uma atenção especial dos Estados, ou seja, devem se tornar prioridades na criação de políticas públicas.

A questão é que embora haja diversos instrumentos normativos que reconhecem a importância da migração e as situações de vulnerabilidade que decorrem desse fenômeno, carece de ações positivas dos Estados que transformem esses direitos em políticas públicas. A omissão dos governos deve ser substituída por ações efetivas que respondam de forma eficiente às atuais situações de violações de direitos humanos que ocorrem no processo migratório.

Ora, se é dever dos Estados proteger as mulheres de todas as formas de violência, os governos devem priorizar a criação e implementação de políticas públicas com esse fim. Exemplo disso é a questão da violência sexual contra as mulheres durante o trânsito migratório. É de conhecimento geral o fato de que é quase inevitável que as mulheres migrantes sejam sexualmente abusadas nos países de trânsito, e, por isso, cabe aos governos desses países garantir passagem segura a essas mulheres, além, é claro, de disponibilizar atendimento médico especializado.

Portanto, é essencial que os países de trânsito, aqueles que fazem parte das rotas migratórias, implantem políticas que auxiliem no próprio deslocamento, bem como nas necessidades humanas mais básicas. Se durante o trajeto migratório as mulheres sofrem abusos e várias formas de violência, cabe aos países lhes oferecer proteção e segurança. Mas não somente isso. A mulher traz consigo muitas peculiaridades, entre elas, algumas características próprias do corpo feminino, e, por isso, um atendimento médico de qualidade e especialmente voltado a esse grupo é medida imprescindível que deve ser implantada nas rotas migratórias.

E não se pode dizer que a criação e implementação dessas políticas públicas sejam inviáveis em razão da falta de recursos financeiros por parte dos países de trânsito, porquanto os mesmos instrumentos que preveem a proteção das mulheres migrantes dispõem sobre a responsabilidade compartilhada entre os Estados e a necessidade de cooperação dos países para responder às demandas existentes.

Assim, os países da América Latina e Caribe devem buscar a cooperação entre si a fim de que se façam políticas migratórias que não se limitem a dissuadir o trânsito irregular, mas que melhorem as condições dos migrantes e garantam o cumprimento dos direitos mais fundamentais da pessoa humana. Considere-se que as políticas devem ser criadas visando à igualdade de gênero, à autonomia e ao empoderamento da mulher, permitindo a elas superar as diversas situações discriminatórias e de violência que sofrem como indivíduos e como grupo social. Somente assim, com políticas públicas eficientes e com a cooperação de todos os

governos é que se pode garantir às mulheres o direito a uma migração segura e livre de violações.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Ação contra violência sexual e de gênero: uma estratégia atualizada**. 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/A%C3%A7%C3%A3o-contra-a-viol%C3%Aancia-sexual-e-de-g%C3%AAnero_ACNUR-2011.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ACNUR. **Women on the run**. 2015. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2015/10228.pdf?file=fileadmin/Documentos/Publicaciones/2015/10228>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ACNUR. **Estatísticas do ACNUR mostram aumento alarmante de violência sexual no RDC**. 2013a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- ACNUR. **Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR**. 2013b. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ACNUR. **Uma em cada cinco refugiadas é vítima de violência sexual no mundo**. 2017. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- ACNUR. **Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes**. 2018. Disponível em: <<https://www.globalcrrf.org/wp-content/uploads/2018/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Nova-Iorque-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2004.
- ANISTIA. **Refugiadas enfrentam agressões físicas, exploração e assédio sexual em sua jornada através da Europa**. 2016. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/refugiadas-enfrentam-agressoes-fisicas-exploracao-e-assedio-sexual-em-sua-jornada-atraves-da-europa/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ALMEIDA, T. M. C. de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 329-340, mai./ago. 2014.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. ONU. **Coletânea de instrumentos de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas**. 2013. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Lei_947_97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_de_Refugiados_e_Apatridas.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes**. 2018. Disponível

em: <<http://www.globalcrrf.org/wp-content/uploads/2018/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Nova-Iorque-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. ONU. **Tendencias Globales: Desplazamiento Forzado en 2017**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/5b2956a04.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

AMARAL, M. S. O estranho marxismo da teoria do moderno sistema mundial (ou o que foi feito do imperialismo e da dependência?). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2017.

AMELINA, A.; LUTZ, H. **Gender and Migrations: Transnational and Intersectional Prospects**. 1st ed. London: Routledge, 2018.

ARAÚJO, E. A arte de sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 37-66.

ARTZA, L. L.; CABAÑAS, A. C.; GROH, M. J. C. **Mujeres centroamericanas en las migraciones: Una mirada alternativa frente un discurso homogeneizante sobre las migraciones**. 1. ed. Costa Rica: PCS, 2012.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 336, set-dez. 2007.

AZEVEDO, M. A. de. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BAENINGER, R.; PERES, R. G. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: ABEP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1982/1940>>. Acesso em: 02.04.2018.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014.

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. et al. (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

BAPTISTA, E. A. Aspectos teóricos sobre migração de retorno no Brasil. **GEOgrafias**, Minas Gerais, v. 9, n. 2, p. 8-20, dez. 2013.

BARSTED, L. L. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: BARSTED, L. L.; HERMANN, J. **As mulheres e os direitos humanos: os direitos das mulheres são direitos**

humanos. Coletânea Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, nº 2. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira Moral:** a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo, volume II.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENAVENTE R., M. C.; VALDÉS B., A. **Políticas públicas para la igualdad de género:** Un aporte a la autonomía de las mujeres. Santiago: Naciones Unidas, CEPAL, 2014.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BIRCHALL, J. **Gender, age and migration:** an extended briefing. 2016. Disponível em: <<http://www.bridge.ids.ac.uk/news/new-publication-gender-age-and-migration-extended-briefing>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-41.

BOTEGA, T. Dignidade humana e mulheres migrantes. 2015. Disponível em: <http://www.csem.org.br/images/Dignidade_humana_e_mulheres_migrantes.pdf>. Acesso em 20 mar 2018.

BOYD, M.; GRIECO, E. **Women and migration:** incorporating gender into international migration theory. 2003. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. Introduction. In: BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (Org.). **Migration Theory: Talking Across Disciplines.** New York, Routledge, 2000. p.1-26.

BUSTAMANTE, M. O.; TRUJILO, L. A. S. Género: ¿Estructura estructurante de la migración?. In: SOLÍS, D. V.; AGUILAR, M. Del. C. G. (Org.). **Migraciones en el sur de México y Centroamérica.** México: Universidade de Ciencias Y Artes de Chiapas, 2008. p. 247-274.

CASSARINO, J. P. Theorising Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited. **IJMS: International Journal on Multicultural Societies**, v. 6, n. 2, p. 253–279, 2004.

CASTLES, S. Entendendo a migração global. **Revista Internacional de Mobilidade Humana.** Brasília, Ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios Dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Brasil: Fim de Século, 2005.

CASTLE, S.; HAAS, H. de.; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 5th ed. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4th ed. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

CASTRO, A. G. de. Abordagens Teóricas da Migração Internacional, Interdisciplinar. **Revista Eletrônica da Univar**, São Paulo, n. 5, p. 23-29, 2011.

CASTRO, J. Y. C. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. 469 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Universidad de Granada, Granada, 2006.

CEPAL. **El salto de la autonomía. De los márgenes al centro. Informe anual 2011**. 2011. Disponível em: < <https://centroderecursos.cultura.pe/es/registrobibliografico/el-salto-de-la-autonom%C3%ADa-de-los-m%C3%A1rgenes-al-centro-informe-anual-2011>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

CEPAL. **La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir**. 2010. Disponível em: < https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13309/S2010986_es.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHAUÍ, M.. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

CHAVES, M. de. F. G. **Mulheres migrantes: senhoras de seus destinos? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991**. 156 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CHIARELLO, L. M. **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil em América Latina**. Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México. New York: Scalabrini International Migration Network, 2011.

CIURLO, A. Género y familia transaccional: um enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 12, n. 13, p. 127-161, jan. 2014.

CIDH, COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. OEA. **Informe sobre pobreza y derechos humanos en las Américas**. 2017. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/pobrezaddhh2017.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CNPD. **Situação da População Mundial 2015**. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/sumario_swop2015.pdf>. Acesso em 29 jul. 2018.

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN. UN. **General recommendation No. 26 on women migrant workers**. 2008. Disponível em: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/gr_26_on_women_migrant_workers_en.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. OEA. Disponível em: <artemis.org.br/wpcontent/uploads/2013/11/revista-Convencao-Belem-do-Para.pdf>. Acesso em 05 jun. 2018.

CORRADI, C. **Violence, identité et pouvoir**: Pour une sociologie de la violence dans le contexte de la modernité. 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologos/2296#quotation>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CULTURA e raízes da violência contra as mulheres. **Dossiê Violência Contra as Mulheres**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf> Acesso em: 26 jun. 2018.

DEMARTINI, Z. B.; TRUZZI, O. **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2005.

DIMEN, M. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 42-61.

DINIZ, E. C.C. Migração Feminina e Rede Social: Brasileiras em Lisboa. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009.

DION, K. K.; DION, K. L. Gender and cultural adaptation in immigrant families. **Journal of Social Issues**, Medford, v. 57, n. 3, p. 511-521, 2001.

DONATO, K. M.; GABACCIA, D. R. **Gender and international migration: from the slavery era to the global age**. New York: Russel Sage Foundation, 2015. Ebook.

DORNELAS, P. D.; RIBEIRO, R. G. N. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccional idade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 247-264, maio. 2018.

FAZITO, D. **A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração**: mito e realidade. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, em 4 a 8 de novembro de 2002.

FERREIRA, A. H. B. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de economia política**, São Paulo, p. 98-124, jan/abr. 1986.

FONTE, F. de M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Ebook.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRASER, N. Heterosexismo, falta de reconocimiento y capitalismo: una respuesta a Judith Butler. **New Left Review**, London, n.2, p. 123-134, 2000.

FRASER, N. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de Trabajo**, Bueno Aires, v. 4, n. 6, p. 83-99, dez. 2008.

FRASER, N. Reinventar la justicia en un mundo globalizado. **New left review**, London, n. 36, p. 31-50, 2006.

FRIEDRICH, T. S.; FRIEDRICH, N. M. Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania em relação à água: o caso do Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. In: SILVA, E. F.; GEDIEL, J. A. P.; TRAUCZYNSKI, S. C. (Ed). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.

FUSCO, W. Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior. In: EN- CONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: Abep, 2002.

CARRASCO, M. Á. P; GARCÍA, A. C.; PEREYRA, A. J. L. **Mirar las fronteras desde el sur**: Salud y migración en la frontera México-Centroamérica. 1. ed. Guatemala: Universidad Autónoma Metropolitana, 2016.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial, 1976.

GHERARDI, N. Violência Contra Mulheres na América Latina. **SUR**, v. 13, n. 24, p. 129-136, 2016.

GONZALEZ, M. C.; SMITH, Y. D. de. Géreno y migración: desandando caminos. **Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, Lisboa, n. 31, p. 143-157, jan. 2015.

GREGORIO, C. Los movimientos migratorios del sur al norte como procesos de género. In: VILLOTA, P. de. (Org.). **Globalización y género**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999. p. 259-288.

GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. **Migrações**, Lisboa, n. 5, p. 111-133, out. 2009.

GOMES, R.; BALESTERO, G.; ROSA, L. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas**, Ouro Preto, v. 2, n. 1, p. 11-34, jan. 2016.

HAAS, H. de. **Migration and development**: A theoretical perspective. 61 f. Working papers (International Migration Institute) - University of Oxford, Oxford, 2008.

IMDH. **Migrantes: quem são?**. 2014. Disponível em: <
<http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes-quem-sao>> . Acesso em: 15 jan. 2018.

ITAM. **Migración centroamericana en tránsito por México hacia Estados Unidos**: Diagnóstico y recomendaciones. Hacia una visión integral, regional y de responsabilidad compartida. (ITAM). 1 ed. México, D.F.: ITAM, 2014.

KAWAR, M. **Gender and migration**: why are women more vulnerable. Geneva: IHEID, 2004.

KELLY, P. F. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, A. (Org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York, Russell Sage, 1995. p. 213-247

KUHNER, G. La violencia contra las mujeres migrantes en tránsito por México. **Revista de derechos humanos**, México, v. 9, n. 6, p. 19-25, jun. 2011.

LANDRY, V. Mujer, migración intrarregional e invisibilidad. **Revista Nomadías**, Chile, n. 16, p. 99-117, nov. 2012.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114.

LEGRAIN, Philippe. **Immigrants**: your country needs them. New Jersey: Princeton University, 2006. Ebook.

LOPES, C. B. **Trabalho Feminino em Contexto Angolano**: um possível caminho na construção de autonomia. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC São Paulo, 2010.

LUSSI, C.; MARINUCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2007. Disponível em:
<http://www.csem.org.br/pdfs/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

MALGESINI, G. Revisión crítica del enfoque neoclásico. In: MALGESINI, G. (comp.). **Cruzando fronteras**: migraciones en el sistema mundial. Barcelona: Fundación Hogar Del Empleado, p. 11-38, 1998.

MALLIMACI, A. I. Migraciones y género: Las formas de la invisibilidad femenina. In: MAGLIANO, M. J.; BARRAL, A. I. M. **Las mujeres latinoamericanas y sus migraciones**. Vila María: Eduvim, 2016. p. 250-772.

MARTÍNEZ, R. **Institucionalidad social en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, CEPAL, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: A review and appraisal. In: MESSINA, A. M.; LAHAV, G. **The Migration Reader Exploring Politics and Policies**. London: Lynne Rienner, 2006. p. 34-62.

_____. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millenium**. New York: Osford, 1998.

_____. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-66, set. 1993.

_____. **Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MATOS, C. **Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1993.

MATTEOS, N. R. **Una invitación a la sociología de las migraciones**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. MSF. **Forçados a fugir do Triângulo Norte da América Central: Uma crise humanitária negligenciada**. 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/publicacoes/forcados-a-fugir.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

MILESI, R.; MARINUCCI, R. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 10, n. 10, p. 53-82, dez. 2015.

MIRANDA, J. **Mulheres Migrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida**. (Estudos OI; 35). Lisboa: ACIDI, 2009.

MIRANDA, N. S. A. **Angola – As Políticas Adotadas no sentido de Combater a Imigração Ilegal**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus)-Universidade de Évora, Évora, 2014.

MORALES, D. C. et al. **Violencia contra las mujeres en contextos de migración**. 2016. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/55953/IDL-55953.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MORENO, G. B. **Migración transnacional: descripción de la migración de retorno em el contexto colombiano**. 184f. Tesis pregado para optar por el título de abogada – Facultad de Humanidades Carrera de Derecho, Pontificia Universidad Javeriana Cali, Cáli, 2016.

MOROKIVASIC, M. Birds of Passage are also women: *Internacional Migration Review*. **Sage Publications**, New York, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MULHERES migrantes são vítimas de diversas formas de violência. **CEERT**. 2015. Disponível em: < <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/7735/mulheres-migrantes-sao-vitimas-de-diversas-formas-de-violencia>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MURARO, R. M. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. Ebook.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BR). **A agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

NATALIA, G. Violência contra mulheres na América Latina: Considerações sobre o acesso à justiça e as condições estruturais em que os feminicídios se multiplicam. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 129-136, jan. 2016.

NOGUEIRA, O. J. O. Migrações Internas: tentativas de se buscar teoria. **Anál. & Conj.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 38-47, jan./abr. 1991.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. 2016. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

_____. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. 32 f. Oficina do Centro de Estudos Sociais (Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

OACDH, OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LOS DERECHOS HUMANOS. ACNUDH. **Situación de los migrantes en tránsito**. 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10356.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

OBSERVADOR. **Perto de 100 migrantes, incluindo crianças, terão sido raptados e entregues a cartel mexicano**. 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/11/07/perto-de-100-migrantes-incluindo-criancas-terao-sido-raptados-e-entregues-a-cartel-mexicano/>>. Acesso em: 07 de jan. 2019.

OIG. CEPAL. **Feminicídio**. 2017. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

OLIVEIRA, R. D. de. **Elogio da diferença: O feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ONU. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Resolução nº 48/104. 1993.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ONU. **Pacto mundial sobre migración: ¿a qué obliga y qué beneficios tiene?**. 2018a. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2018/12/1447231>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ONU. **Pacto mundial para la migración segura, ordenada y regular**. 2018b. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/CONF.231/3>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ONU. **Vice-chefe da ONU denuncia ‘pandemia global’ de violência contra as mulheres**. 2018c. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/vice-chefe-da-onu-denuncia-pandemia-global-de-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 08 dez. 2018.

ONU. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>. Acesso em: 29 jan. 2018.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em: 13. ago. 2012.

_____. **Relatório Mundial da Saúde: trabalhando juntos pela saúde**. Genebra: OMS. Trad. Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção De Belém Do Pará”**. Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. 1994.

_____. **Migración internacional en las Américas: Tercer informe del Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas (SICREMI)** 2015. 1 ed. Washington D.C.: OEA, 2015.

_____. **Migración internacional en las Américas: Cuarto Informe del Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas (SICREMI)** 2017. 1 ed. Washington D.C.: OEA, 2017.

OS INVISÍVEIS. **The Invisibles: A Hidden Journey Across Mexico**. Direção de Gael García Bernal. México: Anistia Internacional, 2010. Youtube, son., color.

OXFAM. Oxfam Intermón. **Rompiendo moldes: transformar imaginarios y normas sociales para eliminar la violencia contra las mujeres**. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/rompiendo-moldes-para-luchar-contra-violencia-machista-latinoamerica>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PACTO mundial para la migración segura, ordenada y regular. ONU. Marrakech (Marruecos), 10 y 11 de diciembre de 2018. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/CONF.231/3>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PADILHA, B. Género y migraciones: Nuevas reconfiguraciones y protegonismo de las mujeres latinoamericanas. A modo de introducción. **Anuario Americanista Europeo**, n. 11, p. 2221-3872, jan. 2013.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, M. R. (Org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educ, 2016. p. 8-20.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro-sociológicas.** Nº 11. Liboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, 2004.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 120 – 137, 2015.

PESSAR, P. The role of gender, households and social networks in the migration process: a review and appraisal. In: DEWIND, J. HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P. (Org.). **The Handbook of International Migration: The American Experience.** New York. Russel Sage Foundation, 1999a.

_____. Engendering migration studies: the case of new immigrants in the United States. **The American Behavioral Scientist**, Sedona, v. 42, n. 4, p. 577-600, jan. 1999b.

PETROZZIELLO, A. J. **Género en marcha: Trabajando el nexo migración-desarrollo desde una perspectiva de género.** Santo Domingo: Entidad de Las Naciones Unidas Para La Igualdad de Género Y El Empoderamiento de Las Mujeres, 2013.

PIFFER, C. **Transnacionalidade e imigração: a possibilidade de efetivação dos direitos humanos dos transmigrantes diante de decisões de regresso na Itália e na União Europeia.** 344 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Educação de Ciencias Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014.

PITA, I. H. **Violencia de Género: una mirada desde la sociología.** 1. ed. Cuba: Editorial Científico-técnica, 2015. Ebook.

PNUD. ONU MUJERES. **Del Compromiso a la Acción: Políticas para erradicar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe, 2016: Documento de análisis regional.** 2017. Disponível em:

<http://americalatinagenera.org/newsite/images/violencia/documentos/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

POMBO, Gabriela. **MIGRANT WOMEN AND GENDER VIOLENCE: Strategies and perspectives for interventions.** 2015. Disponível em:

<<http://imumi.org/attachments/2016/MAR/Migrant-Women-and-Gender-Violence.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2018.

PONTE, N. B. **La agenda 2030 y la agenda regional de género: Sinergias para la igualdad en América Latina y el Caribe.** Santiago: Naciones Unidas, CEPAL, 2017.

PORTES, A.; BÖRÖCZ, J. Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus modalidades de incorporación. In: Graciela Malgesini (comp.). **Cruzando fronteras, Migraciones em El Sistema Mundial.** Barcelona: Fundación Hogar Del Empleado, 1998. p. 43-70.

PORTES, A. **Migrações internacionais.** Origens, tipos e modelos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

- PÓVOA NETO, H. **Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia**. 2007. Disponível em: <https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/barreiras_fisicas_a_circulacao_%20como_dispositivos_de_politica_migratoria.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- _____. **O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos “direitos à mobilidade”**. 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23040886-O-erguimento-de-barreiras-a-migracao-e-a-diferenciacao-dos-direitos-a-mobilidade-t.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- QUEIROZ, C. O. C. **A Feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana**. 2015. 87 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Relações Internacionais) - UEPB, João Pessoa, 2015.
- RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980. p. 25-88
- _____. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, London, n. 02, p. 167-235, jun. 1885.
- REDIN, G. **Direito de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.
- RICOEUR, P. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RODRIGUES, F. dos. S.; VASCONCELOS, I. S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 18, p. 251-268, jan. 2010.
- RODRIGUEZ, M. M. Las mujeres migrantes como protagonistas de la migración calificada en américa latina y el caribe. In: GALEANA, P. (coord). **História Comparada de las Migraciones en las Américas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014. p. 421-438.
- ROSAS, C. **Implicaciones mutuas entre el género y la migración: verones e mujeres peruanos em Buenos Aires promediando la década del 2000**. Buenos Aires: Eudeba, 2015. Ebook.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas, SP: ABEP, 1992.
- SANTOS et. al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão, nº 398. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010
- SCHREINER, M. T. **O Abuso Sexual numa Perspectiva de Gênero: o processo de responsabilização da menina**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2008.

SILVA, A. Z. M. **Diplomacia e integração dos emigrantes cabo-verdianos**. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, C. da. **Uma realidade em preto e branco: As mulheres vítimas de violência doméstica**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, M. A. Vicissitudes da Saúde no contexto da migração, do tráfico, da exploração sexual e do trabalho degradante. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde, migração, tráfico e violência contra mulheres: o que o SUS precisa saber**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. p. 27-59.

SILVA, M. A. M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. p. 57-68.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 1, p.101-116, jan./jun 2004.

TELES, M. A. de. A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017. Ebook.

TOPA, J.; NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p. 328-341. 2013.

TORRES, D. B. Vulnerabilidade e exploração: Considerações sobre as relações entre o imigrante e o trabalho em condição análoga à de escravo. In: FREITAS JUNIOR, A. R. de.; TORRES, D. B.; BOUCINHAS FILHO, J. C. (Org.). **Migração, trabalho e direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2017. p. 117-132.

UN. Report of the Commission on the Status of Women on its thirty-seventh session. Vienna, 17-26 de Março de 1993.

UNHCR. **Initial assessment report: Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis**. 2016a. Disponível em:<<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/569f8f419.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

UNHCR. **Global trends forced displacement in 2016**. 2016b. Disponível em:<<https://www.unhcr.org/statistics/unherstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

UNHCR. **Mulheres refugiadas que se deslocam pela Europa estão correndo riscos, afirma ONU**. 2016c. Disponível em: <

<http://www.acnur.org/portugues/2016/01/26/mulheres-refugiadas-que-se-deslocam-pela-europa-estao-correndo-riscos-afirma-a-onu/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

UNHCR. **Refugiados arriscam tudo para escapar das gangues na América Central.** 2016d. Disponível em: < <http://www.acnur.org/portugues/2016/07/07/refugiados-arriscam-tudo-para-escapar-das-gangues-na-america-central/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

UNHCR. **Uma em cada cinco refugiadas no mundo é vítima de violência sexual no mundo.** 2017. Disponível em: < <http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

UNHCR; UNFPA; WRC. **Initial assessment report: Protection risks and responses for women and girls in the European refugee and migrant crisis.** Disponível em: < <http://www.unhcr.org/569f8f419.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

UN DESA. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **Trends in International Migrant Stock: The 2017 Revision.** 2017. Disponível em: <<https://migrationdataportal.org/themes/gender>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Situation of migrants in transit.** 2016. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/StudyMigrants/OHCHR_2016_Report-migrants-transit_EN.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

UNODC. **Global Report on Trafficking in Persons.** (ONU) 2016. 1 ed. Washington D.C.: ONU, 2016.

VALERA, C. M.; PIZARRO, J. M.; MARTÍNEZ, R. **Protección social y migración.** Una Mirada desde las vulnerabilidades a lo largo del ciclo de la migración y de la vida de las personas. Santiago: Cepal, 2018.

VENTURA, A. C. M. A vulnerabilidade da mulher refugiada no estado do Amazonas: reflexões sobre a aplicação do plano de reassentamento solidário. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v. 8, n. 8, jul/dez. 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

WHITTALL, J.; DEUS, S. de. O que não fazer: como a manipulação da ajuda humanitária prejudica a eficácia da resposta a emergências. In: DEUS, S. de; REIS, R.(Ed). **Crises humanitárias, cooperação e o papel do Brasil.** Rio de Janeiro: Médicos Sem Fronteiras, 2016. p. 11-36.

WILLERS, S. Migración y violencia: las experiencias de mujeres migrantes centroamericanas en tránsito por México. **Sociológica**, México, v. 31, n. 89, p. 163-195, set. 2016.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 101-125.